

Universidade de Lisboa
Faculdade de Letras



Afirmação europeia de uma monarquia transatlântica: estratégias político-diplomáticas nos casamentos dos filhos de D. João VI

Nuno Castro Luís

Dissertação de Mestrado em História Moderna e Contemporânea orientada
pela Professora Doutora Ana Leal de Faria

2015

Aos meus amigos de licenciatura, meus amigos para sempre, especialmente Marco Borges, Gonçalo Ramos, Martim Aires Horta, Maria de Jesus Assunção, Conchita Amor, Andreia de Almeida, Tiago Pinto, Júlio Pinheiro, Ana Cardoso, Lurdes Pinto, Sónia Borges e Carolina Soares.

Aos meus Mestres, sem os quais, tal como dizia George Steiner, pouco seríamos.

Ao Professor Doutor João Medina, por me ter permitido que a sua genialidade incompreendida fosse uma inspiração.

À Professora Doutora Isabel Drumond Braga, pela amizade sentida que dedica aos seus alunos e pelo entusiasmo rigoroso com que sempre me ensinou a gostar de ser historiador.

À Professora Doutora Ana Leal de Faria, minha orientadora nesta dissertação de mestrado, por desde sempre me ter instigado a tanto gostar da História das Relações Internacionais, com o seu valioso conhecimento e disponibilidade, provando em cada conversa que o rigor científico, a sofisticação e o bom gosto também podem ser marcas na arte de fazer História.

À minha família e amigos, por tudo...

RESUMO

A partida de D. João VI, na altura ainda regente, para o Brasil, associou ao futuro monarca, e de um modo geral a toda a Corte portuguesa, uma ideia de opção por uma solução estratégica virada para a América do Sul e afastamento em relação à Europa.

O presente trabalho procura perceber qual foi o posicionamento da Monarquia e de D. João VI, primeiro como regente e depois como rei, perante as restantes potências europeias, procurando demonstrar que os casamentos dos seus filhos foram utilizados como instrumento de estratégia política e diplomática para a manutenção da sua independência e consideração no grupo dos grandes países europeus.

As ligações a Espanha, à Rússia, à Porta Otomana, à Áustria serão analisadas na perspectiva de afirmação como potência europeia deste monarca nos trópicos.

Mais do que estudar somente os resultados da política matrimonial, bem como os seus efeitos a nível internacional, procurámos estudar todos os elementos que pudessem interessar à abordagem desta questão político-diplomática, nomeadamente os casamentos efetuados e não efetuados, os respetivos contextos, as negociações e os negociadores, os Tratados matrimoniais e os eventuais acordos consigo relacionados, os cerimoniais e práticas protocolares, os presentes diplomáticos, sempre sem esquecer a problemática principal que serviu de orientação à sua análise: a eventual afirmação europeia da monarquia transatlântica.

Sendo os casamentos um assunto de política externa, analisamos, igualmente, a importância dos embaixadores em todo o processo negocial.

Palavras chave: Diplomacia, Embaixadores, Alianças dinásticas, Europa, D. João VI

ABSTRACT

The departure to Brazil of John VI, at that time as Prince Regent, has associated to the future King, and in general to the entire Portuguese Court, an idea of an option for a strategic solution with only one direction, South America, and total distance from Europe.

This paper attempts to understand what was the position of the monarchy and the King against the other European powers, seeking to show that the marriages of his children were used as tools for political and diplomatic strategies, for maintaining the independence and consideration in the major European's group.

Relations with Spain, Russia, Ottoman Empire and Austria will be analysed in the perspective of the recognition of this King in the tropics as an European potency.

More than studying just the results of the marriage policy and its international effects, we are interested in study all the elements of this political and diplomatic approach, namely the made and not made weddings, their respective contexts, treaties and agreements, ceremonial and protocol practices, diplomatic gifts, always guided by the transatlantic monarchy's European recognition point of view.

Being these marriages a foreign policy issue, we analyse also the importance of ambassadors throughout the negotiation process.

Key words: Diplomacy, Ambassadors, Dinastic Alliances, Europe, King John VI

REGRAS DE TRANSCRIÇÃO

Na transcrição de documentos seguiu-se, sempre que possível, as normas gerais de transcrição e publicação de documentos e textos medievais e modernos de Avelino de Jesus Costa.

Assim, relativamente à disposição e apresentação de textos, optou-se por fazer uma transcrição em contínuo, respeitando o original, com indicação de mudança de fólio a cheio – [Fl.2vs].

Na ortografia manteve-se a original, apenas com modernização moderada do uso de maiúsculas, ou seja, eliminação das redundantes e conversão em maiúsculas das minúsculas iniciais de antropónimos e topónimos.

Optou-se por efetuar separação ou união simples, afastando-se ou juntando-se as palavras sem qualquer adição, excepto no que se refere à utilização do hífen nas enclíticas e do apóstrofo em elisões.

Em erros do autor dos documentos não cancelados, introduziu-se a adição de *sic* imediatamente a seguir à palavra ou após espaços em branco, em caso de erros de vários vocábulos.

Em dúvidas de leitura introduziu-se (?), logo a seguir à palavra ou aos espaços em branco, em caso de erros de dúvidas em vários vocábulos.

Índice

Índice	9
Introdução	11
CAPÍTULO I – AFIRMAÇÃO EUROPEIA E ALIANÇAS MATRIMONIAIS	
1.Estado da Questão	17
a) Política externa	18
b) Casamentos	22
2.A importância da biografia no estudo da História da Diplomacia	34
3. D. João e a afirmação europeia.....	38
CAPÍTULO II – AFIRMAÇÃO IBÉRICA	
1.Casamento de Maria Teresa de Bragança e Pedro Carlos de Bragança e Bourbon	43
a) A escolha de D. Pedro Carlos de Bragança e Bourbon.	43
b) A viagem para Portugal.....	46
c) Um incidente protocolar.....	52
d) Celebração do casamento.	59
e) Ausência de notícias em Portugal.	63
f) Nascimento do desejado D. Sebastião e morte de D. Pedro Carlos.....	65
CAPÍTULO III – A RECORRENTE LIGAÇÃO A ESPANHA	
1.Casamentos das Infantas D. Maria Isabel e D. Maria Francisca	77
a) Negociação de um duplo casamento.	77
b) A questão de Olivença.....	86

c) Os Tratados.....	89
d) Troca de presentes e condecorações.....	94
e) Viagens e celebrações.....	103
f) Ratificação dos tratados matrimoniais.	112

CAPÍTULO IV – ENTRE A RÚSSIA E O IMPÉRIO OTOMANO

1.Ligação diplomática à Rússia.....	117
a) Diplomacia portuguesa na Rússia.	117
b) Império Otomano, uma porta para o Oriente.	123
c) A missão do Marquês de Marialva.....	127
d) Uma proposta de aliança dinástica.	135

CAPÍTULO IV- CASAMENTO NA ÁUSTRIA DOS HABSBURGOS

1.Estratégias de negociação.....	143
a) Entre Paris e Viena.	143
b) Negociações em Viena.	154
c) O Tratado Matrimonial.....	161
2.Entrada do Embaixador Extraordinário.....	163
3.Celebração do casamento, embarque da Arquiduquesa e custos associados	166
Conclusão	173
Fontes e Bibliografia	179

ANEXOS

I. Instruções para a negociação de Tratado entre Portugal e Rússia.....	203
II. Instruções para a negociação de Tratado entre Portugal e a Porta Otomana	207
III. Esboço biográfico de um negociador na Europa: o último Marquês de Marialva	215

INTRODUÇÃO

A partida de D. João VI, na altura ainda regente, para o Brasil, associou ao futuro monarca, e de um modo geral a toda a Corte portuguesa, uma ideia de opção por uma solução estratégica virada para a América do Sul e afastamento em relação à Europa.

O Brasil transformou-se, então, num símbolo de nova força nacional, económica, política e até cultural, que permitia uma segurança e garantia de sobrevivência à família real portuguesa e à aristocracia do reino face às incursões napoleónicas. Para muitos, a permanência na Europa, durante esse período, resumiu-se ao endossamento da posição portuguesa aos interesses britânicos, ficando D. João VI numa posição passiva, de alheamento e exclusivo interesse pela colónia, agora transformada em nova metrópole.

A esta ideia não poderá ser estranha a variada publicação de textos de carácter historiográfico, literário ou memorial, em pleno liberalismo, tendentes a conferir ao último monarca do Antigo Regime e aos grandes do seu reino um papel de decadência e responsabilidade pela situação económica e política dos finais do século XVIII, inícios do século XIX.

Apesar das sucessivas tentativas de reabilitação da imagem de D. João VI, cuja vasta bibliografia recentemente publicada, a propósito das comemorações do segundo cente-

nário da chegada da Corte ao Brasil, ajudou a efetivar, mantem-se, em nosso entender, aberta a questão de compreender a forma como Portugal e o Brasil (inicialmente como único reino e posteriormente como Reino Unido de Portugal e do Brasil), bem como o seu monarca, procuraram situar-se no contexto europeu vigente.

Para esta compreensão torna-se indispensável questionar se a partida para o outro lado do Atlântico terá significado e implicado um afastamento da Europa e da afirmação europeia, até então tida como finalidade certa dos portugueses. Consideramos essencial perceber se a manutenção da imagem portuguesa, no balanço de potências europeias, terá sido trocada por uma sujeição britânica ou se, pelo contrário, na esteira de Borges de Macedo, terá sido mantida uma linha de força de posicionamento independente e autónomo perante os restantes europeus.

A análise de uma problematização histórica, como a existência ou não de diversas ações tendentes à afirmação europeia da monarquia portuguesa, nunca poderia ser sucedida sem o enquadramento de múltiplos fatores, como os concernentes às realidades económicas, políticas, sociais e culturais que lhe subjazem. Contudo, tornou-se essencial partir de um elemento agregador para encontrar um foco não dispersivo que nos conduzisse a conclusões plausíveis. No caso deste trabalho, em que a temática central se pode relacionar quer com a História da Política Externa, quer com a História Diplomática, enquanto elemento mais pacífico daquela, procurámos encontrar no estudo das opções matrimoniais, para os filhos de D. João VI, o ponto de partida para conclusões mais gerais.

Mais do que estudar somente os resultados da política matrimonial, bem como os seus efeitos a nível internacional, procurámos estudar todos os elementos que pudessem interessar à abordagem desta questão político-diplomática, nomeadamente os casamentos efetuados e não efetuados, os respetivos contextos, as negociações e os negociadores, os Tratados matrimoniais e os eventuais acordos consigo relacionados, os cerimoniais e práticas protocolares, os presentes diplomáticos, sempre sem esquecer a problemática principal que serviu de orientação à sua análise: a eventual afirmação europeia da monarquia transatlântica.

Quanto ao título do nosso trabalho, gostaríamos de explicitar que a opção por monarquia transatlântica advém da constatação que os processos negociais dos casamentos, objeto deste estudo, se deram antes da independência do Brasil e, ainda assim, grande

parte antes mesmo da elevação daquele país a reino, constituindo a figura de Reino Unido de Portugal, do Brasil e Algarves. A razão desta elevação foi, mais do que uma partição de realidades, uma tentativa de manter em unidade toda a Monarquia, justificação para a termos considerado como tal na designação do presente estudo.

Se durante anos a linha condutora da História Diplomática foi a descrição dos sucessos políticos entre as diversas potências, bem como das suas consequências, secundarizando a atividade da negociação a si conducente, as contingências de cada um dos negociadores e os aspetos de formalização, um estudo que se queira atual e globalizante terá de contemplar todas estas vertentes, por forma a permitir perceber os fenómenos na sua total complexidade. Há que não isolar nenhum aspeto da realidade na explicação e articulação das relações entre as diversas potências, conforme Renouvin ensinou nos seus estudos sobre História das Relações Internacionais, forma mais teorizada do que aplicada nos estudos desta área, pelo que será com esse quadro referencial metodológico que procurámos conduzir este trabalho.

O estudo que apresentamos encontra-se dividido em cinco capítulos e três anexos, cada um com autonomia sistemática e analítica mas todos em complementaridade substancial. Assim, no primeiro capítulo, que designámos por “Afirmação europeia e alianças matrimoniais”, procurámos sintetizar o estado da questão, focando-nos essencialmente em duas vertentes: a política externa e os casamentos. Paralelamente, e tendo em conta a importância dos embaixadores enquanto negociadores destes tratados matrimoniais, decidimos incluir uma análise relativa à importância das biografias no estudo da diplomacia pois, em nosso entender, são de tal relevância para a compreensão de determinados contextos que optámos mesmo por incluir um esboço biográfico como anexo. Ainda neste primeiro capítulo introdutório procurámos perceber as razões que poderiam levar D. João, ainda que no outro lado do oceano, a não deixar de se preocupar com a sua afirmação na Europa.

Nos restantes quatro capítulos analisámos os diversos casamentos dos filhos de D. João VI, os quais considerámos com relevância para perceber se o regente, e posteriormente monarca português, quando se encontrava no Brasil, terá optado por uma estratégia de atenção exclusiva ao Império sul americano ou se, pelo contrário, terá continuado a manter o seu interesse em afirmar-se no velho continente. Procurámos, pois, descobrir e estudar os contextos que conduziram ao plano de cada um dos

casamentos abordados, bem como as diversas vertentes relacionadas com a sua negociação e celebração. Desta forma tentámos concluir se as alianças matrimoniais poderão, ou não, ter sido utilizadas como instrumentos para a sua afirmação europeia, bem como se todos os aspetos socioculturais a si associados nos conduzem, ou não, a uma tendência dessa afirmação.

Em anexos introduzimos duas transcrições de documentos que, pelo seu menor conhecimento público e importância para perceber a política externa de D. João, entendemos divulgar na sua totalidade. Trata-se de dois ofícios com instruções para a negociação de tratados de amizade e comércio entre Portugal e a Rússia, bem como entre Portugal e a Porta Otomana, essenciais para compreender a estratégia e a motivação de procurar algumas alianças matrimoniais e continuar a fazer parte das grandes potências europeias. Ainda em anexo introduzimos um esboço biográfico de um negociador na Europa: o 6º marquês de Marialva. Este embaixador, D. Pedro Meneses Coutinho, foi protagonista da maior parte das negociações tendentes aos casamentos estudados. Acresce que foi neste esboço biográfico que analisámos a tentativa de ligação matrimonial a um familiar de napoleão, a qual, por ser anterior à partida para o Brasil, considerámos melhor enquadrada em anexo do que no texto principal deste estudo. Para além de pretendermos compreender a importância que o conhecimento da vida dos embaixadores pode ter, procurámos obter a proveniência e tipologia sociocultural deste embaixador, por forma a compreender se no final do século XVIII os critérios para a sua escolha ainda eram comuns a épocas anteriores, bem como se as suas características se poderiam refletir na sua atividade. Finalmente, foi propósito deste esboço biográfico perceber qual a relevância que estes negociadores tiveram nos assuntos essenciais dos seus países, a nível de estratégia internacional dos mesmos, e de que forma contribuía para a posição dos seus Estados perante os demais.

Como recentemente afirmou Luís Reis Torgal, no seu livro *História, Que História?*, um estudo em História tem que considerar as circunstâncias profissionais e pessoais do autor, a escola em que se formou, o mestre que o orientou. Decorre do tempo da nossa licenciatura, em História, com a instigação entusiástica e rigorosa da Professora Doutora Ana Leal de Faria, e parcialmente com o entrecruzamento de alguns aspetos com a formação jurídica, o gosto pela área da História da Diplomacia, bem como a perceção da riqueza que a correspondência diplomática tem, enquanto fonte, para o estudo de varia-

dos assuntos e problemáticas. As missivas dos embaixadores para os países de proveniência, bem como os ofícios e instruções emitidas pelos Monarcas, seus Secretários de Estado, Ministros e Conselheiros, transportando-nos de uma forma quase imediata para a vivência de ambientes e sociabilidades dos momentos e locais onde foram emanadas ou recebidas, dão-nos uma profusão de informações e pequenos detalhes que, de outro modo, revelar-se-iam inacessíveis. Trata-se pois de um tipo de fonte privilegiada para o estudo de negociações, nomeadamente aquelas que pretendemos estudar.

No caso português, o Fundo do Ministério dos Negócios Estrangeiros do Arquivo Nacional da Torre do Tombo contem uma vastidão de documentos, em alguns casos nunca tratados, que só por si mereciam um profundo trabalho de investigação e catalogação.

Tendo em conta o material encontrado nas pesquisas efetuadas nesse Fundo, foi nossa opção, para melhor compreender os processos negociais, bem como as dificuldades inerentes, motivações subjacentes e nem sempre declaradas expressamente, ter a correspondência diplomática como base essencial para o nosso trabalho.

Se esta opção nos permitiu ter a certeza da excelência deste fundo para este tipo de pesquisa, serviu-nos, igualmente, para reforçar a motivação de alertar para a urgência do seu tratamento.

Paralelamente socorremo-nos de outros Arquivos e Bibliotecas, nacionais e estrangeiros, tais como a Biblioteca Nacional de Portugal de Lisboa, Biblioteca da Ajuda, a Biblioteca da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, a Biblioteca da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, a Biblioteca Municipal das Galveias, a Biblioteca Municipal de Belém, a Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, o Arquivo Histórico Militar de Lisboa, o Arquivo Histórico Nacional de Madrid, o Arquivo do Palácio Real de Madrid, a Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (esta consultada eletronicamente).

Dando preferência à análise de fontes diplomáticas, não deixámos de utilizar outras, como publicações periódicas da época, panegíricos, iconografia, bem como alguma da vasta bibliografia nacional e estrangeira existente, mais sobre a época do que sobre a temática, ainda assim fundamental para compreensão do fenómeno que pretendemos estudar.

A tentação das fontes é significativa quando se estuda a época Moderna, conforme ensinou Ana Leal de Faria, no seu *Arquitectos da Paz*, mas apenas a falta de oportunidade nos impediu de consultar arquivos brasileiros, austríacos e russos, os quais seguramente poderiam ter dado outra riqueza substancial ao trabalho que ora apresentamos.

CAPÍTULO I

AFIRMAÇÃO EUROPEIA E ALIANÇAS MATRIMONIAIS

1- Estado da questão

A pretensão de conhecer todas as obras relativas à nossa temática é quase tão imodesta como a sua não referência. O conhecimento crítico da bibliografia, como nos ensina Luís Reis Torgal, é fundamental pois confere uma noção sempre relativa do que se está a investigar e a escrever.¹ No caso da temática que aqui analisamos, a imensidão de obras sobre a época da estada da Corte no Rio de Janeiro é tal, principalmente a recentemente publicada a propósito do bicentenário, que se tornaria quase ciclópico conhecê-la na totalidade, e porventura digna de um trabalho só por si. Ainda assim, e por uma questão de delimitação, procurámos fazer um estudo do estado da questão que permitisse a compreensão do que já foi feito no tema em concreto, certos de o risco corrido em deixar de fora outras obras igualmente significativas, o qual julgamos ter minimizado com a bibliografia consultada e apresentada no final.

Para uma análise dos estudos já efetuados sobre a matéria do nosso trabalho foram tidos em conta três vetores essenciais: estudos sobre a política externa de D. João VI, nomea-

¹ Luís Reis Torgal, *História, Que História? Notas críticas de um Historiador*, Lisboa, Temas e Debates, Círculo de Leitores, 2015, p. 192.

damente na ligação à Europa, estudos sobre casamentos régios ou dinásticos e estudos sobre os casamentos dos filhos de D. João VI.

a) Política externa

A política externa de Portugal, na época da regência e reinado de D. João VI, tem sido tratada pela historiografia nacional e brasileira essencialmente numa perspetiva das questões associadas à América do Sul. Seja em obras de carácter geral, seja em obras específicas, as relações com as outras potências são quase sempre analisadas com a preocupação do domínio do Brasil e territórios limítrofes. Mesmo quando se equaciona as ligações às potências europeias, o realce é sempre conferido aos acontecimentos que originaram a partida da Corte para o Brasil, bem como a sua permanência. As ligações ao continente europeu só começam a ser alvo de atenção e novamente analisadas no período cronológico das revoluções liberais e do regresso de D. João VI a Portugal. Parece existir um hiato na atenção dada à afirmação europeia de D. João e do seu reino português, durante a sua estada no outro lado do Atlântico.

Ainda assim, seja em estudos de carácter mais genérico, seja em biografias sobre personagens históricas da época, existem algumas referências que podem ser consideradas relevantes nos indícios que permitem extrair para a ligação ao velho continente. Apesar de existirem muitas outras obras relacionadas com a política externa de Portugal e do Brasil, na época de D. João VI, a nossa opção foi apenas indicar aquelas que mais estão relacionadas com a sua afirmação europeia.

Pedro António Manique procurou analisar a relação de Portugal e das restantes potências europeias, na primeira metade do século XIX, centrando o seu estudo nas ingerências que Portugal sofreu por parte de estrangeiros.² Apesar de estudar um período muito mais amplo que o correspondente a D. João VI, chegando mesmo a entrar em aspetos mais ligados ao liberalismo, permite ter a perceção de alguns posicionamentos de Portugal e das principais forças da Europa, mesmo durante o tempo em que a Corte esteve sediada no Brasil.

Alguns artigos especificamente dedicados à política externa de D. João VI, publicados no Brasil, quer por historiadores portugueses, quer por historiadores brasileiros, acabam

² Pedro António Manique, *Portugal e as potências europeias (1807-1847). Relações externas e ingerências estrangeiras em Portugal na primeira metade do século XIX*, Lisboa, Livros Horizonte, 1988.

por ser mais explícitos nas problemáticas subjacentes à situação prévia à partida, mesmo quando referem outras potências que não as normalmente abordadas: Espanha, Inglaterra e França. É o caso de António Pedro Vicente, historiador português que publicou no Brasil, que refere as ligações à Rússia, ainda que, no período a que poderemos designar de brasileiro, tenha voltado a centrar-se quase exclusivamente na relevância de Carlota Joaquina nos territórios americanos.³

Mais recentemente, Lúcia Maria Bastos Neves desenvolveu a matéria da política externa mas de forma centrada na questão da ligação a França e da ocupação da Caiena. Apesar de se manter na senda do imperialismo de D. João VI, acabou por fazer alguns paralelismos com outras realidades europeias, como a do reino das Duas Sicílias ou de Inglaterra. Lúcia Bastos Neves chegou mesmo a afirmar, neste seu estudo, e que não pode deixar de ser relevante para o nosso trabalho, que apesar de D. João ter dado um forte impulso e tornado realidade os planos de uma América portuguesa grandiosa, sempre os relacionou com a política europeia.⁴

Sobre um eventual projeto de União Ibérica, preconizado inicialmente por D. Rodrigo de Sousa Coutinho, Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, e em parte executado por D. Pedro de Sousa Holstein, Duque de Palmela, bem como o seu impacto na posição de algumas potências europeias para com Portugal, nomeadamente Espanha e Inglaterra, salientamos o estudo de José Subtil. Neste estudo, para além de uma resumida contextualização da situação portuguesa na Europa de inícios do século XIX, o autor procurou explicitar a forma como D. Carlota Joaquina foi sendo usada pelo Conde de Linhares como instrumento dos seus intentos de união dos dois reinos. Este plano, como se verá adiante, foi muito importante na escolha do casamento da filha mais velha de D. João com o Infante D. Pedro Carlos de Bourbon e Bragança. Segundo o autor, a oposição britânica e a evolução da situação política que conduziu à libertação

³ António Pedro Vicente, «Política exterior de D. João VI no Brasil», *Revista de Estudos Avançados*, vol. 7, n° 19, São Paulo, Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, 1993, pp. 193-214.

⁴ Luísa Maria Bastos Neves, «Guerra aos franceses: a política externa de D. João VI e a ocupação de Caiena», *Revista Navigator*, vol. 6, n° 11, Rio de Janeiro, Diretoria do Património Histórico e documentação da Marinha, 2010, pp. 70-82.

de Fernando VII contribuíram para que esta intenção, alegadamente também de D. João VI, acabasse por não ter sucesso.⁵

O contributo de alguns biógrafos do regente e monarca, D. João VI, pode considerar-se igualmente relevante, no que diz respeito à política externa de Portugal. Dos diversos trabalhos existentes realçamos dois que, pela sua distância temporal e significado, nos pareceram mais significativos. Trata-se da obra de Oliveira Lima, efetuada em 1903, com diversas edições posteriores, nomeadamente uma comemorativa dos duzentos anos da chegada ao Brasil,⁶ e da recente obra de Jorge Pedreira e Fernando Dores Costa,⁷ efetuada no âmbito de uma coleção dedicada aos reis de Portugal.

Jorge Pedreira e Fernando Dores Costa defendem que D. João não era um mero recetor de papéis para os assinar. Indicam que as missivas não eram, normalmente, por si assinadas mas que tal era o comum entre os monarcas, os quais só o faziam quando pretendiam demonstrar uma grande intimidade com o destinatário, traduzindo uma honra adicional. Tal procedimento não significava, porém, que não fosse quem indicava aos embaixadores o que deveriam fazer.⁸ Os biógrafos apresentam, na biografia do monarca, apontamentos que D. João fazia para acompanhamento de vários assuntos, bem como do seguimento a dá-los, sendo alguns até relativos a assuntos menores.⁹

Nesta biografia, os autores referem que uma das principais preocupações, logo que a Corte chegou ao Brasil, nomeadamente do Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, foi a definição do posicionamento da monarquia portuguesa perante a situação internacional, na sequência da transferência sob proteção britânica. D. Rodrigo ficou com a incumbência de preparar uma proposta de manifesto que se destinaria a expor e a justificar, perante as potências europeias, o procedimento da Corte de Portugal a respeito de França.¹⁰ Estes autores corroboram a posição que defende que, apesar da ideia do não regresso a Portugal se tornasse cada vez mais comum, nomeadamente em Espanha, o príncipe não deixou de tomar provi-

⁵ José Subtil, «O projecto para a União Ibérica de D. Rodrigo de Sousa Coutinho (1808-1811)», Álvaro Garrido, Leonor Freire Costa e Luís Miguel Duarte (org.), *Economia, Instituições e Império; Estudos em homenagem a Joaquim Romero Magalhães*, Coimbra, Almedina, 2012, pp. 541-555.

⁶ Manuel de Oliveira Lima, *D. João VI no Brasil*, Rio de Janeiro, ACD Editores, 2008.

⁷ Jorge Pedreira e Fernando Dores Costa, *D. João VI*, Rio de Mouro, Temas e debates/Círculo de Leitores, 2009.

⁸ Jorge Pedreira e Fernando Dores Costa, *D. João VI*, ..., p. 136.

⁹ Idem, *ibidem*, p. 138.

¹⁰ Idem, *Ibidem*, pp. 222-224.

dências expressamente dirigidas ao reino português, algumas das quais, se tivessem sido efetivamente aplicadas, representariam profundas mudanças para o país.¹¹

Tendo por referência o Congresso de Viena, os autores referem que o principal enviado português, Pedro de Sousa Holstein, continuava a pensar mais no quadro europeu do que na dimensão americana da monarquia portuguesa.¹² Procurando justificar as razões de uma aproximação à Áustria, Pedreira e Costa afirmam que, após um relativo afastamento da proteção do aliado principal, Inglaterra, Portugal só poderia esperar alguma compreensão, no teatro europeu, da parte daquela potência, daí resultando a vontade de estabelecer uma união. A Rússia, desde o Congresso de Viena, empreendeu uma aproximação a Espanha e a França, pelo que dificilmente se poderia mostrar favorável às posições portuguesas, sendo a Áustria uma boa solução.¹³

Uma referência no estudo da política externa deste período é a obra de Valentim Alexandre, correspondente à sua tese de doutoramento apresentada na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, posteriormente editada.¹⁴

Neste estudo merece-nos atenção a importância que o autor dá à História Diplomática; assim, em conclusões refere que a análise que fez da situação económica e política do império nos últimos anos da vigência do Antigo Regime colonial conduziu-o a privilegiar o estudo da História Diplomática, especialmente na fase que vai da Revolução Francesa até à transferência da Corte para o Rio de Janeiro. Nessa análise concluiu que Portugal tentara passar a um sistema multipolar de alianças para melhor resistir às pressões britânicas.¹⁵ Contudo, reconhece que esta vontade de autonomia da política externa portuguesa em relação à Inglaterra tinha limitações, por falta de alternativas que permitissem chegar a uma diferente relação de forças entre os dois países, menos desfavorável Portugal. Era ainda quase exclusivamente à Grã-Bretanha que os diplomatas portugueses se viam forçados a recorrer para fazerem valer qualquer das suas pretensões a nível internacional.¹⁶ Dando uma boa relação do difícil papel dos diplomatas nesta época, refere com bastante detalhe, entre outras, a posição do Duque de Palmela, que aqui destacamos para o interesse colateral com o tema do nosso trabalho. Segundo o autor,

¹¹ Idem, *ibidem*, p. 279.

¹² Idem, *ibidem*, p. 294.

¹³ Idem, *ibidem*, p. 296.

¹⁴ Valentim Alexandre, *Os sentidos do Império*, Porto, Edições Afrontamento, 1993.

¹⁵ Idem, *Ibidem...*, p. 795.

¹⁶ Idem, *Ibidem ...*, p. 330.

Pedro de Sousa Holstein considerava que, em pleno Congresso de Viena, a Rússia e as outras grandes potências da Europa estavam intimamente ligadas a Inglaterra, pelo que a única potência que poderia juntar-se a Portugal seria Espanha.¹⁷ Para esta conclusão refere mesmo um ofício do Duque de Palmela, de 27 de Novembro de 1815, publicado por Oliveira Lima. Do Rio de Janeiro esta posição iberista de Palmela não foi muito bem aceite, confiando-se que do Congresso de Viena resultasse um sistema de balanço de poderes europeus que permitisse a Portugal tirar vantagens de apoios externos diversificados. Nesta linha, Valentim Alexandre vai integrar os casamentos de membros da família real nas tentativas de estabelecer relações com outras potências e cortes.¹⁸ Surge nesta tese uma linha muito importante para o estudo da política externa da monarquia: as fontes provenientes dos embaixadores e os casamentos régios utilizados como instrumentos dessa política.

b) Casamentos

No Estados Unidos da América do Norte, há que realçar o papel precursor dos estudos de Paula Sutler Fichtner, que num artigo dedicado à história da diplomacia, publicado na *American Historical Review*, em 1976, analisou a relevância e o significado das alianças matrimoniais da Casa de Habsburgo.¹⁹ Neste artigo Fichtner chama a atenção para a necessidade de um estudo interdisciplinar da matéria, assumindo como relevantes as considerações da História, das Relações Internacionais e da Sociologia da Cultura.

Alguns dos mais recentes estudos efetuados especificamente na análise de casamentos régios e das suas implicações inseriram-se em linhas historiográficas de estudo do género. Sílvia Z. Mitchel, inserida numa linha historiográfica desse âmbito, analisou, porém, os casamentos de membros da família real como instrumento diplomático e de política internacional, no contexto das cortes espanhola e francesa, no final do século XVII. Contudo, focou-se essencialmente na relevância política da função da mulher. Segundo a autora, os casamentos dinásticos propiciaram uma maior atenção para um dos mais importantes meios pelos quais as mulheres, da família real, podiam assumir relevância na geopolítica europeia. Este artigo centrou-se na época da História Moderna, designada na historiografia anglo-saxónica por «early modern age». Para Sílvia Z. Mitchel, a fun-

¹⁷ Idem, *Ibidem* ..., p. 332.

¹⁸ Idem, *Ibidem* ..., p. 335.

¹⁹ Paula Sutler Fichtner, «Dynastic marriage in sixteenth century Habsburg diplomacy and statecraft: an interdisciplinary approach», *The American Historical Review*, nº 81, 1976, pp. 243-265.

ção indispensável que os casamentos reais assumiram na conceção de alianças e nas respetivas estratégias políticas foi axiomática para os diplomatas dos séculos XVII e XVIII.

De acordo com esta historiadora americana, apesar de os casamentos coroarem diversas vezes, senão quase sempre, a maior parte dos Tratados de Paz, ainda têm de ser totalmente incorporados na História da Diplomacia da Europa.²⁰ Nesta investigação conclui que, apesar da extensa matéria que oferecem, os casamentos reais e as suas implicações internacionais têm sido considerados de pouca importância, muitas vezes quase ignorados, nos estudos que tratam essencialmente da Diplomacia.²¹

Na senda da pluridisciplinaridade, a britânica Margaret McGowan, investigadora na Universidade de Sussex, coordenou um conjunto de ensaios dedicados a casamentos dinásticos.²² Apesar de muito focados nas celebrações das uniões entre a Casa de Habsburgo e a casa de Bourbon, entre 1612 e 1615, estes ensaios, efetuados por diversos historiadores, historiadores de arte, sociólogos e antropólogos, procuraram analisar as diversas facetas dos casamentos, desde as políticas, as diplomáticas, as culturais, até às de integração social e intrigas internas associadas aos diversos processos de negociação.

Segundo McGowan, os casamentos dinásticos foram de crucial importância na Europa Moderna. Analisando o cenário internacional, a autora considera que as consequências de um acordo de casamento entre as casas reinantes europeias podem ser comparadas às geradas por um início de guerra ou às resultantes da assinatura de um tratado de paz.

Esta publicação surgiu na sequência de uma linha de investigação, coordenada por McGowan, cujos resultados foram apresentados numa conferência dedicada a casamentos dinásticos, realizada em 2011, no Instituto de Warburg.

Dos diversos ensaios destacam-se dois que procuram perceber a importância dos casamentos nas estratégias diplomáticas dos reinos envolvidos. John H. Elliot²³ analisou em detalhe a «coreográfica» troca das princesas Infanta Ana, filha de Filipe III de Espanha,

²⁰ Sílvia Z. Mitchel, «Marriage plots: royal women, marriage diplomacy and international politics in the Spanish, French and Imperial Courts, 1665-1679», *Women, Diplomacy and International politics since 1500*, coord. Glenda Sluga, Carolyn James, New York, Routledge, 2015, pp. 86-87.

²¹ Idem, *Ibidem*.

²² Margaret McGowan (coord.), *Dynastic marriages 1612/15: a celebration of the Habsburg and Bourbon unions*, Farnham, Sussex, McGowan/Ashgate editions, 2013.

²³ John H. Elliot, «The political context of the 1612-15 Franco-Spanish Treaty», *Dynastic marriages...*, pp. 7-24.

e Isabel, filha de Henrique IV de França, ocorrida em 9 de Novembro de 1615, no Rio Bidasoa, fronteira natural dos dois países. No seu estudo desenvolveu as preocupações diplomáticas e as razões políticas subjacentes a tais alianças, inserindo-as num contexto mais vasto ligado às estratégias de ambos na Guerra dos Trinta Anos.

Nicolas Le Roux²⁴ contextualizou os acordos de casamento no complexo cenário da política francesa, abordando igualmente as celebrações e manifestações culturais (nomeadamente através de fenómenos literários, musicais e até teatrais, motivados por tais casamentos) apontadas como génese de alguns festivais culturais existentes, ainda hoje, em algumas cidades europeias.

Na historiografia francesa, os maiores contributos para esta temática foram dados pelos estudos de Lucien Bély. O autor, especialista em História das Relações Internacionais, aponta a importância da monarquia como tendo consubstanciado o único regime político duradouro, durante a época moderna dos séculos XVI a XVIII, tal como já acontecera com na Idade média. A afirmação de uma casa soberana favorecia o fortalecimento da nação. Assim, partindo deste pressuposto, considera que as relações entre os Príncipes confundiam-se com o que, atualmente, apelidamos de relações internacionais. Estas relações tinham, igualmente, uma dimensão pessoal, em particular nas negociações dos diversos casamentos entre príncipes e princesas cristãos. Salientando, com diversos exemplos de casamentos régios em toda a Europa, o contraste entre os eventos que faziam parte da vida ordinária dos homens e o impacto que os que se relacionavam com a vida dos príncipes tinham sobre o conjunto das populações, fundamenta a importância do seu estudo para compreensão das relações entre Estados. Por outro lado, utiliza o exemplo das uniões dinásticas como forma de acentuar a identidade coletiva das diversas nações europeias.²⁵ O próprio autor critica a historiografia anterior, resultante dos Annales, por desconsiderar este tipo de estudo e julgar que as relações entre as dinastias mais não eram que factos sem importância, sem contexto coletivo e apenas com imbróglis que conduziam à Guerra.

No início do século XXI, esta matéria, em consequência dos estudos de Bély, cresceu de interesse em França. A título meramente exemplificativo referiremos um número da

²⁴ Nicolas Le Roux, «A time of frenzy. Dreams of union and aristocratic turmoil (1610-1615) », *Dynastic marriages...*, pp. 25/46.

²⁵ Lucien Bély, *La société des princes XVIe-XVIIIe siècle*, Paris, Fayard, 1999.

revista *XVIIe Siècle* dedicado quase na totalidade a esta temática, onde diversos autores, de diversas nacionalidades foram convidados a analisar diversos aspetos dos casamentos dinásticos. Nestes artigos é possível encontrar a predominante tendência de os incluir na História das Relações Internacionais, salientando quer os contextos internacionais, quer a importância dos negociadores. Assim, Yves-Marie Bercé,²⁶ centrando a sua análise no ponto de vista da História do género, procura perceber quem foram as mulheres influentes nas alianças dinásticas que os Bourbons e os Habsburgos efetuaram em Itália. Andrea Merlotti²⁷, Thomas Nicklas²⁸, Josef Joahannes Semid²⁹ e Alice Perrin-Marsol³⁰ procuram analisar de que forma as alianças matrimoniais e as políticas dinásticas subjacentes permitiram a manutenção ou a recuperação do prestígio internacional das principais casas da Europa. Relevante para a compreensão do papel político atribuído aos negociadores dos casamentos é o artigo de Géraud Poumarède³¹ que, ao analisar o papel de Mazarin como negociador de casamentos, procura perceber simultaneamente qual a importância destas alianças em termos geoestratégicos.

Em Portugal, a matéria dos casamentos régios ligada a contextos de relações internacionais e diplomáticos não tem sido objeto de muitos estudos específicos, ainda que alguma historiografia a tenha abordado lateralmente. Apesar de existirem alguns estudos que tiveram por objeto casamentos régios noutras épocas, focando a Europa medieval ou a contemporânea, foi opção nossa não afastarmos a nossa análise dos estudos relativos a casamentos ocorridos na época moderna.

Na maior parte dos casos, os trabalhos existentes referem-se, essencialmente, à arte subjacente às festividades, bem como à narração de factos ocorridos durante a celebração. Raras vezes foram abordados os processos negociais ou as implicações daí advenientes.

²⁶Yves-Marie Bercé, «Femmes d'influence? Les Bourbons, les Habsburgs et leurs alliances dynastiques en Italie et dans l'Empire au XVIIe siècle», *XVIIe Siècle*, n° 243, Paris, Société d'Étude du XVIIe siècle, 2009, pp. 199-200.

²⁷ Andrea Merlotti, «Politique dynastique et alliances matrimoniales de la maison de Savoie au XVIIe siècle», *XVIIe Siècle*, n° 243, Paris, Société d'Étude du XVIIe siècle, 2009, pp. 239-256.

²⁸ Thomas Nicklas, «Unir de coeur et d'intérêt. la Bavière, la Savoie, la France et le choix des princesses au XVIIe siècle», *XVIIe Siècle*, n° 243, Paris, Société d'Étude du XVIIe siècle, 2009, pp. 257-266.

²⁹ Josef Joahannes Semid, «Beau-père de l'Europe. Les princesses dans la politique familiale et dynastique de Philippe-Guillaume de Neubourg», *XVIIe Siècle*, n° 243, Paris, Société d'Étude du XVIIe siècle, 2009, pp. 267-280.

³⁰ Alice Perrin-Marsol, «À la recherche du prestige perdu? Les alliances matrimoniales de la Maison de Brunswick à la fin du XVIIe siècle», *XVIIe Siècle*, n° 243, Paris, Société d'Étude du XVIIe siècle, 2009, pp. 281-300.

³¹ Géraud Poumarède, «Mazarin, marieur de l'Europe. stratégies familiales, enjeux dynastiques et géopolitique au milieu du XVIIe siècle», *XVIIe Siècle*, n° 243, Paris, Société d'Étude du XVIIe siècle, 2009, pp. 201-218.

Para a História Moderna destacamos o trabalho de Nelson Correia Borges, relativo ao casamento de D. Pedro II com D. Maria Sofia Isabel de Neuburgo, dedicado essencialmente à arte efémera a si associada,³² bem como o estudo mais antigo de Paulino Montez que, apesar de se preocupar com outras festividades, tais como receções na Casa Real e batizados, abarca igualmente as dos casamentos régios, nomeadamente o da Infanta D. Catarina com Carlos II de Inglaterra.³³

Ainda numa linha de estudo de casamentos, na História Moderna, mais associada às festividades, poderemos referir os trabalhos de Ana Cristina Cardoso da Costa Gomes,³⁴ bem como de Joaquim Jaime Ferreira Alves. Este autor debruçou-se sobre a arte efémera no duplo consórcio Bragança- Bourbon, em 1785, onde D. João VI e D. Carlota Joaquina, bem como D. Mariana Vitória e D. Gabriel Bourbon, reforçaram uma tendência de união ibérica, que já se iniciara com o casamento de D. José e de D. Maria Bárbara, ainda no reinado de D. João V. Apesar de Ferreira Alves se preocupar fundamentalmente com o papel das construções efémeras e do seu papel na afirmação do poder, analisou igualmente algumas das etapas comuns nos casamentos, nomeadamente a celebração por procuração, a entrega ou troca de princesas e a receção das mesmas nos locais de destino.³⁵ Segundo o historiador, os casamentos davam lugar a um complexo cerimonial que, como espetáculo do poder, atraía naturalmente todas as camadas da sociedade de então. Segundo este estudo, a preocupação com a ordem durante os festejos era muito recorrente, havendo sistemáticos relatos da presença de tropas nas festividades como forma de disciplinarmente social.³⁶

Numa perspetiva mais ligada à afirmação do poder e ao impacto na realidade social do país destacamos o estudo de Diogo Ramada Curto sobre os ritos e cerimoniais no Por-

³² Nelson Correia Borges, *A arte nas festas do casamento de D. Pedro II*, Porto, Paisagem Editora, s/d.

³³ Paulino Montez, *As belas-artes nas festas públicas em Portugal*, Lisboa, Tipografia António Maria Pereira, 1931.

³⁴ Ana Cristina Cardoso da Costa Gomes, «Alianças, poder e festa. Os casamentos de D. Afonso VI e de D. Pedro II», João Castel-Branco Pereira, Ana Paula Correia e João Carvalho Dias (coord.), *Arte efémera em Portugal*, Lisboa, Gulbenkian, 2001, pp. 51-73.

³⁵ Joaquim Jaime Ferreira Alves, «Formas de arte efémera no duplo consórcio Bragança-Bourbon em 1785», *Revista da Faculdade de Letras*, Iª série, vol. III, Porto, Universidade do Porto, 2004, pp. 95-108.

³⁶ Idem, *Ibidem*, p. 99.

tugal do Antigo Regime.³⁷ Também neste estudo são referidos os cerimoniais existentes em casamentos de membros da família real como fenómeno social.

Numa análise mais sistematizada e contextualizante, a nível da política interna e externa de Portugal, Ângela Barreto Xavier, Fernando Bouza Alvarez e Pedro Cardim elaboraram um estudo pormenorizado sobre as festividades que se realizaram no casamento do Rei Afonso VI.³⁸

Para uma compreensão das diversas fases negociais e com uma análise conceptual de algumas definições de realidades associadas aos casamentos, destacamos o estudo de Mafalda Soares da Cunha sobre as estratégias matrimoniais da Casa de Bragança. Apesar de, como a própria autora expressamente indica, não ter analisado os aspetos de política internacional, e de se ter cingido ao período compreendido entre 1383 e 1640, este estudo foi muito positivo no contributo que deu a esta temática. Ao afirmar que a reconstituição dos itinerários das negociações matrimoniais revela como essas estratégias se alteraram com o passar dos tempos e a evolução das conjunturas, numa constante simbiose entre os constrangimentos políticos e a prossecução dos interesses da casa de Bragança, permite-nos perceber que o casamento era quase sempre o possível e o mais vantajoso em cada época, mesmo que rapidamente as condições se alterassem e, noutra conjuntura imediatamente seguinte, aquele casamento pudesse já não ter sido feito daquela forma. Em nosso entender, a autora dá um relevante contributo ao chamar a atenção para que os períodos das negociações matrimoniais se tornam mais interessantes do que as soluções encontradas, pois revelam de forma mais exata o que, nos diferentes momentos, estava em jogo para a casa de Bragança.³⁹

Numa vertente mais ligada aos impactos diplomáticos de casamentos régios, se bem que mais confinada a uma reprodução documental, destacamos alguns trabalhos de Eduardo

³⁷ Diogo Ramada Curto, «Ritos e cerimónias da monarquia em Portugal (séculos XVI a XVIII)», Francisco Bethencourt e Diogo Ramada Curto (coord.), *A Memória da Nação*, Lisboa, Livraria Sá da Costa, 1991, p. 201-265.

³⁸ Ângela Barreto Xavier, Pedro Cardim e Fernando Bouza Alvarez, *Festas que se fizeram pelo casamento do Rei Afonso VI*, Lisboa, Quetzal, 1996.

³⁹ Mafalda Soares da Cunha, «Estratégias matrimoniais da Casa de Bragança e o Casamento do Duque D. João II», *Hispania*, Madrid, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 2004, pp. 39-62.

Brazão,⁴⁰ nos quais se pode, para além das festividades e arte, perceber quais eram os protocolos associados à entrega e receção das princesas.

Ao nível das negociações para acordos de casamentos destacamos alguns trabalhos que foram precursores em Portugal. Assim, relativamente às negociações de casamentos, se bem que de forma mais descritiva do que problematizante, salientamos os trabalhos de Caetano Beirão, ainda na década de quarenta do século XX.⁴¹

Mais recentemente, em estudos biográficos, alguns autores têm procurado analisar algumas fases negociais relativas a casamentos, bem como os diversos momentos da sua realização e a sua inclusão nas problemáticas políticas onde se inserem. Assim, destacamos, pela proximidade à época por nós estudada, na biografia de Maria Francisca Isabel de Sabóia, a análise do seu casamento com Afonso VI, efetuada por Isabel Drumond Braga, e na biografia de Maria Sofia de Neuburg, o estudo do seu casamento com D. Pedro II, elaborado por Paulo Drumond Braga⁴². Realçamos, igualmente, a análise efetuada ao casamento de D. Carlota Joaquina com D. João, na biografia da rainha elaborada por António Ventura, com a inclusão de excertos dos tratados matrimoniais.⁴³

A Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa tem procurado, igualmente, sob a coordenação das Professoras Doutoradas Ana Leal de Faria, Manuela Santos Silva e Ana Maria Rodrigues, desenvolver uma linha de investigação e divulgação das questões relacionadas com casamentos régios, destacando-se a realização de dois seminários em 2011 e 2013, com a organização do Centro de História daquela Faculdade, bem como a publicação de um livro com as principais comunicações, pelo Círculo de Leitores, prevista para o início de 2016.⁴⁴

⁴⁰ Eduardo Brazão, *O casamento de D. Pedro II com a Princesa de Neuburg (documentos diplomáticos)*, Coimbra, Coimbra Editora, 1936. Idem, «A receção de uma rainha - festas lisboetas no século XVII», *Boletim Cultural e Estatístico*, I, nº2, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1969, pp. 253-57.

⁴¹ Caetano Beirão, «As negociações para o casamento da Infanta D. Catarina com Carlos II de Inglaterra», *Separata dos Anais da Academia Portuguesa de História*, vol. VII, Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1942.

⁴² Isabel Drumond Braga, Paulo Drumond Braga, *Duas rainhas em tempo de novos equilíbrios europeus*, Maia, Círculo de Leitores, 2011, pp. 28-45; 284-297.

⁴³ António Ventura, Maria de Lourdes Viana Lyra, *Carlota Joaquina – Leopoldina de Habsburgo*, Maia, Círculo de Leitores, 2011, pp. 21-31.

⁴⁴ Neste seminário, designado por *Casamentos Régios. Planos, Negociações, Festejos*, destacamos as seguintes comunicações: Manuela Santos Silva, *Processos matrimoniais régios em finais do século XIV*; Paula Rodrigues, *A teia. A política matrimonial da dinastia de Avis*; Ana Paula Antunes, *A Infanta D. Isabel e o seu casamento na Casa Ducal de Borgonha*; Ana Maria Rodrigues, *Os festejos do casamento*

Quanto aos casamentos objeto do presente trabalho, relativos aos filhos de D. João VI, não conhecemos nenhuma obra ou estudo que, de forma autónoma e sistematizada, os tenha analisado. Consideramos que esta ausência não estará relacionada com o menor interesse pela época, a qual teve recentemente um conjunto vasto de publicações em virtude das celebrações dos duzentos anos da chegada da Corte ao Brasil, mas antes com a menor consideração que a matéria dos casamentos teve na historiografia nacional e brasileira. Ainda assim, seja em obras dedicadas a outras temáticas, seja em estudos biográficos das personagens régias, os casamentos dos filhos de D. João VI foram sendo referidos e, em alguns casos, até analisados, ainda que quase sempre de um ponto de vista meramente restrito às festividades ou à narração da celebração, e não tanto em relação aos processos negociais e seus impactos.⁴⁵

Destacamos, pelo seu pioneiro contributo, o estudo de Luiz Norton, relativo à Corte de Portugal no Brasil, publicado em 1938, em São Paulo.⁴⁶ Este trabalho tem a vantagem da inclusão, em apenso documental, de alguns documentos relativos a correspondência diplomática, provenientes do Arquivo do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, relativa às negociações do casamento de D. Pedro com D. Leopoldina, bem como de alguma correspondência da princesa austríaca, traduzida e conservada na Biblioteca do Rio de Janeiro. Aponta, igualmente, algumas considerações quer sobre o casamento da filha mais velha de D. João VI, D. Maria Teresa, com o Infante D. Pedro Carlos, quer sobre o casamento de D. Pedro.

No que se refere ao casamento de D. Maria Teresa abordou, de uma forma sucinta, as razões que conduziram a que D. Carlota Joaquina não estivesse de acordo com esta ligação: a possível concorrência que o sobrinho e agora genro poderia oferecer à sua posição de regente em Espanha e na América do Sul. De uma forma igualmente resumida

de D. Leonor de Aragão em Castela e Portugal; António Martins Costa, *O casamento de D. Henrique IV de Castela e D. Joana de Portugal*; Andreia de Almeida, *Anatomia de uma aliança ibérica. Os casamentos entre os Infantes de Portugal e de Espanha (1725-1729)*; Ana Leal de Faria, *Os casamentos da família real portuguesa na segunda metade do século XVIII*; Nuno Castro Luís, *Afirmção europeia de um monarca nos trópicos: os casamentos dos filhos de D. João VI*.

⁴⁵ Mafalda Soares da Cunha, «Estratégias matrimoniais da Casa de Bragança e o Casamento do Duque D. João II», *Hispania*, Madrid, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 2004, pp. 39-62.

⁴⁶ Este estudo foi publicado pela primeira vez em São Paulo, na Coleção Brasileira, volume 124, em 1938, a qual esgotou imediatamente. Foi, posteriormente, publicado em 2ª edição, em Portugal, apesar de não se ter indicação da data em que tal aconteceu. Luiz Norton, *A Corte de Portugal no Brasil*, Lisboa, Empresa Nacional de Publicidade, s/d.

descreveu a comitiva e os eventos associados a este casamento, «a primeira festividade que o novo Mundo viu realizar-se no Brasil.»⁴⁷

Relativamente ao casamento de D. Pedro e D. Leopoldina, Luíz Norton apresentou uma análise mais detalhada, remetendo, porém, para muitos documentos citados em obras de terceiros. Elencando a tradição da união à casa da Áustria como razão principal para a pretensão de Portugal a casar o príncipe herdeiro com uma princesa austríaca, apresentou alguns excertos documentais relativos à negociação do casamento, bem como das festividades a si associadas, tendo o interesse acrescido de fornecer algumas descrições sobre a entrada do Marquês de Marialva na Corte de Viena.

Trata-se de um estudo relativamente exaustivo no que concerne à forma de vida na Corte, com indicações sobre costumes, artes e ciências na época de D. João. A nível cronológico aborda todo o período da Corte no Brasil até ao seu regresso a Lisboa. Apesar de uma obra pioneira e com as características da historiografia das décadas de trinta e quarenta do século XX, é de todos os estudos que verificámos o que aborda estes dois casamentos de forma mais completa a nível de informações factuais, na historiografia portuguesa e brasileira.

Destacamos, igualmente, nestes estudos precursores, os efetuados por Ângelo Pereira, em 1946, sobre os filhos de D. João VI,⁴⁸ bem como a biografia do monarca, enquanto Príncipe e Rei, publicada em quatro volumes, entre 1953 e 1958.⁴⁹

Estes livros oferecem a reprodução de vários documentos que, apesar de normalmente não estarem referenciados em termos arquivísticos, aparecem muitas vezes identificados como sendo parte da coleção do autor. A obra de Ângelo Pereira dedicou capítulos autónomos à vida de cada um dos filhos, havendo algumas referências aos casamentos. Apesar de mais centrado na política interna do que nos processos negociais e diplomáticos, a obra deste autor, tendo em conta a época em que foi produzida, constituiu, e ainda hoje podemos afirmar que constitui, uma referência pela matéria e pela forma de abordagem, menos crítica da intervenção de D. João e mais centrada na ideia de fatores como um todo.

⁴⁷ Idem, *ibidem*, p. 46.

⁴⁸ Ângelo Pereira, *Os filhos de El-Rei D. João VI*, Lisboa, Tipografia da Empresa Nacional de Publicidade, 1946.

⁴⁹ Idem, *D. João Príncipe e Rei*, Lisboa, Tipografia da Empresa Nacional de Publicidade, 1953-1958.

A mais recente biografia de D. João VI, elaborada por Jorge Pedreira e Fernando Dores Costa, numa coleção dedicada aos reis de Portugal, contem algumas referências aos casamentos dos filhos de D. João VI, centrando-se, porém, essencialmente no de D. Pedro com D. Leopoldina. Segundo os autores, os casamentos endogâmicos das Infantas portuguesas com D. Fernando VII e D. Carlos Maria Izidro poderiam ter satisfeito Carlota Joaquina (por se tratar dos seus irmãos) mas não satisfazia a vontade de reconhecimento internacional de D. João VI, mesmo que uma das suas filhas passasse a ser rainha de uma potência europeia.⁵⁰

Ainda que consideremos ser outras as razões destes casamentos, que não a mera satisfação de D. Carlota Joaquina, esta afirmação tem muita relevância em termos de contributo para o nosso estudo, uma vez que estabelece expressamente uma associação entre o casamento e o reconhecimento internacional na Europa, por parte de Portugal e de D. João VI.

Para os biógrafos, afastado o apoio do tradicional aliado, Inglaterra, e face a uma aproximação da Rússia a Espanha e França, o que agravava as pretensões e posição de Portugal na Europa, a única opção viável para um casamento do príncipe herdeiro seria com Áustria.⁵¹

Na biografia de D. Pedro IV, elaborada por Eugénio dos Santos, o casamento do príncipe é igualmente referido. Invocando que a hipótese de um casamento do futuro rei com uma Bourbon não seria do agrado de D. João VI, aponta-a como principal motivo para a escolha de uma princesa austríaca. O autor refere a tradição de alianças com a Corte de Viena como fundamento para este casamento. A descrição do cerimonial do pedido, por parte de Marialva, é concluída com a afirmação de que o embaixador teria tido autorização para qualquer despesa, como forma de deixar uma impressão durável e de fausto naquela Corte.⁵²

Muitas outras biografias poderiam ser referidas, sendo certo que todas têm como elemento comum, quando referem os casamentos dos filhos de D. João VI, o não se afastarem muito da linha de abordagem das que considerámos acima.

⁵⁰ Jorge Pedreira, Fernando Dores Costa, *D. João VI*, Rio de Mouro, Temas e debates/Círculo de Leitores, 2009, pp. 309-310.

⁵¹ Idem, *ibidem*, pp. 216; 311-316.

⁵² Eugénio dos Santos, *D. Pedro IV*, Rio de Mouro, Temas e debates/Círculo dos Leitores, 2008, pp. 99-104.

Existiram, igualmente, em obras dedicadas à História Diplomática e das Relações Internacionais, algumas análises efetuadas em relação aos casamentos dos filhos de D. João VI.

Merece especial referência a obra de Pedro Soares Martinez, efetuada na década de oitenta do século XX, dedicada à História diplomática nacional.⁵³ Contendo um capítulo dedicado à política externa portuguesa do Rio de Janeiro, entre 1808 e 1820, este estudo, não incidindo especialmente sobre a matéria dos casamentos, acaba não só por referi-los como, igualmente, por contextualiza-los face à posição mais ampla de Portugal na Europa.

Segundo este autor, com o final da Guerra peninsular, as pretensões de D. Carlota Joaquina à regência não eram mais defensáveis a nível internacional, havendo porém interesse recíproco, entre Portugal e Espanha, em manter boas relações. No caso de Espanha, face às dificuldades sentidas quer no continente, quer nas colónias espanholas, uma boa relação com Portugal era de grande importância para manter uma posição de poder reconhecida, pelo que o casamento do rei com uma das filhas de D. João terá sido movido por tal interesse. Segundo Soares Martinez, eram escassos os elementos reunidos sobre as negociações destes casamentos. De qualquer modo, e no que aos processos negociais diz respeito, afirma a sua estranheza por não terem sido confiadas a um grande nome da diplomacia, conforme o uso da época comprovado nas negociações do casamento de D. Pedro. Segundo o autor, uma das hipóteses possíveis para justificar esta constatação poderá ser a de já haver um claro entendimento entre o rei de Espanha, o irmão e D. Carlota Joaquina quanto a estas uniões, tornando dispensável a intervenção de embaixadores mais qualificados para o ajuste dos casamentos.⁵⁴

Quanto à ligação à Casa Imperial austríaca, o autor defende que, à época do Congresso de Viena, a oposição entre os dois maiores Estados vencedores das guerras napoleónicas, Grã-Bretanha e Rússia, teria dado uma posição de relevo à Áustria, reforçada pela permanência na capital austríaca, durante meses, de plenipotenciários.⁵⁵

Com a paz alcançada, Portugal tinha acesso a outras cortes para além da inglesa, que deixava de aparecer como a única potência, destacando-se a Rússia (uma grande potên-

⁵³ Pedro Soares Martinez, *História Diplomática de Portugal*, Lisboa, Verbo, 1986.

⁵⁴ Idem, *ibidem*, pp. 317-318; 330.

⁵⁵ Idem, *ibidem*, p. 227.

cia cujo exército viera até ao centro da Europa) e a Áustria, razão pela qual o casamento do príncipe herdeiro foi negociado nos termos conhecidos. Tratou-se, segundo Soares Martinez, de uma tentativa de alargar a rede de alianças externas, de autonomizar-se de Inglaterra e de dar testemunho da sobrevivência nacional.⁵⁶

Em termos de contributo deste estudo salientamos, para além da inserção dos casamentos no contexto da afirmação nacional a nível europeu, o destaque, ainda que com as características de uma obra de síntese, dado ao papel dos embaixadores envolvidos.

Valentim Alexandre, cujo trabalho já salientámos, refere, relativamente aos casamentos dos filhos de D. João VI, que uma das primeiras tentativas de aproximação a outras potências foi a da união de uma das princesas portuguesas com o Duque de Berry, herdeiro presuntivo de Luis XVIII.⁵⁷ Melhor sucedidos foram, segundo o autor, os contactos estabelecidos com a Áustria, levando ao casamento de D. Pedro com D. Leopoldina, apesar de se ter gorado o da infanta Isabel Maria com o Príncipe Imperial austríaco, igualmente desejado por Portugal. Relevante é o reconhecimento efetuado por este autor de que o casamento e ligação à Casa Imperial austríaca não deixou de trazer alguns benefícios à diplomacia luso-brasileira.⁵⁸ Valentim Alexandre, referindo o relatório do Duque de Luxemburgo, indica ainda que a união familiar entre as Infantas portuguesas e o Rei de Espanha e seu irmão, D. Carlos Maria Izidro, não significou qualquer aproximação entre os dois países, tendo sido promovido por Carlota Joaquina e por algumas personalidades espanholas, contra a vontade dos respetivos Governos.⁵⁹ Quanto ao contributo para a questão e concretamente para o nosso estudo, destacamos a importância dada ao papel dos embaixadores e a inserção dos casamentos dos filhos de D. João VI na tentativa de reequilibrar a política externa do império e a salvaguarda da antiga metrópole face a uma incursão espanhola, como resposta às intervenções portuguesas no Rio da Prata.⁶⁰

Ana Leal de Faria, num de dois estudos por si efetuados a propósito das relações diplomáticas e económicas entre Portugal e a Prússia,⁶¹ analisou as dificuldades sentidas pe-

⁵⁶ Idem, *ibidem*, pp. 303; 319.

⁵⁷ Valentim Alexandre, *Os sentidos do Império ...*, p. 335.

⁵⁸ Idem, *Ibidem ...*, p. 336.

⁵⁹ Idem, *Ibidem ...*, p. 336.

⁶⁰ Idem, *Ibidem ...*, pp. 355-356.

⁶¹ Ana Leal de Faria, «Portugal e a Prússia no século XVIII. Negociações para um (im)possível Tratado de Comércio», *Problematizar a História. Estudos de História Moderna em homenagem a Maria do Ro-*

los plenipotenciários portugueses no Congresso de Viena, dando ênfase às dificuldades que os mesmos tiveram em proceder à hierarquização entre a defesa dos interesses nacionais no continente europeu e a defesa dos interesses portugueses do Brasil. Por outro lado, reafirma a dificuldade de salvaguarda da autonomização, por parte dos Enviados, face a Inglaterra, num contexto em que as diversas potências europeias consideravam-na como o interlocutor privilegiado de Portugal e, até mesmo, o seu representante.

Relativamente à matéria que nos preocupa, referindo-se aos casamentos das Infantas portuguesas em Espanha e de D. Pedro com Leopoldina, afirma que a política de casamentos seguida por D. João VI evidenciava uma tentativa de reforçar a sua posição internacional, utilizando, porém, a Áustria como forma de escapar às imposições das restantes potências europeias.⁶² A autora apresenta, pois, um caminho problematizante para a questão dos casamentos dos filhos de D. João VI, inseridos num projeto de afirmação internacional e, especificamente, na Europa do Congresso de Viena.

2- A importância da biografia no estudo da História da Diplomacia

A Europa resultante do Congresso de Viena assumiu-se como sendo capaz de diminuir os anteriores conflitos que lhe deram origem. Através da imposição de uma nova ordem e equilíbrio entre as Nações, em parte devido às negociações efetuadas durante os trabalhos da magna reunião, procurou obter-se consequências imediatas para a paz mundial e para o posicionamento internacional das diversas potências.

Portugal, com a família real sediada no Rio de Janeiro, fez-se representar na medida do que lhe era possível, mas a historiografia nacional e internacional nem sempre tem dedicado uma especial atenção ao esforço que alguns diplomatas empreenderam, antes e após o Congresso, por vezes através de diligências efetuadas à margem dos trabalhos, na afirmação europeia de um reino cuja corte estava, de forma inédita, permanentemente na América do Sul.

sário Themudo Barata, (org.) Ana Leal de Faria e Isabel Drumond Braga, Lisboa, Caleidoscópio, 2007, pp. 253-288; Idem, «Paz, amizade e liberdade: Portugal e a Prússia no Congresso de Viena», José Luis Cardoso, Nuno Gonçalo Monteiro e José Vicente Serrão, *Portugal, Brasil e a Europa Napoleónica*, Lisboa, ICS, 2010, pp. 83-107.

⁶² Idem, *ibidem*, p.105.

Apesar da distância, D. João VI e o seu grupo de Ministros e Secretários foram acompanhando a situação política europeia, ao tempo do Congresso. Utilizando os seus enviados diplomáticos, o Rei procurou a melhor forma de não deixar de pertencer ao grupo das nações que ainda poderiam ter uma palavra a dizer nestes novos tempos conturbados. Para conseguir afirmar-se não bastaria a Portugal estar representado oficialmente nas mesas do Congresso, sendo fundamental preparar um contexto que mantivesse a sua consideração como potência. Foi essa a função do Marquês de Marialva.

Conhecer a vida de D. Pedro Vito de Meneses Coutinho, 8º Conde de Cantanhede e 6º Marquês de Marialva, embaixador ao serviço do Príncipe Regente desde 1807, poderá contribuir para uma perceção de um conjunto de diligências paralelas que foram conduzidas na Europa, a que poderemos designar por Europa de Viena, imediatamente anteriores e contemporâneas ao Congresso, demonstrativas de que o sucesso num certame internacional não envolvia, tal como hoje não envolve, apenas a representação formal durante a sua realização.

O esboço biográfico que apresentamos, em anexo, insere-se num conjunto de trabalhos de análise histórica das elites que, em Portugal, quer por condicionantes de correntes historiográficas vigentes, quer por contextos políticos existentes, não teve grande acolhimento até há muito pouco tempo.⁶³ O estudo biográfico de diplomatas, em Portugal,

⁶³ Edgar Prestage, *D. Francisco Manuel de Melo, Esboço biográfico*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1914; Idem, *Frei Domingos do Rosário, Diplomata e político*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1916; Idem, «O Dr. António de Sousa Macedo: residente de Portugal em Londres (1642-46)», *Separata do Boletim da Segunda Classe*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1916; Eduardo Brasão, *O Conde de Tarouca em Londres: 1709-1710*, Lisboa, Imprensa Lucas, 1936; Virgínia Rau, «A embaixada de Tristão de Mendonça Furtado e os Arquivos Notariais Holandeses», *Anais da Academia Portuguesa da História*, II série, vol. 8, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1958, pp. 95-120; Maria Alcina Ribeiro Correia, *Sebastião José de Carvalho e Melo na corte de Viena de Áustria. Elementos para o estudo da sua vida pública (1744-1749)*, tese de licenciatura em História apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa, Instituto de Alta Cultura e Centro de Estudos Históricos, 1965; Maria Rosário Themudo Barata, *Rui Fernandes de Almada. Diplomata Português do século XVI*, tese de licenciatura em História apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa em 1967, Lisboa, Instituto de Alta Cultura e Centro de Estudos Históricos, 1971; Teresa Maria Schedel de Castello Branco, *Vida do Marquês de Sande (Soldado e Diplomata da Restauração - 1620-1667)*, Lisboa, Livraria Ferin, 1971; Maria Margarida Garcêz da Silva Ventura, *João da Silveira. Diplomata português do século XVI*, tese de licenciatura em História apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa em 1974, Lisboa, Gabinete de Estudos Humanísticos, 1983; Joaquim Veríssimo Serrão, *O Marquês de Pombal. O Homem, o Diplomata e o Estadista*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, Câmara Municipal de Oeiras, Câmara Municipal de Pombal, 1982; Carlos Ary dos Santos, «Francisco de Andrade Leitão. Um diplomata Restaurador da Independência», *A Diplomacia na História de Portugal, Actas do Colóquio*, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1990; Isabel Maria Cluny, *D. Luís da Cunha e a ideia de Diplomacia em Portugal*, Lisboa, Livros Horizonte, 1999; Idem, *O Conde de Tarouca e a Diplomacia na Época Moderna*, Lisboa, Livros Horizonte, 2006; Maria Rosalina Delgado, *José da Cunha Brochado. O Homem e a sua época (1651-1733)*, Lisboa, Universidade Lusíada, 2000; Norberto Ferreira da Cunha, «A ilustração de

não teve cabal desenvolvimento até à última década do século XX. Os vários exemplos que podem ser apontados são esparsos e não obedeceram a um movimento historiográfico sistematizado que procurasse inserir o estudo da vida dos embaixadores numa História Diplomática e da Relações Internacionais, mesmo que alguns tenham sido trabalhos académicos. Assim, Edgar Prestage escreveu biografias de D. Francisco Manuel de Melo (1914), de Frei Domingos do Rosário (1916) e de António de Sousa Macedo (1916); Eduardo Brasão escreveu a biografia do Conde de Tarouca (1936); Virgínia Rau estudou Tristão de Mendonça Furtado (1958); Maria Alcina Ribeiro Correia estudou a vida do embaixador Marquês de Pombal (1965); Maria Rosário Themudo Barata escreveu sobre Rui Fernandes de Almada (1967); Teresa Maria Schedel de Castello Branco debruçou-se sobre a vida do Marquês de Sande (1971); Maria Margarida Garcêz escreveu a biografia de João da Silveira (1974); Joaquim Veríssimo Serrão sobre o Marquês de Pombal (1982). Foi, porém, na última década do século XX que, de uma forma mais sistemática, apareceram mais trabalhos de cariz biográfico sobre diplomatas portugueses: Carlos Ary dos Santos escreveu sobre Francisco de Andrade Leitão (1990); Isabel Maria Cluny escreveu sobre D. Luís da Cunha (1999) e sobre o Conde de Tarouca (2006); Maria Rosalina Delgado trabalhou a vida de José da Cunha Brochado (2000); Norberto Ferreira da Cunha escreveu a biografia de José da Cunha Brochado (2001); Andréa Mansuy-Diniz Silva analisou a vida de Rodrigo de Sousa Coutinho (2002); Ana Maria Leal de Faria doutorou-se com a biografia de Duarte Ribeiro de Macedo (2005); Maria de Fátima Bonifácio escreveu sobre a vida do Duque de Palmela (2006 e 2015); Paulo Lowndes Marques biografou o Marquês de Soveral (2009). Destaca-se, igualmente, o estudo prosopográfico elaborado por Ana Leal de Faria, a qual, com preocupações metodológicas, apresentou uma biografia resumida de vários diplomatas, desde a restauração da independência até ao Congresso de Viena (2008).

Numa área como a história da diplomacia e das relações internacionais, o estudo dos casos concretos, dos indivíduos, das dificuldades negociais por si sentidas num tempo

José da Cunha Brochado», *Elites e académicos na Cultura Portuguesa Setecentista*, Lisboa, INCM, 2001; Andréa Mansuy-Diniz, *Portrait d'un Homme d'Etat: D. Rodrigo de Sousa Coutinho, Comte de Linhares 1755-1812*, Lisbonne- Paris, Centre Culturel Calouste Gulbenkian, 2002; Ana Maria Leal de Faria, *Duarte Ribeiro de Macedo. Um diplomata Moderno. 1618-1680*, Lisboa, Instituto Diplomático - MNE, 2005; Idem, *Arquitectos da Paz, A Diplomacia Portuguesa de 1640 a 1815*, Lisboa, Tribuna da História, 2008; Maria de Fátima Bonifácio, *Memórias do Duque de Palmela*, Lisboa, Dom Quixote, 2011, Idem, *O Primeiro Duque de Palmela - Político e Diplomata*, Alfragide, Dom Quixote, 2015; Paulo Lowndes Marques, *O Marquês de Soveral, Seu Tempo e Seu Modo*, Lisboa, Texto Editores, 2009.

de difíceis comunicações, do protocolo e dos códigos utilizados, torna-se indispensável para uma melhor caracterização sociológica, social, cultural e política dos contextos que se pretendem trabalhar.⁶⁴

Em Portugal não têm sido muito abundantes os estudos académicos, ou outros, relativos à História da nossa diplomacia e, muito menos, dos nossos diplomatas, cujas biografias, conforme conseguiram comprovar, já no século XXI, Ana Leal de Faria⁶⁵, nos seus estudos prosopográficos, ou Pedro Cardim⁶⁶, nos seus estudos de caracterização sociológica, muito permitem concluir quando às realidades subjacentes aos processos de decisão, bem como à importância de aspetos paralelos e complementares àqueles a que tradicionalmente se dava importância. Perceber a proveniência de um embaixador, o seu perfil sociocultural, as razões da sua escolha, as opções que tomou em determinados negócios, a forma e os instrumentos de que se socorreu, o impacto do que foi fazendo, muitas vezes sem obter oportunamente as instruções que tardavam em chegar, pode revestir-se de um interesse indispensável à compreensão de um determinado acontecimento histórico. Neste sentido, a biografia de um diplomata vai muito para além da sua própria linearidade, revestindo um interesse de caracterização sociocultural e histórica do momento em que se insere.⁶⁷ Trata-se, na esteira de François Dosse, de recorrer à biografia como instrumento de uma história social e política renovada.⁶⁸

Foi com este sentido que entendemos útil analisar a vida do último Marquês de Marialva, bem como o contributo que deu para o posicionamento de Portugal na Europa de Viena. Assim, pretendemos perceber qual a origem familiar do Embaixador, bem como a sua formação cultural e experiência militar, fatores essenciais na sua escolha como negociador de diversos casamentos para a família real portuguesa, na primeira metade

⁶⁴ M. Victória López-Cordón Cortezo, «Cuestiones Metodológicas de Historia Diplomática: el modelo español a finales del antiguo régimen», *Diplomatas e Diplomacia, Retratos, Cerimónias e práticas*, coord. Zília Osório de Castro, Lisboa, Livros Horizonte, 2004, pp. 101-102.

⁶⁵ Ana Leal de Faria, *Arquitectos da Paz, A Diplomacia Portuguesa de 1640 a 1815*, Lisboa, Tribuna da História, 2008, p. 45 e 84-98.

⁶⁶ Pedro Cardim, «Embaixadores e representantes diplomáticos da coroa portuguesa no século XVII», in *Cultura. Revista de História e Teoria das Ideias*, IIª série, volume XV, Lisboa, Centro de História da Cultura da Universidade Nova de Lisboa, 2002, pp. 47-86; Pedro Cardim, Nuno Gonçalo Monteiro, «A diplomacia portuguesa no Antigo Regime: Perfil sociológico e trajetória», in *Optima Pars, Elites Ibero-americanas do Antigo Regime*, Mafalda Soares da Cunha, Nuno Gonçalo Monteiro, Pedro Cardim, Lisboa, Imprensa das Ciências Sociais, 2005, pp. 282-322.

⁶⁷ Ana Leal de Faria, *Duarte Ribeiro de Macedo, um diplomata moderno 1618-1680*, Lisboa, Instituto Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, 2005, p. 29.

⁶⁸ François Dosse, *El arte de la biografía*, Cidade do México, Universidad Iberoamericana, 2011, p. 251.

do século XIX. Com a análise das suas diversas missões diplomáticas, das respectivas dificuldades nas negociações e dos mecanismos simbólicos de demonstração de poder, por si utilizados, pretendemos partilhar a dificuldade que um Embaixador tinha na condução do processo negocial. Procuramos, igualmente, realçar a importância que as diligências paralelas ao Congresso, conduzidas pelo último Marquês de Marialva, tiveram para preparar um contexto favorável à consideração de Portugal como potência, na Europa.

Para a realização deste esboço biográfico recorreremos essencialmente a instruções e correspondência diplomática, disponíveis no fundo do Ministério dos Negócios Estrangeiros, do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, bem como a documentos constantes do Arquivo Histórico Militar, da Biblioteca Nacional de Portugal e do Instituto de Ciências Sociais de Lisboa.

3 - D. João e a afirmação europeia

Ultrapassada a questão, tão controvertida entre historiadores, de saber se a partida de D. João e de grande parte das estruturas da corte portuguesa para o Brasil foi uma fuga ou uma hábil estratégia, a qual não é objeto deste estudo, torna-se indispensável recentrar o a nossa atenção na posterior ligação à Europa.

A eventual ligação ao velho continente não implica, necessariamente, desconsiderar a aposta efetuada no Império da América do Sul. Conforme ensina Tiago Moreira de Sá, a política externa de Portugal assentou sempre num permanente oscilar entre a Europa e o Atlântico, havendo momentos na História em que se voltou mais para o Atlântico (a título exemplificativo, o início do movimento da expansão), outros em que se voltou mais para a Europa (em que podemos identificar e incluir o momento da independência portuguesa após 1640) e outros em que se mantiveram ao mesmo nível.⁶⁹ Em nosso entender, conforme explanaremos, o momento histórico analisado na presente tese corresponde, exatamente, a uma destas fases.

Portugal afirmou-se, desde as iniciais incursões no movimento da expansão, com uma feição atlântica. A existência de uma grande dependência das matérias providas do

⁶⁹ Tiago Moreira de Sá, *Política Externa Portuguesa*, Lisboa, Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2015, p.37.

Brasil fazia com que, mesmo no início do período da regência de D. João, o interesse pela colônia americana fosse constantemente reafirmado.

Contudo, as tentativas efetuadas para a manutenção da neutralidade durante o período napoleônico, prévio à partida da Corte, demonstram que no reino português se pretendia continuar a basear a política externa numa presença europeia, a qual acabou por não ser possível.

Os interesses económicos anteriores à saída de Lisboa andaram associados a uma diversificação de ligações a vários países europeus. Com a radicalização das políticas napoleónicas, cujo expoente pode ser verificado na declaração da extinção da família Bragança como reinante, efetuada em Fontaineblau, D. João acabou por basear a sua proteção numa ligação privilegiada a Inglaterra.

Os interesses de D. João em relação ao Brasil não eram, porém, compatíveis com as posições que aquela potência começava a dar a conhecer relativamente ao que pretendia que acontecesse no sul da América. Para Inglaterra, a existência de uma potência centralizadora no Brasil não era conveniente, uma vez que a proliferação de estados independentes mais facilmente se coadunaria com a sua pretensão hegemónica a nível do comércio marítimo.

Pese embora a importância que os defensores do designado partido inglês, ou anglófilos, tiveram, mesmo após a chegada ao outro lado do Atlântico, rapidamente D. João percebeu que era indispensável libertar-se dessa dependência britânica. Caso não o fizesse, em breve a sua posição americana, similarmente ao que acontecera com Espanha, iria ressentir-se.

As grandes potências continuavam a ser europeias e mesmo a mais importante independência americana fizera-se, em 1766, em grande parte com o apoio de entidades do velho continente, nomeadamente a França. No início do século XIX, apesar das potencialidades já percebidas, a América do norte ainda não era uma das principais potências mundiais, pelo que era na Europa que tudo ainda era decidido, como aliás se acabaria por verificar com o Congresso de Viena.

Este interesse pela Europa era económico mas não exclusivamente. A afirmação política entre as potências só poderia ser conseguida se D. João se mantivesse ligado ao continente europeu. Por diversas vezes, algumas decisões de monarcas europeus relativa-

mente a Portugal e ao Brasil ficaram na dependência de saber se o regresso existiria ou não. D. João nunca afirmou que pretendia permanecer para sempre no Brasil, o que não lhe teria sido difícil, e por mais do que numa ocasião fez perceber que o seu regresso seria certo. Contudo, a sua volta estaria condicionada a dois perigos que, indubitavelmente, existiam: no Brasil, a suscetibilidade de desagregação em diversas unidades independentes, à semelhança do que já acontecera com as colónias espanholas; na Europa, o perigo constante da ameaça napoleónica, a qual, mesmo após a primeira contenção, voltara a pairar.

Estes eram dois perigos verdadeiramente comprováveis e não meras justificações artificiais ou meramente procrastinadoras de um não regresso de D. João.

Acresce que D. João estava bem informado quanto à situação política europeia, fosse através da leitura assídua dos periódicos que recebia no Rio de Janeiro, fosse através de uma constante correspondência com os seus enviados e embaixadores nos diversos reinos europeus e não europeus. Em diversos ofícios dos seus Ministros é dado a conhecer que as comunicações dos seus representantes, provenientes da Europa, subiam imediatamente à presença do futuro monarca. Ao ficar a saber o que se passava na real política europeia, D. João apercebia-se de como a fragilidade das posições dos diversos reinos e famílias reinantes se mantinha, pelo que, de forma até cautelosa, pretendia manter-se no outro lado do Atlântico.

Esta posição, não exclusiva mas acentuadamente europeísta, inseria-se na matriz cultural existente na época. Conforme refere Martim de Albuquerque, apesar de ter dado uma noção de contraste ou oposição com outros povos, os Descobrimentos e a Expansão portugueses não causaram, em Portugal, ao contrário do que aconteceu noutros países, uma linha antieuropeia ou insurrecional, antes permitindo vincar a consciência do que era ser europeu continental.⁷⁰ Portugal manteve, ao longo da sua História, mesmo quando mais ligada a outros pontos do mundo, uma ligação identitária com a Europa, não só a central como, igualmente, a mais ligada ao Mediterrâneo.⁷¹ Esta ideia de ver a Europa

⁷⁰ Martim de Albuquerque, *A ideia de Europa no pensamento português*, Lisboa, Verbo, 2014, p. 58.

⁷¹ Vasco Graça Moura, *A identidade cultural europeia*, Lisboa, Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2013, pp. 34-37.

como espaço geográfico, religioso e cultural privilegiado, a que poderíamos acrescentar com cariz político primordial, manteve-se ao longo dos séculos XVII, XVIII e XIX.⁷²

A legitimidade monárquica, numa última fase de tipo absolutista, encontrava na Europa a sua base ideológica, pelo que, igualmente nesta vertente, é compreensível que D. João não quisesse deixar de ter peso no continente europeu.

⁷² Martim de Albuquerque, *A ideia de Europa no pensamento português*, Lisboa, Verbo, 2014, p. 58.

CAPÍTULO II

AFIRMAÇÃO IBÉRICA

1 - Casamento de Maria Teresa de Bragança e Pedro Carlos de Bragança e Bourbon (13 de maio de 1810)

a) A escolha de D. Pedro Carlos de Bragança e Bourbon

A escolha de D. Pedro Carlos de Bourbon e Bragança para noivo da filha mais velha do Príncipe Regente, D. Maria Teresa, não pode ser entendida sem se vislumbrar a estratégia que o futuro monarca teria para a situação peninsular e, mais concretamente, para a resolução da questão espanhola.

Em Espanha, D. Carlos IV encontrava-se afastado do poder por Napoleão, tal como o seu filho D. Fernando VII. D. Carlota Joaquina encontrava-se em condições de poder reivindicar a regência e o trono de Espanha se alguma coisa acontecesse ao pai e aos irmãos (como aliás procurará fazer, nomeadamente nas colónias sul-americanas); contudo, seria sempre confrontada com uma grande limitação: desde 1707, por imposição de Filipe de Anjou (Filipe V), vigorava a Lei Sálica, de acordo com a qual não poderi-

am suceder mulheres. Como é sabido, Filipe de Anjou era neto de Luís XIV, encontrando grande afinidade com as leis e costumes vigentes naquela potência.⁷³

A possibilidade de regência de D. Carlota Joaquina e a eventual união ibérica face ao perigo bonapartista, não sendo objeto deste trabalho e tendo já sido analisadas em diversos trabalhos de investigação⁷⁴, não podem deixar de ser aqui referidas como elementos considerados na estratégia de D. João VI. Aliás, a posição de D. Carlota Joaquina no futuro de Espanha aparece muitas vezes indicada na correspondência diplomática. Assim, e a título meramente exemplificativo, D. Pedro de Sousa Holstein, em ofício dirigido ao Conde de Linhares afirmou que estivera, na véspera, em conversa privada com um dos mais importantes vogais da Junta de Sevilha, o Marquês de La Romana, que suscitara a questão da regência. O nobre castelhano não lhe pedira qualquer segredo ao afirmar que preferiria e até proporia que se elegeisse a Princesa Carlota Joaquina como regente. Acrescentou mesmo que seria um rasgo de política, e favorável à liberdade de D. Fernando VII, mostrar a Bonaparte a possibilidade de reunião futura das duas coroas e que, segundo o referido Marquês, seria a maior fortuna para as duas monarquias que as circunstâncias facilitassem esta reunião na pessoa da Princesa.⁷⁵ Haveria, pois, em Espanha, uma linha que assentava a sua estratégia contra o perigo francês na possibilidade de se atribuir a regência à mulher do futuro monarca português.⁷⁶

Segundo ofício do Duque de Palmela (na altura ainda Conde) para o Conde de Linhares, enviado de Cádiz, a menos de um mês da data do casamento da filha de D. João VI, no qual fez um resumo da posição de D. Carlota Joaquina no direito a suceder no trono espanhol, o impedimento da Lei Sálica já teria sido afastado. Em Cortes realizadas em

⁷³ Recorde-se que a Lei Sálica fora introduzida pelos Francos. Neste sentido ver o clássico estudo de John Milton Potter, «The development and significance of the Salic law of the French», *English Historical Review*, vol. 52, nº 206, Oxford, Oxford University Press, 1937, pp. 235-53.

⁷⁴ Destacamos os mais recentemente publicados que abordam a questão: José Subtil, «O projecto para a União Ibérica de D. Rodrigo de Sousa Coutinho (1808-1811)», Álvaro Garrido, Leonor Freire Costa e Luís Miguel Duarte (org.), *Economia, Instituições e Império; Estudos em homenagem a Joaquim Romero Magalhães*, Coimbra, Almedina, 2012, p. 542; Sara Marques Pereira, *D. Carlota Joaquina*, Lisboa, Livros Horizonte, 2008, p. 96; Marsilio Cassotti, *Carlota Joaquina, o pecado espanhol*, Lisboa, Esfera dos Livros, 2009, pp.171-179; António Ventura e Maria de Lourdes Viana Lyra, *Carlota Joaquina - Leopoldina de Habsburgo*, Maia, Círculo de Leitores, 2011, pp. 79-86; Francisca Nogueira de Azevedo, «Carlota Joaquina, a Herdeira do Império Espanhol na América», *Estudos Históricos*, nº 20, São Paulo, Centro de Documentação de História Contemporânea do Brasil, 1997, pp. 251-274.

⁷⁵ ANTT, MNE, Ofício de D. Pedro de Sousa Holstein para o Conde de Linhares, Sevilha, 18 de Outubro de 1809.

⁷⁶ Neste sentido José Subtil, «O projecto para a União Ibérica...», p. 542.

Madrid, em 1789⁷⁷, o Rei D. Carlos IV teria proposto e feito aceitar uma decisão revogatória da Lei Sálica. A ata destas cortes, por vontade do monarca, teria ficado secreta e nas suas mãos, tendo o Rei exigido a todos os deputados que tinham participado nas ditas cortes um juramento de segredo. Segundo D. Pedro de Sousa Holstein, tal ata teria desaparecido no momento em que D. Carlos IV fora afastado do poder pelas forças fiéis a Bonaparte. Contudo, face ao atual momento vivido em Espanha, e ainda segundo o Duque de Palmela, começara a divulgar-se a sua existência, havendo vários deputados conhecedores de tal segredo que impunham que a decisão revogatória fosse tornada pública. O Conde de Floridablanca fora o primeiro a fazer menção dessa ata numa proclamação na Junta de Múrcia, seguindo-se vários outros deputados a pretender afirmar o mesmo. Esta matéria levava mesmo à marcação de umas cortes nacionais, por parte da Junta Central, as quais ficaram agendadas para 1 de Março de 1810, tendo D. Pedro de Sousa Holstein tomado diligências complementares para que a mesma questão fosse conhecida em cortes e decidida favoravelmente à mulher de D. João VI.⁷⁸

A nível internacional essa possibilidade era igualmente equacionada. Assim, e a título meramente exemplificativo, quando em Setembro de 1811, o Imperador Alexandre I da Rússia enviou instruções a Van der Pahlen⁷⁹, seu Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário na Corte do Rio de Janeiro, admitiu que a possível extinção da descendência masculina da Casa de Espanha poderia conduzir à pretensão da Infanta, esposa do Príncipe regente. O próprio imperador pareceu não ser contrário a uma situação de controlo por Portugal do trono de Espanha, até para controlar o poder britânico na Europa e na América do Sul.⁸⁰

Fosse por haver dúvidas quanto ao desfecho desta situação, fosse por haver receio do que poderia implicar uma posição reforçada de D. Carlota Joaquina, e face a toda esta situação política conjuntural, a qual punha em risco a manutenção da casa reinante

⁷⁷ Para uma compreensão geral do contexto histórico do reinado de D. Carlos IV vide B. Pérez Galdos, *La Corte de Carlos IV*, Madrid, Editorial Hernando, 1967.

⁷⁸ ANTT, MNE, Ofício de D. Pedro de Sousa Holstein para o Conde de Linhares, Cádiz 23 de Abril de 1810.

⁷⁹ Fiodor Petrovitch van der Pahlen (1780-1863) - Conde e embaixador russo. Entre 1810 e 1811 foi Enviado da Rússia em Washington e, entre 1812 e 1814, foi Enviado da Rússia junto da Corte Portuguesa no Rio de Janeiro.

⁸⁰ Instruções de Alexandre I para Fiodor Petrovich van der Pahlen, São Petersburgo, 3 de Setembro de 1811. *Relações diplomáticas Luso-Russas, Colectânea Documental Conjunta (1722-1815)*, Lisboa, Instituto Diplomático, 2004, pp. 684-686.

bourbónica no trono espanhol, haveria, ainda, a considerar uma outra possibilidade: D. Pedro Carlos.

b) A viagem para Portugal

Nascido em Aranjuez, em 18 de Junho de 1786, D. Pedro Carlos era filho do Infante D. Gabriel (Infante de Espanha, irmão de Carlos IV e filho segundo de D. Carlos III) e de Mariana Vitória de Bragança (filha de D. Maria I e irmã de D. João VI). Os pais morreram de varíola, em 1788, quando D. Pedro Carlos ainda nem fizera três anos de idade. Tendo ficado aos cuidados do avô, o monarca espanhol D. Carlos III, o infante veria o seu futuro novamente incerto quando este faleceu pouco tempo depois.⁸¹ Por vontade da Rainha portuguesa acabaria por vir para Portugal, em 1789, para ser educado pela avó, D. Maria I, de Portugal, e pelo seu tio, o Príncipe Regente.

Torna-se, pois, de importância essencial para o nosso estudo procurar explicações para esta escolha de D. Pedro Carlos para casar com a filha de D. João VI que, em nosso entender, não foi uma mera opção espontânea mas construída ao longo de diversos anos.

Esta relevância de D. Pedro Carlos poderá ser percebida logo nas negociações da sua vinda para Lisboa. A vasta correspondência trocada entre D. Diogo de Noronha, embaixador português em Madrid, e D. Luís Pinto de Sousa Coutinho, Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, permite acompanhar os avanços e recuos, bem como as dificuldades da negociação da vinda deste membro das famílias reais espanhola e portuguesa.

Sendo propósito deste trabalho permitir, igualmente, uma percepção das dificuldades inerentes às negociações diplomáticas, procuraremos dar uma panorâmica, através de informações recolhidas na correspondência entre embaixadores, da forma como qualquer assunto desta natureza era abordado. Assim, procuraremos perceber as sucessivas precauções e riscos que os embaixadores tinham quando tratavam de um assunto tão sensível como este, bem como as soluções que eram obrigados a arranjar quando confrontados com diversos e inesperados problemas. Para além das dificuldades inerentes às comunicações à distância, eram consideráveis os atrasos devido a fatores da política interna e externa dos vários países, aos quais se acrescentavam motivos relacionados

⁸¹ Luis de Oliveira Ramos, *D. Maria I*, Rio de Mouro, Temas e debates/Círculo de Leitores, 2010, p. 157.

com cada um dos negociadores em causa, tudo impedindo ou retardando a celeridade desejável.

Assim, e enquanto em França a Bastilha era tomada, D. Diogo de Noronha assinava um ofício a dar conta do estado de saúde débil de D. Pedro Carlos.⁸² O embaixador português informou que, tal como o Secretário de Estado lhe havia ordenado, entrara sem perda de tempo em negociação para ir o Infante para a Corte de Lisboa. Procurou o Conde de Floridablanca e, depois de lhe falar de coisas insignificantes, apropriadas a pô-lo de bom humor, revelou-lhe que estava encarregado de tentar que o Infante fosse visitar a sua avó, a Rainha D. Maria I, uma vez que logo que morrera a filha, D. Mariana Vitória, a monarca procurara encontrar alguma consolação ao ver o seu neto.⁸³ A precaução era uma inevitabilidade na atuação diplomática e D. Diogo tratou logo de esclarecer, a Floridablanca, que não se deveria presumir que este pedido correspondesse à existência de dúvidas, em Portugal, acerca do carinho e cuidado com que os reis católicos tratariam o Infante.

O Ministro espanhol respondeu-lhe que este negócio não era novidade pois já teriam escrito de Lisboa, à Rainha, há mais de um mês, mas a idade do Infante e a sua moléstia eram dificuldades impeditivas da sua partida.⁸⁴ De facto, em diversos ofícios é feita a referência ao estado de saúde da criança, invocando-se um contínuo uzagre.

Quanto a estas primeiras dificuldades, D. Diogo foi obrigado a arranjar argumentos contrários, pelo que insistiu que, quanto à idade, a do Infante era aquela em que menos se sentiria os incómodos da jornada. Aliás, o estado das estradas era aceitável, sendo apenas necessários alguns reparos em parte delas. No que respeitava à saúde, poderia até suceder que o maior movimento e diferente ar lhe trouxessem alguns benefícios. Por outro lado, e de forma a complementar a sua fundamentação, D. Diogo ofereceu-se para acompanhar pessoalmente D. Pedro Carlos na viagem.

Floridablanca, segundo a missiva de D. Diogo, não ficou insensível à boa imagem com que ficaria junto da Rainha de Portugal, caso conseguisse que a criança viesse ao país

⁸² ANTT, *MNE*, Ofício de D. Diogo de Noronha a Luís Pinto de Sousa Coutinho, Madrid, 14 de Julho de 1789.

⁸³ ANTT, *MNE*, Ofício de D. Diogo de Noronha a Luís Pinto de Sousa Coutinho, Madrid, 28 de Julho de 1789.

⁸⁴ Idem, *ibidem*.

vizinho. Qual seria, pois, a razão para que o Ministro espanhol tanto prezasse a sua posição junto da monarca portuguesa?

A Rainha Fidelíssima era vista como potencial mediadora entre a Espanha e Inglaterra em alguns conflitos existentes nesta época, nomeadamente os resultantes da posição do assentamento inglês na baía de Nootka, nas costas do Noroeste Americano, e os consequentes incidentes resultantes do aprisionamento do navio britânico São Lourenço, por parte dos espanhóis. No seu Testamento Político, Floridablanca, referindo-se a esta matéria, e mais concretamente à negociação indispensável com os ingleses (que pretendiam ter acesso às costas do Perú e da Califórnia, para livre acesso de comércio e navegação no Pacífico), indicou que D. Maria se oferecera para prestar os seus ofícios nessa negociação. Foi, aliás, o Ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, Luís Pinto de Sousa Coutinho, através do embaixador português, D. Diogo de Noronha, que ofereceu estes préstimos a Floridablanca, percebendo-se o interesse do Ministro espanhol em não querer desapontar D. Maria.⁸⁵

Contudo, e dando conta de como a negociação da vinda do Infante envolvia riscos diretos para os próprios negociadores, Floridablanca levantou alguns problemas e receios quanto às suas próprias posições. Admitindo que a saúde da criança não era estável e poderia alterar-se em qualquer momento da viagem, poderiam correr o perigo de lhes ser atribuída a culpa por qualquer dano, um por não ter informado a corte do contínuo uzagre e outro por facilitar a partida mesmo com a existência da moléstia. Porém, como negociador bem experimentado, sugeriu a D. Diogo que a Rainha D. Maria escrevesse aos Reis Católicos, comunicando-lhes o grande desejo que tinha em ver o seu neto, salvaguardando-se com essa carta a posição dos dois negociadores. Prometeu, ainda, falar com o Rei D. Carlos IV, nessa mesma noite, para verificar se haveria algum «embaraço» nesta negociação.⁸⁶ Esta cautela com a vinda do Infante não seria somente um receio dos negociadores, pois, a preocupação com a viagem foi evidenciada pelo próprio

⁸⁵ António Rumeu de Armas, *El Testamento Político del Conde de Floridablanca*, Madrid, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, Escuela de Historia Moderna, 1962, pp. 80-81; António Ventura e Maria de Lourdes Viana Lyra, *Carlota Joaquina. Leopoldina de Habsburgo*, Maia, Círculo de Leitores, 2012, p. 41.

⁸⁶ ANTT, MNE, Ofício de D. Diogo de Noronha a Luís Pinto de Sousa Coutinho, Madrid, 28 de Julho de 1789.

Rei espanhol, segundo relata D. Diogo em ofício posterior, datado de Setembro desse ano, ao dar a conhecer as suas diligências neste assunto.⁸⁷

A proposta de Floridablanca foi devidamente aceite pela Rainha portuguesa; contudo, para além dos atrasos inerentes à comunicação entre os países vizinhos, próprios daquela época, esta negociação teve mais um fator de retardamento: a doença de Floridablanca. Logo em 11 de agosto, D. Diogo deu conta que o Ministro espanhol continuava a padecer de grandes dores internas, a que os médicos chamavam de convulsivas, e que após dois dias sem descanso os mesmos teriam sangrado o Conde.⁸⁸ Só em 4 de setembro informou que o estado do negociador espanhol lhe permitiria voltar brevemente à Corte.⁸⁹ No dia 8 de Setembro ainda não fora oportuno falar na negociação.⁹⁰ Sabendo que Floridablanca viera na véspera, tal como o Rei, de Santo Ildefonso,⁹¹ onde estivera a caçar, foi procura-lo para saber qual a ocasião em que seria mais propício retomarem o assunto do Infante mas aquele adiou para mais tarde a conversa entre ambos.

Quatro dias após esta conversa, D. Diogo informou para Portugal que, logo que chegara a carta da Rainha D. Maria I para o Rei Católico, em que falava deste tema, e por que o monarca estava na Granja de Santo Ildefonso, entregara-a à Rainha. D. Maria Luísa de Parma abriu-a, segundo o costume, e D. Diogo aproveitou imediatamente para lhe falar na matéria, tendo aquela afirmado que desejaria dar essa consolação à Rainha portuguesa. No dia em que chegou o Rei, e sendo momento de receber correio, D. Diogo levou-lhe os ofícios de Portugal e aproveitou, igualmente, para lhe falar no mesmo assunto. Verificou-se que, mais uma vez, a reação do monarca não foi de aceitação imediata, invocando, tal como Floridablanca fizera, a tenra idade e a moléstia da criança para fundamentar os receios que tinha com essa viagem.⁹² É a resposta do embaixador português que nos permite perceber que haveria uma preocupação, por parte do monarca

⁸⁷ ANTT, *MNE*, Ofício nº 31, de D. Diogo de Noronha a Luís Pinto de Sousa Coutinho, Madrid, 12 de Setembro de 1789.

⁸⁸ ANTT, *MNE*, Ofício nº 21, de D. Diogo de Noronha a Luís Pinto de Sousa Coutinho, Madrid, 11 de Agosto de 1789.

⁸⁹ ANTT, *MNE*, Ofício nº 28, de D. Diogo de Noronha a Luís Pinto de Sousa Coutinho, Madrid, 4 de Setembro de 1789.

⁹⁰ ANTT, *MNE*, Ofício nº 29, de D. Diogo de Noronha a Luís Pinto de Sousa Coutinho, Madrid, 8 de Setembro de 1789.

⁹¹ No Verão, a corte permanecia na Granja de Ildefonso, onde era comum a prática da caça, deslocando-se para o Palácio do Escorial até ao Natal. António Ventura e Maria de Lourdes Viana Lyra, Carlota Joaquina..., 2012, p. 15.

⁹² ANTT, *MNE*, Ofício nº 31, de D. Diogo de Noronha a Luís Pinto de Sousa Coutinho, Madrid, 12 de Setembro de 1789.

espanhol, não tanto com a idade e a saúde mas, principalmente, com a possibilidade de que o Infante fosse impedido de voltar, após a visita a Lisboa, à corte espanhola. Assim, D. Diogo considerou preferível

não dever levar a conversação por diante e só disse que talvez pudesse suceder ir o Senhor Infante visitar a avó e tornar sem que soubesse que por tal tinha passado, querendo com isto mostrar que nem lembrava, nem pretendíamos que ele fosse estabelecer-se em Portugal.⁹³

Importa, pois, perceber qual a importância desta criança, para que houvesse tanto cuidado com o local da sua permanência. D. Pedro Carlos não era um simples membro da Casa Real. Sobrinho do monarca espanhol reinante e neto da monarca portuguesa reinante, aparecia como um dos elementos a poder suceder, quer numa, quer noutra cortes, pelo que seria normal que existisse esta preocupação com o local onde seria educado e, consequentemente, controlado. Quer em Portugal, quer em Espanha, eram notórios os problemas com assegurar descendência⁹⁴ pelo que D. Pedro Carlos poderia, quer num, quer noutro país, vir a ser o sucessor, podendo até ser o elemento agregador dos dois reinos.

O ambiente político em Espanha estava, neste início de reinado de D. Carlos IV, muito instável, não só devido às recentes notícias provenientes de França, como em consequência dos conflitos internos, que já advinham do reinado anterior, entre a velha aristocracia e a nova classe letrada que ascendia a cargos públicos⁹⁵. Apesar de D. Carlos IV ter mantido à frente do governo Floridablanca, figura destacada no reinado de seu pai, havia grande contestação a tal permanência, principalmente pelo Conde de Aranda, que acabaria por substituí-lo, anos mais tarde, naquelas funções.⁹⁶ Esta contestação atingiu tais proporções que havia riscos de se por em causa a própria manutenção do rei

⁹³ Idem, *ibidem*.

⁹⁴ Em Portugal, após a morte de D. José sem descendência, passara a ser D. João quem assumira o papel de sucessor de sua mãe. Contudo, no Verão de 1789, encontrava-se doente. Se morresse sem descendência, poder-se-ia buscar a legitimidade de sucessão no Infante D. Pedro Carlos, por ser neto de D. José. Em Espanha, as sucessivas mortes de filhos de D. Carlos IV e de D. Maria Luísa de Parma, a tenra idade dos seus filhos sobreviventes D. Fernando e D. Carlos Maria Izidro (com 5 e 1 anos de idade respetivamente) e o histórico de doenças na família levava a que não houvesse garantias de sucessão por via masculina. Caso tal acontecesse, e não se conseguisse afastar a Lei Sálica, seria o seu sobrinho, D. Carlos Maria Izidro, filho de seu irmão Gabriel e neto do Rei Carlos III, quem estaria em condições de suceder. António Ventura e Maria de Lourdes Viana Lyra, *op. cit.*, pp. 37-38. Sara Marques Pereira, *D. Carlota Joaquina, Rainha de Portugal*, Lisboa, Livros Horizonte, 2008, p. 17.

⁹⁵ Para uma síntese das concepções filosófico-políticas deste confronto ver Miguel Morgado, *A aristocracia e os seus críticos*, Lisboa, Edições 70, 2008.

⁹⁶ Júlio Valdeón, Joseph Perez, Santos Juliá, *História de Espanha*, Lisboa, Edições 70, 2014, pp. 282-283.

e dos seus descendentes na Coroa espanhola.⁹⁷ Aliás, por prevenção, Floridablanca, logo em 1789, insistiu para que fossem reunidas Cortes e se aclamasse o Príncipe das Astúrias, D. Fernando, futuro D. Fernando VII, na altura com apenas cinco anos de idade.⁹⁸ O próprio embaixador português, D. Diogo de Noronha, fez menção à urgência de tais cortes para aclamação do Príncipe das Astúrias, dizendo que se fariam a 22 ou 23 de setembro de 1789, já se encontrando em Madrid treze bispos e estando a chegar deputados de todas as cidades que tinham voto.⁹⁹

Seria pois compreensível que o Rei D. Carlos IV pretendesse ter D. Pedro Carlos sob seu controlo e vigilância. Não sendo possível afirmar que entre a garantia, dada por D. Diogo, do regresso a Espanha após a visita a Lisboa e a autorização régia espanhola existiu um nexo de causalidade, o que é certo, pelo menos de acordo com as indicações do embaixador português, é que foi a partir deste encontro que lhe foi assegurada a vinda do Infante D. Pedro Carlos à corte de D. Maria I.

A aproximação dos dois reinos e a possível relevância deste Infante era de tal modo importante que foi levantada a hipótese de os próprios reis católicos virem com D. Pedro Carlos fazer uma visita à Rainha D. Maria I. Contudo, em 10 de outubro de 1789, D. Diogo ficou a saber por Floridablanca que, continuando a Rainha Maria Luísa a passar muito mal pelo seu último parto, e por indicação dos médicos, tal jornada não seria possível, ficando planeada para o ano seguinte, quando fossem a Sevilha cumprir a promessa de visitar o corpo de São Fernando.¹⁰⁰

Quanto ao Infante, o Ministro espanhol informou que a viagem poderia iniciar-se no dia 25 desse mesmo mês, ainda que não houvesse decisão sobre a «família» que iria acompanhá-lo. Contente com a notícia, D. Diogo decidiu informar imediatamente Lisboa

para que a Rainha Nossa Senhora soubesse logo a mudança de resolução de Suas Majestades e a certeza da ida do Infante.¹⁰¹

⁹⁷ António Dominguez Ortiz, *Las classes privilegiadas en el antiguo regimen*, Madrid, Akal, 2012.

⁹⁸ Emílio La Parra, *Manuel Godoy, la aventura del poder*, Barcelona, Fabula Tusquets Editores, 2005, pp. 45-46.

⁹⁹ ANTT, MNE, Ofício nº 31, de D. Diogo de Noronha a Luís Pinto de Sousa Coutinho, Madrid, 12 de setembro de 1789.

¹⁰⁰ ANTT, MNE, Ofício nº 39, de D. Diogo de Noronha a Luís Pinto de Sousa Coutinho, Escorial, 10 de outubro de 1789.

¹⁰¹ Idem, *ibidem*.

Se é certo que os reis católicos desistiram de vir a Portugal com o Infante, não é menos verdade que o Rei estabeleceu todo o plano e itinerário para a viagem, não só sobre o modo de a fazer, como quem deveria acompanhar D. Pedro Carlos e o dia em que deveria passar a Portugal. Mesmo numa corte absolutista não era vulgar o rei ocupar-se de um assunto como este, pelo menos até ao ponto de traçar o percurso a efetuar, o que também é revelador da importância que esta viagem tinha para o monarca espanhol. Esta obediência ao plano de viagem traçado pelo Rei espanhol acabou por dar algum desconforto a D. Diogo que, em 28 de outubro, escrevendo de Truxillo, queixava-se que os dias de viagem iniciavam-se sempre comendo pelas nove horas da manhã, saindo às onze e andando sem parar até ao lugar do destino,

o que não deixa de ser incómodo, mas assim o determinou El Rey Catholico.¹⁰²

c) Um incidente protocolar

A saída do Escorial deu-se, pois, conforme estipulado, no dia 22 de outubro, pelas onze horas da manhã. O Infante veio acompanhado da sua aia, a Marquesa Castel-Fuente, a quem estava muito apegado por ter sido quem o criara desde que nascera. Foi, aliás, com esta aia que se deu um incidente protocolar, que só a intervenção do embaixador português permitiu que não tivesse consequências diplomáticas graves.

Apesar da diversidade de noções existentes para protocolo, consideramos aqui a defendida por Fernández y Vásquez como o conjunto de normas, costumes e tradições mediante os quais se organiza qualquer ato, evento público, privado ou oficial.¹⁰³ Em Espanha, e um pouco por toda a Europa, a perceção da importância do protocolo foi sendo cada vez mais real. No século XVIII inicia-se um período de formação e perfeccionismo do protocolo europeu, o qual pretendia consagrar uma unificação nas suas áreas básicas, e que vem a ter o seu expoente máximo no Congresso de Viena. O protocolo europeu tem a sua génese no século XV, com o Renascimento. Graças a uma melhoria das comunicações terrestres e marítimas, bem como a intensificação do comércio e a divulgação de novas ideias, iniciou-se uma paulatina e progressiva aproximação das práticas protocolares. Com o crescimento das relações comerciais e políticas entre os Estados o

¹⁰² ANTT, *MNE*, Ofício nº 46, de D. Diogo de Noronha a Luís Pinto de Sousa Coutinho, Truxillo, 28 de outubro de 1789.

¹⁰³ Jorge Fernández y Vásquez, «Antecedentes históricos del protocolo y su influencia a través de la historia en los Estados, en la sociedad y en la política en España y Europa», *Anuário Jurídico y Económico Escorialense*, nº 45, Real Centro Universitario Escorial Maria Cristina, p. 743.

protocolo converteu-se num código de relação, pelo que os incidentes protocolares começaram, igualmente, a ser mais frequentes.¹⁰⁴

Conforme ensinou Borges de Macedo, nos debates que resultam destas exigências relacionais, a valorarão dos acontecimentos enquanto tais não é muito relevante, nem sequer as próprias ocorrências podem ser consideradas como as causas reais das situações relatadas como incidentes. É no que representam, em termos de consideração pelo presépio do outro, que poderemos encontrar a sua relevância.¹⁰⁵

No que ao nosso estudo importa, a análise deste incidente protocolar, a capacidade de resolução por parte de um embaixador e a percepção das consequências gravosas que a sua inexistência poderia ter tido conduzem à conclusão de uma importância múltipla: a do papel do embaixador, a da relevância crescente do protocolo para afirmação do poder e a da consideração que teve este ato de transporte do Infante. Apesar de começar a existir um protocolo europeu mais harmonizado, cada país ainda procurava impor-lhe alguns traços dos seus costumes e cultura, como poderemos verificar neste caso em apreço. O protocolo passava a ser praticado e conformado pelos seus maiores utilizadores, os embaixadores, muito para além das reuniões oficiais, sendo cada vez mais construído pela prática na totalidade dos atos públicos em que mais do que um Estado estava envolvido.

Ao embaixador cabia resolver todas as questões que pudessem trazer embaraços, uma vez que qualquer problema quotidiano poderia acabar por ter uma relevância de Estado.

Assim, logo no primeiro dia da viagem, D. Diogo comunicou para Portugal que a Marquesa de Castel-Fuente possivelmente iria a Lisboa, por um ou dois dias, por pretender ajoelhar-se aos pés da Rainha portuguesa, tudo dependendo, porém, da vontade da monarca. O próprio embaixador português indicou que cria não ter a mesma licença para ir à corte lusa senão no caso de a Rainha o determinar.¹⁰⁶

No terceiro dia da viagem, em Talavera de La Reyna, o embaixador solicitou orientações quanto a eventuais presentes a dar aos acompanhantes do Infante. Assim, relem-

¹⁰⁴ Idem, *Ibidem*, p. 746.

¹⁰⁵ Jorge Borges de Macedo, *História Diplomática Portuguesa, Constantes e linhas de força*, Lisboa, Tribuna, 2006, p. 292.

¹⁰⁶ ANTT, *MNE*, Ofício nº 44, de D. Diogo de Noronha a Luís Pinto de Sousa Coutinho, Cazarruvios, 22 de outubro de 1789.

brou que os cocheiros e moços de libré iriam pedir qualquer coisa, esperando indicações sobre se deveria dar alguma recompensa e, em caso afirmativo, que tipo de compensação. Contudo, não se inibiu de considerar que a ocasião não pediria presentes, devendo apenas haver uma exceção no direito de ter alguma demonstração de Sua Majestade: a Marquesa Castel-Fuente, por ser inseparável de Sua Alteza, ter tido todo o trabalho de acompanhá-lo e ser a única que vinha com a criança no coche.¹⁰⁷

Em 29 de Outubro, em Miajadas, D. Diogo informou que já ajustara com o Visconde de Armeria, irmão da Marquesa de Castel-Fuente, o modo de passagem de Sua Alteza, o Infante, para Portugal. Baseando-se no que até aí se teria praticado, acordaram que no domingo, pelas onze horas, sairia o Infante de Badajoz e que, no Caia, passaria para um coche português, entregando a Marquesa de Castel-Fuente a criança a quem a Rainha D. Maria I tivesse destinado para a servir. Segundo D. Diogo, a Marquesa tinha ordens particulares da rainha de Espanha para despir D. Pedro Carlos e fazer ver à dita senhora indicada para servi-lo que se achava sem lesão alguma no corpo. O embaixador queixava-se, pois, de não lhe ter sido dada a si esta indicação e de só a ter descoberto por mero acaso.¹⁰⁸

Foi a partir de 31 de outubro que este incidente protocolar se adensou. Em Mérida, D. Diogo ficou a conhecer que a Rainha D. Maria I, sabendo que a Marquesa Castel-Fuente iria a Lisboa, resolvera não enviar nenhuma senhora para tomar a entrega do Infante. Ao comunicar esta decisão ao irmão da Marquesa, Visconde de Armeria, este considerou que não haveria, pois, alternativa senão enviar a aia da criança a Lisboa, juntamente com alguns da sua comitiva.¹⁰⁹ Contudo, ainda no mesmo dia, ao chegarem a Badajoz, o Visconde e a Marquesa procuraram o embaixador português e revelaram-lhe que precisariam da sua ajuda para resolver um conflito de deveres: por um lado, traziam ordens dos Reis Católicos para não ir a Lisboa; por outro lado, havia a decisão da monarca portuguesa que não poderiam deixar de cumprir.¹¹⁰

¹⁰⁷ ANTT, *MNE*, Ofício nº 45, de D. Diogo de Noronha a Luís Pinto de Sousa Coutinho, Talavera de La Reyna, 24 de outubro de 1789.

¹⁰⁸ ANTT, *MNE*, Ofício nº 47, de D. Diogo de Noronha a Luís Pinto de Sousa Coutinho, Miajadas, 29 de outubro de 1789.

¹⁰⁹ ANTT, *MNE*, Ofício nº 48, de D. Diogo de Noronha a Luís Pinto de Sousa Coutinho, Mérida, 31 de outubro de 1789.

¹¹⁰ ANTT, *MNE*, Ofício nº 49, de D. Diogo de Noronha a Luís Pinto de Sousa Coutinho, Badajoz, 31 de outubro de 1789.

A Marquesa temia que na Corte espanhola considerassem que a decisão de ir a Lisboa tivesse sido uma negociação sua, estando muito temerosa que a tomassem por um ato de desobediência.

Mais uma vez, o embaixador era confrontado com a necessidade de resolver uma questão delicada, pois um mal entendido na viagem do Infante poderia trazer-lhe, bem como às relações existentes entre os dois países, problemas de difícil resolução. Assim, expediu nesse mesmo dia um ofício a D. Luís Pinto de Sousa Coutinho, sugerindo que fossem pedidas desculpas à rainha mas que o melhor seria enviar alguma senhora ao seu encontro. A marquesa de Castel-Fuente acompanharia o Infante até Vila Viçosa, com quem ficaria até segunda-feira, e na terça, possivelmente já em Évora, deveria D. Pedro Carlos seguir viagem com a aia enviada por D. Maria I. Quanto à Marquesa, deveria regressar de Évora para Badajoz, de modo a que nem as ordens dos reis espanhóis fossem excedidas, nem o Infante deixasse de ser servido. Os irmãos ficaram agradados com esta solução de compromisso.

Quem não gostou desta situação inusitada foi Floridabanca que, em ofício dirigido a D. Luís Pinto de Sousa Coutinho, informou que o rei espanhol teria lido a carta da Rainha D. Maria I, datada de 2 de novembro, em que expunha as razões para ter pedido que fosse a Marquesa Castel-Fuente com o Infante D. Pedro, tomando sobre si as desculpas perante os reis católicos. Segundo Floridablanca, o rei mandava informar à rainha que já manifestara o desagrado perante a Marquesa por ter insinuado, junto do embaixador D. Diogo, os seus desejos de seguir até Lisboa, sabendo que era contra a sua vontade, uma vez que sempre pretendia deixar à disposição da Rainha Fidelíssima a condução do Infante desde a fronteira.¹¹¹ Certamente que este incidente estaria relacionado com o costume existente na corte espanhola, e noutras cortes da Europa, como na austríaca, que impunha que não seguissem, com companhia de pessoas da corte da proveniência, membros da família real destinados a uma corte estrangeira. A alusão a este costume, de raiz cultural espanhola, encontramos num ofício posterior do Marquês de Marialva, enquanto negociador do casamento de D. Pedro com D. Leopoldina, em que a questão também se levantou. Sendo as boas relações entre os dois países ibéricos reatadas há muito pouco tempo, era normal que todo o cuidado fosse empregue nas questões de

¹¹¹ ANTT, *MNE*, Ofício s/n, de Floridablanca a Luís Pinto de Sousa Coutinho, San Lorenzo, 10 de novembro de 1789.

protocolo. Por outro lado, não deverá deixar de ser equacionada a eventual posição de afirmação do monarca espanhol, ao pretender manter e reafirmar um costume de origem hispânica. Finalmente, é admissível que todo este cuidado se ficasse a dever à precaução na interpretação que este gesto poderia ter na corte portuguesa, uma vez que, a favor das boas ligações entre os países vizinhos, não seria aconselhável passar a ideia, para os portugueses, de um controlo espanhol do Infante através dos membros da sua comitiva. Aliás, se não fosse essa uma possível motivação não se compreenderia o desfecho deste incidente, que nos é dado a conhecer através de um ofício de D. Diogo de Carvalho e Sampaio¹¹², para D. Luís Pinto de Sousa Coutinho, escrito no Escorial. O Marquês do Lourical procurou Floridablanca para lhe transmitir que, em 7 de novembro, a Marquesa de Castel-Fuente partira de Lisboa em direção a Madrid e para informá-lo que a culpa não fora sua em ter ido a Lisboa. Floridablanca começou por dizer-lhe que o rei se teria indisposto com a Marquesa, por entender que a sua conduta não fora própria, na suposição que a mesma teria desagradado a rainha portuguesa. Contudo, uma vez que a Soverana Fidelíssima se dignara a interceder, o Rei Católico teria inclusivamente revogado a ordem de ir a Marquesa diretamente para Madrid, ou seja, sem ir para o Escorial, para junto da Corte, com a família. Tal decisão significava que a mesma não perdera a boa graça com que os soberanos espanhóis a tinham, até então, favorecido.¹¹³

Esta rápida desculpabilização face a uma violação de ordem e costume da corte permite, pois, admitir que a razão da indisposição inicial, contra a ida da Marquesa, estaria relacionada com a ideia que se pretendia transmitir de não haver excesso no controlo do Infante por parte do monarca espanhol. Floridablanca, face à surpresa de D. Diogo perante esta rápida mudança de atitude para com a Marquesa, terá mesmo dito

com ar de gozo: Meu amigo, esta história he mui comprida e eu lhe contarei um dia [...].¹¹⁴

D. João VI, desde muito cedo, estabeleceu uma grande ligação ao seu sobrinho, chegando a nomeá-lo Almirante Geral da Marinha Portuguesa, pouco tempo antes da ida para o Brasil. Aliás, foi com o Infante de Espanha que D. João VI chegou, na manhã de 27 de

¹¹² D. Diogo de Carvalho e Sampaio foi Enviado em Madrid, entre 1789 e 1795, alternando com o Embaixador D. Diogo de Noronha. Ana Leal de Faria, *Arquitectos da Paz. A Diplomacia portuguesa de 1640 a 1815*, Lisboa, Tribuna, 2008, p. 238.

¹¹³ ANTT, MNE, Ofício nº 8, de D. Diogo de Carvalho e Sampaio a Luís Pinto de Sousa Coutinho, Escorial, 13 de novembro de 1789.

¹¹⁴ Idem, *Ibidem*.

novembro de 1807, a Belém, sem qualquer acompanhamento ou guarda. Posteriormente a um formal beija-mão, dois cabos da polícia colocaram uma prancha para facilitar o acesso dos dois membros reais a uma galeota, para transporte até à nau *Príncipe Real*. Só algum tempo depois chegou ao cais a restante família.¹¹⁵

Assim, tendo em conta a ligação ao sobrinho e a situação vivida em Espanha, a estratégia de D. João VI, neste casamento, torna-se, pois, mais evidente: salvaguardar para alguém próximo de si (e da sua família) mais uma das possibilidades de sucessão ao trono espanhol (já que a outra, de não tão fácil concretização devido à Lei Sálica, seria a sua própria mulher, D. Carlota Joaquina).

Aliás, a própria Gazeta do Rio de Janeiro, ao anunciar o casamento, celebrado em 1810, no dia 13 de Maio, por ser o dia de aniversário de D. João VI, parece confirmar esta intenção:

Tambem concorreo neste dia a celebração dos felizes Desposórios da Sereníssima Princeza da Beira, a Senhora D. Maria Thereza, com o Sereníssimo Senhor Infante D. Pedro Carlos de Bourbon e Bragança, Almirante General. A nova Augusta União das duas Reaes Casas de Bragança e Bourbon, he um novo penhor da felicidade futura da Europa; pois o Monstro, que para subjugar e aniquilar necessita destruir o Illustre Sangue dos Bourbons, vê cada dia mais frustradas as suas esperanças, e deve prever que aquella Augusta e Real Família há de ainda ser elevada à antiga Grandeza, para fazer a Felicidade Pública da Europa, revivendo os grandes e saudosos nomes de S. Luíz, de Henrique IV e de Luíz XIV.¹¹⁶

D. João VI vislumbrou, pois, a importante posição que o seu sobrinho poderia ter no trono espanhol e no equilíbrio de forças, na Europa, ligando-o por uma aliança matrimonial à sua filha primogénita.

As análises de uma decisão estratégica nunca poderão ser limitadas a um só fator, contudo, parece-nos que esta vontade de pensar a política peninsular, no seu todo, é essencial para melhor compreender o primeiro casamento da primeira descendente de D. João VI.

Em 19 de Agosto de 1808, as intenções de Carlota Joaquina ficaram mais explícitas com o seu manifesto dirigido aos fiéis vassalos, no qual se afirmava como pretendente aos

¹¹⁵ Luíz Norton, *A Corte de Portugal no Brasil*, Lisboa, Empresa Nacional de Publicidade, s/d, pp. 24-25.

¹¹⁶ *Gazeta do Rio de Janeiro*, n.º 39, 16 de Maio de 1810.

direitos relativos ao trono espanhol. Como já referimos, independentemente dos receios de D. João relativamente a uma eventual posição de força da sua mulher caso se tornasse regente ou rainha de Espanha, a eventual impossibilidade por força da Lei Sállica e da inerente controvérsia levava a que houvesse necessidade de admitir uma outra solução.

Surpreendentemente para alguns, D. Pedro Carlos emitiu, igualmente, um manifesto no qual declarou o reconhecimento dos direitos do Rei de Nápoles, irmão de D. Carlos IV, ao trono espanhol, caso se mantivesse a situação de impossibilidade do rei de Espanha e dos seus filhos. Aparentemente esta posição contrária à pretensão de D. Carlota Joaquina poderia ser, igualmente, inviabilizadora da pretensão de D. João relativamente ao seu sobrinho.¹¹⁷ Contudo, julgamos que esta declaração terá de ser interpretada num sentido estratégico mais amplo.

O manifesto de D. Carlota Joaquina poderia acarretar, e certamente acarretou, alguma má receção em Espanha, por significar um reconhecimento da impossibilidade dos monarcas espanhóis. Acresce que, na altura, José Bonaparte era quem exercia o poder real em Espanha, pelo que, a D. João, apesar de convir afirmar uma posição contrária, não convinha obter mais contrariedades imediatas quer na Europa, quer na América do Sul.

O Manifesto de D. Pedro Carlos, caso os filhos de D. Carlos III se vissem impedidos de reinar, seria inócuo, pois a razão que impediria aqueles acabaria, certamente, por impedir o rei de Nápoles. Assim, este manifesto afastava o centro das eventuais inimizades espanholas de D. Pedro Carlos para Carlota Joaquina; no futuro, caso a hipótese de sucessão se viesse a dar, certamente o manifesto não teria relevância pela própria impossibilidade do Rei de Nápoles.

Outro fator, mais vulgarmente identificado, será o que traduz as aspirações de estender o domínio português na América do Sul, principalmente na decorrência da designada questão cisplatina. A questão da União Ibérica e da criação de um grande Império na América do Sul não era, pois, inovadora, graças à grande influência de D. Rodrigo de Sousa Coutinho.¹¹⁸ Ainda assim, e havendo vantagens para a sua resolução caso o sobrinho viesse a suceder no trono de Espanha, parece-nos que seria mais uma decorrência da opção do que a solução principal para a resolução da situação no Rio da Prata.

¹¹⁷ Neste sentido vide Sara Marques Pereira, *D. Carlota Joaquina...*, p. 81.

¹¹⁸ José Subtil, «O projecto para a União Ibérica de D. Rodrigo de Sousa Coutinho», *Economia, Instituições e Império, Estudos de Homenagem a Joaquim Romero Magalhães* (org. Álvaro Garrido, Leonor Freire Costa, Luís Miguel Duarte), Coimbra, Almedina, 2012, pp. 541-555.

d) Celebração do casamento

No dia 13 de Maio, juntando-se à festividade do dia natalício do Príncipe Regente, celebrou-se o casamento real de D. Maria Teresa com o Infante D. Pedro Carlos.

O cerimonial e as festividades deste casamento, o primeiro casamento de membros de uma casa real europeia a celebrar-se nas Américas, em pouco diferiram dos que existiram durante os dois séculos anteriores, em Portugal. O casamento, bem como outro tipo de eventos onde participavam membros da monarquia, era aproveitado como uma verdadeira encenação do poder, o qual reafirmava-se nestes tipos de rituais próprios da época moderna.

A determinação do lugar e das precedências de cada membro da família real, os convidados, os membros do corpo diplomático (em que a carga simbólica potestativa era evidenciada), o tipo de festividades de rua (fazendo o povo participar num elemento festivo de enaltecimento e de reconhecimento de uma ordem inevitável que deveria fazer parte das suas próprias vidas), a arquitetura efémera alusiva aos eventos, tão característica da época moderna, foram, neste casamento, utilizados estrategicamente como nos reinos anteriores e à semelhança do que se fazia por toda a Europa¹¹⁹.

Há, pois, uma europeização dos rituais da corte e da sua sociedade, no Rio de Janeiro, assegurando que o poder da família real e do próprio reino era grande, único e desejado.

Tal não implicou que o cerimonial e as festividades não procurassem adaptar-se aos hábitos e costumes do Brasil, indo para além da mera reprodução dos que se viviam na Europa e, mais concretamente, em Portugal. Houve como que uma remodelação¹²⁰, a qual não deixou de ter na sua essência o que se pretendia utilizar: o cerimonial europeu.

O casamento estava marcado para as quatro da tarde, coincidindo esse dia com um domingo. As paredes do Paço encontravam-se forradas de Damasco e tapeçarias; desde a porta ao interior brilhavam formosos lustres que, acendendo-se à noite, davam claridade como se fosse dia.

¹¹⁹ Um pouco por toda a Europa iniciara-se a institucionalização de práticas protocolares e cerimoniais a propósito dos casamentos régios. Em Inglaterra, havia um livro oficial de protocolo inglês conhecido por *The Royal Book*, onde se pormenorizava o tipo de cerimónias públicas e privadas em casamentos da família real, pelo menos desde os Tudor. David Starkey, *Six wives, The queens of Henry VIII*, London, Vintage Books, 2004, p. 7.

¹²⁰ Caio Boschi, “Espaços de sociabilidade na América portuguesa e historiografia contemporânea”, *Revista Vária História*, vol. 22, nº 36, Belo Horizonte, Universidade Federal de Belo Horizonte, 2006, p. 297.

Foi armada uma teia de 650 palmos de comprido e 16 de largo, tudo forrado de damasco e alcatifado com tapetes da Pérsia (trazidas da capital), com 98 lampiões pendentes, onde o Príncipe deu audiência. As janelas do Paço estavam guarnecidas de cortinados «a ponto de parecer [...] hum salão mais que magnífico».¹²¹

Formou-se um acompanhamento, para ir até à Capela Real, constituído por: banda de música, escolta da Guarda Real, porteiros, seis deles com maças de prata, passavantes e arautos, toda a corte não chamada por Aviso da Secretaria de Estado, moços de Câmara, oficiais menores da Casa Real, porteiro da Câmara de S.A.R. e Corregedor do Crime da Corte e Casa, Grandes do Reino chamados por Aviso e que S.A. mandou cobrir, segundo o costume, Corpo Diplomático, Pessoas Reais com os seus camareiros e viadores, camareiros mores, damas, guarda real e bandas de música tocando por fora da Teia.¹²²

Segundo o Padre Luís Gonçalves dos Santos, o Príncipe Regente trazia pela mão o Sereníssimo noivo, Senhor Infante D. Pedro Carlos, acompanhado dos Senhores Príncipe da Beira e Infante D. Miguel, e logo a seguir a Princesa do Brasil (D. Carlota Joaquina) levando pela mão a Sereníssima noiva.¹²³ Ao lado de suas altezas marchavam o Conde de Caparica e D. Manuel de Sousa, a Camareira-mor, as infantas D. Maria Isabel, D. Maria Francisca e D. Isabel Maria, a Princesa D. Maria Francisca Benedita, pelo braço do Marquês do Lavradio, a Marquesa do Lumiar, seguida de quatro damas, D. Maria Eugénia Redondo, D. Maria do Resgate Valadares, D. Maria de Almeida Lavradio e D. Bárbara da Cunha.¹²⁴

À porta da Capela Real esperava este acompanhamento o Cabido, ricamente paramentado. No interior da Capela havia abundante quantidade de ouro e prata e uma majestosa iluminação. As pessoas reais dirigiram-se à Capela do Santíssimo, onde se realizou o casamento perante o Bispo e Capelão-Mor. Após o sacramento houve um *Te Deum*, tendo a família real estado sempre

[...] num sólio de tisso de ouro com cadeiras para 11 pessoas reais e respectivos genúflexórios da mesma riqueza.¹²⁵

¹²¹ *Gazeta do Rio de Janeiro*, n.º 40, 19 de Maio de 1810.

¹²² *Idem, Ibidem.*

¹²³ Luís Gonçalves Santos, Padre, *Memórias para servir à História do Brasil*, Tomo I, Rio de Janeiro, Zélio Valverde, 1943, p. 166.

¹²⁴ *Idem, Ibidem.*

¹²⁵ *Gazeta do Rio de Janeiro*, n.º 40, 19 de Maio de 1810.

Nessa noite houve ópera,¹²⁶ para a qual foram convidados todos os membros do corpo diplomático, bem como coros de música debaixo das janelas do Palácio Real.¹²⁷ A música e os eventos a si associados correspondiam a um gosto da corte mas, igualmente a uma forma de sociabilidade.¹²⁸ Em toda a cidade houve iluminação e salvas, na terra e no mar.

De acordo com a descrição de Luiz Norton, na praça, em frente ao mar, estava construída uma fachada de arquitetura rústica, que representava o fundo de um jardim, tudo bem executado e oportunamente pintado. Na parte central desta construção alegórica via-se um enorme painel onde se destacavam os retratos do Príncipe Regente e de D. Carlota Joaquina, unidos por uma faixa pendente onde se podia ler a seguinte inscrição latina: «Et nova Progenies coelo demittitur alto». De um e outro lado deste painel, em duas elipses, figuravam o retrato do noivo e da noiva. Esta construção alegórica era rematada nos dois extremos por duas portas fingidas, pintadas de branco, nas quais se liam mais versos alusivos.¹²⁹ A figuração do amor, quer entre os diversos membros da família real, quer pelos súbditos para com os monarcas, era um recurso frequentemente utilizado como forma de integração e sujeição ao poder régio. Os retratos dos noivos, os versos, as figuras simbólicas de apreço do povo ao novo casal real foram instrumentos de propaganda política muito eficazes e bastante utilizados.¹³⁰ Estas demonstrações já existiam noutras festividades, e mesmo antes da partida da corte para o Rio de Janeiro,¹³¹ contudo, o facto de ser o primeiro casamento régio a celebrar-se na América e com a presença dos próprios príncipes acentuou a sua intensidade.

Na segunda e terça-feira repetiu-se a iluminação no Paço e na cidade; houve serenatas na Real Câmara, para as quais foram convidados os membros do Corpo Diplomático.

¹²⁶ Idem, *Ibidem*.

¹²⁷ Segundo Luíz Norton, houve espetáculo de gala no teatro, com um drama expressamente composto para a ocasião: «O Triunfo da América». Luíz Norton, *op. cit.*, p. 46.

¹²⁸ Neste sentido vide Maurício Monteiro, «O fim da festa. Música, gosto e sociedade no tempo de D. João VI», in István Jancsó e Iris Kantor (coord.), *Festa, cultura e sociabilidade na América portuguesa*, vol. II, São Paulo, Editora da USP, 2001, pp.569-585.

¹²⁹ *Gazeta do Rio de Janeiro*, nº 40, 19 de Maio de 1810.

¹³⁰ Para uma compreensão do fenómeno vide Pedro Cardim, «Entradas solenes: rituais comunitários e festas políticas, Portugal e Brasil, séculos XVI e XVII», in István Jancsó e Iris Kantor (coord.), *Festa, cultura e sociabilidade na América portuguesa*, vol. I, São Paulo, Editora da USP, 2001, pp. 97-125. Idem, *O poder dos afectos. Ordem amorosa e dinâmica política no Portugal do Antigo regime*, Tese de doutoramento, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2000.

¹³¹ Eduardo Romero de Oliveira, «Por amor ao Rei: um exame da decoração e narrativas de duas festas régias nas Minas Gerais (Brasil – 1771-1794)», *Atas do IV Congresso Internacional do Barroco Ibero-Americano*, Belo Horizonte, C/arte, 2006, pp. 897-901.

Na quarta-feira, de manhã, o Príncipe Regente recebeu cumprimentos das classes distintas; de tarde houve «danças africanas» representativas de todas as nações; «às Ave Marias» iniciaram-se coros de música, fogo de arquitetura e vistas; à noite repetiram-se os coros de música.¹³²

Conforme anos mais tarde Paulo Fernandes Vianna, Intendente Geral da Polícia, afirmou, a magnificência destas festas, cuja organização em parte passava pela polícia, por razões de segurança, tinha uma dualidade de intenções: manter o povo entretido e permitir a sua identificação com os membros da família real.¹³³

No século XVIII, segundo Borges de Macedo, numa sociedade de marcada projeção externa e antecipatória do iluminismo, o aparecimento em público de grandes personalidades, principalmente as régias, era cuidadosamente preparado, sendo comparável, segundo o autor, ao que acontece hoje com os grandes espetáculos televisivos.¹³⁴

As festividades alusivas ao evento natalício e ao casamento foram, igualmente, celebrados fora do Brasil, nomeadamente em Inglaterra. A D.João interessava deixar uma imagem de poder nas potências europeias e, principalmente, naquela que à época era a sua maior aliada

O embaixador português, Domingos de Sousa Coutinho, irmão do Conde de Linhares, ofereceu, de acordo com as notícias publicadas em Londres e depois reproduzidas no Rio de Janeiro, um elegante e sumptuoso jantar, onde estiveram presentes o Duque de Sussex, Augustos Frederick, filho mais novo do Rei Jorge III, o Duque de Brunswick, o Marquês de Wellesley e o Lorde de Liverpool. À noite houve um concerto, dirigido pelo Mestre da Capela Real do Príncipe Regente, Luíz Sápio, o qual começou por uma sinfonia composta para aquela ocasião por Domingos Bomtempo, executada por vinte dos melhores músicos de Londres. O próprio Maestro português executou, no pianoforte, um novo concerto com variações, composto por si para a mesma ocasião. Madame

¹³² *Gazeta do Rio de Janeiro*, nº 40, 19 de Maio de 1810.

¹³³ «Passarei em silêncio a magnificência dos festejos que a polícia fez na ocasião do casamento da Senhora Princesa Real, porque as narrações impressas que disto saíram e principalmente os testemunhos presenciais dos que ainda estão no Brasil e das pessoas que estiveram então, e hoje se acham na Europa, abonarão a verdade de tudo e reconhecerão que era um dever da polícia entrar nestes objectos, não só pela utilidade que se tira em trazer o povo alegre e entretido como promovendo ao mesmo tempo o amor e respeito dos vassallos para com o soberano e a sua dinastia.», Paulo Fernandes Vianna, «Abreviada demonstração dos trabalhos da polícia», *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, nº55, tomo I, Rio de Janeiro, IHGB, 1892, p. 379.

¹³⁴ Jorge Borges de Macedo, *História Diplomática Portuguesa, Constantes e linhas de força*, Lisboa, Tribuna, 2006, p. 292.

Catalani interpretou diversas áreas, sozinha e em dueto com Luíz Sápio, nomeadamente alguns versos portugueses escritos pelo Doutor Vicente Pedro Nolasco da Cunha.

Após o concerto serviu-se uma profusão de refrescos a uma numerosa assembleia, onde constavam o Príncipe de Gales e a maior parte dos Duques Reais, os Ministros de Estado, a maior parte da Nobreza da Corte e todas as Senhoras e Senhores portugueses que viviam em Londres.¹³⁵

O embaixador, enquanto *longa manus* do monarca, assegurava a credibilidade da imagem da família real, no novo contexto europeu, por forma a conseguir obter o respeito e a manutenção da ligação a Inglaterra. Esta era, igualmente, uma das funções essenciais do embaixador: cuidar da imagem do reino no exterior.

Torna-se curioso verificar que esta exuberante celebração, em Londres, não teve réplica noutras cortes europeias, compreendendo-se face ao contexto político vigente, bem como à ligação de Portugal com aquela potência. Inseriu-se, igualmente, na estratégia política e diplomática de demonstrar uma posição de força junto da sua aliada, procurando comprovar que a ida para o Brasil não afetava o prestígio e a autonomia do reino.

e) Ausência de notícias em Portugal

Uma das questões mais interessantes, relativamente à estratégia política e ao contexto histórico do casamento em apreço, é a ausência de notícias em Portugal.

A Gazeta de Lisboa, à exceção de uma indicação de nomeações¹³⁶ que refere como motivo o dia de aniversário de D. João VI e o casamento de D. Maria Teresa com D. Pedro Carlos, nada informa sobre o assunto. Torna-se, pois, indispensável procurar possíveis justificações para esta ausência de difusão do evento, bem contrária à divulgação que foi feita no Rio de Janeiro e em Londres.

Para além da distância (que não será, certamente, a razão mais plausível, uma vez que se há indicação de nomeações, efetuadas nesse dia, a partir do Rio de Janeiro, também existiria a possibilidade de outras publicações), torna-se mais plausível considerar uma

¹³⁵ *Gazeta do Rio de Janeiro*, n.º 71, 5 de Setembro de 1810, reproduzindo uma notícia de 15 de Maio, de Londres.

¹³⁶ *Suplemento extraordinário à Gazeta de Lisboa*, n.º 182, de terça-feira, 31 de Julho de 1810 e *Suplemento extraordinário à Gazeta de Lisboa*, n.º 183, de 1 de Agosto de 1810. O facto de estas nomeações serem feitas no dia de aniversário do Príncipe Regente e do casamento de sua filha é mais um ato simbólico, neste caso de cariz administrativo, que visava a reafirmação do seu poder.

subjacente razão de Estado e política para não se ter feito alarido deste, à época, tão importante matrimónio real.

Por um lado, estávamos em pleno contexto das invasões napoleónicas (em três anos, Portugal assistira às incursões de Junot – Novembro de 1807 - de Soult – Fevereiro de 1809- e preparava-se para as de Massena – Julho de 1810). Ora, tendo o casamento sido efetuado em Maio, não seria certamente adequada a notícia de uma faustosa celebração matrimonial da família real, enquanto a população portuguesa no continente europeu sofria tanto com o clima de guerra. A situação económica, em Portugal, era uma preocupação, tendo sido tomadas medidas assistenciais e de administração para controlar a difícil situação social que se vivia (nomeadamente 13 providências relativas ao alojamento e alimentação de expostos e indigentes, proteção contra fraudes nos preços dos alimentos, racionamento alimentar, medidas de saúde pública como a rápida sepultura de cadáveres, etc.).¹³⁷ Por outro lado, se como julgamos, as intenções de D. João VI iam no sentido de assegurar o controlo da casa real espanhola, não conviria fazer grande alarido dessa união, consistindo essa omissão de divulgação numa forma adicional de por em prática a sua estratégia.

Consultados os números da Gazeta de Lisboa referentes ao ano de 1810, a sua grande maioria dizem respeito a aspetos europeus (e não do Brasil) e, no caso nacional, a aspetos militares.

Contudo, e apesar desta aparente ausência de notícias relativas ao casamento da filha mais velha do Príncipe Regente, Ângelo Pereira refere que a notícia do casamento foi acolhida em Portugal com manifestações de sincero regozijo. Segundo o autor, o Teatro Nacional da Rua dos Condes solenizou os desposórios com um espetáculo de gala que abriu com a recitação do seguinte soneto:

Deposto o raio, e o indulto separado

Muito era já que Javé olhava ao Mundo

¹³⁷ Cândido Justino de Portugal, *Memórias das principaes providencias dadas em auxilio dos povos, que pela invasão dos franceses nas províncias da Beira e Extremadura vierão refugiar-se à capital, no anno de 1810, ordenadas e offerecidas a Sua Alteza Real, o Príncipe Regente Nosso Senhor*, Lisboa, off. António Rodrigues Gallardo, 1814. Vide, sobre estas providências, Manuel Canaveira, «Portugal em 1810, 13 providências para socorrer os povos em fuga e ressuscitar um reino», *Guerra Peninsular 200 anos*, Lisboa, BNP, 2007, pp. 59-70.

Como s'involto o Deos num somno fundo
Não mais lh'importe o homem, q'há formado

Vê pelo Corso o orbe devastado
E prossegue o lethargo seu jucundo
À Terra ouve hum arranco moribundo
E se deixa, qual d'antes, socegado

De Lysia o rei, já Santo, seus lamentos
Eis lh'inculca, e os da Esposa Excelsea e Pia,
Q'inda existe entre os críticos momentos

Toma o raio então Jové e ao Mundo envia,
Como indulto, em desconto a mil tormentos,
Outro Pedro, enlaçando Outra Maria.¹³⁸

Como é evidente, este último verso faz uma clara alusão a D. Pedro III e a D. Maria I, numa coincidência com os nomes dos ora noivos.

f) Nascimento do desejado D. Sebastião e morte de D. Pedro Carlos

A ideia de um casamento que assegurava a posição de Portugal numa eventual sucessão ao rei de Espanha acabou por ser reforçada com o nascimento de D. Sebastião Gabriel de Bourbon e Bragança, em 4 de Novembro de 1811, o primeiro membro de uma família real europeia a nascer na América.

Logo dois dias depois, a Gazeta do Rio de Janeiro anunciou a singular coincidência de a criança ter nascido exatamente no dia do aniversário da sua avó, D. Carlota Joaquina. Este duplo acontecimento levou ao Paço toda a Nobreza, o Corpo Diplomático e outras pessoas distintas, para cumprimentar o Regente, a Princesa e toda a família real.¹³⁹

¹³⁸ Ângelo Pereira, *Os filhos de El-Rei D. João VI*, Lisboa, Empresa Nacional de Publicidade, 1946, p.159.

¹³⁹ *Gazeta do Rio de Janeiro*, n.º 89, quarta-feira, 6 de Novembro de 1811.

As manifestações de júbilo pelo nascimento começaram imediatamente, com salvas no mar e em terra, com o embandeirar de navios e fortalezas e com a utilização de luminárias por toda a cidade. Logo no dia seguinte ao nascimento houve um *Te Deum* na Capela Real, com a assistência de toda a Corte, bem como com inúmeros elementos do povo.¹⁴⁰ Tal como na Europa, o nascimento de um membro da família real, desta vez o primeiro a nascer em terras sul-americanas, era motivo de grandes festividades, nas quais participavam todos os extratos da sociedade.

A divulgação da notícia de D. Maria Teresa e do nascimento de D. Sebastião fez-se um pouco por toda a Europa. Para D. João VI, o conhecimento pelos grandes da Europa de mais um descendente Bragança era condição essencial para o seu reconhecimento como família real reinante, legitimando-se entre os restantes elementos da Grande Família Real Europeia.

Um dos primeiros a ser informado foi o Czar Alexandre I, da Rússia, pois em 1811 posicionava-se para ser o elemento aglutinador das forças contrárias a Napoleão. O ofício, enviado no próprio dia do nascimento a João Paulo Bezerra, na altura embaixador português no Império de Todas as Rússias, informava que a criança nascera por volta de uma hora da manhã. Junto seguiu a carta de chancelaria assinada pelo Príncipe, contendo o feliz acontecimento, a qual deveria ser entregue ao Imperador.¹⁴¹ Apesar do tempo que mediava as comunicações, a notícia obtivera o fim desejado, uma vez que o Imperador Alexandre I enviou uma carta a D. João VI, a qual tinha por objeto felicitá-lo pelo

[...] Faustíssimo natalício do Augusto Neto de S.A.R., o Sereníssimo Infante D. Sebastião Carlos.¹⁴²

No caso do nascimento de D. Sebastião, a razão para este júbilo era mais do que justificada: sendo filho de D. Pedro Carlos, potencial herdeiro ao trono espanhol, o recém nascido assumia igualmente essa posição. Aliás, a importância deste herdeiro poderá ser apreendida através das questões que se levantaram após a morte do pai.

¹⁴⁰ Idem, *Ibidem*.

¹⁴¹ ANTT, *MNE*, Livro 627, Ofício do Conde de Linhares para João Paulo Bezerra, Rio de Janeiro, 4 de novembro de 1811, fls. 66 vs.

¹⁴² ANTT, *MNE*, Livro 627, Ofício do Conde das Galveias para João Paulo Bezerra, Rio de Janeiro, 31 de outubro de 1812, fls. 86 vs.

Apesar de todas as estratégias inerentes a esta ligação matrimonial, bem como de todas as eventuais divergências que deixara entrever, no dia 26 de Maio de 1812, na Real Quinta da Bela Vista, pelas seis horas e trinta e sete minutos, este casamento chegava ao fim, pois, com vinte e cinco anos, morria D. Pedro Carlos *de huma cruel febre lenta e nervosa*.¹⁴³ Mesmo na doença e na morte, a veneração por uma figura da família real manifestava-se pelas demonstrações de respeito, com um cerimonial igualmente próprio.

Nos poucos dias em que durou a sua afflictíssima moléstia, concorreu ao Real Palácio da Quinta da Bela Vista hum grande número de pessoas de todas as classes mais distintas, mostrando assim o grande interesse e cuidado que a todos merecia. [...] O Príncipe acolheu estas sinceras demonstrações de amor...¹⁴⁴

No Palácio Real da Quinta da Bela Vista, onde o D. Pedro Carlos faleceu, seguiu-se, em tudo, o cerimonial utilizado em tais circunstâncias nas cortes europeias. Aliás, a própria Gazeta do Rio de Janeiro indica bastas vezes, ao descrever minuciosamente a forma como as mesmas decorreram, a expressão «segundo o costume», referindo-se ao que existia na Corte portuguesa.

A participação em desfiles e cortejos fúnebres, bem como as cerimónias litúrgicas, reanimavam, numa espécie de catarse coletiva, o sentimento de pertença a um reino. As exéquias, os elogios fúnebres e as manifestações públicas procuravam transmitir, igualmente, uma imagem exemplar da dinastia reinante. Para além do sofrimento, a morte acabava transformada em objeto de propaganda política, procurando exhibir uma imagem simbólica de glória, esplendor e poder dos Braganças.¹⁴⁵

O corpo foi depositado e fechado em três caixões, tendo sido armado um altar. Numa sala contígua foi colocado um oratório, com três altares, onde foram rezadas missas de corpo presente pelo Bispo Capelão Mor, acompanhado pelo Corpo da Real Capela, o qual deu também as absolvições ao falecido príncipe. O Príncipe Regente, o seu filho D. Miguel e grande parte da Corte assistiram a estas cerimónias religiosas.

¹⁴³ *Gazeta do Rio de Janeiro*, n.º 44, sábado, 30 de Maio de 1812. Curiosamente, nesse mesmo dia morreu Henrique José de Carvalho e Melo, Conde de Oeiras e Marquês de Pombal, filho do antigo Ministro de D. José, aos 64 anos de idade. Quando morreu, no Rio de Janeiro, desempenhava o cargo de Presidente do Desembargo do Paço e Mesa da Consciência e Ordens, sendo alguém por quem D. João demonstrava grande estima. *Gazeta do Rio de Janeiro*, n.º 45, quarta-feira, 3 de Junho de 1812.

¹⁴⁴ *Gazeta do Rio de Janeiro*, n.º 44, sábado, 30 de Maio de 1812.

¹⁴⁵ Maria Paula Lourenço, «Morte e exéquias das rainhas de Portugal (1640-1754)», *Actas do IIº Congresso Internacional: Barroco*, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2003, p. 580.

Por volta da uma da tarde chegaram as comunidades religiosas, como as irmandades e as colegiadas, para encomendar o corpo, tendo D. João estado sempre presente. Após finalizar esta cerimónia, o Reposteiro Mor levantou o pano de veludo preto que cobria o caixão, entregou-o ao Guarda Tapeçarias, pegou na coroa de flores e deu-a ao Moço de Câmara, para que a colocasse no coche, e oito grandes do reino pegaram no caixão para o conduzir ao coche.¹⁴⁶ O cortejo fúnebre, desde o palácio até ao Convento de Santo António, foi sempre ladeado por alas de diferentes corpos militares, todos vestidos de capas pretas compridas, tendo os cavalos sido cobertos, igualmente, com tecidos pretos. Ao chegar ao adro da Igreja, onde se encontravam muitas pessoas, foi retirado o caixão do coche, tendo sido ordenado, pelo Mordomo-mor ao Desembargador do Paço, José de Oliveira Pinto Botelho Mosqueira, o qual fora nomeado para servir de Secretário, que lavrasse os dois termos de entrega do corpo, um para ser depositado no Arquivo da Torre do Tombo e outro para ficar na posse do Mordomo Mor. Nestes termos declarava-se que dentro dos três caixões se encontrava o corpo do Infante D. Pedro Carlos, tendo os Grandes prestado juramento e assinado, enquanto testemunhas, afiançando ser verdade a sua deposição nos mesmos.

O corpo foi então depositado na Capela do Senhor da Paciência, tendo terminado o ato fúnebre com uma salva de vinte e um tiros.¹⁴⁷

D. João viu, pois, os seus planos de ligação a Espanha, através do casamento da sua filha com um possível sucessor, ameaçados. Tendo em conta a afeição que nutria pelo seu sobrinho e genro, bem como a importância que o mesmo tivera na sua estratégia de afirmação futura, logo no dia seguinte tomou luto profundo, o qual condicionou o funcionamento das instituições oficiais e da própria corte. Assim, decidiu que duraria seis meses, três com luto rigoroso e três com luto aliviado, devendo toda a Corte e Tribunais tomar luto nos mesmos moldes.¹⁴⁸

Os discursos proferidos nas exéquias de D. Pedro Carlos, à semelhança do que acontecia com os proferidos em atos fúnebres na Europa,¹⁴⁹ foram impressos, dando a conhe-

¹⁴⁶ Os oito escolhidos foram os Marqueses do Lavradio e de Torres Novas, os Condes de Aguiar, Valadares, da Ponte, de Viana, da Caparica e da Lousã, *Gazeta do Rio de Janeiro*, n.º 45, quarta-feira, 3 de Junho de 1812.

¹⁴⁷ *Gazeta do Rio de Janeiro*, n.º 45, quarta-feira, 3 de Junho de 1812.

¹⁴⁸ *Gazeta do Rio de Janeiro*, n.º 44, sábado, 30 de Maio de 1812.

¹⁴⁹ Para uma percepção da importância da parenética e da própria morte como instrumento de propaganda vide Luís Adão da Fonseca, «A morte como tema de propaganda política na Historiografia e na Poesia

cer, e possibilitando para memória futura, exemplos da parenética laudatória praticada naquele território. Algumas dessas publicações vieram para a Europa, tal como a que registou o discurso que Gregório Noronha efetuou e que, inclusivamente, foi oferecida a D. Fernando VII, Rei de Espanha.¹⁵⁰

Em 1813, José Maria Dantas Pereira, sócio da Academia das Ciências, de que o Infante Pedro Carlos fora Presidente, escreveu um elogio histórico, oferecido à viúva, onde se pode encontrar várias referências biográficas do jovem sobrinho de D. João VI, bem como várias indicações sobre o seu perfil mais erudito.¹⁵¹

Foram várias as publicações que se fizeram, quer de elogios, quer de discursos fúnebres, relativos à morte de D. Pedro Carlos. Algumas impressões foram mesmo publicitadas na Gazeta do Rio de Janeiro, com indicação do preço e local de compra.¹⁵² Nestas publicações faz-se sempre referência à qualidade das edições, indicando-se normalmente que eram elegantes, o que nos permite concluir que se destinariam a ser guardadas. A própria Gazeta do Rio de Janeiro teve os números 44 e 45, onde se dera as notícias da

portuguesa do século XV», *Biblos, Revista da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra*, Coimbra, vol. 49, 1993, pp. 507-538. João Francisco Marques, «A imagem do rei D. João V nas orações fúnebres», *Portugal no século XVIII. De D. João V à Revolução francesa*, Lisboa, Sociedade portuguesa de estudos do século XVIII, Universitária Editora, 1991, pp. 233-237.

¹⁵⁰ Real Biblioteca do Palácio Real de Madrid, Gregório José Noronha, *Oração Fúnebre recitada nas exéquias do Sereníssimo Senhor Infante Dom Pedro Carlos de Bourbon de Bragança*, 26 de Novembro de 1812 (cota:II/1380).

¹⁵¹ José Maria Dantas Pereira, *Elogio histórico do Senhor D. Pedro Carlos de Bourbon e Bragança, Infante de Hespanha e de Portugal, Almirante General da Marinha portuguesa*, Rio de Janeiro, Impressão Régia, 1813.

¹⁵² Na Gazeta do Rio de Janeiro de 17 de junho de 1812, anunciou-se que saíra à luz o *Epicédio na deplorável morte do Sereníssimo Senhor Infante D. Pedro Carlos de Bourbon e Bragança, Almirante Geral, junto à Real Pessoa do Príncipe Regente N.S.*, por Paulino Joaquim Leitão, o qual estaria à venda na loja da Gazeta por 160 réis. *Gazeta do Rio de Janeiro*, n.º 49, quarta-feira, 17 de Junho de 1812. Na Gazeta do Rio de Janeiro de 19 de agosto de 1812, publicitou-se que saíra a segunda edição da *Oração Fúnebre, Que nas exéquias mandadas fazer por S.A.R. o Príncipe Regente Nosso Senhor ao Sereníssimo Senhor D. Pedro Carlos de Bourbon e Bragança, Infante de Hespanha, recitou Frei Francisco de São Paio*, a qual estaria à venda na loja da Gazeta e na loja de Manoel António da Silva, na Rua Direita, por 480 réis. Publicitou-se, ainda, nesse mesmo número da Gazeta do Rio de Janeiro, que saíra *O Pranto Americano, em honra das caríssimas e nunca bem pranteadas cinzas do Sereníssimo Senhor Infante D. Pedro Carlos de Bourbon, Almirante Geral junto à Real Pessoa, por Ovídio Saraiva de Carvalho e Silva, Juiz de Fora eleito para a cidade de Mariana*, o qual se vendia nas mesmas lojas por 160 réis. *Gazeta do Rio de Janeiro*, n.º 67, quarta-feira, 19 de agosto de 1812. Na Gazeta do Rio de Janeiro de 1 de setembro de 1812, publicitou-se que fora publicada a *Oração Fúnebre que nas Solemnes Exequias celebradas em Memória do Sereníssimo Senhor D. Pedro Carlos de Bourbon e Bragança, Infante de Hespanha e Almirante General da Marinha Portuguesa, recitou na Parochial do Ouro Preto de Villa Rica, no dia 8 de Julho do anno de 1812, o Padre António da Rocha Franco*, a qual se vendia na loja da Gazeta por 320 réis. *Gazeta do Rio de Janeiro*, n.º 71, quarta-feira, 2 de setembro de 1812.

morte e exéquias de D. Pedro Carlos, reimpressos e novamente vendidos ao público, o qual os guardava como recordação.¹⁵³

Este tipo de publicações, bem como algumas notícias esparsas relativamente ao conhecimento e manifestações de pesar em diversas regiões do Brasil, permite perceber que a semelhança com o que se fazia em Portugal era muito acentuada. Tendo em conta a distância, que levava a que a notícia da morte do Infante só tenha chegado meses mais tarde, bem como a celebração das respectivas cerimónias de pesar, houve eventos laudatórios do Infante falecido durante quase um ano.

A pompa e o fausto nas cerimónias ajudavam a construir a imagem de força e poder da família real, mesmo no momento da morte. Assim, a missa do trigésimo dia da morte do Infante foi realizada na Real Capela, ricamente ornada, com muitas luzes e com a presença e direção dos coros de Marcos António Portugal, o qual compôs especialmente para a cerimónia, e que, conforme a *Gazeta do Rio de Janeiro* anunciou, sustentou a grande reputação que tem adquirido nos países estrangeiros.¹⁵⁴ Estes países eram europeus, sendo a escolha do compositor e músico uma forma de reforçar a europeização destes rituais da corte portuguesa no Brasil.

A afeição de D. João pelo seu sobrinho e genro permaneceria ao longo do tempo; tendo encomendado a construção de um túmulo em Lisboa, o mesmo só chegaria ao Rio de Janeiro em maio de 1817. Ordenando, no dia 25 desse mês, que os sinos tocassem antes das demonstrações fúnebres, nessa noite deslocou-se com o Príncipe D. Miguel à Igreja do Convento onde D. Pedro Carlos estava sepultado, mandou abrir o sepulcro e reconhecer a identidade do corpo, pelo Regedor e Chanceler da Casa da Suplicação que servira de Secretário de Estado no momento em que o Infante lá fora depositado, na presença de todos os grandes do reino. Tendo sido concluída esta verificação começaram os ofícios religiosos, acompanhados por músicos da Capela Real regidos pelo compositor Marcos Portugal, assistindo D. João a toda as cerimónias. Nessa noite, a Guarda Real ficou a guardar o corpo, tendo havido durante toda a noite, por quatro religiosos que se substituíam de meia em meia hora, orações pelo defunto.

No dia seguinte, todas as fortalezas e embarcações apresentaram-se com bandeiras a meia haste, ouvindo-se salvas de *tiros* de quarto em quarto de hora. Às dez horas houve

¹⁵³ *Gazeta do Rio de Janeiro*, n.º 55, quarta-feira, 8 de Julho de 1812.

¹⁵⁴ *Gazeta do Rio de Janeiro*, n.º 53, quarta-feira, 1 de Julho de 1812.

missa, com o *elegante mausoléu* no meio da Igreja, com uma coroa dourada sobreposta. Assistiram todos os Grandes do Reino, os oficiais da Casa Real, os nobres e a família Real. Os corpos da Marinha apresentaram-se com o uniforme de luto rigoroso.

O mesmo chanceler que fizera o auto de entrega, em 1812, deu umas chaves ao Guardião do Convento, tendo sido redigido novo auto, o qual foi assinado pelos Grandes do Reino presentes. No momento do depósito do caixão no túmulo encomendado houve, novamente, salvas pelo 1º Regimento de Artilharia, bem como nas fortalezas e embarcações.

O túmulo de mármore ficou com um busto de D. Pedro Carlos por cima¹⁵⁵, bem como um epitáfio em latim.¹⁵⁶

Como já foi referido, D. Maria Teresa ficou viúva de D. Pedro Carlos pouco tempo depois do nascimento do seu único filho, D. Sebastião Gabriel de Bourbon e Bragança, que nascera no Rio de Janeiro, em 4 de Novembro de 1811.

Com a morte do pai da criança levantou-se logo um conjunto de questões relativas aos direitos da Princesa e, principalmente, do seu filho.

A primeira questão colocava-se, desde logo, com a estipulação do dote. Na escritura de casamento estipulara-se que D. João VI daria um dote no valor de 400 000 \$ 000 (quatrocentos mil reis), valor que deveria ser utilizado para constituir um vínculo de Morgado inalienável, do qual D. Maria Teresa seria a primeira administradora. Contudo, na mesma escritura adiantava-se que, caso não fosse possível a satisfação imediata do dote, os esposos seriam sustentados por D. João VI, com o esplendor que lhes competia. Este tipo de dote, através de vínculo, foi logo contestado por se considerar que, sendo o Príncipe espanhol, o património inevitavelmente acabaria, em caso de um sucessor nascido do matrimónio, transferido para Espanha. Assim, para muitos, o que deveria existir era apenas o dote e não uma casa feita a expensas nacionais.

Questão de índole idêntica se colocava em Espanha relativamente à Casa que Sua Majestade Católica, D. Carlos III, em 11 de março de 1785, tinha decidido estabelecer em

¹⁵⁵ A elaboração de bustos e estátuas figurativas do morto era uma prática muito comum no século XVIII. António Filipe Pimentel, «Vivência da morte no tempo do barroco: Tumulária portuguesa dos séculos XVII e XVIII», *Actas do I Congresso Internacional do Barroco*, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1991, p. 246.

¹⁵⁶ *Gazeta de Lisboa*, n.º 201, terça-feira, 26 de agosto de 1817.

favor dos descendentes do Infante Gabriel e da Infanta D. Mariana, com rendas no valor de 30 000 ducados. Sendo D. Pedro Carlos o sucessor dessa Casa, era a D. Sebastião que caberia tal posição. Contudo, esta transferência do direito de sucessão em D. Pedro Carlos e, posteriormente, em D. Sebastião, não era pacífica. Em 31 de Março de 1815, por ofício do Marquês de Aguiar para D. José Luís de Sousa, foram enviados documentos que seriam necessários à decisão da constituição da Casa de D. Pedro Carlos.¹⁵⁷ Em 8 de março de 1816, o Marquês de Aguiar enviou procuração ao embaixador, para fazer uso conveniente na defesa da causa dos direitos de D. Sebastião. D. Fernando VII, na altura já reinante, decidira enviar a decisão ao Conselho de Castela, pelo que D. João VI mandou mais um conjunto de documentação complementar, favorável ao reconhecimento dos direitos do seu neto, para juntar aos que já estariam na posse do Procurador da Coroa. Não pretendendo os espanhóis que o património fosse para alguém residente em Portugal, invocava-se a ausência da criança em Espanha, nomeadamente perante o Conselho de Castela, como fator impeditivo da consagração desse direito. D. João VI, através do Marquês de Aguiar, defendeu que a sua ausência se devia à distância e à tenra idade da criança, não se podendo considerar como perentório este elemento consagrado para ser aplicado a quem estivesse nos Estados espanhóis e não a quem se encontrasse em Estados americanos.¹⁵⁸ Anos mais tarde, em 1818, ainda a questão se mantinha, pondo D. João VI em causa a atribuição ao Conselho de Castela da competência para esta decisão. Assim, e em ofício de Tomás António Vilanova Portugal para D. Diogo Vieira Taveira e Albuquerque, dava-se conta da posição do monarca português. D. João VI considerava ser essencial para a boa decisão desta questão que se causasse o maior embaraço possível a que fosse decidida pelo Conselho de Castela. Segundo Vilanova Portugal, face à qualidade das personagens envolvidas, seria mais decoroso que se decidisse por intermédio de juízes árbitros. Por outro lado, se houvesse dúvidas quanto à nomeação dos juízes dever-se-ia submeter a questão à Junta de Paris dos Ministros das Potências, que intervinha já como mediadora na questão pendente sobre a ocupação de Montevideo. O interesse pela posição de D. Sebastião era tal que o monarca, através do seu Secretário de Estado, deu mesmo indicações quanto aos argumentos substanciais a invocar em favor da pretensão. Assim, D. Diogo deveria alegar que a sua infância o

¹⁵⁷ ANTT, *MNE*, Despachos para Madrid, Livro 600, Ofício do Marquês de Aguiar para D. José Luís de Sousa, Rio de Janeiro, 31 de março de 1815, fls. 15 vs., 16, 16vs. e 17.

¹⁵⁸ ANTT, *MNE*, Despachos para Madrid, Livro 600, Ofício do Marquês de Aguiar para D. José Luís de Sousa, Rio de Janeiro, 8 de março de 1816, fls. 23 vs. e 24.

deveria pôr a cobro de qualquer falta por não ter recolhido a Espanha, uma vez que não o poderia fazer por deliberação da sua vontade. Quanto às razões a invocar para a permanência na corte portuguesa, no Rio de Janeiro, deveriam ser invocadas as razões da situação política em Espanha e da saúde da criança. Contudo, caso se considerasse categórica a necessidade da ida do pequeno Infante, D. João não se oporia. Admitia, ainda, que caso fosse indispensável tratar-se-ia, junto de Roma, da obtenção de uma dispensa da cláusula de residência.

Numa altura em que o monarca português já tinha duas filhas em Espanha, uma como rainha e outra casada com o irmão do rei, poderá questionar-se qual a razão de tão enérgica defesa dos direitos do neto. Se é certo que o Rei espanhol, D. Fernando VII, ainda não tinha herdeiros e o seu irmão, Carlos Maria Izidro, também não, a probabilidade de D. Sebastião vir a ser considerado para o trono, ainda que existente, era cada vez mais escassa. A resposta poderá ser encontrada num ofício que Tomás António de Vilanova Portugal dirigiu a D. José Luís de Sousa, em 11 de Dezembro de 1818.¹⁵⁹

Face à situação conturbada que se vivia nos territórios espanhóis da América do Sul, nomeadamente na Argentina, as instruções que D. João VI mandara ao Conde de Palmela e ao Marquês de Marialva tinham sido no sentido de aconselhar o Rei Espanhol a erigir uma nova monarquia nos territórios americanos, tanto mais que havia indicações de que o Duque de Orleães mandara um oficial a Buenos Aires, a disponibilizar aos revoltosos um contingente com seis a oito mil homens de tropa, e tudo com o apoio do Rei francês, D. Luís XVIII.¹⁶⁰

Por um lado, D. João VI percebia o interesse que Inglaterra e França tinham em conseguir influência na independência desses territórios espanhóis, como forma de conseguirem vantagens comerciais nessa zona. Esses interesses colidiriam certamente com os do Brasil.

Contudo, também lhe era favorável uma independência desses territórios, como forma de ganhar preponderância na sua posição sul americana, uma vez que o Brasil tornar-se-ia a força preponderante. Não poderá, porém, deixar de se ter em conta que a estabilidade europeia também estava em causa. Uma guerra com Espanha, provocada por França

¹⁵⁹ ANTT, *MNE*, Despachos para Madrid, Livro 600, Ofício de Tomás António Vilanova Portugal para D. José Luís de Sousa, Rio de Janeiro, 11 de dezembro de 1818, fls. 69 vs. a 82.

¹⁶⁰ Idem, *ibidem*.

ou por Inglaterra, levaria a que Portugal forçosamente tivesse de voltar a tomar posição, a qual não seria de fácil resolução, uma vez que ao defender uma posição de independência da Argentina em favor de uma das outras potências arriscaria a sua posição na América. Ao fazer o contrário poria em risco a sua própria estabilidade na Europa (onde não se pretendia novas invasões como as que tão recentemente tinham acontecido).

Em termos estratégicos era fundamental encontrar uma solução de equilíbrio que lhe salvaguardasse todos os seus interesses. Assim, vem admitir expressamente a possibilidade de novas monarquias na América do Sul, para o bem do Brasil e da Europa, mas impondo a salvaguarda da legitimidade, a qual, segundo comunica ao embaixador português em Madrid, apenas seria admitida por si se fosse escolhido como monarca aquele a quem chama de imediato sucessor da Coroa espanhola: D. Sebastião.¹⁶¹

Com esta posição, afirma na comunicação a D. José Luís de Sousa, afastar-se-ia a ideia de uma eleição ou o perigo de algum bonapartista. É evidente que a escolha do seu neto como monarca de uma possível monarquia independente no território americano espanhol lhe daria garantia de maior influência e controlo naquela região, para além de lhe assegurar a pacificação da região e a menor potencialidade de não conseguir manter a neutralidade em relação a Portugal. Mais uma vez, o interesse americano não afastava a salvaguarda dos seus interesses mediatos na Europa.

O interesse dos direitos de D. Sebastião não era, pois, somente um mero interesse familiar, sendo preponderantemente um interesse de Estado. Assim se percebe que, como forma de agradecimento ao trabalho de reconhecimento da posição da criança, Diogo Vieira Tovar e Albuquerque tenha sido distinguido e nomeado Conselheiro da Legação na Missão de Madrid, com o ordenado respetivo.¹⁶²

A questão dos direitos de D. Sebastião na sucessão do Morgado do Grão Priorado de Castela e Leão será, ainda, utilizada como razão para o não pagamento dos dotes dos casamentos das Infantas Maria Isabel e Maria Francisca.¹⁶³

Esta questão arrastou-se até, pelo menos, 1825. O argumento da ausência de Espanha era constantemente utilizado para impedi-lo de ter acesso aos bens do Infante Gabriel.

¹⁶¹ Idem, *ibidem*.

¹⁶² ANTT, *MNE*, Despachos para Madrid, Livro 600, Ofício de Tomás António Vilanova Portugal para Diogo Vieira Tovar e Albuquerque, Rio de Janeiro, 16 de dezembro de 1818, fls. 85 a 86.

¹⁶³ ANTT, *MNE*, Despachos para Madrid, Livro 600, Ofício de Tomás António Vilanova Portugal para D. José Luís de Sousa, Rio de Janeiro, 31 de agosto de 1819, fls. 100 a 102.

D. Carlos Maria Izidro, aproveitando-se desse argumento, reivindicou o direito a suceder a tal Casa. Para obviar a essa posição, António de Araújo Azevedo, em 26 de agosto de 1825, deu um parecer em que considerava dever D. Sebastião ser transferido para Espanha, com o intuito de reivindicar os seus direitos.¹⁶⁴ Tomás António de Vilanova Portugal, no seu parecer de 28 de Setembro de 1825, considerou ser indispensável a constituição de um advogado que representasse o neto de D. João VI perante o Conselho de Castela. Referia, ainda, que na instituição do morgado havia uma cláusula de residência e educação em Espanha, para maior segurança da sucessão ao trono, não devendo o património ser gasto fora daquele reino.

Ora, a justificação da aparente violação da cláusula baseava-se na necessidade de salvar o fim para que esse morgado tinha sido instituído: a continuação da sucessão na coroa. Segundo o parecer do português, se D. Pedro Carlos não tivesse sido levado para Portugal, em tenra idade, possivelmente não teria sobrevivido aos ataques perpetrados por Napoleão.¹⁶⁵

O escolhido para exercer essa função foi Joaquim Severino Gomes, diplomata, o qual iniciou imediatamente as diligências no sentido de defender o direito de D. Sebastião ao Grande Priorado de Castela e Leão. A questão acabou por ser decidida em favor do neto do rei português e D. Maria Teresa resolveu viver em Espanha, para melhor administrar o património do seu filho. Após algumas manobras diplomáticas (que certamente, em futuro estudo, conviria analisar) a Infanta conseguiu autorização do Rei Fernando VII para se deslocar e residir na corte espanhola, enquanto mãe de um Infante espanhol.

Questão interessante é a de perceber como é que a princesa D. Maria Teresa acabou por casar com aquele que mais se opunha às pretensões do seu próprio filho, D. Carlos Maria Izidro.

D. Maria Teresa chegou a Madrid em 1822, altura em que os movimentos revolucionários liberais estavam ao rubro e onde se exigia, sob ameaça à família real, a existência de uma constituição. A conselho de D. João VI, com quem, durante a viagem, trocou numerosa correspondência, a Infanta instalou-se numa casa própria e não na corte, para se afastar dos perigos da conturbada situação política. Contudo, os convites da irmã e do Rei levaram-na a decidir mudar-se para o Palácio Real, acabando por ter uma total

¹⁶⁴ Ângelo Pereira *op. cit.*, pp. 349- 351.

¹⁶⁵ Idem, *ibidem*, pp.352-354.

identificação com os princípios do absolutismo. D. João VI, ao saber da decisão da filha, percebeu que era estrategicamente incorreta, uma vez que a associava a uma linha política totalmente contrária aos princípios que dominavam a Europa. Como o próprio Rei afirma, em carta enviada a D. Maria Teresa, do Palácio da Bemposta, em 25 de Outubro de 1822, «tu hes considerada hoje dezafecta ao siatema constitucional». ¹⁶⁶ O Rei preocupa-se, igualmente, com a sua posição, temendo que as cartas das filhas fossem interpretadas como sendo, ele próprio, adepto do absolutismo e anticonstitucional. Assim, mais uma vez aconselhou a filha a que, a pretexto da saúde, arranjasse uma casa no campo e se afastasse da Corte. Maria Teresa, porem, preferiu continuar junto da família, aproximando-se cada vez mais dos seus sobrinhos, filhos de D. Carlos Maria Izidro e da sua irmã. Com o nascimento da filha de Maria Cristina de Boubon e de Fernando VII, futura rainha Isabel II, sua sobrinha, D. Carlos Maria Izidro viu os seus direitos à coroa afastados, apesar das suas pretensões a suceder ao irmão. D. Fernando VII afastara a Lei Sálica com a aprovação da «pragmática sanção». Os apoiantes de D. Carlos declararam-no rei e deu-se início às Guerras carlistas. D. Maria Teresa, cada vez mais próxima de D. Carlos e dos seus sobrinhos (a quem, como absolutista que era, achava pertencerem os direitos à coroa espanhola), acabou por refugiar-se em Lisboa, aproveitando a presença de D. Miguel de Bragança em Portugal. A si juntou-se D. Carlos Maria Izidro, bem como a sua irmã, D. Maria Francisca de Assis, no dia 2 de Junho de 1833¹⁶⁷, após uma curta permanência nos Estados Pontifícios.

Com a derrota de D. Miguel na guerra civil portuguesa e o triunfo dos liberais, a permanência de D. Carlos Maria Izidro, de D. Maria Francisca e de D. Maria Teresa, e respectivos filhos, tornou-se perigosa. No dia em que D. Miguel saiu de Portugal, para o exílio, partiram, igualmente, D. Carlos, mulher e cunhada, com destino a Inglaterra, onde D. Maria Francisca acabaria por falecer em 1834. Quatro anos depois, D. Maria Teresa, excluída dos direitos sucessórios, tal como toda a linha carlista, casou com D. Carlos Maria Izidro. Não se tendo encontrado qualquer fonte que refira a razão para tal predisposição, julgamos que tenha sido também uma união estratégica para reunir num só casamento todos os possíveis candidatos absolutistas ao trono espanhol.

¹⁶⁶ Carta de D. João VI a D. Maria Teresa, publicada em Pereira, Ângelo, *op. cit.*, pp. 377- 378.

¹⁶⁷ Caetano Beirão, *El-Rei Dom Miguel I e sua descendência*, Lisboa, Portugália Editora, 1943, p. 11.

CAPÍTULO III

A RECORRENTE LIGAÇÃO A ESPANHA

1- Os casamentos das Infantas D. Maria Isabel e D. Maria Francisca

a) A negociação de um duplo casamento

Os casamentos dos filhos dos monarcas eram instrumentos políticos, diplomáticos e de potenciais uniões com outros reinos. Se é certo que o primeiro projeto de casamento de um filho de D. João com um membro da família real de Espanha falhara, por morte de D. Pedro Carlos, a verdade é que tal vontade de união manter-se-ia.

Como afirmou José Damião Rodrigues,¹⁶⁸ no contexto geopolítico pesavam sobretudo os interesses das principais potências, nomeadamente de França e da Grã-Bretanha, as quais permaneceriam em disputa pela prevalência até Waterloo. Em consequência, no contexto das relações bilaterais ibéricas, os resultados alcançados pela diplomacia dos Bourbons e dos Braganças foram sempre uma decorrência da incessante procura de

¹⁶⁸ José Damião Rodrigues, «Geopolítica e migrações no contexto de Utrecht: colonos portugueses no Brasil meridional», *Cuadernos de Historia Moderna*, XII, Madrid, Universidad Complutense de Madrid, 2013, pp. 207-224.

equilíbrio entre as duas monarquias e das «diplomacias possíveis»,¹⁶⁹ que Portugal e Espanha podiam prosseguir no sentido de preservarem a sua soberania, os seus territórios e os seus impérios ultramarinos, que eram cada vez mais ameaçados e cobiçados pelos seus tradicionais aliados.¹⁷⁰

A situação no reino vizinho modificara-se. Relembre-se que, em 19 de Março de 1812, foi jurada a Constituição de Cádiz, pela Assembleia Constituinte, composta por representantes de todo o país, primeiro reunida na Ilha de Léon e depois em Cádiz. Esta constituição, de feição liberal e baseada na constituição francesa de 1791, inspirada nas ideias filosófico-políticas de Rousseau e Montesquieu, proclamava princípios inovadores, como a soberania da Nação, a monarquia limitada e hereditária, a divisão de poderes e a consagração de direitos e deveres dos cidadãos.

A regência espanhola (presidida pelo tio de Fernando VII, D. António, em parte substituído, enquanto Presidente da Junta Suprema, pelo Conde de Floridablanca) considerou nulos todos os atos estabelecidos pelo monarca enquanto não tivesse liberdade e jurasse a Constituição de Cádiz. D. Fernando VII acabaria por ser autorizado a regressar a Espanha, por Napoleão, em 13 de Março de 1814, chegando à Catalunha em 22 de Março desse mesmo ano.

Com o seu regresso houve, porém, uma intensa perseguição aos liberais, impondo-se um novo regime absolutista, o qual vigorará desde 1814 até 1820.

A nível internacional, Espanha acabou por ter uma posição um pouco dúbia e em todas as frentes. Estabeleceu uma aliança com a Grã-Bretanha, em 5 de Julho de 1814, estipulando que não reconheceria o Pacto de Família com França e garantindo, por parte de Inglaterra, reconhecimento da sua posição de neutralidade na luta contra as colónias espanholas americanas (que, entretanto, tinham proclamado a sua independência). Paralelamente, estabeleceu um Tratado de Paz com França. Fernando VII procurou um casamento com Anna Pavlovna, irmã de Alexandre I da Rússia, o qual não foi conseguido. No Congresso de Viena (1815), Espanha teve como enviado Pedro Gomez Labrador que, face à desorientação e confusão da situação espanhola e do próprio ministro de

¹⁶⁹ A expressão é utilizada por J. Molina Cortón, «Carvajal y Floridablanca. Paz, Equilíbrio y reformismo entre las «diplomacias posibles» del siglo XVIII español», *Actas de la VIII reunion cientifica de la Fundacion Española de Historia Moderna*, vol. 2, (coord) Agustín Guimera Ravina; Victor Peralta Ruiz, Madrid, Fundacion Española de Historia Moderna, 2005, pp. 207-224.

¹⁷⁰ José Damião Rodrigues, *op. cit.*, p. 118.

Estado, D. Pedro Cevallos, com orientações contraditórias, acabou por não ter um grande proveito.

Face a uma instabilidade inerente ao contexto político europeu, D. Fernando VII voltou, então, o seu interesse para um casamento com uma filha de D. João VI e de sua irmã, Carlota Joaquina, porventura para encontrar apoio na sua posição nas colónias americanas.¹⁷¹ Simultaneamente, procurou um outro casamento, igualmente nas descendentes dos reis portugueses, para o seu irmão D. Carlos Maria Izidro.

Enviou, então, com secretismo, D. Miguel de Lardizabal y Uribes, Ministro de Estado Espanhol, D. Thadeo Francisco Colamarde, confidente de D. Fernando VII, e o Padre Cirilo de Alameda, para sondar o Regente de Portugal. Desta comissão secreta torna-se indispensável relembrar a importância simbólica que D. Miguel de Lardizabal y Uribes assume pois, em Cádiz, defendera que a Princesa do Brasil, D. Carlota Joaquina, deveria ter sido nomeada regente na ausência de D. Fernando VII, sendo evidente, desde então, um pensamento de alinhamento com uma aliança entre as duas coroas.

Torna-se essencial compreender a razão pela qual o monarca espanhol procurou efetuar estas abordagens preliminares no maior secretismo. Se é certo que em qualquer negócio tal acontece, tanto mais que a precaução face a uma eventual recusa era compreensível, o sigilo manteve-se ao longo de quase toda a negociação e, não fosse a oposição de D. João, ter-se-ia até à celebração.

Uma das hipóteses já avançadas é a de que o novo monarca espanhol procurava esconder da sua mãe, Maria Luísa de Parma, as suas intenções, em parte por esta já ter planeado um casamento de uma das suas netas portuguesas com o rei Francisco I de Nápoles, em troca de um casamento de uma das filhas deste rei com o rei D. Fernando VII.

Para além de a pretensa prometida de D. Fernando VII ter apenas dez anos de idade¹⁷² e o rei espanhol pretender ter filhos o mais rapidamente que lhe fosse possível, para assegurar descendência, esta união pretendida por Luísa de Parma voltava a trazer para perto a hipótese de uma possível sucessão espanhola pelo rei de Nápoles. Recorde-se que este rei era casado com uma das irmãs de D. Fernando VII, D. Maria Isabel (filha dos

¹⁷¹ Pedro Soares Martinez, *História Diplomática de Portugal*, Lisboa, Verbo, 1986, p. 317.

¹⁷² Julgamos que a noiva escolhida para D. Fernando VII, por sua mãe, terá sido D. Luísa Carlota (1804-1844), a qual acabou por casar com o seu irmão mais novo Francisco de Paula. Após enviuar, porém, D. Fernando VII acabou mesmo por casar com uma das suas sobrinhas filha do rei de Nápoles, Maria Cristina.

reis exilados, D. Carlos IV e Maria Luísa de Parma). Por tudo isto há, pois, quem considere que D. Fernando VII poderia não querer revelar à sua mãe e ao monarca de Nápoles a sua intenção de casamento com uma filha do regente português.¹⁷³

Julgamos, porém, que o secretismo esteve antes relacionado com a situação que se vivia na Europa, em Espanha e nas suas colónias americanas.

D. Fernando VII procurava recuperar as características do Antigo Regime face à disseminação das ideias liberais, nomeadamente através da Constituição de Cádiz. Em Maio de 1814, D. Fernando VII derogou a constituição e repôs as instituições de Estado. Através de um conjunto de iniciativas legislativas, o monarca procurou reintroduzir no país uma legitimidade pré-revolucionária.¹⁷⁴ O seu regresso ao poder acarretou, para todos os afrancesados e simpatizantes com as medidas de Cadiz, de feição mais liberal, o começo de uma etapa repressiva, em que alguns foram exilados e outros desterrados.

Por outro lado, o apoio do seu cunhado, regente português no Brasil, poderia constituir uma última possibilidade de apoio para evitar a perda de todas as suas colónias americanas. A sua mudança de orientação política tendente à reposição do Antigo Regime coincidiu com o restabelecimento da soberania espanhola na maior parte dos territórios que se haviam declarado favoráveis à independência.¹⁷⁵ De qualquer forma, o monarca espanhol precisava de apoio internacional para consegui-lo, quer dos Estados Unidos da América,¹⁷⁶ a quem não interessava a influência britânica nos eventuais países independentes, quer de D. João, como forma de facilitar a manutenção do status quo.

Finalmente, o perigo Bonapartista e levava a que a sua legitimidade ainda pudesse ser posta em causa, mesmo por parte das outras potências europeias, nomeadamente por Inglaterra. Wellington, num memorando que entregou ao rei espanhol, relativamente aos apoios pedidos ao monarca inglês, referiu que não esperasse que o governo britânico disponibilizasse recursos para acudir Espanha se ainda não estava seguro do rumo

¹⁷³ Marsílio Cassotti, *Infantas de Portugal, Rainhas em Espanha*, Lisboa, A esfera dos livros, 2007, p. 291.

¹⁷⁴ Miguel Artola, *La España de Fernando VII*, Madrid, Editorial Espasa, 2008, p. 421.

¹⁷⁵ Idem, *Ibidem*, pp. 478-479.

¹⁷⁶ Fernando VII deu mesmo instruções relativas aos seus objetivos nas relações com os Estados Unidos, sendo o primeiro impedir o reconhecimento, por aquele Estado, dos governos revolucionários estabelecidos na América dos Sul e na América Central. Miguel Artola, *La España de Fernando VII*, Madrid, Editorial Espasa, 2008, p. 461.

que pretendia seguir na América e na Europa.¹⁷⁷ A sua falta de descendência agravava a situação pelo que levar a que o seu irmão Carlos Maria Izidro estivesse consigo e até pudesse assegurar a linha borbónica absolutista no trono, em caso de necessidade, fazia parte da estratégia de D. Fernando VII.

Revelar os seus planos poderia incitar os liberais espanhóis, a quem as diversas perseguições por si ordenadas poderia promover vontades revoltosas. A percepção de união a Portugal poderia aumentar a vontade de independência das suas colónias e catalisar o apoio de algumas potências europeias nisso interessadas, nomeadamente a Grã-Bretanha. O silêncio era, pois, essencial para os seus intentos.

A chegada ao Brasil, em pleno secretismo, acabou por não ser imediatamente compreendida por D. João. O Regente considerou que a escolha dos enviados espanhóis não era suficientemente adequada pois, de acordo com o costume europeu, estes pedidos deveriam ser efetuados pelos Grandes do reino, o que não acontecia neste caso. Apesar de serem próximos do monarca espanhol, nenhum dos escolhidos pertencia à Alta Nobreza.

Segundo Soares Martinez, são escassos os elementos reunidos sobre as negociações destes casamentos. De qualquer modo, e no que aos processos negociais diz respeito, afirma a sua estranheza por não terem sido confiadas a um grande nome da diplomacia, conforme o uso da época comprovado nas negociações do casamento de D. Pedro. Segundo o autor, uma das hipóteses possíveis para justificar esta constatação poderá ser a de já haver um claro entendimento entre o rei de Espanha, o irmão e D. Carlota Joaquina quanto a estas uniões, tornando dispensável a intervenção de embaixadores mais qualificados para o ajuste dos casamentos.¹⁷⁸

D. Miguel de Lardizábal y Uribe era oriundo do México e estudara filosofia em Valladolid. Fora oficial da Secretaria de Estado, antes da ascensão de Godoy, que lhe provocou um afastamento das funções. A sua reputação política iniciou-se com a sua participação, enquanto representante das colónias espanholas, nas juntas nacionais que se opuseram à presença de Bonaparte em Espanha. Obteve a confiança de D. Fernando VII quando o avisou do perigo que corria ao pretender encontrar-se com Napoleão em Bayona. O decreto que revogou a Constituição de Cádiz e restabeleceu as instituições ante-

¹⁷⁷Idem, *Ibidem*, Madrid, Editorial Espasa, 2008, p. 414.

¹⁷⁸ Pedro Soares Martinez, *História Diplomática de Portugal*, Lisboa, Verbo, 1986, pp. 317-318; 330.

riores foi elaborado por si, o que acabou por lhe merecer uma nomeação como Ministro de Estado.¹⁷⁹

Assim, foram precisos alguns meses até que D. João tivesse demonstrado disponibilidade para recebê-los. Mais uma vez a importância do protocolo, aqui analisado à luz da categoria dos enviados, revelava-se essencial para a relação entre os dois Estados.¹⁸⁰

D. João fez, então, uma série de consultas aos homens de Estado da sua confiança, nomeadamente ao Desembargador do Paço, Tomás de Vila Nova Portugal, sobre o casamento, com o qual pretendia reaver Olivença.

Segundo Ângelo Pereira, que transcreveu vários dos pareceres desses homens de confiança, a proposição e os quesitos dirigidos a todos eles consistiam em:

Pede a Hespanha duas Senhoras Infantas de Portugal que sem maior estrondo, nem publicidade, devam ir em companhia da Princeza sua mai para ali casarem, hua com o Rei, outra com hum Infante de Hespanha, sem se celebrar nenhum contracto dotal.

Desta proposição nascem os quesitos seguintes:

1º Se Portugal deve mandar ao Brasil, onde rezidem estas senhoras, sem se celebrar primeiro o casamento?

2º Se deve convir em que a Princeza sua Mai as acompanhe, deixando o Príncipe seu Esposo?

3º Se o casamento da senhora que vai para o Infante de Hespanha he útil a Portugal?

4º Se Portugal deve dar hua Infanta para se casar sem escriptura e contracto dotal?

5º Finalmente se convem fazerem-se estes casamentos sem publicidade e sem aquelle decente aparato que cumpre ter em taes *contractos e entre Príncipes*?

Apesar de não serem unânimes, houve um parecer, do Intendente Geral da polícia da Corte e Estado do Brasil, Dr. Paulo Fernandes Viana, que permite perceber a imposição de se fazer o embarque apenas após a celebração dos casamentos por procuração. Quanto ao interesse de se permitir não um mas dois casamentos, a sua análise parece, em

¹⁷⁹ José Orella Unzué, «Manuel y Miguel de Lardizábal y Uribe y el estatuto de Bayona», *Revista Internacional de Estudos Vascos*, Caderno 4, Navarra, 2009, pp. 233-254.

¹⁸⁰ Jorge Borges de Macedo, *História Diplomática Portuguesa, Constantes e linhas de força*, Lisboa, Tribuna, 2006, p. 294.

nosso entender, sintetizar a intenção de D. João. Apesar de o parecer ir no sentido de apenas ser permitido o casamento da Infanta que passaria a rainha, permite compreender qual o alcance da ida da segunda Infanta para casar com D. Carlos Maria Izidro.

Nenhua utilidade real vem à Senhora Infanta para ir casar com hum Infante de Hespanha. Ella não vai ser soberana, nem lucrar alguma coroa. Vai ser Infanta e Infanta he ella já, e o será sempre no seo Reino, e no centro da sua Família, nos braços dos seos Pais, sem se arriscar aos perigos e incómodos de tão longa viagem. Pode dizer-se que por seo marido pode com este casamento vir a ser tia herdeira presumptiva daquela Coroa, que talvez recaia em seo marido se o Rei seo irmão não tiver filhos; mas sendo muito possível pela idade em que está o Rei, e pela constituição e vigor da mulher que se lhe dá, que os hajão de ter, não se conhece vantagem que venha a Portugal por hum tal casamento da Senhora Infanta...

Está aqui, em nosso entender, identificada a razão da ida de duas Infantas: uma para ser rainha e outra para, em caso de alguma infelicidade, ser a possível futura rainha. Tratou-se, pois, de utilizar este segundo casamento como um recurso garantístico da ligação real portuguesa à Coroa espanhola.

A maior parte dos pareceres tendeu ao sentido de não se permitir a ida das infantas sem uma segurança, dada pela escritura e pelo contrato nupcial. Nessa linha situaram-se os pareceres do Dr. Paulo Fernandes Viana, Intendente Geral da Polícia (31 de Agosto de 1815) e, em certa medida, o do Desembargador Tomás António de Vila Nova (6 de Setembro de 1815).

Tendo em conta que se tratavam de nubentes familiares, tios e sobrinhas, as dispensas papais de parentesco foram obtidas, com toda a reserva, pelo Padre Cirilo Alameda, um franciscano que chegou a cardeal espanhol.¹⁸¹ Este membro do clero integrou, igualmente, uma delegação ao Rio de Janeiro, ao qual se juntou D. Gaspar Vigodet, Capitão-General do Rio da Prata, com credenciais do Rei e do Infante D. Carlos Maria Izidro.

Em Madrid, Joaquim Severino Gomes¹⁸², Encarregado dos Negócios de Portugal em Madrid, trabalhou no projeto dos dois casamentos, com a autorização de D. José Luís de Sousa, mais tarde Conde de Vila Real, o qual assinará o tratado de casamento das duas infantas.

¹⁸¹ Visconde de Santarém, Luiz Augusto Rebello da Silva, José da Silva Mendes Leal, *Quadro Elementar das Relações Políticas e Diplomáticas de Portugal com as diversas Potências do Mundo desde o princípio da Monarchia Portuguesa até aos nossos dias*, vol. II, Paris, J. P. Aillaud, 1842, pp.329-330.

¹⁸² Ana Leal de Faria, *Arquitectos da Paz, A Diplomacia Portuguesa de 1640 a 1815*, Lisboa, Tribuna da História, 2008, pp. 205; 261.

Como já referimos, a negociação destes casamentos foi mantida em segredo, havendo em Portugal uma quase ausência de conhecimento do que se planeava em relação a esta união. D. Miguel Pereira Forjaz, ao ser solicitado por D. José Luís de Sousa sobre como fazer relativamente às despesas relativas a esta negociação, respondeu-lhe que o melhor seria aguardar pelas indicações do Rio de Janeiro, pois não tinha quaisquer notícias sobre o assunto em Lisboa.¹⁸³

A comunicação entre pontos distantes, como o Rio de Janeiro e Lisboa, era um problema que carecia de constantes e adequadas soluções, muitas vezes impondo meses de antecipação. Assim, antes mesmo da saída das infantas do Brasil, já em Lisboa se planeava como obter a notícia da sua chegada a Espanha, quando o evento ocorresse. D. Miguel Pereira Forjaz, também em resposta a uma solicitação de D. José Luis de Sousa, providenciou um correio da Secretaria de Estado, a enviar imediatamente para Cádiz, o qual ficaria à disposição total do enviado português em Espanha. Esta solução foi considerada mais ajustada do que a alternativa de mudar as datas usuais da carreira de Elvas, a qual se fazia quinzenalmente entre Cádiz e Lisboa.¹⁸⁴

Em 1816, D. José Luís de Sousa comunicou a Fernando VII que já tinha recebido os plenos poderes para a assinatura do tratado matrimonial, tendo o rei indicado que o mesmo deveria ser estabelecido com o seu ministro Pedro Cevallos.

A negociação encerrava, em si mesma, dois aspetos essenciais: Olivença e o local da celebração.

No que concerne ao local da celebração, a ideia original de D. Fernando VII era que as Infantas seguissem para Madrid, onde se faria o casamento. D. João considerou que tal prática contrariava o que até então estava estatuído, violando «o decoro sempre praticado em semelhantes alianças nas Cortes de toda a Europa».¹⁸⁵ Alegando esquecimento, D. Fernando VII não mandou as procurações para a celebração do casamento por Vígoda, apesar de já possuir as dispensas papais, levando a que os casamentos não pudessem efetuar-se no lugar da partida (Rio de Janeiro).

¹⁸³ ANTT, *MNE*, Livro 600, Ofício de D. Miguel Pereira Forjaz para D. José Luís de Sousa, Lisboa, 8 de Março de 1816.

¹⁸⁴ ANTT, *MNE*, Livro 600, Ofício de D. Miguel Pereira Forjaz para D. José Luís de Sousa, Lisboa, 5 de Maio de 1816, fls. 167 vs. e 168.

¹⁸⁵ ANTT, *MNE*, Ofício do Marquês de Aguiar para D. José Luís de Sousa, Lisboa, 10 de Outubro de 1815, fls. 18 e 18 vs.

O envio das duas Princesas antes do casamento traduzia um fator de insegurança para a própria posição do reino, uma vez que se o monarca espanhol decidisse mudar de intenção, Portugal e o Brasil ficariam expostos a uma situação não desejável para a sua afirmação perante as restantes potências. Acresce que esta vontade de união ibérica poderia acarretar alguma imprevisibilidade face a tudo o que estava em causa, pelo que o Regente pretendia não correr qualquer risco. Assim, e admitindo que seria para «salvar a decência»,¹⁸⁶ propôs ao rei espanhol que mandasse as procurações ao porto onde as Infantas iriam chegar, em Espanha, a fim de que os casamentos se celebrassem na nau em que viajavam ou, pelo menos, na cidade onde desembarcassem.¹⁸⁷

D. João propunha, ainda, uma alternativa, caso D. Fernando VII não pretendesse que o casamento se fizesse da forma descrita. As procurações poderiam ser enviadas para o Brasil, por forma a que os casamentos se fizessem no Rio de Janeiro, assegurando que a partida das infantas seria feita infalivelmente em Fevereiro de 1816, salvo se «algum impedimento invencível as fizesse retardar.»¹⁸⁸

Cevallos não concordou que o casamento se celebrasse em Madrid, por não ser prática, indicando que tinha ordem de S.A.R. para que mandassem as procurações ao porto onde desembarcassem as infantas. O casamento deveria ser realizado por procuração e, preferencialmente, na nau onde chegasse. A opção escolhida fora a primeira proposta por D. João, em parte devido às diligências que D. José Luis Pinto de Sousa fizera no sentido de convencer o monarca espanhol. O Enviado português não só foi elogiado por D. João¹⁸⁹ como, igualmente, agraciado e condecorado pelo Rei de Espanha, com a Insígnia da Grã Cruz da Real Ordem de Carlos III,¹⁹⁰ cujo uso foi autorizado pelo Príncipe Regente português.¹⁹¹

Quanto à forma como deveria decorrer a receção das princesas, respeitando o que era costume, e que vigoraria nos contratos, D. João pretendia que se fizesse tudo com «de-

¹⁸⁶ ANTT, *MNE*, Livro 600, ofício do Marquês de Aguiar para D. José Luís de Sousa, 10 de Outubro de 1815, fls. 18 e 18 vs..

¹⁸⁷ ANTT, *MNE*, Livro 600, ofício do Marquês de Aguiar para D. José Luís de Sousa, 10 de Outubro de 1815, fls. 18 e 18 vs..

¹⁸⁸ ANTT, *MNE*, Livro 600, ofício do Marquês de Aguiar para D. José Luís de Sousa, 06 de Novembro de 1815, fls. 21 e 21 vs. e 22.

¹⁸⁹ ANTT, *MNE*, Livro 600, ofício do Marquês de Aguiar para D. José Luís de Sousa, 22 de Novembro de 1816, fls. 42, 42 vs. e 43.

¹⁹⁰ ANTT, *MNE*, Livro 600, ofício do Marquês de Aguiar para D. José Luís de Sousa, 26 de Maio de 1816, fls. 29 e 29 vs..

¹⁹¹ ANTT, *MNE*, Livro 600, ofício do Marquês de Aguiar para D. José Luís de Sousa, 16 de Novembro de 1816, fls.42.

cência e grandeza». ¹⁹² Aliás, já nas instruções para a negociação mandara que se tivesse em consideração e ponto de comparação as cláusulas e formulários que tinham sido utilizados nos casamentos entre os anteriores Príncipes das duas Coroas, dando ordem para que fossem consultados os contratos constantes do tomo 5º das provas da História Genealógica da casa real portuguesa ou, em caso de não ser mais adequado, o que se estipulara com o seu próprio casamento e com o da sua irmã, D. Mariana. ¹⁹³

b) A questão de Olivença

Quanto à negociação relativa a Olivença, apesar da disposição de Fernando VII para a sua devolução, como elemento sinalagmático do seu casamento, a mesma não seria fácil, conforme nota de D. Pedro Cevallos a D. José Luis Pinto de Sousa. ¹⁹⁴ As instruções providas do Brasil iam no sentido de não fazer depender a entrega de Olivença da restituição, em reciprocidade, das missões da capitania de São Pedro do Rio Grande, o que era, porém, muito desejado pela Corte espanhola. D. João indicava que estas negociações sobre os limites das colônias espanholas e portuguesas, na América do Sul, só se deveriam fazer depois de se alcançar a paz na Europa. Só então seria altura propícia para se regular, entre os dois Estados, os limites incertos e não finalizados pelo tratado de 1777. Cevallos pretendia fazer valer os tratados dos limites anteriores à existência das Guerras entre Portugal e Espanha mas D. João opunha-se. O regente afirmava, através do Marquês de Aguiar, que mesmo que conviesse aos interesses de ambos, em razão do Direito não poderia haver validade na manutenção desses Tratados, caso não existisse uma nova negociação para os validar. Invocava-se, pois, uma alteração de circunstâncias que punha em causa os instrumentos negociados anteriormente. ¹⁹⁵

D. João foi mais longe nos termos das negociações e afirmou que, face à situação ainda de risco para a Europa, a concessão de áreas na América do Sul poderia, tendo em conta a recente agressão a Espanha, aumentar o poder de Napoleão, a quem chamava «o ini-

¹⁹² ANTT, *MNE*, Livro 600, ofício do Marquês de Aguiar para D. José Luís de Sousa, 10 de Outubro de 1815, fls. 18 e 18 vs..

¹⁹³ ANTT, *MNE*, Livro 600, ofício do Marquês de Aguiar para D. José Luís de Sousa, 10 de Outubro de 1815, fls. 18 e 18 vs..

¹⁹⁴ ANTT, *MNE*, Livro 600, ofício do Marquês de Aguiar para D. José Luís de Sousa, 10 de Outubro de 1815, fls. 18 e 18 vs..

¹⁹⁵ ANTT, *MNE*, Livro 600, ofício do Marquês de Aguiar para D. José Luís de Sousa, 10 de Outubro de 1815, fls. 18 e 18 vs..

migo universal das Nações». ¹⁹⁶ De uma forma hábil, usava-se o fundamento da situação europeia como forma de manter inalterado o limite do território do império nacional.

Por outro lado, considerava ainda que o sangue dos portugueses fora sacrificado nos assédios e assaltos de muitas praças para as restaurar a favor da Casa de Hespanha, ¹⁹⁷ o que nos permite perceber que a sua intenção não seria abdicar de qualquer posição de salvaguarda do reino da sua proveniência.

Relativamente à não resolução definitiva da questão de Olivença no Congresso de Viena, D. João veio justificar, através de D. Luís Pinto de Sousa, que a sua vontade sempre fora a de tratar desse assunto diretamente com o rei de Espanha. Criticava, ainda, a forma como a questão fora tratada durante o Congresso de Paris, no qual o zelo, apelidado de indiscreto, do plenipotenciário português em interessar outras cortes da Europa para a restituição de Olivença, bem como as irregularidades que tinham lá sido cometidas, teriam conduzido que D. João não ratificasse o tratado. Contudo, e para que não se construísse a ideia de que discordava de tudo o que se acordara na capital francesa, aceitara, através dos seus plenipotenciários, que fosse incluído o artigo 105º, em Viena, no qual se deixava a questão de Olivença para futuro tratamento direto entre as partes. ¹⁹⁸

A forma como os trabalhos no Congresso de Viena decorreram não facilitou muito a possibilidade de tomada de posição pelos diversos países. Os embaixadores ao Congresso de Viena estavam a semanas das suas capitais. Uma mensagem levava quatro dias a chegar de Viena a Berlim e três semanas para chegar a Londres. As instruções tinham, pois, de ser redigidas em linguagem suficientemente genérica para abranger as possíveis evoluções, recebendo os negociadores indicações sobre interesses de longo prazo. ¹⁹⁹

O próprio enviado espanhol, Pedro Gomez Labrador, comunicou para a sua corte que o Secretário dos trabalhos, Gentz, procedia a uma leitura rápida que não permitia observações, apenas dando oportunidade para que os presentes concordassem e assinassem. Havia alguns pontos sobre os quais os assistentes até desconheciam, como fora o caso

¹⁹⁶ ANTT, *MNE*, Livro 600, ofício do Marquês de Aguiar para D. José Luís de Sousa, 11 de Outubro de 1815, fls. 19 e 19 vs..

¹⁹⁷ ANTT, *MNE*, Livro 600, ofício do Marquês de Aguiar para D. José Luís de Sousa, 11 de Outubro de 1815, fls. 19 e 19 vs..

¹⁹⁸ ANTT, *MNE*, Livro 600, ofício do Marquês de Aguiar para D. José Luís de Sousa, 11 de Outubro de 1815, fls. 19 e 19 vs..

¹⁹⁹ Henry Kissinger, *A Ordem Mundial, Reflexões sobre o Carácter das nações e o Curso da História*, Lisboa, Dom Quixote, 2014, p. 78.

da recomendação ao monarca espanhol para a devolução de Olivença a Portugal. Pedro Cevallos, Ministro de Estado espanhol, aprovou a atuação do Enviado no Congresso de Viena, mas recomendou-lhe que de modo algum assinasse o Tratado, especialmente na parte relativa aos artigos referentes a Parma, Lucca e Olivença.²⁰⁰

Face ao exposto, a oportunidade gerada pela aliança matrimonial entre o rei espanhol e o seu irmão com as filhas de D. João tornava-se, agora, ideal para o negócio da devolução da disputada praça.

Fernando VII aceitava, pois, a troca do casamento com a princesa portuguesa, que Olivença fosse incluída no Tratado do seu casamento. Olivença tinha um significado essencial para D. João, pois traduzia a possibilidade de ainda se afirmar na Europa perante Espanha e, de certo modo, perante as grandes potências que tinham estado no Congresso de Viena.

A sua convicção de que estes casamentos lhe trariam Olivença de volta era de tal ordem que, quando se equacionava a vinda de D. Carlota à Europa para acompanhar as filhas, afirmava-se que a mesma já deveria vir com o título de Duquesa de Olivença, o que implicava, desde logo, a assunção de que aquela praça seria restituída a Portugal.²⁰¹

A possibilidade de influenciar o sentido das alianças e das suas contrapartidas não era, porém, gratuita. D. João reconheceu o esforço de D. Luis Pinto de Sousa, aceitando e aprovando as despesas que pretendia fazer com os presentes a dar às pessoas que teriam influenciado a decisão de Fernando VII, quanto aos casamentos a efetuar. Contudo, a capacidade económica para o fazer não era muito avultada, para além de se demonstrar mais adequado ter primeiro a certeza de que os casamentos efetivamente se realizariam. Fernando VII já tinha demonstrado alguma instabilidade e variação na escolha das suas próprias alianças matrimoniais, pelo que todos os cuidados se revelavam indispensáveis. Assim, o Regente considerou mais acertado deixar essas graças para a ocasião da chegada a Espanha das princesas. Dando mostras de alguma habilidade diplomática, o Marquês de Aguiar instruiu D. Luís Pinto de Sousa no sentido de deixar entender a tais

²⁰⁰ Miguel Artola, *La España de Fernando VII*, Madrid, Editorial Espasa, 2008, p. 449.

²⁰¹ Pedro Soares Martinez, *História Diplomática de Portugal*, Lisboa, Verbo, 1986. p. 318.

peçoas que D. João teria consigo alguma contemplação, por forma a manter as expectativas dos seus apoiantes.²⁰²

c) Os tratados

Os Tratados para os dois casamentos foram efetivados em 14 de Fevereiro de 1816²⁰³, em Madrid. As cláusulas destes tratados foram estabelecidas com grande semelhança às existentes em outros tratados matrimoniais da época moderna²⁰⁴. Sendo verdadeiros contratos jurídicos, tinham cláusulas contratuais bastantes densificadas, sendo as mesmas muito idênticas ao nível da sua tipologia:

- Contraentes

Os contraentes foram, para ambos os tratados, o Rei Fernando VII e o Príncipe Regente, D. João, demonstrando a sua natureza de matéria de Estado.

- Motivação

A motivação expressamente indicada é o estreitar mais e mais os vínculos de parentesco e amizade que os unem para felicidade das suas famílias, reinos, Estados e súbditos.

- Identificação de procuradores com plenos poderes

Os procuradores para ambos os tratados foram D. José Luís de Sousa Mourão Botelho e D. Pedro Cevallos e Guerra.

- Dispensas

Tendo em conta que havia ligações familiares entre as diferentes famílias reais, convenionou-se ajustar a dispensa prévia, pelo Papa, de todos os parentescos que unem os nubentes.

- Nubentes

²⁰² ANTT, *MNE*, Livro 600, ofício do Marquês de Aguiar para D. José Luís de Sousa, 6 de Novembro de 1815, fls. 21, 21 vs. e 22.

²⁰³ José Ferreira Borges de Castro, *Collecção dos Tratados, Convenções, Contratos e Actos Públicos celebrados entre a Coroa de Portugal e as mais Potências desde 1640 até ao presente*, tomo V, Lisboa, Imprensa Nacional, 1856, pp. 252-277.

²⁰⁴ Para uma análise das cláusulas de contratos matrimoniais e das fases da negociação e celebração de casamentos da época moderna ver Isabel Drumond Braga, Paulo Drumond Braga, *Duas rainhas em tempo de novos equilíbrios europeus*, Maia, Círculo de Leitores, 2011, pp. 33-45; 284-297; António Ventura, Maria de Lourdes Viana Lyra, *Carlota Joaquina – Leopoldina de Habsburgo*, Maia, Círculo de Leitores, 2011, pp. 21-31. Ana Leal de Faria, «Pactos de família ou alianças políticas? Os casamentos da família real portuguesa na segunda metade do século XVIII», *Casamentos régios*, Círculo de Leitores (no prelo).

Os nubentes indicados eran El Rei Católico D. Fernando e a Infanta Dona Maria Isabel Francisca, num tratado; o Príncipe Infante Dom Carlos Maria Izidro e a Infanta Dona Maria Francisca de Assis, no outro.

- Forma de celebração

A forma estipulada para ambos os casamentos foi a celebração por palavras de presente, segundo a forma canónica. Acresce a informação que será feito por procuração se o Rei ou o Infante, consoante o caso, não pudessem estar presentes.

- Capacidade dos nubentes

A única condição indicada como preenchida para a capacidade nupcial é a idade, referindo-se que ambos tinham idade para fazer-lo.

- Momento da celebração

O momento referido para a celebração é o tempo imediato à chegada das Infantas ao Porto de Cádiz ou a outro de Espanha.

- Local de celebração

O local estipulado para ambos os casamentos é a bordo da nau em que as Infantas viessem.

- Dote

O dote seria pago pelo Príncipe Regente, em Madrid, sendo entregue ao Rei e ao Infante, respetivamente, ou a quem tivesse poderes para o efeito. O dote teria o valor de quinhentos mil escudos de ouro de sol, ou equivalente, em ambos os casos. Quanto ao momento em que deveria ser pago, estipulou-se uma cláusula de opção: no momento da efetivação do matrimónio ou no da ratificação do tratado.

- Garantias relativas ao dote

O Rei e o Infante assumem a obrigação de assegurar a sua aplicação em boas rendas e investimentos seguros, remetendo logo ao Príncipe Regente os documentos da consignação. Em caso de dissolução do matrimónio, o dote seria logo restituído à Infanta ou a seus herdeiros, vencendo juros de 5% desde o dia da dissolução até ao dia da efetiva restituição.

- Outras garantias

Mediante o pagamento dar-se-iam por satisfeitas as Infantas para não alegar outro direito, nem intentar ação ou pretensão, solicitando que lhe pertencem ou poderiam pertencer outros bens, direitos ou ações, por causa de heranças ou outras sucessões, seja a que título fosse, conhecido ou desconhecido. Antes de efetuar o casamento, por palavras de presente, as Infantas fariam renúncia, em boa e devida forma, com cláusulas derogatórias de qualquer lei, jurisdição, direitos, constituições ou costumes contrários, bem como qualquer exceção em contrário, sendo a mesma imediatamente ratificada. Igual renúncia deveriam fazer os noivos, Rei e Príncipe.

No caso do Infante Dom Carlos Maria Izidro, e uma vez que a conjuntura impedia a constituição de um morgado, devido à situação da Coroa, estipulava-se que lhe seriam pagos 50 000 ducados com frutos e rendas, do Estado de Albufeira, obtidos por administrador.

- Arras

Estipulou-se que Fernando VII daria à sua futura mulher, quando chegasse a Espanha, oitenta mil pesos para anéis e jóias, os quais ficariam propriedade da rainha e dos seus herdeiros, bem como todas as jóias que trouxesse consigo. O Rei daria, igualmente, uma soma não estipulada para o gasto da câmara e para a manutenção do seu estado e casa, no valor conveniente à mulher de um monarca.

Para D. Maria Francisca de Assis estipulou-se o valor de 30 000 pesos (apesar de no tratado se referir o valor de 80 000, na ratificação emendou-se por se tratar de lapso), a pagar pelo próprio rei, dando-lhe igualmente uma soma não estipulada para a manutenção da sua câmara.

- Garantias relativas às arras

Em caso de viuvez estipulou-se que seriam dadas rendas e terras, conforme era costume dar-se às rainhas de Espanha, exercendo a autoridade sobre elas e competindo-lhe a Justiça, bem como a provisão de ofícios, os quais sá poderiam ser dados a espanhóis de

nascimento. Estas rendas e terras seriam suas por toda a sua vida, vivendo ou não em Espanha.

No caso da Infanta D. Maria Francisca, estipulou-se que, em caso de viuvez, seriam dadas metade das comendas do Infante em rendas, no valor equivalente de 20 000 escudos de oiro de sol, as quais seriam suas vitaliciamente, vivendo ou não em Espanha.

- Deslocação e transporte

As despesas de deslocação e transporte seriam por conta do Príncipe Regente até ao território espanhol, com o acompanhamento e dignidade pertencentes às princesas.

- Dissolução do casamento

No caso de dissolução do casamento e sobrevivência ao rei, a Infanta poderia viver em Espanha ou noutro lugar, com total liberdade de circulação. Teria direito a todos os bens, dote, arras, jóias, baixela, vestidos, móveis, oficiais e criadas da casa.

- Ratificação

Estipulou-se expressamente que as cláusulas dos tratados seriam ratificados pelos soberanos no prazo de seis meses.

Estas eram as cláusulas típicas nos contratos matrimoniais, à época, tendo-se mantido quase inalteráveis desde os contratos realizados no final da Idade Média. Numa negociação de casamentos régios as cláusulas relativas aos dotes e arras eram sempre as mais controversas.

O dote era composto por um valor pago ao marido, em regra num determinado prazo estipulado a contar da data da sua consumação. O dote era sempre objeto de grande atenção pelos negociadores, pois traduzia uma entrada de capital para o noivo. No caso de haver descendência do casal, não existiria a obrigação de restituição do mesmo à proveniência.²⁰⁵ Estes dotes eram constituídos por dinheiro, podendo ser, igualmente, compostos por outros elementos de valor, tais como ouro e jóias, podendo ser pagos de uma só vez ou em diversas prestações, conforme estivesse estipulado pelas partes.

²⁰⁵ Isabel Guimarães Sá, «Coisas de princesas: casamentos, dotes e enxovais na família real portuguesa (1450-1580)», *Revista de História da Sociedade e Cultura*, nº 10, Tomo I, Coimbra, Centro de Estudos da Sociedade e da Cultura, Universidade de Coimbra, 2010, pp. 104-105.

As arras eram um fundo de segurança para as noivas; consistiam num valor que se mantinha à disposição da mulher, em caso de dissolução do casamento, com ou sem filhos, sendo pago de uma única vez, para que pudesse suportar os seus encargos e os da sua casa, em consequência de um repúdio ou de um estado de viuvez.²⁰⁶

No dia 22 de Fevereiro de 1816, efetuou-se a escritura e contrato matrimonial de D. Fernando VII e Maria Isabel Francisca, bem como o de D. Carlos Maria Izidro e D. Maria Francisca de Assis, perante o notário do reino, D. Francisco Bernaldo Queiroz.²⁰⁷

Estiveram presentes, nesta formalidade, D. Fernando VII, D. Carlos Maria Izidro, D. António Pascoal, tio do rei, e D. José Luíz de Sousa Botelho Mourão, enviado extraordinário e ministro plenipotenciário junto do rei.

Como testemunhas esteve presente um elevado número de grandes do reino, entre os quais D. Pedro Cevallos e Guerra e D. Miguel de Lardizabal, constando da própria escritura o nome e títulos de todos. As cláusulas da escritura são substancialmente idênticas às dos Tratados, tendo assinado o rei, D. Carlos Maria Izidro, D. António Pascoal, D. José Luíz de Sousa e o notário.

Somente em 26 de maio de 1816 o Marquês de Aguiar informou Espanha que D. João lera e aceitara a redação dos Tratados matrimoniais. Nunca deixando perder oportunidade para reforçar a necessidade de afirmação europeia, D. João comunicou para o seu enviado que esperava que o ato da assinatura tivesse decorrido com o cerimonial correspondente à alta hierarquia das partes contraentes.²⁰⁸

O regente leu com o maior interesse cada um dos artigos dos dois contratos e ficou muito satisfeito com a alteração que o seu Enviado conseguiu na estipulação dos dotes e arras. Deu ordem imediata para que se lavrassem as ratificações, as quais seriam expedidas na mesma ocasião em que as Princesas partissem do Rio de Janeiro.²⁰⁹ Nomeou o

²⁰⁶ Isabel Guimarães Sá, «Coisas de princesas...», p. 109.

²⁰⁷ José Ferreira Borges de Castro, *Collecção dos Tratados, Convenções, Contratos e Actos Públicos celebrados entre a Coroa de Portugal e as mais Potências desde 1640 até ao presente*, tomo V, Lisboa, Imprensa Nacional, 1856, pp. 278-296.

²⁰⁸ ANTT, *MNE*, Livro 600, ofício do Marquês de Aguiar para D. José Luís de Sousa, 26 de Maio de 1816, fls. 29 e 29 vs..

²⁰⁹ ANTT, *MNE*, Livro 600, ofício do Marquês de Aguiar para D. José Luís de Sousa, 26 de Maio de 1816, fls. 29 e 29 vs..

Marquês de Vallada, mordomo-Mor de D. Maria I, para acompanhar as princesas e para levar as ratificações.²¹⁰

A reciprocidade no tratamento era uma constante preocupação de D. João. No que concerne aos presentes e gratificações, mandou informar D. Luís Pinto de Sousa que, afinal, os presentes que, conforme o costume, seriam para dar às pessoas que o Enviado português indicara, ainda não estavam prontos para seguirem juntamente com as princesas. Contudo, o expresso António Xavier de Abreu Castello Branco, escolhido para o seu transporte, ficara retido no Rio de Janeiro, por ordem do príncipe, até que tudo estivesse pronto, altura em que seguiria no navio «Despique».

A este expresso, Castello Branco, fez D. João mercê do lugar de Oficial da Secretaria de Estado dos Negócios estrangeiros e da Guerra, com o ordenado de setecentos mil reis, devendo D. Luís Pinto de Sousa passar a contemplá-lo nos pagamentos a efetuar em Madrid. Durante o tempo da sua estada no Rio de Janeiro, mais prolongado do que inicialmente previsto devido à necessidade de assegurar o transporte dos presentes, foi-lhe atribuída a diária de mil e seiscentos reis, para a sua subsistência, bem como o pagamento da sua passagem na referida embarcação. O expresso foi, ainda, acompanhado por uma escolta, para segurança da mala, tendo seguido para Lisboa com a indicação, aos Governadores, de o expedirem imediatamente para Madrid.²¹¹

d) Troca de presentes e condecorações

Os presentes seguiram em duplicado, uma vez que se tratavam de dois casamentos. O mesmo sucedia com as propinas devidas aos oficiais da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros, espanhola, a quem, de acordo com o costume, seriam pagas 500 libras esterlinas por cada tratado. Quanto aos objetos, classificados como de pura etiqueta e uso, alertava-se que deveria ser verificada a devida reciprocidade pelo rei espanhol, devendo D. Luís Pinto de Sousa certificar-se que tal ocorreria.

Quanto ao pagamento de propinas, e seguindo uma prática já seguida com a Corte de Londres, recomendou-se que as que fossem destinadas aos portugueses deveriam ficar em Espanha e as destinadas aos espanhóis em Portugal. Ainda assim, e para que o pa-

²¹⁰ ANTT, *MNE*, Livro 600, ofício do Marquês de Aguiar para D. José Luís de Sousa, 2 de Junho de 1816, fls. 30 a 31 vs..

²¹¹ ANTT, *MNE*, Livro 600, ofício do Marquês de Aguiar para D. José Luís de Sousa, 2 de Junho de 1816, fls. 30 e 31 vs..

gamento fosse percebido pelos oficiais espanhóis como tendo mesmo sido feito pela coroa portuguesa, deveria a quantia ir para a representação da Secretaria de Estado portuguesa em Madrid e D. Luís Pinto de Sousa encarregar-se diretamente dos pagamentos.²¹²

O envio dos presentes pelo «Despique» foi efetivamente confirmado um mês depois, indicando-se que seguiam numa mala dirigida a D. Luís Pinto de Sousa, dentro de uma lata de folha. Contudo, sendo D. João posteriormente informado de que em Espanha, apesar dos dois casamentos, a corte espanhola só teria dado um presente por ambos, foram enviadas imediatas instruções para que fosse distribuída somente metade das joias portuguesas. O príncipe mandou, igualmente, que a restante metade fosse enviada a Francisco José Maria Britto, seu plenipotenciário em Paris.²¹³

A questão dos presentes merece-nos uma análise atenta pois insere-se numa das facetas mais interessantes e controversas da atividade diplomática. A representação diplomática, junto de outros Estados²¹⁴, envolvia, normalmente, a entrega de presentes, enviados pelo Soberano da proveniência ou pelo próprio servidor do Príncipe, quer ao congénere, quer a outros elementos da Corte ou Estado recetores.

A constância destes atos de oferenda, no âmbito da Diplomacia, carece de um estudo exaustivo, não só para uma avaliação do sentido simbólico desse ato, como para uma análise dos próprios objetos oferecidos, os quais acabam sempre por ser uma forma de difusão, e por isso conhecimento, da cultura material de diferentes épocas e lugares. No âmbito da história da diplomacia²¹⁵, e mais concretamente na temática dos casamentos régios, o estudo dos presentes diplomáticos, a par de outras realidades, tais como gravu-

²¹² ANTT, *MNE*, Livro 600, ofício do Marquês de Aguiar para D. José Luís de Sousa, 2 de Junho de 1816, fls. 30 e 31 vs..

²¹³ ANTT, *MNE*, Livro 600, ofício do Marquês de Aguiar para D. José Luís de Sousa, 22 de Novembro de 1816, fls. 42 a 43.

²¹⁴ O conceito de Estado, mesmo no período em causa, não é consensual, nem unívoco, sendo aqui utilizado por facilidade conceptual e por não se tratar de matéria objeto do presente estudo. Para uma compreensão da evolução dogmática do conceito, bem como das múltiplas aceções a si associadas vide Quentin Skinner, *Uma genealogia do Estado Moderno*, Lisboa, ICS, 2011, pp. 9-48; António Pedro Barbas Homem, *O Espírito das Instituições. Um estudo de História do Estado*, Coimbra, Almedina, 2006, pp. 27-118.

²¹⁵ História da Diplomacia ou História Diplomática, História das Relações Internacionais, História do Direito Internacional são disciplinas afins e de difícil distinção. Para este estudo socorreu-se da designação História da Diplomacia, no sentido da articulação dos interesses de um Estado com o exterior, efectuado mediante a intervenção de agentes ou representantes. Para uma explanação destes conceitos vide Pedro Soares Martinez, *História Diplomática de Portugal*, Lisboa, Verbo, 1986, pp. 16-17; António Pedro Barbas Homem, *História das Relações Internacionais. O Direito e as concepções políticas na Idade Moderna*, Coimbra, Almedina, 2010, pp. 11-12.

ras, medalhas, registos de arquitetura efémera, permite a obtenção de elementos para a determinação da cultura de determinadas épocas e lugares, bem como da cultura própria da elite nas relações internacionais.

Acresce que uma verificação sistemática de alguns tipos de eventos, com relevância diplomática, poderá permitir conclusões interessantes sobre a existência, ou não, de padrões do tipo de presentes em função do acontecimento em causa. Assim, e a título meramente exemplificativo, poderá perceber-se que os presentes diplomáticos por ocasião de uma negociação de um casamento são tendencialmente distintos dos presentes oferecidos na apresentação ou entrada de uma representação diplomática num Estado, ou de uma negociação de um Tratado de Paz, possibilitando a perceção de razões protocolares e simbólicas nos próprios presentes.

Conceptualmente, presente²¹⁶ é tudo aquilo que se oferece a alguém para felicitar, retribuir, agradar²¹⁷. No caso de um presente diplomático, será tudo o que se oferece, com uma dada finalidade, no contexto da representação de um Estado ou ente institucional junto de outro, mesmo que extravase as relações formais ou protocolares entre ambos. Assim, ainda que exista um presente dado a título particular, a sua análise, no contexto desta temática, pode ser essencial para se compreender uma determinada teleologia diplomática.

Por outro lado, e em termos de conceito, a proveniência do presente nem sempre é essencial pois os objetos que compõem o presente diplomático podem não ter a proveniência do embaixador²¹⁸, sendo muitas vezes adquiridos no próprio local do destinatário. Salientamos, igualmente, que muitos objetos trocados pelos embaixadores não se enquadram nas concepções de presente diplomático que aqui se analisam, sendo antes tráficos paralelos à sua função e que podem ser incluídos, bastas vezes, noutras áreas da sua atividade, como a mercantil e, mais tarde, até a industrial.

Em termos conceptuais, e ao que ao presente estudo interessa, presente diplomático será, pois, tudo o que se oferece no contexto da representação externa de um Estado ou ente institucional, seja no âmbito de uma relação formal e protocolar, seja a título parti-

²¹⁶ Para Rafael Bluteau é «o dom, mimo ou oferta que se dá»; Padre D. Rafael Bluteau, *Diccionario da lingua portugueza*, Tomo II, Lisboa, Simão Thadeo Ferreira, 1789, p. 239.

²¹⁷ *Dicionário da lingua portuguesa contemporânea da Academia das Ciências de Lisboa*, IIº volume, Lisboa, Verbo, 2001, p. 2950.

²¹⁸ No presente trabalho optou-se por utilizar como equivalentes as expressões embaixador, enviado e diplomata, apesar das distinções conceptuais a si inerentes. No entanto, e para uma distinção, vide Ana Leal de Faria, *Arquitectos da Paz. A Diplomacia Portuguesa de 1640 a 1815*, Lisboa, Tribuna, 2008, pp. 318-322.

cular, que tenha subjacente uma determinada finalidade diplomática. Tendo por referência este conceito, a análise de tudo o que envolve o presente diplomático poderá revestir uma função auxiliar de compreensão de alguns aspectos da História Diplomática, e nomeadamente da relacionada com a temática das alianças matrimoniais.

Partindo da metodologia apresentada por Borges de Macedo, nos seus estudos de História da Diplomacia Portuguesa, procuraremos aplicar à análise dos presentes diplomáticos o que foi aplicado à análise geopolítica²¹⁹: partindo de vários casos histórico-políticos, com relevância diplomática, procederemos ao seu enquadramento no tempo e espaço mais alargados, determinando a existência de constantes e linhas de força a nível diplomático.

Por outro lado, recorrer-se-á ao método de análise de Deborah Howard, historiadora e professora na Universidade de Cambridge, no seu estudo relativo às trocas culturais entre Veneza e os Otomanos,²²⁰ durante os séculos XV e XVI, em que através da análise do binómio bens/eventos, e paralelamente aos aspectos protocolares *a se*, procura perceber-se qual a importância que a troca de bens, nos quais os presentes diplomáticos, terá tido na difusão e troca da cultura material.²²¹

No presente trabalho não poderemos deixar de ter em conta a delimitação imposta por barreiras temporais (essencialmente a época reputada por Moderna, a qual se inserirá entre os séculos XV e XVIII²²²) e espaciais (essencialmente aqueles que com Portugal tiveram alguma afinidade diplomática). Tendo em conta que este estudo diz respeito à Regência e Reinado de D. João, os exemplos mais significativos relativos a Portugal reportar-se-ão, ainda que não exclusivamente, a este período, apesar de admitirmos o interesse de um estudo exaustivo para toda a História Moderna de Portugal. Face à finalidade desta análise, procuraremos apresentar algumas conclusões, sendo que a mais importante será a da necessidade de desenvolver, em futuros estudos, alguns tópicos relativos a esta problemática, desde já avançados.

²¹⁹ Jorge Borges de Macedo, *História diplomática portuguesa. Constantes e linhas de força. Estudo de geopolítica*, Vol. I, Lisboa, Tribuna, 2006, pp. 37-40.

²²⁰ Deborah Howard, «Cultural transfer between Venice and the Ottomans in the fifteenth and sixteenth centuries», *Cultural exchange in early modern Europe*, vol. IV, Cambridge, Cambridge University Press, 2007, pp. 138-177.

²²¹ Podemos considerar três categorias essenciais de canais de circulação de bens: a diplomacia, o comércio e a peregrinação, levando a que os objectos circulassem em três distintas realidades (pública, privada e religiosa). Idem, *ibidem*, p. 142.

²²² Para o caso português admite-se o início do século XIX, uma vez que o Reinado de D. João VI ainda é, em muito, tipicamente de Antigo Regime.

Inserindo-se os presentes diplomáticos numa forma de comunicação cultural entre países,²²³ assumem especial importância nos rituais de recepção, em que a sua troca faz parte essencial de um patamar do protocolo diplomático. Apesar de parecerem actos provenientes de uma voluntária generosidade, envolvem elaborados códigos e hierarquias, estando muitas vezes sujeitos a uma ponderação, por forma a colocar o receptor perante um estado obrigacional.²²⁴ Não sendo evidente a existência de uma tipologia de presentes e ocasiões em que devem ser dados, a escolha do presente diplomático tinha, quase sempre, uma carga simbólica, sendo efectuada em função da intenção e do interlocutor, podendo encontrar-se algumas constâncias na análise de alguns casos.

Por vezes, o presente diplomático pretendia ser demonstrativo do poder, quer de quem oferecia, quer de quem recebia. A título meramente exemplificativo, poderemos apontar um caso paradigmático de um presente diplomático com carga simbólica relativa ao poder económico, político e científico de Portugal, no tempo da presença seiscentista na Índia: a oferta de um elefante indiano, enviado por D. João III ao seu sobrinho Maximiliano, Rei da Boémia e Hungria, Príncipe do Sacro Império Romano-Germânico, em 1552. Apesar de se tratar de um caso rodeado de alguma controvérsia, nomeadamente quanto à sua veracidade, o elefante baptizado de Salomão²²⁵, adaptação de Suleiman, nome do sultão Otomano²²⁶ que mais ameaçava o Sacro Império, procurou traduzir uma posição de força de Portugal, lembrando à Europa a importância geoestratégica do Império português, nomeadamente com as suas posições na Índia. Por outro lado, a exibição de novos animais exóticos, trazidos dos novos espaços, era uma oportunidade para lembrar o desenvolvimento científico-natural que as Descobertas permitiam, estando Portugal numa posição privilegiada para o fazer ou permitir. Apesar de não haver certezas, julga-se ter sido D. António de Saldanha²²⁷, embaixador à época junto do Sacro Império, quem terá formalmente representado Portugal na entrega do elefante.

A tradição da oferta de animais exóticos já vinha de D. Manuel, nomeadamente com o envio, ao Papa Leão X, de um elefante branco e de um rinoceronte, o qual terá servido

²²³ Deborah Howard, *op. cit.*, p. 142.

²²⁴ Marcel Mauss, *The gift: forms and functions of exchange in archaic societies*, London, Cohen and West, 1966, pp. 70-74; Natalie Zemon Davis, *The gift in sixteenth-century France*, Oxford, Oxford University Press, 2000, pp. 3-13.

²²⁵ Jorge Nascimento Rodrigues, Tessaleno Devezas, *Salomão, o elefante diplomata*, Lisboa, Centro Atlântico, 2008, pp. 81-111.

²²⁶ Donald Quataert, *O Império Otomano. Das origens ao século XX*, Lisboa, Edições 70, 2000, pp. 42-47; Ana Isabel Buescu, *D. João III*, Lisboa, Temas e Debates, 2008, pp. 157-158.

²²⁷ Idem, *ibidem*, p. 362.

de inspiração à realização da famosa gravura de Albrecht Dürer. Existia, pois, nestes presentes diplomáticos, uma carga de afirmação do poder do país no contexto geopolítico internacional²²⁸, o qual, para além da valorização da posição nacional, procurava afirmar uma dada cultura proveniente das Descobertas e presença em África e Índia.

Outro exemplo de presente diplomático com carga de afirmação de um Estado perante outros poderá ser o do envio de treze pérolas e brincos, do Imperador Chinês para o Rei de Portugal, D. João V, e para o Papa, como forma de procurar uma equidistância daquele Império em relação aos diferendos que existiam entre o monarca português e o Papado, relativamente à questão das missões jesuíticas no Oriente, e às querelas dos ritos chineses. O embaixador do Imperador chinês Kangxi ao rei D. João V foi, curiosamente, um jesuíta português, o Padre António de Magalhães²²⁹, sendo o presente diplomático simbólico da consideração que aquele Imperador tinha relativamente a ambas as partes do litígio que o envolviam, bem como da sua afirmação perante o ocidente.

As jóias e os diamantes, bem como o ouro, simbólicos da realeza, eram presentes muito usuais quando se tratava de obter uma posição perante um determinado acordo que envolvesse diversas potências, provavelmente por consubstanciar um objecto valioso internacionalmente, independentemente do lugar ou cultura.

Quando em Portugal, D. João VI, à data ainda regente, procurou evitar a entrada de Napoleão e das suas tropas no país, ainda antes da partida para o Brasil, enviou um embaixador, D. Pedro de Meneses Coutinho, 6º Marquês de Marialva, ao Imperador francês, não só com uma proposta de casamento do seu filho D. Pedro com um membro da sua família, como, igualmente, com um presente diplomático composto por milhares de cruzados em diamantes, no sentido de o convencer a não atacar a monarquia nacional²³⁰. Mais uma vez foram os diamantes utilizados como elemento essencial no que se espera-

²²⁸ Idem, *ibidem* pp. 274-280. Para uma conceptualização e fundamentação do poder na ordem internacional vide Martim de Albuquerque, *O poder político no renascimento português*, Lisboa, Verbo, 2012, pp. 309-349.

²²⁹ João de Deus Ramos, *História das Relações Diplomáticas entre Portugal e a China. O padre António de Magalhães, S.J., e a embaixada de Kangxi a D. João V (1721-1725)*, Lisboa, Instituto Cultural de Macau, 1991, pp. 105-153.

²³⁰ Oliveira Lima, *D. João VI no Brasil*, Rio de Janeiro, ACD, 2008, pp. 354-359; Ângelo Pereira, *D. João VI, Príncipe e Rei*, Lisboa, Empresa Nacional de Publicidade, 1953, p. 172; ANTT, *MNE*, Livro 186, D. João VI, Carta patente de 28 de Outubro de 1807, dirigida a Napoleão Bonaparte. Existe uma outra carta patente, com conteúdo exatamente igual, datada de 10 de Novembro, igualmente assinada pelo Príncipe Regente e por António de Araújo Azevedo; Azevedo, António Araújo, ANTT, *MNE*, Livro 186, Instruções dadas ao Marquês de Marialva, Embaixador Extraordinário em Paris, em 10 de Novembro de 1807; Arquivo Histórico Militar de Lisboa, Cx 657, Processo individual do Marquês de Marialva.

va viesse a ser uma conduta favorável de uma grande potência perante outra, podendo identificar-se aqui uma constante em casos similares.

Quando a diplomacia pretendia obter e facilitar ligações de carácter económico, com eventuais tratados comerciais ou com meras trocas mercantis, era muito usual a existência de presentes diplomáticos compostos por produtos oriundos da região de proveniência do enviado, constituindo, por vezes, amostras do que se pretendia negociar. Assim, no final do século XV e inícios do século XVI, era comum que os embaixadores venezianos levassem, como presentes diplomáticos ao sultão otomano, roupas e têxteis muito ricos, bem como grandes quantidades de queijo parmesão, o único queijo servido na corte otomana²³¹.

Outro exemplo deste tipo de presentes diplomáticos pode ser encontrado nas negociações do casamento de D. Pedro IV com D. Leopoldina da Áustria. A ligação à Áustria traduzia uma estratégia de afirmação de Portugal e do Brasil no contexto europeu, uma forma de manter uma relativa autonomia em relação a Inglaterra e de estabelecer novas ligações comerciais, devido à abertura dos portos do Brasil e de Portugal a todas as nações. Por outro lado, esta aliança também era considerada pelo Imperador da Áustria como uma oportunidade de ligação à América do Sul, onde, até então, tivera dificuldade em rivalizar com outras grandes potências, nomeadamente com Inglaterra; aliás, logo na apresentação do embaixador Marquês de Marialva, o Imperador Francisco II questionou-o sobre o interesse que D. João teria num Tratado de Comércio recíproco.²³² Quando por ordem do Imperador foi enviado um embaixador extraordinário para o Brasil, com o intuito de acompanhar D. Leopoldina ao Rio de Janeiro, seguiu, como presente diplomático para D. João, um conjunto de amostras de produtos das fábricas dos seus reinos. O presente diplomático servia, agora, como elemento de divulgação dos produtos que se pretendia fossem objecto de um futuro acordo comercial, permitindo, igualmente, uma difusão da cultura material de um povo tão distante.

Ainda no que concerne aos presentes diplomáticos e à divulgação da cultura material, refira-se que, em alguns casos, serviam mesmo para impor ou, pelo menos, possibilitar uma determinada aculturação. A recepção de enviados turcos otomanos, em Veneza, era frequentemente acompanhada pela entrega de roupas e têxteis venezianos, os quais de-

²³¹ Deborah Howard, *op. cit.*, pp. 142-143.

²³² Marquês de Marialva, [Carta do [...] ao Marquês de Aguiar, Viena, 14 de Novembro], Arquivo do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, *Correspondência diplomática, Missão do Marquês de Marialva*, nº 39, apud Luíz Norton, *A Corte de Portugal no Brasil*, Lisboa, Empresa Nacional de Publicidade, s/d, 213-216.

veriam ser imediatamente usados pelos embaixadores. Se por um lado estas roupas exibiam o esplendor das Repúblicas italianas, conferindo uma honra própria ao visitante, por outro lado impunham uma certa subjugação aos costumes e à moda do anfitrião.²³³

Os presentes diplomáticos serviam, pois, como uma forma de imposição de cultura.

Outro exemplo de um presente diplomático com cariz de aculturação pode ser encontrado, mais uma vez, nas negociações do casamento de D. Pedro IV com D. Leopoldina, efectuadas pelo Marquês de Marialva. No primeiro encontro do Imperador austríaco com o embaixador português, aquele adiantou que a filha já estava a praticar a língua portuguesa,²³⁴ elemento considerado essencial para a integração da Princesa, apesar de não ter muitos livros nesse idioma para praticar; Marialva aproveitou para pedir permissão para oferecer à noiva alguns que encomendara em Lisboa e em Paris²³⁵.

Os presentes diplomáticos, por ocasião dos casamentos e respetivas negociações, obedeciam não só a uma questão de generosidade como, igualmente, a costumes entre os soberanos europeus, sendo muitas vezes acompanhados por condecorações. Relembrando a prática existente, então, entre os soberanos europeus, não querendo que D. João VI deixasse de se considerar como tal, Marialva, nas negociações do casamento de D. Pedro, sugeriu o envio de uma Grã Cruz ao Imperador, bem como ao Príncipe Imperial. Sugeriu, ainda, a condecoração com a Ordem de Santa Isabel para a Imperatriz e para a Arquiduquesa, bem como para a mulher do príncipe de Metternich (até pelo impacto que teria no marido).

A atribuição de condecorações por motivo dos casamentos era uma prática a nível geral. Assim, a título meramente exemplificativo, D. João condecorou como Comendador da Ordem de Cristo, conferindo-lhe uma renda vitalícia de seiscentos réis anuais, o Embaixador Extraordinário do Imperador austríaco, Conde de Urbna, que viera para a corte portuguesa no Brasil dar a notícia de se haver celebrado o casamento do Príncipe D. Pedro e da Arquiduquesa Leopoldina.²³⁶ O próprio Marquês de Marialva, bem como Rodrigo Navarro de Andrade, responsáveis portugueses pela negociação do casamento,

²³³ Deborah Howard, *op. cit.*, pp. 144.

²³⁴ BNP, *Gazeta do Rio de Janeiro*, 22 de Janeiro de 1817 e *Gazeta do Rio de Janeiro*, 25 de Janeiro de 1817.

²³⁵ Marquês de Marialva, [Carta do [...] ao Marquês de Aguiar, Viena, 14 de Novembro], Arquivo do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, *Correspondência diplomática, Missão do Marquês de Marialva, n.º 39*, apud Luíz Norton, *op. cit.*, 213-216.

²³⁶ Marquês de Marialva, [Carta do [...] ao Marquês de Aguiar, Viena, 16 de Dezembro de 1816], Arquivo do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, *Correspondência diplomática, Missão do Marquês de Marialva, n.º 44*, apud Luíz Norton, *op. cit.*, pp. 222-227. BNP, *Gazeta do Rio de Janeiro*, 22 de Outubro de 1817.

foram agraciados, pelo Imperador austríaco, com as insígnias da Grã Cruz da Real Ordem de Santo Estevão da Hungria.²³⁷ Assim, o reconhecimento do papel essencial dos embaixadores era, igualmente, efetivado nestas ocasiões. Num sentido lato, podemos admitir que estas condecorações se inseriram numa finalidade de reconhecimento mútuo, por serviços prestados, mas essencialmente como forma de impressionar os soberanos da sua proveniência, reforçando os laços de respeito e consideração existentes.

Exemplo idêntico encontramos nos casamentos das infantas D. Maria Isabel e D. Maria Francisca, filhas de D. João VI, realizados em Cádiz, em 1816. O «Ayuntamiento de Cádiz» fez cunhar moedas de ouro, prata e cobre alusivas aos desposórios régios e entregou, à rainha, vinte e quatro de ouro, cem de prata e, à infanta, 12 de ouro e cinquenta de prata. Remeteu iguais quantidades ao Rei Católico e ao Infante D. Carlos, bem como aos pais dos soberanos, D. João VI e Carlos IV.²³⁸ Há, pois, um claro envolvimento das autoridades locais nesta união real, tendo as moedas destinadas a D. João seguido como presente diplomático.

Assim, e apesar de não se poder falar numa fechada tipologia protocolar relativa aos presentes diplomáticos, é possível determinar algumas constantes em função do tipo de eventos e contextos espaço-temporais em que se inserem.

O presente diplomático, enquanto prática da representação diplomática, nomeadamente da portuguesa, tem um valor simbólico que extravasa a mera generosidade de quem o envia. Apesar de carecer de um estudo mais sistematizado, no sentido de apurar constantes e linhas de força a si subjacentes, podemos perceber, através da análise contextualizada de alguns exemplos, que o tipo de objetos escolhidos variava de acordo com o tipo de evento, época e lugar de onde provinham e se destinavam, correspondendo a um certo código e tipologia protocolar material (mesmo que não escrito) das relações diplomáticas. O estudo dos presentes diplomáticos permite, igualmente, compreender que os diplomatas consubstanciavam um elemento privilegiado na difusão e troca da cultura material dos diversos povos, sendo pois essencial quer na análise da História diplomática, quer na análise da História cultural. Assim, e a par do estudo de outras realidades inerentes à cultura material, o estudo dos presentes diplomáticos deverá ser utilizado como instrumento para a perceção de comportamentos e padrões constantes da vida

²³⁷ BNP, *Gazeta do Rio de Janeiro*, 10 de Setembro de 1817.

²³⁸ Biblioteca Nacional de Espanha, *Suplemento do Diário Mercantil de Cádiz*, 13 de Setembro de 1816.

diplomática, bem como para o reconhecimento da importância que os representantes diplomáticos tiveram nos intercâmbios culturais.

e) Viagem e celebrações

A ausência de notícias, em Portugal, sobre a partida das infantas era atribuída «à moléstia da Rainha Nossa Senhora» e até a uma eventual morte de D. Maria I. Aliás, em Junho, D. Miguel Pereira Forjaz dava conta de que o falecimento da rainha era comentado em Portugal, apesar de não existir confirmação oficial.²³⁹ Quinze dias depois, e apesar da partida das infantas já se ter efetuado, em Lisboa continuava a não se saber nada sobre o assunto.²⁴⁰

No dia 2 de Julho de 1816, às nove horas da manhã, embarcaram a bordo da Nau São Sebastião as duas infantas de Portugal: D. Maria Isabel Francisca (já rainha de Espanha) e D. Maria Francisca de Assis (esposa de D. Carlos Maria Izidro), acompanhadas pelo Marquês de Vallada e pelo Visconde da Asseca.

De acordo com notícia da Gazeta do Rio de Janeiro, de quarta-feira, 10 de Julho, de 1816, «concorrerão a bordo da dita nau muitas pessoas distintas de todas as classes, precedendo a todas a Rainha fidelíssima Nossa Senhora, que se demorou a bordo até às 10 horas da noite».²⁴¹

Durante as negociações discutiu-se a possibilidade de a rainha D. Carlota Joaquina deslocar-se com as filhas até Espanha. Apesar de tal questão fazer mais sentido quando se admitia a ida das infantas de forma secreta, sem um contrato prévio, passou a ser menos plausível depois desta exigência portuguesa.

Os pareceres anteriormente referidos eram contrários à ida, não só por não ser costume uma rainha deixar o rei como, igualmente, por ser arriscada a viagem, deixando outras infantas sozinhas no reino. Acresce que o falecimento de D. Maria I deu-se nessa altura. Por outro lado, não poderemos ignorar que, apesar deste casamento estar muito ligado à estratégia de visibilidade de poder de D. João, na Europa, quer pela imagem de força dada na península Ibérica, quer pela possibilidade de receber Olivença, o embarque das

²³⁹ ANTT, *MNE*, Ofício de D. Miguel Pereira Forjaz para D. José Luís de Sousa, Lisboa, 22 de Junho de 1816.

²⁴⁰ ANTT, *MNE*, Ofício de D. Miguel Pereira Forjaz para D. José Luís de Sousa, Lisboa, 8 de Julho de 1816.

²⁴¹ *Gazeta do Rio de Janeiro*, 10 de Julho de 1816, nº55.

princesas foi feito poucos dias antes do início da campanha cisplatina.²⁴² A oposição às pretensões de D. João foi sempre um estigma presente para a liberdade de D. Carlota, ainda que o seu poder e o da sua Casa fosse considerável e muitas vezes efetivo.²⁴³

Será, porém, um motivo de saúde a ser utilizado para ser negada tal viagem a D. Carlota Joaquina. Assim, de acordo com os pareceres dos médicos da Real Câmara, Doutor Manuel Bernardes Pereira da Veiga e Estácio Gularte Pereira, que examinaram a mulher de D. João, tal viagem não era aconselhável.²⁴⁴ Poderá, ainda, compreender-se esta posição na estratégia de não permitir que D. Carlota Joaquina mantivesse a vontade de se insurgir contra o poder do rei, tanto mais que a união e paz com Espanha já estaria assegurada com os respectivos casamentos.

No dia seguinte ao embarque, 3 de Julho de 1816, pelas oito da manhã, largou a nau, com o estandarte real arvorado;

Salvou a ilha das Cobras e sucessivamente todas as fortalezas e navios de guerra, tanto nacionaes como estrangeiros, surtos neste porto, rematando na Praia Vermelha. A rainha [...] seguiu a nau até à barra, retirando-se dali à Praia Vermelha, donde chegou ao Paço Real, às onze e meia. [...] He inexplicável a saudade e a dor de Sua Magestade Fidelíssima El Rei Nosso Senhor; não temos expressões para as demonstrações de dor de toda a Real Família e da mágoa que sentio o povo português pela falta de tão Augustos Ramos da Real Família, que fazião as suas delícias e consolação.²⁴⁵

²⁴² Pedro Soares Martinez, *História Diplomática* ..., p. 331.

²⁴³ Neste sentido vide Maria Paula Marçal Lourenço, «A Casa de D. Carlota Joaquina: um contra-poder?», *O reino sem Corte*, coord. Ana Leal de Faria e Maria Adelina Amorim, Lisboa, Tribuna da História, 2011, pp. 193-205.

²⁴⁴ O parecer do médico Manoel Bernardes Pereira da Vega, emitido em 31 de Outubro de 1815, no Rio de Janeiro, é bem explícito nos perigos para a saúde de Carlota Joaquina:

A Princeza Nossa Senhora tem padecido constantemente do seo peito desde a sua chegada a esta cidade, há sete anos, e ataques taes que quaze suffocando-a forçozo era sempre recorrer, alem de outros violentos e decizivos remédios, a grandes e repetidos vezicatórios, único meio com que se conseguia mais de prompto mitigar a violência dos tristes symptomas [...] ficando ao depois delles com continua e abundantíssima expectoração, com prizão de peito [...] que a menor mudança de atmosphaera fazia augmentar [...].

Portanto julgo do maior perigo para a vida de S.A.R. e de risco immediato huma viagem de mar em que, partindo de hum clima tão quente como este, vá chegar à Europa antes do mez de Maio, por ser de esperar repetiçoens de ataques em grau tão mais alto, quanto he lá mais intenso e de-zabrido o frio no Inverno.

Ângelo Pereira, *op. cit.*, p. 195.

²⁴⁵ *Gazeta do Rio de Janeiro*, 10 de Julho de 1816, nº55.

A nau onde seguiam as infantas foi acompanhada pelas fragatas «Príncipe D. Pedro», onde foi transportado o Marquês de Campo Maior, marechal general do exército português, e «Hespanhola Soledad», onde seguiu o general espanhol Vigodet, que conduziu parte das negociações com o Brasil.

Estes casamentos, quando feitos com um monarca ou com possíveis herdeiros do trono, eram sempre virilocais, competindo aos contraentes financiar as viagens das filhas até à fronteira. O ponto de encontro era sempre previamente acordado e a partida das princesas correspondia sempre a um momento de despedida.²⁴⁶

No dia 4 de Setembro de 1816, as embarcações chegaram ao Porto de Cádiz, após sessenta e três dias de viagem. As recepções das princesas eram momentos muito valorizados, para os quais o rei destacava os fidalgos da mais alta linhagem, os quais participavam e se responsabilizavam pelos atos inerentes. De qualquer modo, esse não era, ainda, o momento de encontro com os noivos pois, de acordo com o costume e protocolo vigente em quase todas as cortes europeias, desde o final da Idade Média, caberia a esta comitiva de acolhimento conduzir a noiva até ao lugar onde se encontraria com o marido.²⁴⁷ Houve salvas e repiques de sinos por toda a cidade, tendo vindo a bordo as pessoas principais da cidade, nomeadamente o Conde de Miranda, Mordomo-Mor do rei. À noite houve iluminação e as janelas foram armadas de ricas tapeçarias.²⁴⁸ No dia 5 de Setembro, a bordo da Nau São Sebastião, estando o estandarte real português içado no topo grande e as bandeiras portuguesa e inglesa nos outros dois topos, com um altar erigido na zona fronteira, pelas onze horas da manhã, o arcebispo de Sevilha celebrou os reais desposórios, por procuração do rei e do Infante D. Carlos, tendo sido procurador o Conde de Miranda. Como testemunhas estiveram presentes o Marquês de Vallada, o Marquês de Villa Franca, o Marquês de Castel del Rios, o Governador e Capitão General da Andaluzia e vários oficiais do Departamento da Marinha.

No final do acto solene foi arriado o estandarte real português e içado o estandarte real espanhol, o qual foi objecto de salvas por todas as fortalezas e navios de guerra com

²⁴⁶ Isabel Guimarães Sá, «Coisas de princesas: casamentos, dotes e enxovais na família real portuguesa (1450-1580)», *Revista de História da Sociedade e Cultura*, nº 10, Tomo I, Coimbra, Centro de Estudos da Sociedade e da Cultura, Universidade de Coimbra, 2010, pp. 109.

²⁴⁷ Isabel Guimarães Sá, *op. cit.*, p. 110.

²⁴⁸ *Suplemento do Diário Mercantil de Cádiz*, 13 de Setembro de 1816; Parte da notícia foi, igualmente, publicada na *Gazeta do Rio de Janeiro*, 16 de Novembro de 1816, nº 92.

vinte e um tiros.²⁴⁹ Após os cumprimentos e cerimoniais de etiqueta, embarcaram numa galeota, ricamente adornada, primeiro a Rainha de Espanha, D. Isabel Maria Francisca, e depois a Infanta, D. Maria Francisca de Assis. Toda a baía estava circundada por batéis, cheios de gente que dava vivas à Rainha e à Infanta.

Ao largarem, na nau foram dadas sete vivas e vinte e um tiros, os quais tiveram como resposta, nas fortalezas, salvas com o mesmo número de tiros. Nas vergas das naus mantiveram-se pessoas até a galeota que transportava as senhoras reais chegar a terra. Depois de desembarcarem, sempre ao som de vivas, repique de sinos e salvas das fortalezas, a Rainha e a Infanta entraram num coche e foram levadas pelas ruas, guarnecidas de tropas, até à catedral. Aí foram recebidas pelo Bispo e Cabido, debaixo de um palio, tendo assistido a um «Te Deum solemne com religiosa compostura e devoção.»²⁵⁰

Daí seguiram, de coche, para o Paço, precedidas pelo corpo do município (ayuntamiento), o Capitão General e Governador da Praça de Cádis, bem como por cónsules estrangeiros. Durante o percurso, todas as ruas estavam ornadas de flores e as frentes das casas ornadas. O povo decidiu tirar os cavalos do coche e conduzir, com a sua própria força, a carruagem, sempre ao som de vivas e aclamações, às quais Suas Altezas retribuíram, depois de chegarem, deixando-se ver nas janelas e cortejando todos com acenos.

Conforme já referido em momento anterior, estas festividades e cerimoniais em nada se afastavam das existentes nos séculos anteriores, permitindo demonstrar a importância simbólica que os matrimónios reais tinham para os reinos europeus. Para Espanha e para os espanhóis, esta união representava, ou pretendia representar, a esperança de uma nova força da sua Casa Real, contra as ameaças napoleónicas, bem como uma tentativa de obter um aliado de força nas possessões sul americanas. Por outro lado, face às dificuldades recentes, a possibilidade de um sucessor de Fernando VII era fulcral pois traduziria um elemento de estabilidade que a monarquia espanhola tão necessitada estava.

A arquitectura efémera é, igualmente, uma realidade, ainda nas festividades de casamento do século XIX. Em Espanha, tal como acontecera no Rio de Janeiro, a propósito do casamento da irmã das noivas, assiste-se a um conjunto de artefactos festivos, os quais procuram não só dar uma ideia da excepcionalidade do momento como, igualmente, da manutenção da importância da família real.

²⁴⁹Idem, *Ibidem*.

²⁵⁰Idem, *Ibidem*.

Durante três dias houve iluminação em toda a cidade e o Senado mandou fazer, em todas as praças públicas, torreões elegantemente sustentados sobre colunas de diferentes ordens, formadas para aquele festejo, com os bustos do rei e da rainha, bem como emblemas alusivos à eterna aliança entre Portugal e Espanha [...]. As iluminações eram com muito gosto e riqueza, com vidros de diferentes cores, lustres de cristal, acompanhando excelente música.²⁵¹

Durante três dias (5, 6 e 7 de Setembro) houve, pela manhã, beija-mão, de tarde espectáculo de touros e teatro e, à noite, ópera. No dia 6, pelas ruas ornadas, e em cortejo, a Rainha e a Infanta foram à Praça de Touros; esta corrida foi anunciada, na Gazeta Mercantil de Cádiz, no dia 6 de Setembro de 1816, como sendo parte das diversões públicas por motivo da chegada das suas majestades. Os touros a lidar seriam de «Utrera, Arcos e Medina Sidónia»; os picadores seriam Luís Corchado, de Sevilha, José Doblado e Andrés Perez, de Xerez de La Frontera; como matadores são anunciados José Garcia, «el Platero», de Cadis, Juan Lopez del Alcazar, de Sevilha, e Francisco Espeleta, de Cádiz. É, ainda, anunciada uma banda de música militar para os intermédios, estando o início marcado para as quatro e meia. Nesse mesmo anúncio refere-se que, às cinco horas, haverá, no Teatro del Balon, as peças «Montegos e Capuleto», «La Solitária» e «El Viejo Burlado». Para as sete anunciava-se a realização de uma ópera em dois actos, «Ricardo Coração de Leão», a qual teria no intervalo um pás-de-deux interpretado por Maria Gertrudis Pautret e Andrés Pautret. No dia 6, a rainha recomendou ao Capitão General que em seu Real Nome agradecesse, ao povo de Cádiz, as demonstrações de júbilo que lhe tinham dedicado e pediu ao Conde de Miranda que escrevesse com o mesmo fim.

Como, porém, continuassem sempre os festejos e illuminações, S. M., no dia 7, mandou pelo Conde de Miranda agradecer aos habitantes de Cádiz as decididas provas que lhe havião dado do seu affecto, mas ordenou que cessassem os festejos por motivo das despesas que originavão e que seriam peçadas depois de tantos sacrifícios que a cidade fizera na época passada.²⁵²

No dia sete, e nos dois seguintes, foram admitidos ao beija-mão de S.A. todas as pessoas de distinção, a officialidade da terra e da Marinha, alguns representantes dos povoados

²⁵¹ Idem, *Ibidem*.

²⁵² Idem, *Ibidem*.

vizinhos, de corporações religiosas e científicas. Nas tardes desses dias foram as Altezas passear à Alameda, sempre no meio de vivas e aplausos, para assistir a alguns concertos. No dia 9, após um beija-mão dado às senhoras da cidade, foram as Majestades ao teatro, onde se cantaram canções dedicadas aos reais desposórios e à aliança entre as duas nações. No dia 10, mantiveram-se as demonstrações e aclamações do povo. Como fica bem patente nestas festividades, a aclamação das infantas portuguesas em Espanha em nada se coaduna com a ideia de secretismo, inicialmente pretendida pelo Rei Fernando VII, o que se pode compreender pelo facto de já ser uma consumação e de possibilitar, igualmente, uma posição de nova força no equilíbrio das potências europeias.

No dia 11, as salvas e repiques de sinos anunciavam a partida, a qual se deu por entre alas da tropa de guarnição, desde o alojamento real até às portas da cidade, sendo acompanhadas por muito povo até à Fortaleza São Fernando.

O «ayuntamiento» seguiu com S.A. até ao Rio Atilho, limite do distrito, mandando uma deputação para as acompanhar até Xerez, onde iriam pernoitar. A rainha despediu-se, segundo o jornal de Cádiz, dizendo «Vou muito obrigada dos obséquios que tenho devido a todo o povo, ao qual rogo que me continue a ter na sua afeição». ²⁵³ O «Ayuntamiento de Cádiz» fez cunhar moedas de ouro, prata e cobre alusivas aos desposórios régios e entregou, à rainha, vinte e quatro de ouro, cem de prata e, à infanta, 12 de ouro e cinquenta de prata. Remeteu iguais quantidades ao Rei Católico e ao Infante D. Carlos, bem como aos pais dos soberanos, D. João VI e Carlos IV. Há, pois, um claro envolvimento das autoridades locais nesta união real.

A notícia do casamento com a filha do regente português foi sendo comunicada, com as limitações inerentes aos meios disponíveis, às diversas cidades. Assim, apenas por despacho de 14 de Setembro, emitido do Palácio Real, informou o rei espanhol que os casamentos teriam ocorrido, com a chegada a Cádiz na semana anterior. Fernando VII dirigia-se agora aos súbditos dizendo-lhes que «os habeis de alegrar de tan acertada resolucion, lues en ninguna mas que en esta puedo mostrar el amor que tenho a mis vasallos.» ²⁵⁴

²⁵³ Estas palavras são referidas num manifesto do «ayuntamiento», de 11 de Setembro de 1816, *Idem, Ibidem*.

²⁵⁴ Archivo Histórico Nacional de Madrid, *Seccion de Estado*, Correspondencia de Corte, leg. 6404, doc. 166, Despacho de 14 de Setembro de 1816.

O próprio Conselho de Estado apenas teve a confirmação da notícia do casamento com a nova rainha de Espanha, quatro dias depois da chegada das infantas.²⁵⁵ Os conselheiros, no próprio dia daquela comunicação, agradeceram ao monarca a informação que lhe enviara sobre o casamento. Usando o nome do monarca e da noiva, expressaram que esperavam que o dia ficasse para o futuro com «el mas próprio para renovar los dichos tiempos de otro Fernando e otra Isabel, jamas olvidados y siempre vivos en nuestras memorias.»²⁵⁶

A chegada a Madrid só se deu no dia 28 de Setembro de 1816. Às sete da manhã, a Rainha D. Maria Isabel Francisca e a Infanta D. Maria Francisca de Assis partiram de Aranjuez, acompanhadas pelo Infante D. António, tio do rei, que se deslocara até lá propositadamente. Ao entrarem em Madrid foram recebidas pelo corregedor interino, que lhes dirigiu um discurso de recepção.

Logo que El Rei Nosso Senhor recebeo aviso da vinda de Sua Augusta Esposa e da Sereníssima Senhora Infanta, sahio a esperallas a meia légua, acompanhado do Sereníssimo Senhor Infante D. Carlos e da sua costumada comitiva, augmentada com dois gentis homens mais antigos da sua Câmara. Atravessarão S. M. e A. o caminho, recebendo as maiores aclamações e as honras costumadas das tropas de guarnição, que estavam prolongadas desde o Paço até à porta da Atocha.²⁵⁷

Quando a Rainha e a Infanta chegaram ao local onde as esperavam os esposos, colocou-se o rei do lado direito do coche e o Infante do lado esquerdo. Nessa ordem caminharam, escoltados pelo corpo da guarda, até chegarem ao princípio da guarnição que estava fora da porta da Atocha. Aí apresentou-se o Capitão General a cavalo, com todo o Estado Maior e Generais agregados à Praça de Madrid, vestidos com uniforme de gala.

Incorporaram-se todos na comitiva real, depois de o Capitão general ter dirigido à Rainha umas breves palavras. Na porta da Atocha estava formado o Senado da Câmara de Madrid, com a seguinte ordem: ministros inferiores de gala, quatro maceiros com opas

²⁵⁵ Archivo Histórico Nacional de Madrid, *Seccion de Estado*, Correspondencia de Corte, leg. 2900, doc. 1, Despacho de 9 de Setembro de 1816.

²⁵⁶ Archivo Histórico Nacional de Madrid, *Seccion de Estado*, Correspondencia de Corte, leg. 2900, doc. 4, 9 de Setembro de 1816.

²⁵⁷ Extracto da Gazeta extraordinária de Madrid, 7 de Outubro, publicado na *Gazeta do Rio de Janeiro*, 8 de Janeiro, 1817.

de veludo carmesim, com franjas de ouro e maçãs, Procurador-Geral, escrivães e regedores, vestidos de gala e por ordem de antiguidade.

Incorporando o Tenente Corregedor com a Câmara, tornou a falar a S. M. assim que chegou à porta da Atocha. Collocou-se diante dos guardas do Corpo a Câmara e a frente della se pozerão alguns soldados de cavallaria para abrir caminho, e nesta forma entrou a Real comitiva em Madrid, ao meio-dia.²⁵⁸

Mais uma vez, agora em Madrid, os populares faziam, espontaneamente ou não, demonstrações do seu affecto pelos seus monarcas.

Não contentes estes fidelíssimos habitantes com tão delicadas demonstrações, desapparelharão os cavallos do coche em que vinhão S.M. e A. e o levarão a braço desde a porta d'Atocha até ao Paço, indo adiante vários ranchos de vistas danças, e repetindo-se sem cessar em todo o caminho os aplausos e vivas, a que se misturavão as salvas de artilharia e o repique geral dos sinos.²⁵⁹

As casas do caminho estavam adornadas e as janelas cheias de gente. Por volta da uma chegaram ao Palácio Real, em cuja escada esperava o Mordomo-Mor, de acordo com protocolo estipulado anteriormente, de forma minunciosa, e publicado no palácio real dias antes.²⁶⁰ Elemento interessante deste protocolo, o qual deverá ter sido seguido escrupulosamente, tendo em conta a indicação que é feita em relação à chegada a Madrid e à descrição efectuada nas notícias, é a entrega de ambas as esposas.

À hora assignalada veste-se o Prelado com [...] a mitra e o báculo. Quando S.M. entrar no salão todos se porão de pé, menos Suas Altezas. Postos todos em ordem sahe o Padrinho, que será o Sereníssimo Senhor Infante D. António, acompanhado de quatro Grandes, quatro camaristas de semana, quatro Gentis-Homens da Meza e dois Porteiros da Casa a buscar S.M. a Raínha e a Senhora Infanta, e com a mesma comitiva voltará conduzindo S.M. e A. [...]. Ao momento de entrar no salão principiará a música e se levantará o Infante D. Carlos. Andará deste modo a comitiva até ao primeiro degrao do Throno: então se aproximará o Ministro d'Estado, que trará escrito o Acto de Entrega de ambas a esposas, que lerá em alta voz nos termos seguintes [...].²⁶¹

O Ministro de Estado que leu em voz alta foi D. Pedro Cevallos, resumindo as diversas obrigações de entrega das noivas, desde Cádiz até Madrid. «E concluída a leitura, o aposentador do Paço e o Almojarife chegarão a meza para que S.M. assigne e depois ao

²⁵⁸ *Ibidem.*

²⁵⁹ *Ibidem.*

²⁶⁰ Cópia deste rigoroso protocolo foi publicada na *Gazeta do Rio de Janeiro*, 11 de Janeiro, 1817.

²⁶¹ *Ibidem.*

Senhor Infante D. Carlos. E concluído isto se dará princípio às cerimónias». Segue-se um vasto cerimonial de bênção católica e, no final,

El Rei e SS. AA. acompanharão a Rainha Nossa Senhora e a Sereníssima Infanta pelo interior à Caza do Toucador do quarto da Rainha, onde já estarão as Damas do Toucador, que serão apresentadas à Rainha pela sua Camareira-Mor e lhe beijarão a mão. Depois se pedirá licença à Rainha pelo seu Mordomo-Mor para lhe apresentar aos seus criados, os quaes serão recebidos por S.M. na mesma forma, e acabado isto se retirarão SS. MM. ²⁶²

Os cumprimentos provenientes de Portugal, nomeadamente dos seus governadores, foram concretizados através de D. Miguel pereira Forjaz que desejou, por ofício, em seu nome e em nome daqueles, felicidades à nova Rainha de Espanha e a sua irmã, quer pela boa viagem que tinham tido, quer pela chegada à corte vizinha. Segundo Forjaz, os Governadores não se encontravam, na altura, autorizados a enviar alguém privativamente com essa função.²⁶³

A maneira como foi tratada a matéria das despesas que D. José Luis de Sousa tivera com a chegada das Infantas também demonstra como, apesar das dificuldades conjunturais, Portugal continuava envolvido nas questões da família real. Assim, foram os próprios Governadores que autorizaram que as primeiras despesas daquele enviado fossem abonadas por Lisboa, apesar de se chamar a atenção para a devida contenção que as mesmas deveriam ter.²⁶⁴

No Brasil, a notícia dos casamentos chegou por uma gazeta espanhola, a qual foi trazida por D. José Quipon, mestre do bergantim Bolador, o primeiro a aportar no Rio de Janeiro com “a muito agradável notícia de se terem assignado e publicado em Madrid os esponsais de Suas Altezas Reaes” [...].²⁶⁵

D. João ficou muito satisfeito com a notícia e compensou imediatamente o mensageiro. Mandou dar uma remuneração por tão faustosa nova, de que o mestre do bergantim fora

²⁶² Idem, *Ibidem*.

²⁶³ ANTT, *MNE*, Ofício de D. Miguel Pereira Forjaz para D. José Luís de Sousa, Lisboa, 6 de Outubro de 1816.

²⁶⁴ ANTT, *MNE*, Ofício de D. Miguel Pereira Forjaz para D. José Luís de Sousa, Lisboa, 6 de Outubro de 1816.

²⁶⁵ ANTT, *MNE*, Livro 600, ofício do Marquês de Aguiar para D. José Luís de Sousa, 9 de Julho de 1816, fl. 31 vs..

portador, acrescentando uma instrução a D. Luís Pinto de Sousa para a sua recomendação ao Rei Católico.²⁶⁶

A notícia dos casamentos foi corroborada com ofícios do próprio Rei espanhol, em inícios de Setembro, expedidos na galeota espanhola Trânsito, nos quais dava conta da chegada da nova Rainha de Espanha e da Infanta Maria Francisca de Assis, ao Porto de Cádiz, em 5 de Setembro, bem como da celebração dos solenes desposórios na manhã do dia subsequente ao da chegada, a bordo da nau portuguesa que as transportara.²⁶⁷ D. João ficou muito feliz com a missiva do Rei Católico, principalmente por ter sabido da pompa e solenidade com que foram celebrados os casamentos, bem como da boa impressão que as suas filhas teriam causado nos habitantes das cidades por onde passaram, refletida nos diversos festejos e homenagens públicas.²⁶⁸

f) Ratificação dos tratados matrimoniais

Os Tratados de casamento da Rainha de Espanha e da Infanta D. Maria Francisca de Assis não foram ratificados até 3 de Fevereiro de 1817. Uma nova questão diplomática é levantada: a incapacidade de D. João VI, agora já rei, em pagar o dote da Infanta.

De acordo com o artigo 3º, do Tratado de Casamento, D. João VI comprometia-se a pagar, como dote, o valor de 500 000 escudos de ouro de sol, em Madrid, no momento da celebração do matrimónio ou no momento da ratificação do Tratado, num prazo máximo de seis meses. Contudo, o dote não foi pago no momento do casamento, nem posteriormente, impedindo-se agora a ratificação, por não ter o plenipotenciário, ainda, o dinheiro para fazê-lo. Esta situação conduzirá a declarações oficiais do plenipotenciário português e do espanhol, respectivamente D. José Luís de Sousa e D. José Pizarro, assinadas e seladas com as suas armas, em 3 de Fevereiro de 1817. Nestas declarações, anexas à ratificação, pelo rei espanhol, do Tratado, refere-se que:

Como nem no primeiro passo se tivesse podido verificar a dita entrega, nem se possa tão pouco na presente ocasião, não por falta de vontade de Sua Magestade Fidelíssima, [...] senão pelas dificuldades que offerece a distância das duas cortes para acelerar a correspondência, da qual precede talvez não ter recebido ainda o abaixo assignado En-

²⁶⁶ ANTT, *MNE*, Livro 600, ofício do Marquês de Aguiar para D. José Luís de Sousa, 9 de Julho de 1816, fl. 31 vs..

²⁶⁷ ANTT, *MNE*, Livro 600, ofício do Marquês de Aguiar para D. José Luís de Sousa, 22 de Novembro de 1816, fls. 42 a 43.

²⁶⁸ ANTT, *MNE*, Livro 600, ofício do Marquês de Aguiar para D. José Luís de Sousa, 22 de Novembro de 1816, fls. 42 a 43.

viado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário [...] instruções algumas sobre este importante assumpto.²⁶⁹

Para não se atrasar mais a ratificação, uma vez que os seis meses estavam a terminar, introduziu-se uma adenda, sob a forma de declaração, em que o plenipotenciário atestou que «a troca das ratificações de modo algum se deverá considerar ou allegar por parte de Sua Magestade Fidelíssima como prova ou documento de se haver cumprido a estipulação do dote».²⁷⁰ Esta solução foi elaborada por D. João, indicada em instruções enviadas do Rio de Janeiro ao plenipotenciário. Nessa missiva pretendia-se que, ponderadas as circunstâncias atuais do erário real, bem como as despesas extraordinárias que o reino fora obrigado a fazer, seria muito gravoso fazer o integral e efetivo pagamento dos dotes estipulados pelos tratados matrimoniais. Assim, dever-se-ia ajustar por convenções adicionais que os referidos dotes seriam pagos por consignações.²⁷¹ Foi o que ficou estipulado.

Apesar da fundamentação aduzida, a qual poderá ter alguma correspondência na verdade, tanto mais que já se preparava outro casamento na casa real portuguesa, desta feita o do príncipe D. Pedro, julgamos não ser essa a razão exclusiva para o não pagamento atempado do dote.

Em Janeiro de 1817, Olivença ainda não fora restituída a Portugal. O Conde da Barca, em ofício enviado a D. Luís Pinto de Sousa, fez menção a correspondência trocada entre este e D. Pedro Cevallos. O Ministro espanhol teria proferido considerações «indiscretas» relativamente à devolução de Olivença, o que levou a que D. Luís Pinto de Sousa não lhe tivesse entregado uma «honrosa carta», proveniente do futuro monarca português.²⁷² Estas afirmações de Cevallos conduziram o Enviado português a diligências adicionais. Assim, remeteu imediatamente uma nota ao ministério espanhol a reclamar a Vila de Olivença, como penhor da amizade que ultimamente se tinha estreitado entre as duas famílias reais, através dos vínculos de sangue. Tendo em conta que esta reclama-

²⁶⁹ José Ferreira Borges de Castro (coord.), *Collecção dos Tratados, Convenções, Contratos e Actos Públicos celebrados entre a Coroa de Portugal e as mais Potências desde 1640 até ao presente*, tomo V, Lisboa, Imprensa Nacional, 1856, pp. 252 e seguintes.

²⁷⁰ *Ibidem*.

²⁷¹ ANTT, *MNE*, Livro, ofício do Conde da Barca para D. José Luís Pinto de Sousa, 10 de Março de 1817, fls. 50 vs. e 51.

²⁷² ANTT, *MNE*, Livro 600, ofício do Conde da Barca para D. José Luís Pinto de Sousa, 15 de Janeiro de 1817, fls. 45 e 45 vs..

ção continuou a ser ignorada pelo Governo espanhol, D. João ordenou que se mantivessem tais diligências de insistência.²⁷³

Acresce que D. Luis Pinto de Sousa informou o Regente português que circulavam boatos, na Corte espanhola, acerca do destino das tropas que tinham defendido aquele reino contra os franceses. Segundo o Enviado português, haveria sugestões feitas ao Rei Católico para que fosse formado um exército de trinta mil homens nas vizinhanças de Badajoz.²⁷⁴

D. João não se esquecera das recentes incursões castelhanas em território português. Por outro lado, havendo agora uma união entre o rei espanhol, e seu irmão, com as infantas portuguesas, e encontrando-se, com toda a sua Corte, no outro lado do Atlântico, poderia haver a tentação, por parte de D. Fernando VII, de procurar efetivar a sempre tão desejada União Ibérica.

Assim, e apesar de estes receios nunca se terem concretizado, poderão ter sido mais um fator a contribuir para a decisão relativa ao pagamento. Desconhece-se se, alguma vez, o dote chegou a ser efetivado, não se tendo encontrado nenhuma fonte que o refira.

A vida da nova rainha de Espanha não foi muito longa. Ainda assim, ainda teve tempo de fundar o atual Museu do Prado, em Madrid, na altura designado por Museu Real das Pinturas.

Já a sua função de assegurar descendência não foi conseguida, tendo conduzido, inclusivamente à sua própria morte. Assim, teve uma filha, em 21 de Agosto de 1817, quando a corte passava o Verão em Aranjuez, baptizada com o nome de Maria Isabel Luiza, em sua homenagem e à da sua sogra e avó, Maria Luisa de Parma. Esta criança sempre foi considerada muito débil e acabou por falecer no início de 1818.

Numa segunda gravidez, que aconteceu durante o ano de 1818, a rainha acabou por, no dia seguinte ao Natal, ter um ataque de epilepsia, o que a deixou parcialmente paralisada. Numa tentativa de salvar o seu herdeiro, Fernando VII deu ordem para que lhe fosse feita uma cesariana, a qual provocou a sua morte. A princesa recém-nascida também não resistiu.

²⁷³ ANTT, *MNE*, Livro 600, ofício do Conde da Barca para D. José Luís Pinto de Sousa, 15 de Janeiro de 1817, fls. 45 e 45 vs..

²⁷⁴ ANTT, *MNE*, Livro 600, ofício do Conde da Barca para D. José Luís Pinto de Sousa, 15 de Janeiro de 1817, fls. 45 e 45 vs..

Torna-se interessante verificar que a tentativa de reintroduzir as características do Antigo Regime passaram igualmente pelas práticas anteriores, mesmo no que aos nascimentos dizia respeito.²⁷⁵ Apesar de não termos encontrado fontes que nos esclareçam relativamente aos partos da rainha, poderemos indicar que D. Fernando VII convocou, alguns anos mais tarde, os Grandes de Espanha para assistirem ao parto da sua cunhada, D. Maria Francisca de Assis, mulher do seu irmão Carlos Maria Izidro. Assim, devendo por sua ordem estarem presentes no parto da Infanta os Senhores Secretários do despacho, deveriam os mesmos mais os conselheiros e outros nobres apresentarem-se no palácio de São Lourenço a partir do dia 4 de Outubro.²⁷⁶ Nesta altura, em que D. Fernando VII ainda não conseguira ter filhos, os sobrinhos eram possíveis sucessores, detendo pois um interesse especial para a Corte o seu nascimento.

Regressando ao nosso tema central, o casamento das Infantas foi usado como instrumento de afirmação europeia de D. João. Se não houvesse vontade de regressar a Portugal e de afirmar a sua posição na Europa, esta insistência na devolução de Olivença não teria seguramente existido. A conjuntura histórica acabou por mudar o rumo das estratégias matrimoniais da família régia. A ligação a Espanha, em termos de uniões matrimoniais não voltaria a suceder-se.

²⁷⁵ Francisco Susarte, *Bodas y Partos de las Reynas de España*, Alicante, Instituto Alicantino de Cultura Juan Gil Albert, 2002, pp. 309-323.

²⁷⁶ Archivo Histórico Nacional de Madrid, *Seccion de Estado*, Correspondencia de Corte, leg.2510 (exp 13), 26 de Setembro de 1824. O Secretário do Conselho de Estado recebeu, em 27 de Setembro, um traslado do Secretário de Estado do Despacho com indicação das pessoas designadas para concorrer ao quarto de Sua Alteza no dia do parto. Uma dessas pessoas seria o introdutor de embaixadores, admitindo-se a possibilidade de aparecerem enviados de outros países para felicitações. Archivo Histórico Nacional de Madrid, *Seccion de Estado*, Correspondencia de Corte, leg.2510 (exp 13), 27 de Setembro de 1824.

CAPÍTULO IV

ENTRE A RÚSSIA E O IMPÉRIO OTOMANO

1 – Ligação diplomática à Rússia

A análise dos processos negociais tendentes à aliança matrimonial, bem como os períodos e contextos em que ocorreram, pode ser mais reveladora do que as soluções efetivamente encontradas e os casamentos realizados. O caso da tentada ligação à Rússia corresponde, em nosso entender, a um caso em que tal premissa se pode verificar.²⁷⁷

Possivelmente pela distância, a ligação diplomática à Rússia nem sempre foi uma constante na História dos dois países, sendo, inclusivamente, bastante tardia, apesar de haver registo da presença de portugueses naquele longínquo país desde, pelo menos, o tempo de Pedro, o Grande.

a) Diplomacia portuguesa na Rússia

António Manuel Luís Vieira, em 1718 tornou-se um dos responsáveis pela organização urbanística e segurança de São Petersburgo, tendo chegado a Chefe da Polícia da cidade e casado com uma princesa da corte russa.²⁷⁸

²⁷⁷ Mafalda Soares da Cunha, «Estratégias matrimoniais da Casa de Bragança...», p. 40.

²⁷⁸ William P. Ruggle, *António Manuel de Vieira na Corte Russa do século XVIII*, Lisboa, Instituto da Cultura e Língua Portuguesa do Ministério da Educação, Lisboa, 1983, pp. 38-53; O fascínio por esta

O Abade Tomás da Silva de Avelar, por iniciativa do monarca português D. João V, fez a sua entrada em Moscovo em 1724, para assistir à coroação da mulher de Pedro I, Catarina I. Já em São Petersburgo chegou mesmo a poder partilhar uma refeição na mesma mesa que o Czar.²⁷⁹

O próprio irmão de D. João V, Infante D. Manuel, esteve em São Petersburgo em 1730.²⁸⁰

António Ribeiro Sanches, porventura o mais conhecido de todos estes portugueses, foi médico na Corte de Catarina II, onde se destacou pelo êxito obtido nos tratamentos da jovem princesa, o qual lhe valeu não só uma carreira de sucesso como, igualmente, uma pensão anual de mil rublos, com a qual sobreviveu até ao fim dos seus dias.²⁸¹

Para se poder compreender a opção de ligação matrimonial à Casa Imperial Russa torna-se indispensável falar do Imperador Alexandre I.

Tendo subido à cadeira imperial em 1801, inicialmente procurou uma política externa de paz e neutralidade. Contudo, as ligações económicas e a maior identificação com o eixo inglês levaram-no a juntar-se aos oponentes de França, principalmente a Áustria e Grã-Bretanha.

A ameaça da expansão francesa, após as incursões napoleónicas, no Próximo e Médio Oriente, provocaram uma reação britânica, que tinha todo o interesse em bloquear o acesso à Índia por parte dos seus rivais. Nesta reação os ingleses foram acompanhados pela Rússia. Logo em Setembro de 1798, considerando a possível intervenção nos Balcãs pelos franceses, os britânicos enviaram um esquadrão para apoiarem os otomanos no Mediterrâneo. Em 1799, através de uma aliança e tratado de paz com a Porta, garantiram a integridade do Império Otomano, tendo ajudado a expulsar as forças francesas de alguns locais, nomeadamente de Corfu.

primeira personagem portuguesa a destacar-se na Rússia tem levado a que haja mais do que uma bibliografia publicada em Portugal, tendo recentemente saído mais uma: José Milhazes, *O favorito português de Pedro, o Grande*, Lisboa, Livros d'Hoje, 2015.

²⁷⁹ Rómulo de Carvalho, *Relações entre Portugal e Rússia no século XVIII*, Lisboa, Sá da Costa, 1979, pp. 11-14. Fernando de Castro Brandão, *Relações diplomáticas Luso-Russas, Colectânea Documental Conjunta (1722-1815)*, «Preâmbulo Histórico», Lisboa, Instituto Diplomático, 2004, p. 17.

²⁸⁰ Fernando de Castro Brandão, *op. cit.*, p. 17. Com alguma desconfiança quanto à sua real presença na Rússia vide Rómulo de Carvalho, *op. cit.*, pp. 14-16.

²⁸¹ Idem, *ibidem*, pp. 17-53; Fernando de Castro Brandão, *op. cit.*, p. 18.

Em Setembro de 1805, através de uma quebra da Paz de Amiens (que fora acordada em 1802) e com a conclusão de uma aliança anglo-russa, a Rússia conseguiu persuadir os Otomanos a assinar um tratado que providenciou a cooperação na defesa do seu império, mediante a abertura dos estreitos por embarcações de guerra e a permanência russa em alguns pontos cruciais.

Aliás, em 1804, o Príncipe Czartorinsky, Ministro dos Negócios Estrangeiros de Alexandre I, em ofício dirigido ao Imperador, transmitiu a sua ideia quanto às vantagens de manter preservado o Império Otomano em vez de permitir a sua dissolução. Invocou as vantagens em ter um vizinho fraco e pacífico, com as inerentes facilidades concedidas no Mar Negro, recentemente obtidas, face a uma alternativa com consequências imprevisíveis.²⁸²

Contudo, conforme o Ministro russo esclareceu, as vantagens invocadas resultaram de uma fraqueza dos turcos, podendo ser modificadas logo que obtivessem maior força pelo suporte do governo francês ou de outra potência europeia que viesse a ocupar a Grécia e Constantinopla. Nesse caso, a força económica russa com base nesses pontos estratégicos poderia ficar à mercê de uma qualquer outra potência. Face a este perigo eminente, havia na Rússia quem já defendesse a ligação a França como forma de manter a posição russa no Mediterrâneo e no Mar Negro.²⁸³

Em Dezembro de 1805, as forças combinadas da Rússia e da Áustria sofreram um grave desaire, em Austerlitz. A Áustria afastou-se da Rússia mas esta encontrou um aliado, a Prússia, acabando esta nova coligação por ser vencida, igualmente, por Napoleão, nas Batalhas de Jena e de Auerstedt.

Com a realização dos Tratados de Tilsit, em 1807, entra a Rússia e França, aquela passou a estar sob domínio napoleónico, remetendo-se para segundo plano. Entretanto, Alexandre I usou esta aparente paz e posição de subalternidade para conseguir expandir alguns dos seus territórios e aumentar a sua influência sobre outros; recorde-se que, em 1801, uma parte do leste da Georgia, um pequeno país ortodoxo, na Transcaucasia, ti-

²⁸² Ofício de 29 de Janeiro de 1804 de Czartorinsky, publicado na versão inglesa por A. L. Macfie, *The Eastern question 1774-1923*, Edimburgo, Pearson Education Limited, 2004, p. 85.

²⁸³ Já em 1799, o Conde Rostopchin, Conselheiro do Czar para os negócios estrangeiros afirmara que, em vez de se estar a procurar ligações aos otomanos para defender o seu império, o melhor para a Rússia seria uma ligação a França. A. L. Macfie, *The Eastern question 1774-1923*, Edimburgo, Pearson Education Limited, 2004, p. 12.

nha sido anexada à Rússia. Esta, entre 1803 e 1810, procurou estender a sua influência para o ocidente da Geórgia. Pressionados pelos muçulmanos vizinhos, Persas e Turcos, e sob domínio otomano, os georgianos socorreram-se, então, da ajuda dos russos, os quais aproveitaram para subrepticiamente se imporem.²⁸⁴

A anexação total da Geórgia à Rússia foi o culminar de um processo que conduziu a várias intervenções militares, como as da Rússia-Pérsia (1804-1813) e da Rússia-Turquia (1806-1812). Os Russos obtiveram, pois, vários sucessos militares, conseguindo, em consequência do Tratado de Bucareste, a anexação de várias zonas da costa leste do Mar Negro, bem como ter direitos na Moldávia e em Wallachia.

Em 1808-09, Alexandre I lutou contra a Suécia e conseguiu, num acordo de paz, ficar com a Finlândia. Foi a vontade russa em não perder este ducado que, parcialmente, terá estado na origem da paz com França, inicialmente estabelecida em Tilsit, em 1807, e posteriormente reforçada em Erfurt, em 1808; contudo, esta paz colocava em causa alguns interesses económicos da Rússia, desde logo devido ao bloqueio continental (o qual, se inicialmente favoreceu até os industriais russos, acabou por ser contrário aos interesses dos grandes senhores das terras, pelas inevitáveis reduções nas exportações em consequência das limitações marítimas).

O rearranjo político do centro e leste europeus conduziram a novos conflitos, pois França opunha-se ao controlo de zonas do Danúbio pelos russos, bem como à influência russa em Constantinopla. Aliás, em 11 de Outubro de 1808, Sir Robert Adair, um diplomata inglês, escreveu ao Ministro de Negócios Estrangeiros otomano, a propósito do acordo celebrado entre Napoleão e Alexandre I, em Tilsit. Nesta missiva referiu que o governo Otomano não podia ignorar que este Tratado tinha a prevalência francesa e que a eventual partição do Império Turco estava subjacente. Um dos artigos estipulava a evacuação da Moldávia e da Wallachia por parte das tropas russas. Com este artigo Bonaparte pretendia afirmar-se como defensor da integridade do Império Otomano mas, na verdade, em vez de ser uma forma de prevenir o desmembramento era antes uma forma de mais facilmente conseguir a sua posse. Como não confiava nos seus novos aliados

²⁸⁴ Donald Quataert, *O Império Otomano, das origens ao século XX*, Lisboa, Edições 70, 2000, p. 78.

russos, Bonaparte pretendia ter a via mais facilitada para uma intromissão no Império Otomano.²⁸⁵

Era um primeiro sinal, na perspectiva dos britânicos, em como Tilsit não correspondia à veracidade das intenções dos contratantes.

A nível político também surgiram alguns fatores que aumentaram esta hostilidade. Assim, por um lado, Napoleão, ao anexar o Ducado de Oldenburg, devido ao rearranjo de poderes na zona da Prússia, acabará por ofender o Imperador Alexandre I, muito próximo do Duque de Oldenburg. Por outro lado, os planos de casamento de Napoleão com a princesa Anna, irmã de Alexandre I, acabaram gorados devido ao casamento do Imperador francês com Maria Luísa da Áustria.

Em Junho de 1812, no culminar destas tensões, Napoleão invadiu a Rússia, com a «Grande Armée». Alexandre I conseguiu resistir e o ano de 1812 tornar-se-á simbólico para os russos. Os franceses, em parte devido à estratégia do Imperador russo, em parte devido ao frio do rigoroso inverno, acabaram por ser derrotados, como tão bem é literariamente descrito por Tolstoi.²⁸⁶ Esta derrota iniciou o período negro de Napoleão; Áustria juntou-se à Rússia, à Suécia e à Grã-Bretanha contra o Imperador, o qual sairá derrotado na «Batalha de Leipzig», em 1813, conhecida como a «Batalha das Nações». Alexandre I assumiu um papel muito importante e decisivo no Congresso de Viena, em 1815, acabando por tornar-se muito popular em toda a Europa, com a sua política da Santa Aliança, procurando estabelecer a paz e a cooperação entre todos os monarcas.²⁸⁷

Quando o Congresso de Viena começou, Alexandre I era já considerado o soberano mais absoluto do mundo. Representando pessoalmente a Rússia, o que não tinha sido muito frequente até então, o Czar apresentava um plano de uma aliança sagrada de prin-

²⁸⁵ Robert Adair, *The negotiations for the peace of Dardanells*, Londres, Longman, 1845, p. 37.

²⁸⁶ «Quem, de entre os russos, ao ler as descrições do último período da campanha de 1812, não experimenta uma enorme sensação de desgosto [...] quando os nossos exércitos os cercavam numa situação de superioridade de forças, quando os franceses, em desordem, famintos e regelados se rendiam em massa [...]. No entanto, deixando de lado o amor próprio nacional, sentimos que existe nesta conclusão algo de contraditório, uma vez que a serie de vitórias dos franceses os levou ao aniquilamento completo e que a serie de derrotas dos russos os levou à plena eliminação do inimigo e à libertação da pátria.» Leo Tolstoi, *Guerra e Paz*, Livro IV, Editorial Presença, 2005, pp. 202-203.

²⁸⁷ Igor S. Ivanov, *The new russian diplomacy*, Washington D.C., Brookings Institution Press, 2002, p. 36.

cipes que transfigurassem os interesses meramente nacionais numa demanda comum de paz e justiça, através de uma nova ordem mundial.²⁸⁸

É neste contexto que a sua irmã, Anna Pavlovna, foi objecto de grande interesse para alianças matrimoniais.²⁸⁹ Assim, antes da invasão russa de 1812, o próprio Napoleão procurou casar-se com a irmã do imperador russo; D. Fernando VII procurou, igualmente, esta união, antes de casar com a Infanta portuguesa; D. João tentou o casamento de Anna com o seu filho, D. Pedro (não sendo de excluir que, antes mesmo do casamento das infantas com o monarca espanhol e irmão, não tivesse procurado um casamento de uma das suas filhas com o próprio imperador ou com algum familiar).

No que concerne a Portugal, o interesse era, simultaneamente, económico e político.

As relações económicas e comerciais com a Rússia tinham sofrido um revés, com o Bloqueio Continental, bem como com as guerras napoleónicas, que limitaram a circulação marítima e impediram o fácil acesso àquele longínquo país. Por outro lado, era imprescindível alterar o Tratado de Amizade, Navegação e Comércio, celebrado em 1798, que não só fora assinado antes da abertura dos portos do Brasil, como já se mantinha em vigor ao abrigo de uma cláusula de prorrogação.

Nesse sentido foram as instruções para a negociação de um novo tratado, dirigidas a António Saldanha e assinadas pelo Marquês de Aguiar, em que se refere que

O príncipe Regente, meu Senhor, tem os mais vivos desejos de promover o Comércio entre os seus Estados e o Império da Rússia, porque a experiência tem mostrado o quanto elle he vantajoso. Tendo expirado o prazo do tratado de 1798, assignou-se em Petersburgo, na data de 29 de Maio de 1812, huma convenção entre os dous soberanos, em que se prorroga a validade do referido Tratado por mais três annos, a fim de se negociar entretanto hum Tratado definitivo.

A Negociação que se vai empreender pode dividir-se em duas partes: a primeira consiste nas alterações que os dous Gabinetes julgarem precisas ao Tratado de 1798; a segunda nas addições que se devem estipular com muito interesse, por occasião de haver

²⁸⁸ Henry Kissinger, *A Ordem Mundial, Reflexões sobre o Carácter das nações e o Curso da História*, Lisboa, Dom Quixote, 2014, pp. 74-75.

²⁸⁹ As irmãs do Imperador Alexandre I foram essenciais na política externa da Rússia. Maria Pavlovna, uma das irmãs, teve mesmo um papel importante como diplomata de facto, ainda que não oficial, tendo deixado uma vasta correspondência que serviu de base para estudos sobre a forma como as elites comunicavam. As suas missivas abordam vários assuntos políticos, permitindo perceber a dinâmica das atitudes políticas russas, bem como as suas estratégias e recursos diplomáticos. Franziska Schedewie, «The Tsar's sister as state diplomat», *Women, Diplomacy and International politics since 1500*, coord. Glenda Sluga, Carolyn James, Routledge, 2015, pp. 137-150.

S.A. abolido o systema exclusivo de commercio que existia entre Portugal e as suas colónias, até o tempo da sua chegada ao Brazil.²⁹⁰

b) Império Otomano, uma porta para o Oriente

Todavia, o maior interesse do Regente português seria o ter acesso ao comércio com a Turquia. O Império Otomano dominava zonas essenciais do Mediterrâneo e revelava-se de grande importância para Portugal, não só pela possibilidade de ligação ao comércio com o oriente, como, igualmente, para manter uma alternativa nas ligações às possessões nacionais da Índia, menos facilitadas com o controlo do atlântico sul, quer por franceses, quer por ingleses, quer até mesmo por espanhóis. Como se referiu, a influência geoestratégica da Rússia sobre o leste da Europa e sobre o acesso ao Médio oriente era assinalável, pelo que aos portugueses interessava uma mediação na ligação à Porta Otomana.

Já no tempo de Paulo I, em resenha das relações da Rússia com as diversas potências, o Czar dizia a Piotr Fiodorovitch Maltits, Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário da Rússia em Lisboa, que a ajuda dada à Porta Otomana, da qual resultara uma aliança defensiva contra os franceses, fizera desta uma das suas melhores aliadas.²⁹¹

O interesse de Portugal em conseguir ligações diplomáticas com a Porta Otomana, com o intuito de obter condições pacíficas de navegabilidade no Mediterrâneo e ter acesso ao Mar Negro, onde os russos tinham diversos portos, remontava, pelo menos, a 1799, altura em que foram efetuadas as primeiras iniciativas, sempre com a mediação russa. Este interesse na navegabilidade era consentâneo com as grandes inovações e investimentos no conhecimento técnico e científico na área naval em Portugal que foi uma realidade em todo o século XVIII e, inclusivamente, no período de regência de D. João.

A criação da Sociedade Real Marítima, Militar e Geográfica, para o Desenho, Gravura e Impressão das Cartas Hidrográficas, Geográficas e Militares, por alvará de 30 de Junho de 1798 foi exemplo dessa vontade de inovação naval, muito acentuada pelos discursos

²⁹⁰ Instruções para a negociação do Novo Tratado de Amizade, Navegação e Comércio entre Portugal e a Rússia, ANTT, MNE, Livro 146.

²⁹¹ Rescrito de Paulo I para Piotr Fiodorovitch Maltits, Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário da Rússia em Lisboa, Pavlosk, 19 de maio de 1799, *Relações diplomáticas Luso-Russas, Colectânea Documental Conjunta (1722-1815)*, Lisboa, Instituto Diplomático, 2004, p. 467.

efetuados nesta instituição por um dos principais conselheiros de D. João, D. Rodrigo de Sousa Coutinho.²⁹²

Francisco José de Horta Machado, Ministro Plenipotenciário de Portugal em São Petersburgo, escreveu a Luís Pinto de Sousa Coutinho, Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, em 4 de março de 1799, a explicar quais as diligências que tinha tomado para que se estabelecesse um tratado de paz e amizade com a Porta Otomana. Por intermédio de um Príncipe da corte russa, Bezborodko, a quem escrevera uma missiva, levou o assunto ao Imperador, reforçando com o argumento da forte confiança que a Rainha D. Maria I colocava na sua amizade. Acrescentava, igualmente, que este tratado se inseriria num conjunto de vínculos externos que Portugal pretendia estabelecer no estrangeiro com o apoio de Inglaterra e da Rússia, a quem apelidou de «amigos naturais de Portugal».²⁹³ Como resposta, o Imperador respondera, através do seu Vice-Chanceler, que teria todo o gosto em satisfazer os desejos da rainha, pelo que já dera ordem para que fossem transmitidas as instruções precisas de Portugal a Vassili Tomara, Ministro Plenipotenciário da Rússia em Constantinopla, para que este iniciasse os passos necessários a tal concretização.

O cuidado formal com as propostas a apresentar era essencial e, no caso de um país com uma cultura tão distinta, como era o caso da Porta, aumentava de acuidade. Para isso, o Ministro Plenipotenciário procedeu a um trabalho de investigação relativo a diversos aspetos que poderiam ser mais sensíveis nesse Tratado. Assim, informou a corte de Lisboa que iria atuar no sentido de procurar saber os títulos, formulários e etiquetas que se observavam entre a Porta e as cortes com que esta se relacionava; inventariar todos os Tratados de Amizade que a Porta tinha estabelecido com outras nações e, finalmente, compilar o que de melhor encontrasse nestes Tratados, por forma a facilitar a redação das cláusulas do Anteprojeto de Tratado entre Portugal e a Porta.²⁹⁴

O empenho do Ministro Plenipotenciário português foi tal que chegou mesmo a sugerir que se utilizasse uma cláusula de acessão prevista num tratado existente entre a Rússia e a Porta Otomana. Segundo Francisco José de Horta Machado, de acordo com a cláusula

²⁹² Francisco Contento Domingues, *Navios e Viagens, A experiência portuguesa nos séculos XV a XVIII*, Lisboa, Tribuna da História, 2007, pp. 305-306.

²⁹³ *Relações diplomáticas Luso-Russas, Colectânea Documental Conjunta (1722-1815)*, Lisboa, Instituto Diplomático, 2004, pp. 463-465.

²⁹⁴ Idem, *Ibidem*.

XII desse Tratado, as partes poderiam convidar outros soberanos a aderir a este Tratado por mero ato de acessão, o que certamente, no caso português, a Porta deixaria ao cuidado da Rússia. Esta possibilidade permitiria efeitos imediatos, levando a que os portugueses pudessem desde logo beneficiar da cláusula da nação mais favorecida, no caso a Rússia, quando circulassem pelo Mediterrâneo, podendo aplicar-se até que um tratado definitivo entre Portugal e a Turquia fosse estabelecido.

Devido à evolução da situação política na Europa, estas diligências acabaram por não ter sucesso.

Em 1805, a ideia de um acordo com o Império Otomano ressurgiu.²⁹⁵ Nesse ano, Rodrigo Navarro de Andrade, recentemente nomeado Enviado de Portugal em São Petersburgo,²⁹⁶ solicitou verbalmente ao Príncipe Czartorinsky, da Corte russa, que remetesse uma memória escrita de um futuro tratado, a celebrar entre Portugal e a Porta Otomana, ao representante russo em Constantinopla, Tralinsky.²⁹⁷ Contudo, e tal como afirmou o Marquês de Aguiar, novamente devido à evolução da situação política na Europa, com as incursões napoleónicas e com a ida da corte para o Brasil, as negociações ficaram sem efeito.

Mesmo no Brasil, a preocupação do Regente relativamente ao Império Otomano continuou a ser evidenciada, nomeadamente através da correspondência diplomática.

Em 1811, D. João demonstrava interesse em que a guerra entre a Rússia e a Turquia acabasse, pois seria aquela a melhor hipótese de estabelecer uma ligação ao Império Otomano e de fragilizar os franceses. Na correspondência trocada com os seus enviados a São Petersburgo, são várias as referências à situação deste conflito e à posição do Regente sobre o assunto.

Assim, em Novembro de 1811, através do Conde de Linhares, o Regente escreveu a João Paulo Bezerra, invocando que a continuação da Guerra com a Turquia seria um grande obstáculo para que o Imperador russo pudesse atuar livremente, pelo que Bonaparte tudo faria para impedir a possibilidade dessa paz. Alertava, ainda, que essa paz

²⁹⁵ Fernando de Castro Brandão, *Relações diplomáticas Luso-Russas, Colectânea Documental Conjunta (1722-1815)*, “Preâmbulo Histórico”, Lisboa, Instituto Diplomático, 2004, p. 30.

²⁹⁶ Ana Leal de Faria, *Arquitectos da Paz ...*, p. 282.

²⁹⁷ ANTT, *MNE*, Livro 627, Ofício do Marquês de Aguiar para António Saldanha da Gama, Rio de Janeiro, 16 de junho de 1814, fls. 104 e 104 vs.

seria indispensável para libertar os turcos e permitir que estes se voltassem contra França, fator admitido como essencial para a libertação da Europa.²⁹⁸

Aliás, a situação com os Turcos seria um dos elementos que, na opinião do Regente, mais tarde ou mais cedo acabaria por contribuir para que o Imperador Alexandre I tomasse uma posição contrária a Napoleão, por verificar a sua deslealdade. Tal veio mesmo a concretizar-se pois João Paulo Bezerra,²⁹⁹ que entretanto substituíra Rodrigo Navarro de Andrade,³⁰⁰ comunicou para o Rio de Janeiro que o Imperador russo tinha ficado com a convicção da má-fé de Bonaparte, por terem sido encontrados passaportes franceses em embarcações com apetrechos destinados aos exércitos turcos, no Mar Negro, e por terem sido encontrados oficiais franceses a servir nas armadas otomanas; face a esta situação, o futuro monarca português continuava sem compreender o temor russo em relação a França.³⁰¹

Foi apenas em Agosto de 1812, em plena invasão russa pela Grande Armée, que o Conde das Galveias informou João Paulo Bezerra da satisfação de D. João ao saber as notícias da conclusão da paz com a Turquia.³⁰² A condição que sempre defendera como elemento para a nova situação europeia estava a concretizar-se, mas D. João, em Outu-

²⁹⁸ ANTT, *MNE*, Livro 627, Ofício do Conde de Linhares para João Paulo Bezerra, Rio de Janeiro, 14 de novembro de 1811, fl. 68.

²⁹⁹ Em 5 de Abril de 1811, foi dirigido um ofício a João Paulo Bezerra, o qual se encontrava em Londres, com a indicação de que já lhe teriam sido enviadas as credenciais, as instruções e os plenos poderes, podendo o mesmo passar à Rússia. Segundo esse ofício, assinado pelo Conde de Linhares, Rodrigo Navarro de Andrade já teria assegurado ao Regente que João Paulo Bezerra seria bem acolhido pelo Imperador russo. Em 14 de Novembro, outro ofício foi dirigido a João Paulo Bezerra, agora já em São Petersburgo, onde se refere a satisfação com que D. João ficara com as demonstrações de afeto com que o novo embaixador fora recebido. ANTT, *MNE*, Livro 627, Ofício do Conde de Linhares para João Paulo Bezerra, Rio de Janeiro, 5 de abril de 1811, fl. 62 vs. e 63; ANTT, *MNE*, Livro 627, Ofício do Conde de Linhares para João Paulo Bezerra, Rio de Janeiro, 14 de novembro de 1811, fl. 67.

³⁰⁰ Em 27 de Setembro de 1811, foi dirigido um ofício a Rodrigo Navarro de Andrade com a indicação de que deveria ir como Encarregado de Negócios para residir em Turim, junto do Rei da Sardenha. Em 4 de Outubro, em novo ofício para o mesmo embaixador, refere-se que a nomeação para residir junto de Sua Majestade Parda era um reconhecimento dos bons serviços prestados em São Petersburgo, enviando-se indicações para examinar todos os meios que pudessem favorecer o comércio direto da Ilha da Sardenha, bem como de todo o Mediterrâneo, com Portugal, bem como com o Brasil, devendo verificar-se, igualmente, as condições para que a Navegação Mercante Nacional se estabelecesse e navegasse imediatamente pelo Mediterrâneo. Mais uma vez, a posição de Portugal não é esquecida e a necessidade de navegabilidade no Mediterrâneo é reforçada. ANTT, *MNE*, Livro 627, Ofício do Conde de Linhares para Rodrigo Navarro de Andrade, Rio de Janeiro, 27 de setembro de 1811, fls. 63 vs. e 64; ANTT, *MNE*, Livro 627, Ofício do Conde de Linhares para Rodrigo Navarro de Andrade, Rio de Janeiro, 4 de outubro de 1811, fls. 65vs e 66.

³⁰¹ ANTT, *MNE*, Livro 627, Ofício do Conde de Linhares para João Paulo Bezerra, Rio de Janeiro, 9 de janeiro de 1812, fl. 71.

³⁰² ANTT, *MNE*, Livro 627, Ofício do Conde das Galveias para João Paulo Bezerra, Rio de Janeiro, 13 de agosto de 1812, fl. 79.

bro desse ano, ao saber que o Tratado de Paz entre a Rússia e a Turquia ainda não tinha sido ratificado pelo Grão Senhor, continuava a preocupar-se.³⁰³

O interesse de D. João na existência de uma ligação àquele Império manteve-se cada vez com maior intensidade.

c) A missão do Marquês de Marialva

Nas instruções ao Marquês de Marialva, enquanto embaixador extraordinário para cumprimentar Alexandre I e Luís XVIII, emitidas no Palácio do Rio de Janeiro, em Junho de 1814, assinadas pelo Marquês de Aguiar, esse interesse é expressamente mencionado.

A V. Ex.^a incumbe o mesmo Senhor o fazer logo perante S. M. I. a abertura para hum Tratado de Paz e Commercio com a Porta Ottomana, solicitando a sua mediação da maneira exposta nas instruções que sobre este objecto transmitto a V. Ex.^a, e que são do mesmo theor das que anteriormente havia S.A.R. mandado passar a Rodrigo Navarro de Andrade.³⁰⁴

Presume-se que as instruções enviadas ao Marquês de Marialva fossem em tudo idênticas às que foram enviadas a António Saldanha da Gama, em 16 de Junho de 1814. Nesse mesmo dia foram remetidos, do Palácio do Rio de Janeiro, dois ofícios: um com instruções para a negociação de um novo tratado de amizade, navegação e comércio entre Portugal e a Rússia³⁰⁵ e outro com instruções para um tratado de paz e comércio com a Porta Otomana.³⁰⁶

Nestas instruções foi identificado o principal interesse nesse tratado com a Porta Otomana: aumentar o comércio e a livre navegação para o Mediterrâneo e para o Mar Negro, especialmente para o porto de Odessa, onde o comércio estava a prosperar nos últimos tempos, em consequência direta da intervenção do Imperador Russo. Segundo o Marquês de Aguiar, a exportação de géneros provenientes da Rússia e da Polónia tinham transformado aquela região num grande entreposto comercial. Portugal e o Brasil

³⁰³ ANTT, *MNE*, Livro 627, Ofício do Conde das Galveias para João Paulo Bezerra, Rio de Janeiro, 17 de outubro de 1812, fl. 85.

³⁰⁴ Instruções da Embaixada Extraordinária do Marquês de Marialva à Rússia, Palácio do Rio de Janeiro, 25 de Junho de 1814, ANTT, *MNE*, Livro 146. Recorde-se que Rodrigo Navarro de Andrade tinha estado bastante envolvido na possibilidade de um Tratado com a Porta Otomana quando servira na Rússia.

³⁰⁵ ANTT, *MNE*, Livro 627, Ofício do Marquês de Aguiar para António Saldanha da Gama, Rio de Janeiro, 16 de junho de 1814, fls. 98 a 104.

³⁰⁶ ANTT, *MNE*, Livro 627, Ofício do Marquês de Aguiar para António Saldanha da Gama, Rio de Janeiro, 16 de junho de 1814, fls. 104 a 117 vs.

não poderiam ficar fora desta possibilidade, tanto mais que a paz com a Turquia garantiria a possibilidade de passagem alternativa e segura para o Índico.

A influência que Alexandre I exercia naquela zona levava a que fosse o melhor mediador para o acordo. Contudo, D. João não era o único a pretende-lo. Por despacho de Karl Vassilievitch Nesselrode, Secretário de Estado da Rússia, dirigido ao Enviado da Rússia em Constantinopla, em 24 de Abril de 1815, hoje arquivado no Arquivo da Política Externa do Império da Rússia, percebe-se que quer Portugal, quer Espanha,³⁰⁷ teriam demandado a intervenção do Imperador Alexandre I junto da Porta Otomana, com o intuito de salvaguardar a liberdade e a segurança das relações comerciais com aquele Império.³⁰⁸ Nesselrode afirmou, inclusivamente, que os objetos pretendidos pelos dois países seriam exatamente os mesmos: possibilidade de visita sem obstáculos às diversas escalas do Levante por embarcações com o seu pavilhão e livre acesso ao Mar Negro. O Secretário de Estado russo afirmou, igualmente, que a Corte de Portugal (sendo assim que literalmente aparece no texto do ofício, dando a perceber que a designação do reino europeu continuava a ser utilizada internacionalmente como elemento referencial para a monarquia transatlântica) não intencionava tratar diretamente com a Porta Otomana, pois pretenderia saber primeiro qual a sua posição através da Rússia.³⁰⁹ O Imperador, não querendo perder esta oportunidade para expressar a sua estima e bons sentimentos pelo Regente português, disponibilizara-se para tal missão. Assim, Andrei Iacovlevitch Italinsky, Enviado russo na capital otomana, deveria, segundo o referido despacho, sondar o terreno com toda a circunspeção inerente aos negócios desta natureza, utilizando todas as diligências necessárias e perceber qual o acolhimento que a Porta teria perante uma abertura semelhante da parte de Portugal.

³⁰⁷ Remonta a 1782 a existência de um Tratado entre Espanha e a Porta Otomana, o qual, no seu artigo 17º, tinha uma cláusula relativa à não existência de corso e outras hostilidades contra as embarcações castelhanas. Face à evolução política europeia, este tratado acabou por deixar de ser aplicado, sendo porém utilizado como referência para o Tratado que Portugal pretendia estabelecer. O indicado artigo 17º é expressamente referido como exemplo nas instruções para a celebração do Tratado de Paz e Comércio com a Porta Otomana. ANTT, MNE, Livro 627, Ofício do Marquês de Aguiar para António Saldanha da Gama, Rio de Janeiro, 16 de junho de 1814, fls. 115 vs. a 116.

³⁰⁸ Este despacho está hoje arquivado no Arquivo da Política Externa do Império da Rússia, tendo sido consultada a tradução portuguesa constante de *Relações diplomáticas Luso-Russas, Colectânea Documental Conjunta (1722-1815)*, Lisboa, Instituto Diplomático, 2004, pp. 735-737.

³⁰⁹ O papel dos embaixadores otomanos junto dos seus superiores, Sultões e Vizires, era crescente. Cada vez havia um maior grau de sofisticação nas relações com o exterior e as decisões políticas otomanas passavam muito pela leitura dos relatórios escritos que os seus enviados no estrangeiro faziam em relação às restantes potências. No sentido inverso, e sendo conhecedores dessa modificação operada no início do século XVIII, os ocidentais tinham cada vez mais cautela com a forma como negociavam com aqueles embaixadores. Suraiya Faruqi, *The Ottoman Empire and the world around it*, Londres, I.B. Tauris, 2011, pp. 216-219.

Mais uma vez, a tentativa de afirmação da monarquia transatlântica não se resumia à América do Sul. D. João pretendia que Portugal não perdesse competitividade para com Espanha e restantes países europeus, sendo a existência de um canal mediterrânico permitido pelos turcos um ponto essencial para essa política estratégica. A vontade de ligação da Porta Otomana a potências do Ocidente era uma tendência e o regente pretendia aproveitá-la.³¹⁰

Quanto ao interesse político, destaca-se a importância que o imperador Alexandre I assumira, em toda a Europa, contra Napoleão, sendo, por isso, um excelente aliado na afirmação estratégica do Reino Unido de Portugal e Brasil, no mapa das diversas potências, principalmente em vésperas do Congresso de Viena.

Mesmo no Rio de Janeiro, D. João acompanhou sempre as posições que o Imperador russo assumia, podendo depreender-se da correspondência diplomática que cedo percebera que a salvaguarda da posição nacional e da Europa poderiam estar muito dependentes da forma como Alexandre I atuasse.

Esta percepção levou a que, desde sempre, se procurasse uma amistosa relação com o Imperador. Este esforço não afastou, porém, D. João do cuidado que tinha com quem recebia na sua corte, mesmo que enviado pelo Imperador. Assim, quando em 1811 soube que tinha sido nomeado como cônsul geral da Rússia no Brasil alguém que recebera favores de Bonaparte, quando exercera as mesmas funções em França, solicitou imediatamente a João Paulo Bezerra que procedesse no que lhe fosse possível para que o mesmo não fosse residir no Rio de Janeiro. Foi mesmo mais longe e pediu ao Intendente Geral da Polícia que fizesse, com moderação, uma investigação de modo a examinar a conduta de Labinsky, o nomeado cônsul, para que se houvesse alguma informação suspeita, tal fosse imediatamente reportado à Rússia, para a sua consequente remoção.³¹¹ Esta posição de D. João estava alinhada com as inúmeras críticas que foi fazendo, através dos seus enviados, à ligação do Imperador ao regime francês, utilizando todos os meios para que, na Europa, tal pudesse ser sentido.

³¹⁰ Desde o tempo de Selim III que havia uma vontade de modernização na Porta Otomana, a qual passava por estabelecer acordos com as diferentes potências ocidentais, para trocas comerciais, facilidade de circulação de pessoas e proteção em caso de guerra. Halil Inalcik, *Turkey and Europe in History*, Istanbul, EREN, 2008, pp. 69-82.

³¹¹ ANTT, *MNE*, Livro 627, Ofício do Conde de Linhares para João Paulo Bezerra, Rio de Janeiro, 16 de novembro de 1811, fls. 68 vs a 69.

João Paulo Bezerra acabou por conseguir que a Labinsky fosse retirada tal nomeação, pelos seus princípios e pelas suspeitas relações que mantivera com os franceses, tendo sido substituído por Dubachevsky³¹², bastante conhecido por ter vivido muito tempo em Lisboa e do agrado do Regente.³¹³

O cuidado com o protocolo e o tratamento a dar aos embaixadores russos era, igualmente, demonstrativo da vontade em não se afastar do praticado nas cortes europeias mas, igualmente, do que sempre fora costume utilizar-se em Portugal. O modo de acolhimento, a categoria dos introdutores e dos receptores, a própria forma e língua da comunicação, tudo se revelava com significado e passível de interpretação.³¹⁴ Nas relações diplomáticas nacionais do século XVIII e inícios do século XIX são vários os exemplos de incidentes protocolares, os quais revelam os desafios a que Portugal estava sujeito e o condicionamento na tomada de posição em conflitos europeus.³¹⁵ Os embaixadores eram um veículo de informação para os seus monarcas, pelo que qualquer dificuldade que sentissem no Brasil poria, certamente, em causa a afirmação europeia do próprio poder português.

Esse cuidado com o tratamento e com a ligação aos ministros do reino ficou bem patente num incidente que se deu com Van der Pahlen, enquanto Ministro Plenipotenciário no Rio de Janeiro, que envolveu igualmente o Ministro dos Negócios estrangeiros português. Conde das Galveias.

Tendo chegado ao Brasil no dia 24 de julho de 1812, teve a sua primeira audiência pública de apresentação no dia 2 de agosto. Ao chegar, suscitou imediatamente que fosse alterada a formalidade e a prática estabelecidas, e constantemente utilizadas na corte de Portugal, de se responder às notas oficiais na própria língua portuguesa. De acordo com a descrição efetuada pelo Conde das Galveias, o plenipotenciário russo suscitara

³¹² Andrei Iakovlevitch Dubatchevsky, nasceu em 1751 e faleceu em 1839. Tendo entrado ao serviço da diplomacia russa em 1783, no Colégio de Estado dos Negócios Estrangeiros da Rússia, veio para Lisboa em 1788, como tradutor na Missão da Rússia. Em 1798 foi nomeado Cônsul Geral da Rússia na capital portuguesa e entre 1807 e 1808 foi nomeado Encarregado de Negócios interino da Rússia. Foi condecorado com a Ordem da Torre e Espada de Portugal. Apesar do que é referido no ofício do Conde das Galveias, não é provável que tenha ido para o Rio de Janeiro, uma vez que entre 1812 e 1813 foi Cônsul Geral da Rússia em Londres. *Relações diplomáticas Luso-Russas, Colectânea Documental Conjunta (1722-1815)*, Lisboa, Instituto Diplomático, 2004, p. 766.

³¹³ ANTT, MNE, Livro 627, Ofício do Conde das Galveias para João Paulo Bezerra, Rio de Janeiro, 17 de outubro de 1812, fls. 83 a 85.

³¹⁴ Jorge Borges de Macedo, *História Diplomática Portuguesa ...*, pp. 293-294.

³¹⁵ Idem, *ibidem*, pp. 293-294.

[...] uma prolongada e desagradável discussão, do modo mais irregular e caprichoso [...] ³¹⁶

Por outro lado, segundo se queixava o Conde das Galveias, o Ministro russo deixara arbitrariamente o uso e a etiqueta, em aplicação nas diversas cortes europeias, de se dar o tratamento de Excelência ao Ministro dos Negócios estrangeiros. Apesar de se ter dirigido assim nas primeiras notas que lhe enviara, suspendera tal tratamento por não ter reciprocidade. De acordo com o Conde das Galveias, este tratamento não lhe seria devido, por não ser Ministro de primeira ordem, nem nunca teria sido usado em relação a nenhum dos seus antecessores, pelo que só lhe deveria ser atribuído se o próprio Imperador o solicitasse.

Este incidente estaria relacionado com o tratamento de excelência que era dado ao Lord de Strangford, Ministro Britânico, uma vez que o enviado russo não queria uma situação de subalternidade em relação a Inglaterra. Contudo, segundo o Conde das Galveias, a única razão pela qual o inglês tinha aquele tratamento era o ter-lhe sido atribuída a Grã Cruz da Ordem Portuguesa da Torre e Espada, nunca o tendo tido antes daquela condecoração, mesmo já sendo Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário inglês.

Este desentendimento foi imediatamente comunicado ao enviado português na Rússia, para que pudesse conhece-lo e informar o Imperador das razões que tinham levado o Regente português a decidir manter a comunicação em português, até apresentar as suas credenciais no sentido indicado. Segundo ofício posterior do Ministro português, haveria a possibilidade do Conde de Pahlen ser enviado, pelo Imperador russo, para Lisboa. ³¹⁷

Seja por força da honnêteté do Conde de Pahlen, seja por que representava o Imperador cuja consideração mais crescia em D. João ³¹⁸, a questão acabou por resolver-se. Por indicação do Conde das Galveias, João Paulo Bezerra deveria comunicar exatamente

³¹⁶ ANTT, *MNE*, Livro 627, Ofício do Conde das Galveias para João Paulo Bezerra, Rio de Janeiro, 22 de agosto de 1812, fls. 81 vs. a 82 vs.

³¹⁷ ANTT, *MNE*, Livro 627, Ofício do Conde das Galveias para João Paulo Bezerra, Rio de Janeiro, 17 de outubro de 1812, fls. 83 a 85.

³¹⁸ Nos incidentes protocolares os governantes tinham tendência a não se arriscarem com compromissos e tomadas de posição excessivos, o que nem sempre acontecia com os próprios diplomatas, principalmente os que tinham longas permanências no exterior da sua corte de proveniência. Neste sentido vide Jorge Borges de Macedo, *História Diplomática Portuguesa ...*, pp. 293-294.

isso ao Ministro dos Negócios Estrangeiros russo. O Conde de Pahlen tinha sido melhor informado sobre a etiqueta e usos estabelecidos,

[...] tendo desenvolvido as mais amáveis qualidades e hum caracter de moderação, prudência e franqueza [...]³¹⁹

que lhe tinham passado a dar a consideração de todos na corte e, especialmente, ao Príncipe Regente, ao ponto de pretender que continuasse junto de si, como forma de estreitar as relações entre as duas coroas.

Aliás, esta consideração por parte de D. João foi sendo crescente; em 1814, numa altura em que diversas gazetas inglesas anunciavam que o regente iria voltar a Portugal, chegou mesmo a dar indicações aos seus enviados para informarem que o regresso a Lisboa poderia estar dependente da posição do Imperador.

Assim, quando em 3 de Novembro de 1814, D. António Saldanha da Gama, Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário de Portugal junto do Imperador russo e no Congresso de Viena, fez a sua apresentação de credenciais a Alexandre I, foi exatamente isso que lhe comunicou. Esta apresentação de credenciais ocorreu no palácio que o Imperador ocupava durante o congresso; o embaixador português foi chamado ao quarto da majestade russa juntamente com o plenipotenciário dinamarquês e com o Cardeal Consalvi. Este último foi quem teve a primeira audiência, com uma duração de cerca de um quarto de hora, tendo seguidamente sido chamado António Saldanha da Gama. Quando o português entrou ficou a sós com o Imperador, entregou-lhe as credenciais e este afirmou-lhe que os seus sentimentos sempre tinham sido da maior estima pela nação portuguesa e muito particularmente pela pessoa do Príncipe. Questionou então o plenipotenciário português se o Regente já tinha a sua vinda para a Europa decidida. A ideia do regresso de D. João, em parte devido ao interesse inglês em que o Brasil se tornasse independente de Portugal, para melhor facilitar os seus negócios, por outro lado devido à ideia de estar o perigo napoleónico potencialmente afastado, começava a ser equacionado. António Saldanha da Gama, devidamente instruído por D. João, informou que o momento da vinda ainda não estava decidido. Afirmou que era verdade que Inglaterra tinha colocado uma esquadra naval à disposição para conduzir a família real a Portugal mas que não tinha sido solicitada por D. João, tanto mais que ainda con-

³¹⁹ ANTT, *MNE*, Livro 627, Ofício do Conde das Galveias para João Paulo Bezerra, Rio de Janeiro, 21 de março de 1813, fls. 92 a 93.

servava a que o tinha levado para o Brasil, pelo que não necessitaria da inglesa. Contudo, disse imediatamente ao Imperador que a sua opinião em relação à vinda para a Europa teria um grande peso na decisão de D. João.³²⁰

Como se pode vislumbrar pela resposta dada por António Saldanha da Gama, o interesse pela situação europeia e, nomeadamente, pela portuguesa, não estava arredado. D. João equacionava-o, sendo certo que tinha que ser muito bem equacionado sob pena de ter leituras não desejadas, como a de uma obediência à vontade inglesa. A importância do suporte da Rússia era, neste ponto, fulcral, e permite explicar, igualmente, o interesse na ligação, por um casamento, tanto mais que a resposta do Imperador não foi conclusiva relativamente à sua posição ou eventual apoio.

O Imperador reconheceu a capacidade de decisão de D. João, agradeceu a confiança mas considerou que não existiria ninguém melhor do que o Regente para avaliar a conveniência ou inconveniência em permanecer por mais tempo no Brasil; além do mais necessitava de mais elementos para poder ajudar o futuro monarca português a decidir mas adiantou que estava disponível para entrar na discussão dessa causa.³²¹

A intervenção de Alexandre I viria a ser, igualmente, determinante no que à recuperação de portugueses forçados a ingressar nos exércitos franceses dizia respeito. Após a derrota de Napoleão na Rússia, o Imperador conduziu alguns dos militares à presença do embaixador português. Um desses militares foi o oficial Francisco Cardoso, desertor de exército francês, a quem o Imperador enviou, acompanhado por alguns dos seus ajudantes gerais, à presença de João Paulo Bezerra.³²²

D. João, através do Conde das Galveias, indicou ao seu embaixador que fizesse tudo o que fosse possível para conseguir que a tropa portuguesa que forçadamente se encontrava no exército francês pudesse escapar-se e ser restituída à sua pátria, onde aliás seria de grande utilidade.³²³ Ainda em vésperas de Natal, voltaria a referir-se à atenção que o

³²⁰ Ofício de António Saldanha da Gama para D. Fernando José de Portugal e Castro, Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra no Rio de Janeiro, Viena, 3 de Novembro de 1814. *Relações diplomáticas Luso-Russas, Colectânea Documental Conjunta (1722-1815)*, Lisboa, Instituto Diplomático, 2004, pp. 716-717.

³²¹ Idem, *Ibidem*.

³²² ANTT, MNE, Livro 627, Ofício do Conde das Galveias para João Paulo Bezerra, Rio de Janeiro, 17 de novembro de 1812, fls. 88 vs. e 89.

³²³ Idem, *Ibidem*.

Imperador prestara aos oficiais e soldados portugueses que se achavam no exército do invasor. D. João demonstrara que compreendia e desejava perdoar aqueles militares pois

não podendo deixar de desejar e estimar muito que aquella porção dos seus amados e fiéis vassallos possa ser libertada do cruel jugo que a oprime, e restituída à Pátria, onde tão úteis e necessários são para a sua defesa (...) ³²⁴

esperava que o embaixador tudo fizesse para providenciar o seu transporte e imediato regresso ao reino, onde tanta falta faziam.

Alexandre I ajudara os desertores portugueses mas também os espanhóis, obrigados a servir Napoleão, dando-lhes uniformes para vestir e soldo que lhes permitisse sustentar, facilitando ainda o transporte das diversas partes do Império russo para São Petersburgo. ³²⁵ Esta forma generosa como o Imperador russo tratava os vassallos do regente português levou-o a afirmar que apreciaria sempre vir a ter ocasiões de provar-lhe a sua cordial afeição e reconhecimento, ³²⁶ nada podendo ser melhor para consegui-lo do que uma união matrimonial a alguém da sua família.

Em 1814, Luís XVIII regressou a França. Em Paris, as grandes potências reuniram-se, não só para reconhecer o novo rei francês como, igualmente, para procurarem uma nova solução para a Europa. O Tratado de Paris, assinado em Maio de 1814, estabelecia, no seu artigo 32º, a necessidade de um novo congresso, para estabelecer uma nova carta para a Europa, naquilo que viria a ser o Congresso de Viena. ³²⁷ O Marquês de Marialva foi nomeado, em Junho, por D. João, embaixador extraordinário em Paris, para apresentar cumprimentos ao monarca francês; contudo, a outra função, e porventura a mais importante, era a aproximação ao Imperador russo, antevendo-se a importância que este iria assumir no futuro próximo.

(...) Tendo consideração aos distintos talentos, nascimento e mais qualidades do Marquês de Marialva, do meu Conselho, Gentil-Homem da Câmara da Rainha, Minha Senhora e May, e Meu estribeiro-Mor, sou servido nomeallo meu embaixador extraordinário

³²⁴ ANTT, *MNE*, Livro 627, Ofício do Conde das Galveias para João Paulo Bezerra, Rio de Janeiro, 23 de dezembro de 1812, fl. 90.

³²⁵ ANTT, *MNE*, Livro 627, Ofício do Conde das Galveias para João Paulo Bezerra, Rio de Janeiro, 13 de fevereiro de 1813, fls. 91 a 91 vs.

³²⁶ *Idem*, *Ibidem*.

³²⁷ Joaquim Veríssimo Serrão, *História de Portugal*, vol. VII, Lisboa, Verbo, 1984, pp. 106-109.

rio para, em Meu Real Nome, ir cumprimentar a Sua Magestade o Imperador de Todas as Rússias e a Sua Magestade Christianíssima.³²⁸

d) Uma proposta de aliança dinástica

Alexandre I era visto, em toda a Europa, como o libertador do jugo napoleónico, pelo que convinha obter o seu apoio. A ligação ao imperador russo asseguraria um duplo objetivo: por um lado, serviria para manter o prestígio da casa real portuguesa, face à ida para a América do sul, nem sempre bem compreendido pelas restantes potências; por outro lado, permitiria a obtenção de um primeiro passo de autonomia face a Inglaterra, principalmente numa época em que França deixava de ser a ameaça de outrora. Na carta de nomeação de embaixador extraordinário, com credenciais, dirigida por D. João VI a Alexandre I, é possível vislumbrar esta especial consideração pelo imperador russo, pelo papel que desempenhara na libertação da Europa.³²⁹

A vontade de ligação à Rússia não era, porém, inovadora, mesmo no que à política de casamentos diz respeito. Em instrução assinada pelo Marquês de Aguiar, estribeiro-mor de D. João, é possível verificar que esta intenção de ligação, mediante uma aliança matrimonial, vinha já do início do poder de Alexandre I, em 1801. Refere-se, inclusivamente, nesse documento, que já o Regente mandara instruções nesse sentido ao Marquês de Niza, D. Domingos Xavier de Lima, que fora embaixador extraordinário em São Petersburgo, entre 1801 e 1802.

O Príncipe Regente, Meu Senhor, tem desejado vivamente huma Alliança da Sua Real Família com a de Sua Magestade, o Imperador da Rússia. A sua vontade a este respeito he tão antiga que encarregou ao Marquês de Niza, seu embaixador em Petersburgo, de a

³²⁸ ANTT, *MNE*, Livro 146, Nomeação do Marquês de Marialva como embaixador extraordinário, Palácio do Rio de Janeiro, 16 de Junho de 1814.

³²⁹ ANTT, *MNE*, Livro 146, Carta de nomeação e credenciais do Marquês de Marialva, emitida por D. João VI e dirigida a Alexandre I, da Rússia, Palácio do Rio de Janeiro, 25 de Junho de 1814: Dom João, por Graça de Deos Príncipe e Regente de Portugal e dos Algarves d'Aquem e d'Além Mar [...], ao Sereníssimo e Potentíssimo Senhor Alexandre I, pela mesma divina Graça Imperador, Autocrator de todas as Rússias [...] Irmão e Amigo Nosso Caríssimo, Sereníssimo e Potentíssimo Senhor Imperador, Irmão e amigo nosso [...]. Tendo recebido com o mais extremado júbilo as faustíssimas notícias de felizes gloriosos sucessos que com o favor da Divina Providência obtiverão os unânimes e rigorosos esforços das potências aliadas, salvando a França do tyrânico jugo que a opprimia, e dando ao mundo a appetecida Paz com a independência da Europa, foi a minha primeira lembrança testemunhar a Nossa Magestade Imperial o interesse que tomo com a mais cordial satisfação em tão venturoso acontecimento e quanto sei apreciar a distincta e principal parte que Nossa Magestade Imperial e a generosa e valente nação russa nisso nella tiverão. Para este fim julguei próprio nomear por meu embaixador extraordinário o Marquês de Marialva do meu Conselho [...] para hir felicitar de viva voz a Vossa Magestade Imperial, pelo motivo de tão extraordinário como próspero sucesso que eternizará o nome de Vossa Magestade imperial na mais remota posteridade como o Restaurador da Paz no Universo [...].

declarar naquella Corte; porém, logo depois desgraçadamente falleceu o Príncipe D. António, Seu Primogénito [...]³³⁰

A escolha do 6º Marquês de Marialva parece ter reunido um conjunto de fatores essenciais para o sucesso da incumbência. Por um lado, D. Pedro Vito de Meneses Coutinho vivia em Paris, conhecendo bem os meandros da corte francesa; por outro lado, a sua cultura e preparação intelectual, conjugadas com a sua experiência militar pretérita, habilitavam-no a poder intervir junto do imperador russo e do novo rei francês. Como adiante se referirá, o Marquês teve a incumbência expressa de acompanhar Alexandre I para o cenário de guerra, caso fosse necessário, pelo que a sua formação e graduação militar revelavam-se essenciais.

Tendo em conta a idade de D. Pedro de Alcântara, tornava-se importante assegurar que o casamento do futuro rei fosse suficientemente estratégico, no que concerne à autonomia desejada de Portugal e do Brasil. Uma ligação a França seria arriscada, tanto mais que Luis XVIII só agora voltava a reinar, não sendo certo qual o futuro da monarquia francesa. Ainda assim, há quem já tenha considerado que, com base em notícias na imprensa inglesa e francesa, datadas de 1816, teria existido um projeto de união de uma das infantas portuguesas a França. Para alguns, a ligação pretendida seria ao próprio rei francês, hipótese pouco credível face à idade avançada e ao estado de saúde de Luís XVIII. Para outros seria a um seu sobrinho, alegado sucessor, Duque de Berry.³³¹

Uma ligação a Inglaterra potenciaria uma perda de capacidade de oposição às pressões desta potência no Brasil, bem como na restante América do Sul, pelo que era essencial uma junção que fosse simultaneamente forte e facilitadora da independência, económica e política, existente em relação àquela potência. A Rússia apresentava-se, pois, como uma opção estratégica, não só pelo poder que tinha no equilíbrio das potências europeias como, igualmente, pelas possibilidades económicas que oferecia no leste europeu e oriente.

Nas instruções ao Marquês de Marialva, refere-se claramente a intenção de fazer uma proposta de casamento com Anna Pavlovna, irmã do Imperador.

³³⁰ Instruções ao Embaixador Extraordinário Marquês de Marialva, assinadas pelo Marquês de Aguiar, Palácio do Rio de Janeiro, 25 de Junho de 1814, ANTT, MNE, Livro 146.

³³¹ Referindo-se a esta hipótese vide Ângelo Pereira apud Pedro Soares Martinez, *História Diplomática de Portugal*, Lisboa, Verbo, 1986, pp. 332-333.

Como prezentemente S.A. o Príncipe da Beira se acha em estado núbil, terá S.A.R. o maior prazer em verificar o seu projecto, há tanto tempo concedido e desejado. Por tanto, o Mesmo Senhor ordena a V. Ex.^a que procure pelo modo mais conveniente dispor huma abertura sobre este importantíssimo negócio e logo depois fará V. Ex.^a a proposição a S. M. Imperial, pedindo em casamento a S.A. Grãa Duquesa Anna Pavlovna. V. Ex.^a expedirá imediatamente hum extraordinário para communicar o resultado desta Comissão.³³²

A distância era, efectivamente, um problema, pelo que as instruções eram claras quanto aos plenos poderes que seriam dados ao embaixador extraordinário, o qual seria, igualmente, nomeado plenipotenciário. Contudo, havia uma questão que, nesta proposta de casamento, assumia um papel primordial: a diferença de religião.

Prudentemente d'ella sondará V. Ex.^a os ânimos com destreza sobre a dissidência de religião, a fim de que esta circunstância, ou entre nas cláusulas do contrato de matrimónio, ou seja com antecedência dissipada. [...] V. Ex.^a. poderá fazer esta indagação examinando primeiro o que se praticou com o Archiduque Jozé António, Paladino da Hungria, quando casou com a Grã- Duquesa Alexandra Pavlovna [...].³³³

A questão da diferente religião era um fator a ter em consideração, tanto assim que D. João solicitou um parecer, às autoridades eclesiásticas, no sentido de determinar se haveria algum impedimento em um príncipe católico casar com alguém de uma religião ortodoxa. O parecer, anterior à nomeação de Marialva, foi dado por D. José Caetano da Silva Coutinho, Capelão-Mor do Príncipe Regente e Bispo do Rio de Janeiro, em 18 de Junho de 1814. Neste parecer percebe-se que o casamento pensado com a Rússia admitia também a possibilidade de ser com uma das princesas portuguesas, apesar de nas credenciais e instruções apenas se falar em D. Pedro de Alcântara. Assim, para o Bispo do Rio de Janeiro, o casamento de uma princesa seria possível desde que não renunciasses à sua religião de origem, tal como já acontecera na História portuguesa com D. Catarina de Bragança.

[...] Applicando agora estes princípios aos cazos e espécies em que V.A.R. me manda falar, parece-me que não irei muito longe da verdade, dizendo em duas palavras que a Priceza de Portugal que for para a Russia não deve renunciar por modo nenhum a sua amada Religião Catholica Romana, porque se expõe ao perigo evidentíssimo de perder eternamente a sua alma [...]. Deve estipular-se no Tratado, ou nas escrituras, que ella tenha o exercício livre da sua Religião, assim como se tem feito nos contractos de mui-

³³² Instruções ao embaixador..., *MNE*, livro 146.

³³³ Idem, *Ibidem*.

tas Princezas Catholicas despozadas com Príncipes de diferente comunhão; como foi, por exemplo, Margarida de Valois, com Henrique IV, ainda protestante; e para não irmos buscar exemplos de fora [...] a Senhora Catarina Bragança [...]³³⁴

A diferença de religião era dada como um factor de impedimento e não dirimente do casamento, podendo por isso ser afastado por dispensa papal. O parecer apresenta, igualmente, um elemento relativo à aplicação territorial do Direito Canónico, uma vez que esse impedimento não existiria se o casamento fosse celebrado na Rússia e não em Portugal.

[...] No cazo pois de se ajustar o Consorcio, o impedimento da disparidade do culto, que he simplesmente impediende e não dirime o matrimónio, pode muito bem dispensar-se não só pelo Papa, mas pelo Prelado Ordinário da Princeza Contraente (...). E quando suceda celebrar-se mesmo na Rússia o matrimónio desta Princeza de Portugal, então nem a dispensa será precisa, por não ser conhecido, nem praticado lá este impedimento; e nem por isso fica o matrimónio menos válido, nem menos lícito [...].³³⁵

Já quanto ao casamento com uma princesa russa, a questão seria mais facilitada pois, apesar da falta de reciprocidade, ser-lhe-ia exigido que se conformasse com a religião católica, afastando-se com isso qualquer impedimento. Foi, pois, solicitado ao Marquês de Marialva que, tendo em conta a distância entre as duas cortes e a impossibilidade de envio de cláusulas definitivas, redigisse uma proposta de contrato «daquelles que costumão preceder a celebração do matrimónio», sem deixar de ter em conta a necessidade de conciliar a dissidência de religião mencionada.³³⁶ O embaixador deveria procurar, em semelhantes negócios, o que tivesse sido estipulado em termos de dotes, arras e outras condições matrimoniais, mais uma função inerente à sua incumbência de negociador.

A importância desta questão e deste casamento eram tais que, para além do secretismo inerente, também António Saldanha da Gama fora incumbido de o tratar, em caso de

³³⁴ Parecer de D. José Caetano da Silva Coutinho, em 14 de Junho de 1814, apud Pereira, Ângelo, *op.cit.*, pp.165-170.

³³⁵ Idem, *Ibidem*.

³³⁶ ANTT, MNE, Livro 146, Instruções ao Embaixador Extraordinário Marquês de Marialva, assinadas pelo Marquês de Aguiar, Palácio do Rio de Janeiro, 25 de Junho de 1814.

alguma impossibilidade do Marialva, devendo informar-se mutuamente de qualquer evolução que se desse a propósito deste assunto.³³⁷

Há uma outra instrução, datada do mesmo dia, em que se indica que o Marquês de Marialva deverá pedir, a Alexandre I, a recomendação dos plenipotenciários portugueses no Congresso (presume-se que no de Viena, uma vez que a realização do mesmo já fora decidida pelo Tratado de Paris, em 30 de Maio) e a sua mediação nos negócios concernentes à Monarquia Portuguesa, indicando que foram nomeados plenipotenciários, ao referido Congresso, D. António Saldanha da Gama, Conde de Palmela, e D. Joaquim Lobo da Silveira. Nessa mesma instrução, solicitou-se ao Marquês de Marialva que se correspondesse com eles, naquilo que excedesse as negociações para que tinha poderes. Referia-se, ainda, no que concerne a fazer um Tratado de Paz e Comércio com a Porta Otomana, a necessidade de obter o acordo e a mediação de Alexandre I, indicando-se que instruções idênticas teriam sido dadas no passado a Rodrigo Navarro de Almeida, embaixador em São Petersburgo, entre 1805 e 1811.

Este casamento seria, pois, essencial na estratégia política e económica de Portugal.

Tratar deste negócio de casamento tinha custos e o Marquês de Marialva, em consequência, foi autorizado a utilizar, como ajuda de custo, uma quantia de doze contos de réis, a qual seria abonada pela Administração de Fundos da Real Fazenda, na Corte de Londres.³³⁸ O embaixador procurou, de forma recatada, tratar dos negócios de que fora incumbido, primeiro em Paris e, posteriormente, em Viena, onde Alexandre I se deslocara por causa do Congresso. Aliás, o seu empenho e «efficaz cooperação que [...] prestou aos nossos plenipotenciários ao Congresso nos diferentes negócios, que ahi o escutarão», foram objecto de grande reconhecimento por parte de D. João, segundo refere o Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros, em ofício enviado ao Marquês de Marialva, em Janeiro de 1815.³³⁹ O carácter sigiloso da sua missão foi confirmado, em ofício enviado pelo Marquês de Aguiar, quando este elogiou a sua capacidade de a ocultar, nomeadamente dos ingleses.

³³⁷ ANTT, *MNE*, Livro 146, Instruções ao Embaixador Extraordinário Marquês de Marialva, assinadas pelo Marquês de Aguiar, Palácio do Rio de Janeiro, 25 de Junho de 1814.

³³⁸ ANTT, *MNE*, Livro 146, Documento de autorização de crédito ao Marquês de Marialva, 25 de Junho de 1814.

³³⁹ ANTT, *MNE*, Livro 146, Ofício do Marquês de Aguiar para o Marquês de Marialva, 15 de Janeiro de 1815.

[...] S.A.R. aprovou [...] a maneira silenciosa com que V. Ex.^a se houve nos quesitos que lhe fez Lord Wellington em Paris, segundo V. Ex.^a referio na última parte daquelle citado ofício.³⁴⁰

Durante o Congresso de Viena, as potências europeias foram surpreendidas com o regresso de Napoleão Bonaparte, o qual deu início ao designado Governo dos Cem Dias. Este regresso, apesar de inesperado, poderia ter sido previsto, uma vez que as potências europeias tinham saído de França, facilitando o ressurgimento do antigo Imperador.³⁴¹

Em Julho desse ano, novas instruções dirigidas ao Marquês de Marialva, pelo Marquês de Aguiar, deram expressão à importância de acompanhar o Imperador Russo na sua nova investida contra Napoleão. Mais uma vez, a formação militar do embaixador demonstrava-se essencial para materialmente provar a aliança portuguesa com aquela potência.

[...] S.A.R. tem sido sciente da resolução que tomarão os Soberanos que felizmente ainda se achavão reunidos em Vienna e da declaração do Congresso contra os perturbadores do socego público. Igualmente houve por bem acceder ao Tratado de Alliança offensiva e defensiva ajustada (...) entre as quatro potências Áustria, Rússia, Inglaterra e Prússia, e marchando por consequência para as fronteiras de França as tropas russas, S.A.R. approva a ideia em que V. Ex.^a está de acompanhar o Imperador Alexandre I, no caso de este soberano se por à frente do seu exército [...]³⁴²

Esta instrução já seria tardia, uma vez que em 18 de Junho, em Waterloo, Napoleão seria definitivamente derrotado. Apesar do reconhecimento da independência portuguesa, a posição de Portugal no Congresso não fora totalmente eficiente.³⁴³ Por outro lado, o objetivo de D. João, relativamente ao casamento do seu filho, não foi alcançado pois, a irmã de Alexandre I, Anna Pavlovna, acabou por casar com Guilherme II, da Holanda. A corte portuguesa, no Brasil, reconheceu, porém, a tentativa efetuada pelo embaixador Marquês de Marialva de manter uma boa relação com Alexandre I, da Rússia.

Pela relação que V. Ex.^a faz de tudo quanto se passou com S. M. o Imperador da Rússia fica claro que está extinta toda a esperança de se efectuar o casamento, o que he muito sensível a S.A.R., ao mesmo tempo que declara a sua gratidão para com S.M. o Imperador por todas as expressões dos seus sentimentos a este respeito, o que V. Ex.^a lhe exporá da sua parte. Aqui chegou a notícia de que estava justo e publicado o ajuste matri-

³⁴⁰ ANTT, *MNE*, Livro 146, Ofício do Marquês de Aguiar para o Marquês de Marialva, 07 de Janeiro de 1815.

³⁴¹ Ana Leal de Faria, *Arquitectos da Paz...*, pp. 156-157.

³⁴² ANTT, *MNE*, Livro 146. Ofício do Marquês de Aguiar para o Marquês de Marialva, 19 de Julho de 1815.

³⁴³ Serrão, Joaquim Veríssimo, *op. cit.*, pp. 108-109.

monial, em Wurtemberg, da Grãa Duqueza Anna Pavlovna e, sendo assim, fenece totalmente o resto de esperança que V. Ex.^a tinha de ainda effectuar este interessante negócio [...].³⁴⁴

Apesar de não ser bem sucedido neste projeto de união à Rússia, D. João não deixava de pensar estrategicamente. Por um lado decidira unir-se a Espanha, através dos casamentos das duas infantas; restava agora encontrar uma outra potência, a quem se aliar, que lhe permitisse uma cada vez maior independência de Inglaterra e a manutenção das suas colónias, preferencialmente sem desagregações, como acontecera com o país vizinho, bem como o reconhecimento das restantes potências europeias.

³⁴⁴ANTT, *MNE*, Livro 146, Ofício do Marquês de Aguiar para o Marquês de Marialva, 15 de Setembro de 1815.

CAPÍTULO IV

CASAMENTO NA ÁUSTRIA DOS HABSBURGOS

1 – Estratégias de negociação

a) Entre Paris e Viena

A estratégia de D. João VI, no que diz respeito ao casamento do seu filho D. Pedro de Alcântara, seu presuntivo sucessor, acabaria por passar pela Áustria, pela ligação à Casa Real dos Habsburgo. O casamento teria preferencialmente de ser feito com uma das casas europeias vencedoras de Napoleão e a Áustria surgiu como uma hipótese, representando um triunfo das diplomacias de Francisco I e de D. João.³⁴⁵ O Imperador Francisco I conseguira atingir um prestígio significativo no Congresso de Viena, tendo ficado reputado como sendo um dos que decidia o futuro da Europa.³⁴⁶

A ligação de Portugal à Áustria era já recorrente em Portugal, sendo o último desses casamentos o que unira D. João V e D. Mariana de Áustria. A Áustria assumira, logo após a Revolução Francesa, uma feição antibritânica, tendo mesmo estado aliada a França contra aquela potência. Paralelamente, a necessidade de desenvolver as relações comerciais com a Porta Otomana mantinham-se no horizonte de D. João, uma vez que

³⁴⁵ Paulo Drummond Braga, «Leopoldina de Habsburgo, Rainha de Portugal», *Estudos em homenagem ao professor doutor José Marques*, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2006, p. 235.

³⁴⁶ Andrew Wheatcroft, *The Habsburgs Embodying Empire*, Londres, Penguin Books, 1996, p.249.

as diligências feitas pela Rússia nesse sentido não estavam a dar os melhores resultados para Portugal. Assim, D. João voltou-se para o Sacro Império, considerando ser uma alternativa a tais planos.

Em ofício dirigido ao Marquês de Marialva, proveniente do Palácio do Rio de Janeiro,³⁴⁷ o Marquês de Aguiar informou-o que já dera conhecimento, ao monarca português, da carta que o Conde de Lapo d'Áustria escrevera àquele embaixador; nessa carta, o austríaco dava conta a Marialva das diligências de Monsieur Stalmiky, Ministro do Imperador de Todas as Rússias, junto da Porta Otomana, acerca de um Tratado de Comércio e Navegação entre Portugal e a Turquia. O rei português, conhecendo o embaraço ora existente, entre a Rússia e a Porta Otomana, bem como o não avanço de diligências, considerava que a via russa não estava a facilitar a conclusão de tal negociação, devendo encontrar-se uma alternativa. Assim, nesse mesmo ofício, informava-se o Marquês de Marialva que

[...] não espera S.A.R. que tal negociação se possa concluir por esta via; e prevenindo este caso, já tem ordenado a Rodrigo Navarro de Andrade, seo encarregado de negócios nomeado interinamente para Vienna, que aproveite qualquer ocasião de encaminhá-la por aquella Corte, huma vez que se demore extraordinariamente huma resposta definitiva por parte do ministro russo.³⁴⁸

A ligação à Áustria era uma estratégia de afirmação de Portugal e do Brasil no contexto europeu, uma forma de manter uma relativa autonomia em relação a Inglaterra e de encontrar uma nova viabilidade de posicionamento comercial com a Porta Turca, bem como de estabelecer novas ligações em consequência da abertura dos portos de Portugal e do Brasil a todas as nações.

A preocupação com o casamento de D. Pedro era, quer pelas razões estratégicas já abordadas, quer pela idade de nubilidade já atingida,³⁴⁹ uma constante das missivas de D. João. Acresce que já existia mais do que uma proposta para a união matrimonial do Príncipe. Assim, o Príncipe Herdeiro das Duas Sicílias fizera uma proposição relativa ao casamento de uma das suas duas filhas com o então Príncipe da Beira. Por outro lado, a Rainha da Etrúria fizera, igualmente, uma proposta de casamento para a sua filha.

³⁴⁷ ANTT, *MNE*, Livro 146, Ofício ao Marquês de Marialva, de 6 de Fevereiro de 1816.

³⁴⁸ *Idem*, *Ibidem*.

³⁴⁹ ANTT, *MNE*, Livro 88, ofício do Marquês de Aguiar para o Marquês de Marialva, 15 de Março de 1816.

Para além de tais propostas terem o significado imediato de que D. João, bem como a sua monarquia, continuavam a ter prestígio junto das famílias reais europeias, demonstram que a ligação à casa da Áustria foi deliberada e considerada a melhor escolha. Aliás, isso mesmo referiu o Marquês de Aguiar quando, em ofício ao Marquês de Marialva, afirmou que D. João «resolveo sobrestar por enquanto em responder a ambas [...]; deseja preferivelmente casar com o seu Augusto filho huma das archiduquesas da Áustria, já pelo superior carácter do Soberano, já pela razão de parentesco e das noções que tem da regular educação daquelas princesas.»³⁵⁰

Utilizando uma estratégia diplomática e, de certa forma, de dissimulação, D. João mandou Rodrigo Navarro de Andrade a Viena, com o disfarce de Encarregado de Negócios, incumbindo-o de sondar as disposições da Corte Austríaca sobre esta possível aliança. Ainda assim, e por uma questão de cautela, não afastou imediatamente as outras possibilidades. Em ofício ao Marquês de Marialva, e apesar de numa nota em *post scriptum*, solicitou-lhe que se informasse sobre a educação e qualidades das filhas do Príncipe das Duas Sicílias.³⁵¹

A abertura para a escolha de uma das três filhas do Imperador austríaco era, porém, total, demonstrando que este casamento constituiria um instrumento político essencial. Com o pragmatismo exigível, dadas as distâncias entre o Brasil e Áustria, Dom João enviou ao Marquês de Marialva, para além de uma carta de Gabinete ao Imperador, a qual serviria de credencial do Embaixador, e outra à Imperatriz, três documentos de plenos poderes. A explicação foi dada pelo próprio Marquês de Aguiar:

[...] cada hum dos quaes diz respeito a cada huma das três Sereníssimas Archiduquesas, porque não se sabendo qual seja aquella que Sua majestade desejará para Consorte, e nem se podendo daqui pedir nomeadamente huma dellas, pareceo providente mandar tantos plenos poderes quantas são as Sereníssimas Archiduquesas.(...)³⁵²

Simultaneamente, o Regente português deu ordens a Rodrigo Navarro para que, logo que tivesse a certeza de haver abertura do Imperador para a negociação do casamento,

³⁵⁰ ANTT, *MNE*, Livro 88, ofício do Marquês de Aguiar para o Marquês de Marialva, 15 de Março de 1816.

³⁵¹ ANTT, *MNE*, Livro 88, ofício do Marquês de Aguiar para o Marquês de Marialva, 15 de Março de 1816.

³⁵² ANTT, *MNE*, Livro 88, ofício do Marquês de Aguiar para o Marquês de Marialva, 15 de Março de 1816.

comunicasse a Marialva. Este deveria partir, assim que recebesse tal nova, de Paris para Viena.

D. João antecipou, desde muito cedo, que esta união matrimonial poderia ter, pela parte do Imperador austríaco, um fator de dúvida quanto à sua decisão: o saber se o futuro Rei português contava, ou não, regressar a Portugal. Por forma a tranquilizar o Imperador, e mais uma vez corroborando a hipótese que D. João não pretendia ficar *ad aeternum* no Brasil, mandou participar secretamente a Marialva, por forma a fazer um uso discreto, que o seu intento era regressar à Europa logo que tivesse conseguido preservar o reino do Brasil do espírito revolucionário que se espalhara nas colónias espanholas. Por outro lado, apesar de não esclarecer qual, indicou que, logo que procedesse ao estabelecimento e consolidação de um novo sistema (presume-se que político e económico) para estreitar os laços entre Portugal, o Brasil e as demais possessões da Coroa portuguesa, para que entre todas existisse união e identidade, essenciais para «o mais sólido fundamento da progressiva prosperidade da sua Monarquia»³⁵³, voltaria.

D. João reforçou a sua ideia ao afirmar que, enquanto completava esta obra, a qual admitia poder até ser utilizada no próprio sistema político europeu, ter-se-ia conseguido uma maior ordem pública na Europa. Tratava-se, pois, de esperar pelos efeitos dos recentemente acordados Tratados de Paris e de Viena, pelo que só então poderia, sem receio de futuras subversões, restituir-se à Corte de Lisboa.³⁵⁴

Tendo em conta o seu conhecimento da realidade política norte americana, é possível que D. João procurasse trazer para os seus domínios um sistema de tipo federativo, ainda que não se tenha encontrado elementos suficientes para corroborar esta hipótese.

Ainda assim, com estes dois elementos, maior união dos diversos territórios portugueses e aumento de segurança na Europa, D. João pretendeu, pois, acalmar as preocupações que antevia poderem existir no Imperador austríaco, na hora de decidir uma ligação a Portugal.

Nas instruções transmitidas ao Marquês de Marialva indicou-se logo que, a existir um Tratado, deveria ter por referência o que fora assinado em Viena, pelo Conde de Villa

³⁵³ ANTT, *MNE*, Livro 88, ofício do Marquês de Aguiar para o Marquês de Marialva, 15 de Março de 1816.

³⁵⁴ ANTT, *MNE*, Livro 88, ofício do Marquês de Aguiar para o Marquês de Marialva, 15 de Março de 1816.

Maior, em 1708, relativamente ao dote, arras e despesas de transporte. Quanto ao local de embarque da princesa escolhida, fazia-se um conjunto de sugestões, como o porto italiano de Livorno ou o francês de Rochefort; tal decisão, porém, deveria ficar na vontade de Viena.

Apesar de, nesta altura, ainda não haver qualquer sinal favorável a que esta negociação se pudesse realizar, D. João declarou logo que, assim que chegasse o Tratado por correio ao Brasil, ratificá-lo-ia e mandaria que fossem enviados navios de guerra para o transporte da noiva imperial. Paralelamente, informou Marialva que estaria a ser finalizado um retrato de D. Pedro, para que pudesse chegar, o mais rapidamente possível, às mãos de Marialva.³⁵⁵

A missão de Marialva, em Paris, de apresentação de cumprimentos ao novo monarca francês, sofreu, porém, algum atraso, face ao inicialmente previsto. A primeira audiência com Luis XVIII foi adiada para momento posterior em consequência do casamento do Duque de Berry, só tendo sido efetuada no dia 30 de Junho de 1816³⁵⁶. Marialva tratou logo de explicitar que tal adiamento não se tratara de uma desconsideração do monarca de França pois, logo no dia em que entregara as credenciais ao Duque de Richelieu, aquele pretendia recebê-lo. Não o fez, de acordo com a versão transmitida por Marialva, unicamente por falta de tempo para fazer os competentes avisos aos oficiais da sua casa que deveriam assisti-lo. Mais uma vez, o Embaixador português procurava que D. João ficasse tranquilo relativamente a uma eventual menor consideração, em França, da monarquia portuguesa.

Enquanto esperava a marcação desta audiência, o Marquês recebeu a notícia de que a rainha portuguesa, D. Maria I, falecera. Assim, esta primeira audiência de 30 de junho³⁵⁷ foi aproveitada, simultaneamente, para apresentar as suas credenciais e fazer a participação deste triste evento, se bem que a comunicação oficial apenas tenha sido efetuada em audiência particular para o efeito, ocorrida dois dias depois.

Nessa manhã, o Marquês de Marialva foi conduzido ao Paço nas carruagens da Corte, acompanhado pelo Introdutor dos Embaixadores e pelo Secretário do Rei, tendo sido

³⁵⁵ ANTT, *MNE*, Livro 88, ofício do Marquês de Aguiar para o Marquês de Marialva, 15 de Março de 1816.

³⁵⁶ ANTT, *MNE*, Livro 695, ofício do Marquês de Marialva para o Marquês de Aguiar, Paris, 30 de Junho de 1816, fls. 2 e 2 vs..

³⁵⁷ *Gazeta do Rio de Janeiro*, 5 de Outubro de 1816.

recebido, por volta do meio-dia, pelo rei Cristianíssimo. Depois de ter apresentado os cumprimentos do monarca português, bem como o desejo por ele expresso de se manter inviolável a “perfeita harmonia que felizmente existe entre as duas famílias reaes de Bragança e de Bourbon”, apresentou as suas credenciais.³⁵⁸ Luis XVIII agradeceu as lisonjeiras expressões que, em nome de D. João VI, o embaixador lhe tinha dirigido e indicou-lhe logo que pretendia manter os mesmos sentimentos. Neste primeiro encontro com o Rei, foi acompanhado por Francisco José Maria de Brito, José Joaquim da Gama Machado, Capitão Tenente João Vitor Jorge e António José de Carvalho e Melo.

O Marquês de Marialva, como era seu hábito e normal nos embaixadores, no ofício enviado para o Rio de Janeiro não perdeu a oportunidade para o seu próprio enaltecimento, ao afirmar como a sua escolha como representante português tinha sido apreciada pelo monarca francês. Assim, ao relatar e reproduzir a resposta do monarca à sua apresentação, não deixou de referir que o mesmo «via com o maior prazer [...] a escolha que Sua Majestade havia feito de mim para esta missão.»³⁵⁹

Na segunda audiência, destinada à entrega da carta de chancelaria enviada por D. João, com a notícia oficial do falecimento de D. Maria I, e segundo o relato do embaixador português, D. Luis XVIII demonstrou grande mágoa, tendo afirmado que era devido o justo tributo à memória de uma tão ilustre soberana.³⁶⁰

Apesar de permanecer em Paris até que Rodrigo Navarro de Andrade lhe desse indicações, conforme ordenado por D. João, o Marquês de Marialva aproveitou o tempo de espera e iniciou logo a sua faceta de indagador.

Não se esquecendo da indicação que lhe fora dada relativamente à escolha de uma das princesas austríacas, procurou, logo que soube, informar que uma delas, Maria Clementina, já não seria elegível por ir casar com um tio, o Príncipe de Nápoles, Leopoldo José. Este casamento, segundo corria em Paris, far-se-ia em breve.³⁶¹ Leopoldo José de Bourbon era tio materno de Leopoldina (e igualmente da sua noiva, Maria Clementina,

³⁵⁸ ANTT, *MNE*, Livro 695, ofício nº 24 do Marquês de Marialva ao Marquês de Aguiar, Paris, 30 de Junho de 1816, fls. 2 e 2 vs..

³⁵⁹ ANTT, *MNE*, Livro 695, ofício nº 24 do Marquês de Marialva ao Marquês de Aguiar, Paris, 30 de Junho de 1816, fls. 2 e 2 vs..

³⁶⁰ ANTT, *MNE*, Livro 695, ofício nº 27 do Marquês de Marialva ao Marquês de Aguiar, Paris, 05 de Julho de 1816, fl. 4 vs..

³⁶¹ ANTT, *MNE*, Livro 695, ofício nº 26 do Marquês de Marialva ao Marquês de Aguiar, Paris, 30 de Junho de 1816, fls. 3 vs. e 4.

irmã mais nova da futura mulher de D. Pedro). Irmão de Maria Teresa, mãe de Leopoldina, foi um dos primeiros candidatos a casar com esta, acabando por preferir a união à sobrinha mais nova. O casamento veio a realizar-se no Palácio de Schönbrunn, no final de Julho.

Outra das indagações que o Marquês de Marialva procurou fazer foi relativa a uma eventual proposta de casamento de uma das princesas austríacas com um herdeiro do rei da Saxónia. Perguntou a um Ministro deste Soberano em Paris, o Barão d'Uchtritz, se sabia alguma coisa a tal respeito; este confirmou que, apesar de ainda não ter recebido uma comunicação oficial, constara-lhe que em Dresden se havia publicado aquela notícia, relativamente à qual se deveria dar algum crédito.³⁶² Marialva não se contentou com esta versão e dirigiu-se ao Barão de Vincent, Embaixador Extraordinário e Ministro Plenipotenciário do Imperador da Áustria, em Paris, o qual lhe transmitiu que estava persuadido de não ser verdadeira. Porém, o Ministro austríaco não tinha razão. O Príncipe Herdeiro acabou mesmo por casar com uma filha do Imperador Francisco I, Maria Carolina de Habsburgo, a qual se tornou princesa-consorte da Saxónia.

Segundo a própria Leopoldina, o seu pai, Francisco I, teria dado em opção a possibilidade de casar com o príncipe da Saxónia ou com D. Pedro de Bragança, apesar de lhe ter dado a entender que preferia este último.³⁶³ Quer no caso das princesas, quer no caso dos príncipes, apesar de se tratarem de casamentos planeados não eram verdadeiramente forçados, pois a lógica do consentimento prevalecia. Conforme afirma Isabel Guimarães Sá, embora a tendência fosse a de se exercerem pressões sobre os potenciais noivos, houve casos de recusa em casar.³⁶⁴

Finalmente, o Marquês de Marialva não se esqueceu das diligências relativas às filhas do Príncipe Herdeiro das Duas Sicílias. Segundo o que pode apurar, a filha mais velha era a atual Duquesa de Berry, cujo casamento atrasara a sua apresentação ao rei de França. As restantes eram muito jovens, sendo a de maior idade a Princesa Luísa Carolina, nascida em 1804 e, portanto, com doze anos de idade.

³⁶² ANTT, *MNE*, Livro 695, ofício nº 26 do Marquês de Marialva ao Marquês de Aguiar, Paris, 30 de Junho de 1816, fls. 3 vs. e 4.

³⁶³ Carta de Leopoldina a Luísa, de 26 de Julho de 1816, citada por Marsílio Cassotti, *Imperatriz D. Leopoldina*, Lisboa, Manuscrito, 2015, pp.64-65; Angel Bojadsen, Istvan Jancso, Bettina Kann, Maria Rita Kehl, André Roberto de Arruda Machado, Andrea Slemian, *Dona Leopoldina, cartas de uma Imperatriz*, São Paulo, Editora Estação da Liberdade, 2006.

³⁶⁴ Isabel Guimarães Sá, *op. cit.*, p.104.

Estas diligências foram sendo prolongadas, em Paris, onde se mantinha. Aproveitando uma estada do Conde de La Tour na capital francesa, e sabendo que a mulher era uma das aias das princesas das Duas Sicílias, procurou obter alguns elementos concernentes à educação e qualidades das princesas. Segundo comunicou para o Rio de Janeiro, as informações que obtivera eram muito satisfatórias, principalmente as relativas à Princesa Luísa Carolina. Contudo, Marialva, sabendo da ligação muito próxima do Conde de La Tour à família real das Duas Sicílias, considerou que os seus informantes não seriam os mais imparciais, pelo que afiançava ao monarca português que iria continuar a procurar outros meios que lhe permitissem ter mais certezas e saber a verdade sobre as potenciais candidatas a noivas de D. Pedro.³⁶⁵

Para D. João, a vontade de ligação à casa Imperial austríaca seria melhor concretizada através de uma dupla união. Assim, para além do casamento do seu filho com uma princesa austríaca, procurou, igualmente, que o Príncipe Hereditário austríaco, filho do Imperador Francisco I, casasse com uma das suas filhas. Esta instrução já tinha sido transmitida a Joaquim Lobo da Silveira, um dos plenipotenciários portugueses ao Congresso de Viena, em 1814. Contudo, segundo análise do Marquês de Aguiar, esta ordem teria sido cumprida com uma certa ligeireza, resultando numa resposta negativa por parte de Metternich. Por outro lado, o Ministro de Estado austríaco justificara a sua posição, nessa altura, com a débil compleição do Príncipe.³⁶⁶ Havia, porém, notícias do exercício feito pelo príncipe, nomeadamente em recentes viagens, o que certamente teria produzido melhorias na sua robustez. Baseando-se nesta suposição, D. João ordenou ao Marquês de Marialva que, com prudência e discrição, sondasse a vontade do Imperador sobre uma dupla aliança. Aliás, caso o Enviado português chegasse a vislumbrar alguma probabilidade de assentimento pelo Imperador austríaco, estava plenamente autorizado a prosseguir nesse negócio como considerasse mais conveniente, demonstrando não só a importância da união como, igualmente, a confiança depositada no Marquês.

Conforme o Marquês de Aguiar expressamente transmitiu, a princesa portuguesa só poderia ser a Infanta Isabel Maria,

³⁶⁵ ANTT, *MNE*, Livro 695, ofício nº 29 do Marquês de Marialva ao Marquês de Aguiar, Paris, 28 de Julho de 1816, fl. 8.

³⁶⁶ ANTT, *MNE*, Livro 88, ofício nº7 do Marquês de Aguiar para o Marquês de Marialva, 29 de Outubro de 1816, fl.

[...] que he dotada não somente de huma viveza decente e suave, de um génio dócil e de hum modo ingénio e engraçado.³⁶⁷

A incumbência de verificar a possibilidade de uma dupla união foi ensombrada pela notícia da presença da rainha da Baviera, na corte vienense, com duas das suas filhas. A ideia de uma ligação do filho primogénito do Imperador austríaco a uma das princesas já era há muito veiculada na corte, sendo essa, na opinião de Marialva, a razão pela qual a rainha se fazia acompanhar pelas filhas gémeas. Contudo, quando soube, já estando na Áustria, que as princesas não teriam mais que onze anos de idade, o Embaixador português recuperou algum ânimo, tendo explorado o assunto com o Conselheiro de Estado d'Hudelist. Assim, convidou-o para jantar na sua casa em Viena, quando já se encontrava naquela capital, e solicitou-lhe parecer. O Conselheiro afirmou que não existia ideia alguma de ajustar o casamento do Príncipe Imperial, pelo que Marialva teria a possibilidade de avançar com uma proposta. Porém, a constituição física do príncipe estava tão pouco desenvolvida, apesar da sua idade, que o Imperador ainda não pensava ajustar o seu casamento. Por outro lado, constava que o desenvolvimento intelectual do Príncipe era similar ao desenvolvimento físico, pelo que ainda não teria capacidade para se pronunciar por qualquer proposta que lhe fosse feita, sendo essa a principal razão pela qual Metternich aconselhara o próprio Imperador a adiar esse plano. Quer no caso das princesas, quer no caso dos príncipes, como já vimos, a lógica do consentimento prevalecia,³⁶⁸ e estava, pois, subjacente à questão do desenvolvimento intelectual do príncipe austríaco.

Já Hudelist, contrariamente, estava persuadido, pelas diligências e indagações que já fizera, que o Príncipe não estaria com o nível de desenvolvimento que supunham, pelo que já tentara convence-los por diversas vezes. Na sua opinião, o seu desenvolvimento e conhecimentos estariam bem avançados, só não sendo realçados devido à sua timidez. Estava convencido que o desenvolvimento das faculdades físicas do Príncipe Imperial poderia revelar-se de um momento para o outro, o que era bem comum nos Príncipes da Casa Imperial da Áustria.

Por outro lado, «sendo a Sereníssima Senhora Infanta Dona Isabel Maria numa Princeza tão perfeita em todo o sentido, sem dúvida seria a Augusta Consorte que mais conviria

³⁶⁷ ANTT, *MNE*, Livro 88, ofício nº7 do Marquês de Aguiar para o Marquês de Marialva, 29 de Outubro de 1816, fl.

³⁶⁸ Isabel Guimarães Sá, *op. cit.*, p.104.

ao Príncipe Imperial, sendo aliás importante por outros princípios a ambas as Cortes.»³⁶⁹

Hudelist prometeu a Marialva que, tendo em conta a sua inclinação pela família real portuguesa, diligenciaria no sentido de tornar possível esse consórcio; contudo, seria indispensável dispor primeiro o ânimo do Ministro de Estado austríaco pois, caso se conseguisse a sua concordância, o apoio do Imperador seria quase certo.

Para conseguir iniciar as diligências Marialva solicitou, à Corte no Brasil, que lhe arranjassem um retrato da Princesa Isabel Maria. Mais tarde, o Embaixador corroborou, pela impressão deixada no primeiro encontro com o Príncipe Hereditário, que era muito tímido mas que dizia coisas sensatas. A sua presença era agradável, como se poderia apreciar através de um retrato enviado para o Rio de Janeiro, e frequentava teatros e bailes, bem como algumas sociedades que o seu aio Marechal Bellegarde reunia em sua casa para divertimento e instrução do Príncipe.³⁷⁰

Esta Infanta nunca chegou a casar, tendo sido regente de Portugal após a morte do seu pai.

Cumprindo as ordens que D. João lhe dera, o Marquês de Marialva manteve-se em Paris até que, por parte de Rodrigo Navarro de Andrade, houvesse alguma indicação favorável sobre a vontade da Casa Imperial. Esta comunicação chegou por intermédio do Barão de Vincent, Ministro do Imperador austríaco, que se deslocou a casa do Embaixador português e lhe entregou pessoalmente um ofício de Navarro de Andrade. Conhecedor da importância que esta notícia teria para a corte portuguesa, bem como das dificuldades de comunicação existentes, procurou logo utilizar os diversos meios que tinha à sua disposição. Assim, nesse mesmo dia mandou o ofício, por um expresso que seguia para o porto de Havre de Grace, onde se encontrava um correio que seguiria para o Brasil. O encarregado de tal função foi o Dr. José Estácio Gomes, com a recomendação do maior cuidado e resguardo na execução dessa comissão.

³⁶⁹ ANTT, *MNE*, Livro 695, Ofício nº 47 do Marquês de Marialva ao Marquês de Aguiar, Viena, 8 de Fevereiro de 1817.

³⁷⁰ ANTT, *MNE*, Livro 695, Ofício nº 47 do Marquês de Marialva ao Marquês de Aguiar, Viena, 8 de Fevereiro de 1817.

O mesmo expresso passaria de Calais a Londres, onde entregaria a Cippriano Ribeiro Freire uma segunda via do mesmo ofício, pedindo-lhe que o expedisse, pelo paquete que sairia ainda nesse mês de Agosto, para o Rio de Janeiro.

Marialva informou, ainda, a corte portuguesa, que partiria para Viena logo que tivesse a sua missão em Paris cumprida.³⁷¹ Apesar destas diligências, só em Outubro pode a corte portuguesa no Brasil tomar conhecimento e regozijar-se com as notícias da abertura do Imperador e da Princesa à proposta portuguesa, não havendo, sequer, hesitação em consequência da distância entre as duas cortes.³⁷²

D. João, apesar de se estar ainda numa fase muito preliminar do negócio matrimonial, estabeleceu logo um plano, ainda que baseado em suposições, por forma a conseguir que o casamento se realizasse no dia do seu aniversário, como aliás tinha acontecido com o da sua primeira filha. Admitindo que o Marquês de Marialva teria saído de Paris para Viena em princípios de Setembro, conforme este informara ser sua intenção, concebia a possibilidade de o Embaixador ter enviado notícias da sua chegada a Viena e da sua primeira audiência, pelo Paquete que saía de Palmouth, nos primeiros dias de Outubro. Esperava, pois, que o tratado Matrimonial fosse concluído durante esse mês, remetido em Novembro e recebido no Brasil em finais de Dezembro ou inícios de Janeiro. Caso tais hipóteses se concretizassem, as ratificações e procurações portuguesas seriam expedidas em Janeiro, devendo chegar a Viena em Abril, podendo o casamento celebrar-se, como era sua vontade, no dia 13 de Maio.³⁷³

Por estas indicações podemos concluir que uma comunicação entre o Rio de Janeiro e Viena levaria, pelo menos, dois a três meses a concretizar-se, mostrando a relevância que os embaixadores assumiam na supressão de lacunas por lapsos temporais, sendo obrigados a tomar muitas decisões de *per se*.

Entretanto, e para acelerar a logística associada ao negócio, D. João mandou uma recomendação aos governadores do Reino para que fizessem adiantar a preparação da nau Príncipe Regente, que fora recentemente lançada ao mar e que diziam «ser huma obra

³⁷¹ ANTT, *MNE*, Livro 695, ofício nº 32 do Marquês de Marialva ao Marquês de Aguiar, Paris, 7 de Agosto de 1816, fls. 9 e 9 vs..

³⁷² ANTT, *MNE*, Livro 88, ofício nº6 do Marquês de Aguiar para o Marquês de Marialva, 29 de Outubro de 1816.

³⁷³ ANTT, *MNE*, Livro 88, ofício nº7 do Marquês de Aguiar para o Marquês de Marialva, 29 de Outubro de 1816.

de toda a perfeição,»³⁷⁴ bem como de outras embarcações de guerra, por forma a que estivessem prontas em Abril, para partirem em direção ao porto onde se ajustasse o embarque da princesa.

Por outro lado, mandou que o Ministro residente em Londres abrisse, em Viena, um crédito de dez mil libras esterlinas, sendo que parte seria destinada a ajudas de custo do Marquês de Marialva e de Navarro de Andrade. Recomendou, porém, ao Marquês de Marialva, que esta soma não fosse recebida de uma só vez mas em três parcelas, a fim de que o seu pagamento fosse mais compatível com o estado dos fundos da Real Fazenda, em Londres.

Finalmente, D. João mandou aprontar uma ornamentação de jóias para o retrato de D. Pedro, o qual deveria ser enviado juntamente com as ratificações do contrato matrimonial.³⁷⁵

Apesar da urgência, o Marquês de Marialva só saiu de Paris em finais de Outubro.

[...] O Embaixador Portuguez, Marquez de Marialva, teve huma audiência particular e despedio-se de Sua Magestade. Vai em embaixada extraordinária a Vienna, e quando houver acabado a sua missão, voltará a seu posto em Paris. [...] ³⁷⁶

b) Negociações em Viena

Em 16 de Outubro, de Viena, já se noticiava uma casa, qualificada como magnífica, que o Marquês de Marialva mandara arrendar por período de seis meses, naquela capital, dizendo-se que o embaixador era esperado a partir de dia 20. Nessa mesma notícia referia-se que «a Arquiduqueza Leopoldina, destinada ao Príncipe Real de Portugal, tem ao presente hum Mestre de língua portugueza», falando, igualmente, italiano e francês com grande facilidade.³⁷⁷

Marialva só chegaria a Viena em 7 de Novembro, em parte por não ter podido sair de Paris antes do dia 24 de Outubro e, igualmente, por estarem os caminhos em péssimo estado, devido à época do ano. Conforme o próprio justifica perante o Marquês de

³⁷⁴ ANTT, *MNE*, Livro 695, ofício nº 32 do Marquês de Marialva ao Marquês de Aguiar, Paris, 7 de Agosto de 1816, fls. 9 e 9 vs..

³⁷⁵ ANTT, *MNE*, Livro 88, ofício nº6 do Marquês de Aguiar para o Marquês de Marialva, 29 de Outubro de 1816.

³⁷⁶ *Gazeta do Rio de Janeiro*, 22 de Janeiro de 1817.

³⁷⁷ *Gazeta do Rio de Janeiro*, 25 de Janeiro de 1817.

Aguiar, optara pelo trajeto menos curto, que passava por Franqueforte e Ratisbona, pelo receio que tivera de vir por Estrasburgo e Munique, devido às dificuldades na passagem por esta cidade, uma vez que havia notícias de aí se encontrarem mais de quatrocentos «cavalos de posta» para o transporte da comitiva da futura Imperatriz da Áustria.³⁷⁸

A futura imperatriz, segunda mulher do Imperador Francisco I, era a Princesa Carolina Augusta da Baviera, filha de um Príncipe da Prússia a quem, por estratégia de Metternich, o Imperador decidira ligar-se.

As negociações do casamento de Leopoldina iniciaram-se, pois, com Rodrigo Navarro de Andrade, encarregado dos Negócios de Portugal em Viena, tendo a sua final discussão e ultimação sido responsabilidade do Marquês de Marialva.

No dia em que chegou a Viena solicitou a Rodrigo Navarro de Andrade que noticiasse ao Príncipe de Metternich a sua presença na capital austríaca, pedindo que lhe fosse indicado o dia e hora em que aquele pretendia recebe-lo. O Príncipe reuniu com o Marquês logo na manhã seguinte, tendo-lhe expressado imediatamente o quanto S.M.I. estava agradado com a proposta matrimonial em causa.³⁷⁹ Metternich indicou ao Marquês de Marialva que, logo que pretendesse, poderiam passar ao estabelecimento e redação das bases e artigos do Tratado, podendo o mesmo ser assinado, ao contrário do que era habitual pelo protocolo daquela corte, antes mesmo do pedido oficial e público da mão da Arquiduquesa Leopoldina para o príncipe D. Pedro. Esta exceção era possível, segundo Metternich, unicamente por se atender à distância a que se encontravam da Corte portuguesa, bem como à satisfação com que o Imperador da Áustria via este enlace. Tal atenção seria tendente a permitir mais tempo de preparação, por parte do embaixador português, da sua entrada solene, desde logo se adiantando que poderia haver uma recepção particular com o Imperador. Este encontro veio a dar-se dois dias depois, na manhã do dia do casamento do próprio Imperador, possibilitando-se não só a audiência como, igualmente, a participação, já como embaixador, no próprio matrimónio imperial.

Nessa audiência, que ocorreu logo pelas dez horas da manhã, o Marquês de Marialva foi recebido pelo Imperador, tendo-lhe entregue o original da carta de D. João VI lhe enviara, reservando a cópia para o dia da entrada solene. Como Marialva referiu,

³⁷⁸ ANTT, *MNE*, Ofício do Marquês de Marialva ao Marquês de Aguiar, Viena, 13 de Novembro de 1816.

³⁷⁹ ANTT, *MNE*, Ofício do Marquês de Marialva ao Marquês de Aguiar, Viena, 13 de Novembro de 1816.

[...] me exprimiu aquelle Soberano com o maior interesse e afabilidade, o muito que se honrava com a Alliança que El Rey meu senhor lhe propunha; e que mui particularmente o lisonjeava a constância de Sua Magestade na intenção de concluir este Enlace que lhe fora offerecido há tantos annos, e que passava agora a effectuar-se com a maior satisfação de Ambas as Augustas Famílias.³⁸⁰

O Imperador ouviu o embaixador discorrer sobre as qualidades do Príncipe, tendo, logo de seguida, falado nas virtudes da Princesa, «filha predilecta de S.M., dizendo que estava mui persuadido de que assim como esta senhora faria a felicidade de seu futuro Augusto Esposo, Ella igualmente a receberia do Mesmo Senhor, estando decido de *coeur et d'ame* a contrahir a Alliança que lhe fora proposta; Alliança que se devia considerar como um Pacto vantajosíssimo entre a Europa e o Novo Mundo». Assim, a Áustria via nesta ligação ao Reino Unido de Portugal e do Brasil uma oportunidade de ligação à América do Sul, onde, até então, tivera dificuldade em rivalizar com as outras grandes potências.

O Imperador adiantou que a filha já estava a praticar a língua portuguesa, apesar de não ter muitos livros nesse idioma para praticar, ao que Marialva aproveitou para pedir permissão de lhe oferecer alguns que encomendara em Lisboa e em Paris. O Imperador ainda comunicou ao Embaixador que lhe parecia ser o Porto de Livorno o mais conveniente para o embarque da Arquiduquesa, devendo tal ocorrer na Primavera, por ser a época mais propícia. Mais tarde veio a saber que a Arquiduquesa pretendia que a sua embarcação parasse uns dias na Ilha da Madeira, para poder descansar da viagem tão longa que iria fazer.

Pelas quatro da tarde desse dia, Marialva juntou-se, na capela Imperial, ao restante Corpo Diplomático, para assistir à Bênção matrimonial do Imperador com a nova Imperatriz, tendo posteriormente sido recebido no quarto do soberano, tal como todos os restantes embaixadores, para apresentar cumprimentos e, já na Grande Sala de Dossel conhecer a Imperatriz e participar no Beija-mão.³⁸¹ Foi no banquete desse casamento que Marialva viu, pela primeira vez, a Arquiduquesa Maria Leopoldina.

³⁸⁰ ANTT, MNE, Ofício do Marquês de Marialva ao Marquês de Aguiar, Viena, 13 de Novembro de 1816.

³⁸¹ ANTT, MNE, Ofício do Marquês de Marialva ao Marquês de Aguiar, Viena, 13 de Novembro de 1816.

Rodrigo Navarro de Andrade acordara com o Conselheiro de Estado austríaco Hudelist uma reunião, em sua casa, onde ficou estabelecido que este apresentaria ao Marquês de Marialva um projecto de Tratado, escrito na língua usual para os negócios diplomáticos, francês, para que pudesse fazer as observações que considerasse convenientes e pudessem, logo em seguida, redigir as cláusulas do mesmo com os plenipotenciários nomeados pelo Imperador. Seguir-se-ia ainda o processo de assinatura e posterior ratificação por D. João VI e por Francisco II (Francisco I da Austria).

Nessa reunião, Hudelist expressou a vontade que o Imperador teria em estabelecer um Tratado de Comércio com a Corte Portuguesa, vantajoso para ambos os Reinos, vontade repetida pelo próprio Imperador, numa festa que se deu, no dia 13 de Novembro, em casa do Embaixador Extraordinário da Baviera, Conde de Ruhberg. O ambiente social dos embaixadores, que se frequentavam e participavam nos recíprocos eventos que organizavam, era propício a desenvolver oportunidades de contactos entre si mas, igualmente, com os membros da família real. O próprio imperador comunicou, nessa festa, que a filha ficara em casa, devido a uma ligeira indisposição e para estar em condições de receber Marialva no dia seguinte. Foi, pois, nessa noite que Francisco I questionou Marialva sobre o interesse que D. João VI teria num Tratado de Comércio recíproco, indicando-lhe quais eram, em seu entender, as vantagens de tal negócio. Marialva respondeu que, havendo D. João VI reunido num só reino Portugal, Brasil e os Algarves, procurava fomentar o comércio internacional, mandando inclusivamente abrir a todos os reinos os portos do Brasil, tendo, este novo Reino Unido, exigido uma nova ordem nas relações comerciais entre os diferentes Estados que compunham a Monarquia Portuguesa. Assim, tornar-se-ia indispensável estabelecer novas relações comerciais com outras potências que fossem muito vantajosas para todos. Marialva acrescenta, ainda,

Que os extensos domínios de S.M.I., offerecendo tanta variedade de produções, seja de natureza, seja de arte, cuja importação nos Estados portugueses, em troca dos productos desses mesmos Estados, tão útil poderia ser a ambas as Coroas, sem duvida moveria [...] El Rey Meu Senhor para fazer organizar, logo que possível, as importantes relações commerciaes que deveriam existir entre os Seus estados [...]³⁸²

A título de experiência, o Imperador informou, imediatamente, que quando enviasse o seu Embaixador Extraordinário para o Rio de Janeiro, o que pretendia fazer em breve,

³⁸² ANTT, *MNE*, Ofício do Marquês de Marialva ao Marquês de Aguiar, Viena, 13 de Novembro de 1816.

mandaria que levasse uma embarcação com amostras de produtos das fábricas dos seus reinos, para se poder verificar quais os que teriam maior aceitação, devendo existir uma experiência equiparada com produtos do Brasil.

O Embaixador extraordinário nomeado pelo Imperador Francisco I, para felicitar o Rei D. João VI pela exaltação ao trono, foi o Conde d'Eltz, o qual partiu com uma numerosa comitiva de secretários e conselheiros da Embaixada, camaristas, pagens e oficiais da própria casa do Embaixador³⁸³. Apenas partiu em Fevereiro, devido a ser um tempo mais favorável para a viagem. O Marquês de Marialva enviou, antecipadamente, uma relação exata de toda a comitiva do Embaixador austríaco para que no Brasil se pudesse providenciar o respetivo alojamento.

Assim, como se pode verificar, o casamento dos Príncipes era, igualmente, um pretexto para obter uma ligação comercial entre os dois Estados.³⁸⁴ Ora, esta proximidade com a Áustria não agradava, como seria de esperar, à Grã-Bretanha. Aliás, para além da questão de D. Leopoldina ter sido prometida a um Príncipe da Saxónia, conforme carta de Metternich ao Imperador, os ingleses pressionavam para que o casamento não se fizesse até a corte regressar do Brasil, invocando que o próprio imperador Austríaco considerava esse regresso essencial. Na verdade, como se pode concluir pela indicação dada a Marialva, pelo próprio Imperador, essa questão não só não seria essencial como, pelo menos numa fase inicial, até funcionaria como móbil para reforçar as relações comerciais. Tal como já referimos, em ofício secreto, de 15 de Março de 1815, ao Marquês de Marialva, foi transmitido que esta posição poderia ser um embaraço para a negociação, dando D. João VI autorização ao embaixador para dizer que a sua vontade seria regressar logo que controlasse o ímpeto revolucionário. Este casamento revelava-se, pois, essencial para a posição das diversas potências europeias relativamente a Portugal, os seus aliados e a sua posição na América do Sul.

Conforme aviso enviado pelo Conde de Palling, Mordomo Mor de Leopoldina, e tal como o Imperador lhes havia confirmado, Navarro de Andrade e Marialva foram recebidos pela futura mulher de D. Pedro. Neste encontro, a noiva transmitiu-lhes o quanto

³⁸³ ANTT, *MNE*, Ofício do Marquês de Marialva ao Marquês de Aguiar, Viena, 2 de Dezembro de 1816.

³⁸⁴ ANTT, *MNE*, Ofício do Marquês de Marialva ao Marquês de Aguiar, Viena, 13 de Novembro de 1816.

apreciava «o enlace que a Divina Providência lhe destinava».³⁸⁵ Desde criança que tinha os maiores desejos de conhecer o continente americano e agora sentia-se muito feliz com esta partida para o Brasil. A Princesa demonstrou interesse em saber quais eram os estudos a que D. Pedro era mais dedicado. Mais uma vez, demonstrando a sua *honnêteté*, própria de um embaixador, arranjou logo forma de impressioná-la. Sabendo do gosto que a filha do Imperador tinha pelas ciências naturais respondeu-lhe que D. Pedro era muito aplicado nos diversos estudos convenientes a um Príncipe mas que tinha grande inclinação pelas ciências. D. Leopoldina ficou muito agradada com esta informação e assegurou que levaria como presente para o seu futuro marido «hum mui preciosa collecção de mineraes da Europa,»³⁸⁶ bem como algumas plantas vivas cuja multiplicação poderia ser útil naquele continente.

Posteriormente a este primeiro encontro, o Imperador expressou o desejo de que Marialva e Navarro de Andrade fossem recebidos mais vezes no quarto de Leopoldina. Assim, passaram a ser recebidos todas as quintas feiras. O Embaixador português ficou muito entusiasmado com a evolução que a princesa apresentava, em tão pouco tempo, na aprendizagem do português. Numa destas visitas, a filha do Imperador leu um excerto de um livro em português e traduziu para francês, o que, segundo Marialva, teria feito muito bem, quer num, quer noutro idioma.³⁸⁷

Questão interessante, reveladora dos condicionalismos que, à época, as difíceis comunicações imprimiam à acção dos diplomatas, nomeadamente na negociação e redacção dos termos dos tratados, é a dúvida levantada por Marialva quanto a saber qual a designação exacta de D. Pedro, a figurar no respectivo Tratado Matrimonial.

Devo prevenir a V. Ex.^a que, ignorando eu se S.A.R. o Sereníssimo Senhor Príncipe D. Pedro, depois do falecimento da Rainha Fidelíssima a Senhora D. Maria I, que tanta glória haja, ainda conserva o Título de Príncipe da Beira ou se lhe foi conferido aquelle de Príncipe do Brasil, apesar de ter sido elevada esta tão considerável parte dos Estados d'El Rey Meu Senhor à dignidade e Cathegoria de Reino, procurarei, na redacção do di-

³⁸⁵ ANTT, MNE, Ofício nº 40 do Marquês de Marialva ao Marquês de Aguiar, Viena, 19 de Novembro de 1816.

³⁸⁶ ANTT, MNE, Ofício nº 40 do Marquês de Marialva ao Marquês de Aguiar, Viena, 19 de Novembro de 1816.

³⁸⁷ ANTT, MNE, Ofício nº 44 do Marquês de Marialva ao Marquês de Aguiar, Viena, 24 de Dezembro de 1816.

to Tratado, evitar pelo único meio que me ocorre, o embaraço em que esta incerteza me põe.³⁸⁸

A forma de resolver o embaraço foi a de designar D. Pedro, no Tratado de Casamento, por Príncipe Real do Reino Unido de Portugal, Brasil e dos Algarves.³⁸⁹

A negociação deste Tratado implicava a análise de várias questões, algumas a introduzir em forma de cláusulas contratuais, outras não, essenciais para respeitar os costumes e interesses de ambos os Estados.

Uma dessas questões, desde logo levantada pelo Marquês de Marialva, em carta enviada para o Rio de Janeiro,³⁹⁰ prendia-se com quem deveria a Arquiduquesa vir acompanhada para a Corte portuguesa no Brasil. Segundo o embaixador, não era seria uso, na Corte austríaca, nem na espanhola, as Arquiduquesas que casavam com príncipes estrangeiros virem acompanhadas por pessoas da corte da proveniência, salvo até ao momento e local de entrega; o Imperador Francisco I, porém, tendo em conta a distância da corte portuguesa, pretendia que fosse permitido à filha levar uma dama da corte austríaca para o Brasil. Assim, o próprio Imperador solicitou a D. João VI, por intermédio do Marquês de Marialva, que quando nomeasse as pessoas para o Quarto da Arquiduquesa Leopoldina incluísse o nome de uma das filhas de Lebzelter, antigo Ministro da Áustria em Lisboa,³⁹¹ nomeadamente a mais velha, que deveria ser incluída na comitiva que levaria a Princesa do porto de Livorno até à corte nacional. A vantagem desta dama austríaca seria o falar bem português, para além do alemão, tendo o embaixador informado o Príncipe de Metternich que não haveria, certamente, problema em mudar o uso de não acompanhamento por damas da proveniência. Contudo, Marialva levantava ainda um problema adicional, pelo facto de a dama ser estrangeira e passar a viver com a futura Princesa de Portugal. Metternich tranquilizou o Marquês ao confirmar que a

³⁸⁸ ANTT, *MNE*, Ofício nº 39 do Marquês de Marialva ao Marquês de Aguiar, Viena, 13 de Novembro de 1816.

³⁸⁹ José Ferreira Borges de Castro (coord.), *Collecção dos Tratados, Convenções, Contratos e Actos Públicos celebrados entre a Coroa de Portugal e as mais Potências desde 1640 até ao presente*, IV Tomo, Lisboa, Imprensa Nacional, 1856.

³⁹⁰ ANTT, *MNE*, Ofício nº 40 do Marquês de Marialva ao Marquês de Aguiar, Viena, 19 de Novembro de 1816.

³⁹¹ O Cavaleiro de Lebzelter foi enviado do Império, em Lisboa, entre 1769 e 1776, tendo passado a embaixador entre 1776 e 1817. Ana Leal de Faria, *Arquitectos...*, p. 210.

mesma poderia ser naturalizada portuguesa, tanto mais que fora em Portugal que, durante o exercício de funções do seu pai, nascera.³⁹²

c) O Tratado matrimonial

A negociação do Tratado, nomeadamente a sua redacção, foi, pois, estabelecida mediante reuniões com o Conselheiro de Estado Hudelist, Rodrigo Navarro de Andrade e o Marquês de Marialva, o qual, de acordo com instruções enviadas pelo Marquês de Aguiar, em 15 de Março, deveria ser elaborado tendo por base o Tratado Matrimonial negociado e assinado, em Viena, pelo Conde de Vilarmaior, em 24 de Junho de 1708, nomeadamente no que se referisse ao dote, arras, despesas da deslocação da noiva até ao porto de embarque. Relativamente a este ponto, Marialva referia que, nessas instruções, haveria a indicação de alguns portos de embarque preferenciais, sendo, porém, insinuado, nas mesmas, que tal deveria ser deixado à consideração da Corte de Viena.³⁹³

A preparação do Marquês de Marialva teve por base contratos anteriores. Assim, estudou o contrato anteriormente referido, relativo ao casamento de D. João V com D. Maria Ana de Áustria, indicado como norma a seguir, bem como o contrato de casamento assinado em Madrid, em 3 de Setembro de 1727, pelo Marquês de Abrantes,³⁹⁴ relativo ao casamento de D. José e D. Mariana Vitória de Bourbon, por ser, conforme referiu D. Pedro de Vito, um tratado igualmente referente a «um Príncipe Hereditário de Portugal».

Uma das questões imediatamente levantada foi a incorrecta inversão dos nomes da Arquiduquesa Leopoldina da Áustria constante da carta com plenos poderes para a negociação, emitida a favor do Marquês de Marialva. Assim, apesar de se chamar Carolina Josefa Leopoldina, no documento aparecia como sendo Leopoldina Carolina Josefa; tal constatação, segundo o Embaixador, não foi impeditiva da negociação, desde logo por que a Arquiduquesa, na Áustria, era chamada simplesmente de Leopoldina. Mais relevante foi a designação que a arquiduquesa deveria assumir após o casamento. Segundo

³⁹² ANTT, *MNE*, Ofício nº 40 do Marquês de Marialva ao Marquês de Aguiar, Viena, 19 de Novembro de 1816.

³⁹³ ANTT, *MNE*, Ofício nº 40 do Marquês de Marialva ao Marquês de Aguiar, Viena, 19 de Novembro de 1816.

³⁹⁴ Apesar de a maior parte da negociação ter sido efectuada por Cunha Brochado, foi a D. Rodrigo de Sá Almeida e Meneses, 1º Conde de Abrantes, que coube a assinatura do Tratado, bem como o pedido da mão da Infanta de Espanha. Nesse sentido vide Nuno Gonçalo Monteiro, *D. José*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2006, pp. 18-23.

Marialva, e conforme consta do artigo IIº, passaria a ser declarada Princesa Real do Reino Unido de Portugal e do Brasil e Algarves, aparentemente por indicação dos negociadores austríacos, o que não levantou qualquer oposição, apesar de nunca a ter encontrado em tratados análogos.³⁹⁵

No dia 29 de Novembro de 1816, pelas sete horas da tarde,³⁹⁶ foi assinado, na casa do Príncipe de Trautmansdorff, Mordomo-Mor do Imperador, o Tratado Matrimonial, tendo sido plenipotenciários, por parte de Francisco I, o próprio anfitrião e o Príncipe de Metternich, Ministro de Estado, das Conferências e dos Negócios Estrangeiros, e, por parte de D. João VI, D. Pedro José Vito de Meneses Coutinho, Marquês de Marialva e Conde de Cantanhede.

Tal como D. João ordenara, o embaixador português enviou, no início de Dezembro, os Tratados matrimoniais. Esta expedição tinha, porém, sido preparada há algum tempo. Assim, quando ainda se encontrava em Paris, o Marquês de Marialva escreveu confidencialmente a D. Miguel Pereira Forjaz³⁹⁷ e perguntou-lhe se, no caso de ser necessário expedir um correio urgente com ofícios importantes para o Rio de Janeiro, poderia contar com uma embarcação portuguesa que o transportasse. Contudo, como D. Miguel Pereira Forjaz não foi muito rápido na resposta, e percebendo ao chegar a Viena que a assinatura do Tratado poderia ser feita com alguma celeridade, preveniu o Conde de Palmela que, até meados de Dezembro, poderia chegar a Londres um correio que expediria de Viena, destinado à nossa Corte. Pedia-lhe que fizesse demorar a partida do paquete de Dezembro até tal momento, para que o seu correio pudesse mesmo seguir para o Brasil.

Já após este contacto com Londres, Marialva recebeu a resposta de D. Miguel Pereira Forjaz, na qual comunicava que mandara aprontar a *Fragatinha Benjamim* para os efeitos solicitados.

³⁹⁵ ANTT, MNE, Ofício nº 40 do Marquês de Marialva ao Marquês de Aguiar, Viena, 19 de Novembro de 1816.

³⁹⁶ ANTT, MNE, Ofício nº 40 do Marquês de Marialva ao Marquês de Aguiar, Viena, 19 de Novembro de 1816.

³⁹⁷ Para uma compreensão das dificuldades que D. Miguel Pereira Forjaz teve na regência em Lisboa, durante a ausência da Corte no Rio de Janeiro, vide Francisco de La Fuente, *D. Miguel Pereira Forjaz, Conde da Feira (1769-1827), o organizador da luta contra Napoleão*, Lisboa, Tribuna da História, 2011.

A expedição de Londres era, porém, mais rápida do que a de Lisboa. O Marquês de Marialva expediu o correio com os Tratados para aquela capital, com a condição de, caso o pacote ainda não tivesse partido no momento da sua chegada, o Conde de Palmela expedir-lo e avisar os governadores portugueses, nomeadamente D. Miguel, para que ficassem inteirados de que já não iria na dita fragata.³⁹⁸ Contudo, em consequência de uma tempestade entre Ostende e Londres, este correio acabou por chegar mais tarde do que o previsto, pelo que já não seguiu no Pacote inglês.³⁹⁹

Este Tratado seria, segundo indicação de Borges de Castro, ratificado por D. João VI nos primeiros dias do mês de Abril de 1817, tendo sido ratificado pelo Imperador Francisco I, da Áustria, em 14 de Maio desse ano e as ratificações trocadas em Viena, no dia 29 de Junho de 1817.⁴⁰⁰

2 – Entrada do Embaixador Extraordinário

Estando concluído o Tratado Matrimonial, tornava-se agora indispensável cumprir o protocolo formal de, em audiência pública, ser pedida a mão da Arquiduquesa Leopoldina. Nesta audiência, o embaixador assumiria um papel determinante pois, enquanto *longa manus* do Rei, deveria socorrer-se de todos os meios para demonstrar o seu poder. O prestígio do Estado e da própria família real seriam demonstrados pela forma mais ou menos faustosa que o Embaixador conseguisse imprimir à sua entrada oficial, estando este acto diplomático e protocolar revestido de uma carga simbólica efectiva.

Em carta enviada ao Marquês de Aguiar, na véspera de Natal de 1816, D. Pedro de Vito informava que não seria provável que as suas Entrada e audiência pública pudessem ter lugar antes dos últimos dias do mês de Janeiro, do ano seguinte, faltando-lhe ainda algumas coisas indispensáveis para a «pompa daquelles actos»; indicava, nessa mesma missiva, contar ter já o retrato, presume-se que de D. Pedro, para apresentar na audiência. A Entrada, segundo Marialva, era uma cerimónia que tinha sido dispensada aos

³⁹⁸ ANTT, *MNE*, Livro 695, Ofício do Marquês de Marialva ao Marquês de Aguiar, Viena, 2 de Dezembro de 1816.

³⁹⁹ ANTT, *MNE*, Livro 695, Ofício nº 47 do Marquês de Marialva ao Marquês de Aguiar, Viena, 8 de Dezembro de 1816.

⁴⁰⁰ Borges de Castro, *op. cit.*, p. 298.

restantes embaixadores em Viena, mas que a natureza da sua missão exigia.⁴⁰¹ A necessidade de demonstrar que a deslocação da Corte portuguesa para o Novo Mundo nada afectara o seu prestígio, no equilíbrio de poder das diversas potências europeias, bem como a necessidade de reforçar o peso e importância da monarquia, naquele que era o acto mais garantístico da sua continuidade, o casamento entre Príncipes, e que de certo modo constituía a natureza do próprio acto, conferiam à entrada do Marquês de Marialva uma importância que o embaixador não pretendia deixar de reforçar.

A Entrada solene do Embaixador de D. João VI, na corte de Viena, para pedir publicamente a mão da Arquiduquesa Leopoldina, ficou apazada para o dia 17 de Fevereiro de 1817. As descrições da respectiva Entrada nos jornais da época permitem concluir sobre a pompa e o fausto que Marialva lhe pretendia imprimir.

Assim, precediam o «estado» do Embaixador dezassete carruagens pertencentes a príncipes da Corte Imperial, bem como outras seis de outra figuras importantes da Corte austríaca, num total de vinte e quatro, todas puxadas por seis cavalos cada. Cada uma destas carruagens era ladeada por criados vestidos com «ricas librés».⁴⁰² Seguidamente apresentava-se o «estado do embaixador», que começava com seis pajens, vestidos com fardas escarlates bordadas a prata, com dragona de ouro e fitas pendentes, no ombro esquerdo, de cor escarlata e azul, com as armas do Marquês de Marialva (escudo das armas de Portugal com três flores de liz), coletes e calções de casimira branca, ligas de galões de ouro, chapéus com plumas brancas e presilha de ouro, botas de montar e esporas de ouro, montados em ginetes igualmente enfeitados.

Em seguida, apresentava-se um estribeiro, vestido de forma idêntica aos pajens mas com as casas da farda bordadas a ouro. Atrás seguiam dez oficiais da Casa do Marquês, com fardas azuis bordadas a ouro, calções de seda preta e chapéus com presilha de ouro, bem como vinte Guarda-roupas vestidos de igual forma, todos com espadins. Seguidamente apresentavam-se dois maceiros com librés azuis, golas escarlates, dragona de prata nos ombros, espada de prata e um bastão, com um avultado castão em prata onde figuravam as armas do Marquês. Após estes apresentavam-se dois volantes com fardas

⁴⁰¹ Carta do Marquês de Marialva ao Marquês de Aguiar, Viena, 24 de Dezembro de 1816, Arquivo do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, *Correspondência diplomática, Missão do Marquês de Marialva*, nº 44, *apud* Norton, Luíz, *op. cit.*, p. 228.

⁴⁰² *Gazeta do Rio de Janeiro*, 4 de Junho de 1817.

escarlates, saíotes de seda azul e franja de prata, tendo por cima uma cinta de seda es-
carlate e duas compridas borlas de prata. Tinham, ainda, coletes azuis com golas de pra-
ta, sapatos de seda azul bordados a prata, barretinas de veludo escarlate, com uma chapa
contendo as armas do embaixador, duas plumas brancas e uma escarlate, dragonas de
prata e bastão. Logo a seguir apresentavam-se dois caçadores, com librés verdes com-
pridas e abas compridas, idênticas às usadas por militares, com galão de prata e dois
boldriés de veludo azul bordado a prata. Num dos boldriés encontrava-se a faca de mato
de prata, com punho de ponta de veado, tendo, junto aos punhos, outra faca mais peque-
na de dois gumes. Noutro boldrié vinha um apito de pau preto, elemento distintivo do
caçador. Os caçadores traziam, ainda, dragonas de prata, botas com franjas de prata e
chapéu com galão de prata, plumas verdes e brancas.

Sobre os cavalos vinham telizes de veludo carmesim, com bordadura de ouro e as armas
da casa Marialva.

A seguir vinham dois coches da Casa Imperial. No primeiro, no banco da frente senta-
va-se o Estribeiro-Mor do Imperador e, no traseiro, vinha o Embaixador português. No
coche posterior apresentavam-se, no banco dianteiro, um camarista e, no banco traseiro,
o Secretário da Embaixada com o Introdutor dos Embaixadores. Ladeavam estes coches
muitos criados da Casa Imperial.

Atrás destes coches vinha a berlinda do Embaixador, verde, esmaltada a ouro, com três
vidros laterais e dois à frente, sendo puxada por seis cavalos pretos com arreios doura-
dos. A seguir vinha outra berlinda, igualmente do Embaixador de D. João VI, com vá-
rios criados do Marquês, de cor branca e puxada por seis cavalos castanhos, com arreios
prateados. Cada uma das berlindas trazia um cocheiro, um sota, um moço de estribeira e
quatorze moços, todos com librés ricas. No total, o Estado do embaixador compunha-se
de setenta e sete pessoas.

No final do cortejo vinham, ainda, as carruagens dos Embaixadores de Inglaterra, Fran-
ça e Espanha.⁴⁰³ O cortejo da Entrada do Embaixador Marquês de Marialva é, à época,
comparado ao da Entrada do Marquês de Vilarmarior, quando em 1708 entrara na mes-
ma Corte para pedir a mão de D. Mariana de Áustria, para o casamento com D. João V.
O fausto desta entrada, digna de uma entrada real, a que o Marquês de Marialva não

⁴⁰³ Idem, *ibidem*.

poupara proporcionais despesas,⁴⁰⁴ demonstrava bem a carga simbólica que as entradas dos diplomatas ainda assumiam no início do século XIX. Toda a cidade veio assistir a esta magnificência, incluindo a própria família imperial, que assistiu, perto da Porta de Corinthia, no Palácio do Conde de Althan.⁴⁰⁵

O pedido oficial foi efectuado, pelo Marquês de Marialva, no dia 18 de Fevereiro.

Conforme fomos referindo ao longo do nosso trabalho, as práticas protocolares já não são vistas hoje na perspetiva analítica de Lucien Febvre⁴⁰⁶, para quem não passavam de delicadezas, fórmulas de saudação sabiamente graduadas e detestável barbárie que as cortesias dos diplomatas mal conseguiam disfarçar. O protocolo, a etiqueta e o cerimonial são hoje vertentes valorizados, no estudo da História, enquanto reveladores de uma determinada cultura política.⁴⁰⁷

3 – Celebração do casamento, embarque da Arquiduquesa e custos associados

No dia 13 de Maio, dia do aniversário de D. João VI, bem como de outros casamentos na família, celebrou-se o casamento da Arquiduquesa Leopoldina com D. Pedro de Alcântara, por procuração, tendo o noivo sido representado pelo Arquiduque Carlos.

A celebração de um casamento régio, inserindo-se na estratégia de afirmação do poder, implicava um conjunto de manifestações associadas e, consequentemente, de elevados custos.

Sendo o casamento realizado numa Corte estrangeira, o momento era aproveitado para transmitir a imagem de riqueza e força económica do Reino através dos seus representantes, os embaixadores. É neste contexto estratégico que se deve inserir o baile que, a propósito daquela união matrimonial, o Marquês de Marialva deu, no dia 1 de Junho, na

⁴⁰⁴ D. João VI estabeleceu, ao Marquês de Marialva, um ordenado de 19 200 \$00, bem como ajudas de custo proporcionais às despesas acrescidas da embaixada, tendo concedido, ainda, um crédito no valor de £ 10 000, e ainda autorização para sacar todas as somas necessárias. Ofício do Marquês de Marialva, de 13 de Janeiro de 1817, apud Luíz, Norton, *op. cit.*, p. 57.

⁴⁰⁵ Idem, *ibidem*.

⁴⁰⁶ Lucien Febvre, “Contra a História Diplomática em si. História ou política? Duas reflexões: 1930, 1945”, *Combates pela História*, Lisboa, Editorial Presença, 1989, pp. 69-70.

⁴⁰⁷ Ana Leal de Faria, *Duarte Ribeiro de Macedo. Um diplomata moderno 1618-1680*, Lisboa, Instituto Diplomático, 2005, p. 31.

Quinta de Augarten, onde residia. À festa assistiram cerca de duas mil pessoas, da mais alta sociedade vienense. Tendo começado por volta das oito horas da noite, o Imperador e a Imperatriz chegaram por volta das nove, tendo sido acompanhados por todos os Arquidukes, Arquidukesas, o Duque de Saxe-Teschen, o Príncipe da Baviera e todos os Embaixadores estrangeiros.

Foi o próprio Marquês de Marialva quem abriu o baile, dançando uma polaca com a Arquidukesa Leopoldina, agora Princesa de Portugal e do Brasil. O banquete foi servido pelas onze horas, tendo sido servida uma ceia em mesa de quarenta talheres; os convidados foram servidos em baixela de prata, excepto os da família imperial, que foram servidos em baixela de ouro. Participaram mais de mil e cem convidados na ceia, a qual durou até cerca da uma hora, altura em que foi reiniciado o baile. Esta festa custou um milhão de florins.

Curiosamente, a notícia pormenorizada deste evento é dada nas Gazetas Inglesas que, como explanámos anteriormente, não viam com bons olhos esta união entre a Família Real portuguesa e a Família Imperial austríaca. A Gazeta do Rio de Janeiro publicita um resumo de notícias das Gazetas Inglesas, publicadas até Julho, dando destaque à notícia que nelas fora dado a este baile, demonstrando que a intenção de demonstrar esta força do Reino Unido de Portugal e do Brasil chegara, igualmente, a Inglaterra.⁴⁰⁸

A notícia deste casamento chegou ao Rio de Janeiro pelo menos em 23 de Maio, data de um despacho oficial de D. João VI, no qual decretou, para 26 desse mês, dia de grande gala na Corte, destinando-o, igualmente, a receber felicitações do Corpo Diplomático e dos seus fiéis vassalos, as quais aconteceram, com beija-mão real, por volta da uma da tarde.⁴⁰⁹ Na manhã dessa segunda-feira, as fortalezas e as embarcações estavam embandeiradas, tendo havido salvas reais. À noite, toda a família real deslocou-se ao teatro da Corte, onde os presentes, com traje de gala gritaram vivas ao rei, tendo sido tocado o hino nacional. Foi representada a ópera *Vestal*, havendo, no intervalo, a interpretação da Dança *Surpresa de Diana*.⁴¹⁰ Como se pode observar, os casamentos eram um instrumento de manifestação e reforço simbólicos do poder real, em nada se afastando do que acontecera durante todo o antigo regime.

⁴⁰⁸ *Gazeta do Rio de Janeiro*, 20 de Setembro de 1817.

⁴⁰⁹ *Gazeta do Rio de Janeiro*, 28 de Maio de 1817.

⁴¹⁰ *Idem, Ibidem*.

Outro aspecto a ter em conta nestes casamentos era o relativo aos custos. Para além dos associados ao contrato matrimonial, como o dote, contra-dote, as arras, os custos associados ao transporte da noiva, havia ainda que contar com outras despesas associadas, tais como as festas e cerimoniais (de que a entrada do Marquês de Marialva e o baile dado por ocasião da sua celebração são exemplos), mas também as gratificações necessárias para a compensação de quem trabalhara para o sucesso do evento.

Assim, em carta enviada de Viena, em 02 de Dezembro de 1816, o Marquês envia indicações claras quanto a quem deve receber gratificações, no Porto de Liorne, local combinado para o embarque da Arquiduquesa para o Brasil, bem como o valor, em ducados, e a forma (se em dinheiro, se em objectos – tais como relógios, jóias, caixas com retratos do rei – se em barras de ouro). Indicando que o ducado tem um valor correspondente a onze francos e sessenta e três cêntimos franceses, solicita ao rei que seja dada uma lista definitiva de pessoas a quem oferecer presentes, tanto mais que existia um princípio de reciprocidade, devendo o Imperador austríaco ser informado para poder providenciar igual gratificação. Em alguns casos, sugere, igualmente, que sejam atribuídas condecorações.⁴¹¹

Nas sugestões que elabora destaca-se o conjunto de pessoas que participaram na negociação: Príncipe de Metternich (que deveria receber, pela assinatura do Tratado, três mil ducados, bem como outro tanto pela entrega da princesa no porto de Liorne, uma condecoração com a Grã Cruz de uma das Ordens e, como forma de maior distinção, um placar de brilhantes da ordem a atribuir); José de Hudelist (dois mil ducados, pela negociação, e outro tanto pela entrega, bem como uma condecoração como comendador, bem como um placar de diamantes de menor valor); Príncipe de Trauttmansdorff (por ter sido plenipotenciário, a Grã Cruz de uma das Ordens, sendo bastante o envio das insígnias); Conde Edling (enquanto Mordomo-Mor da Arquiduquesa Leopoldina, no valor de mil ducados). Marialva acrescenta que, relativamente às pessoas que acompanhariam a Arquiduquesa até Liorne, pela longa viagem, deveria ser dado um valor em excesso.

Refere, ainda, o Embaixador que os pajens, em número de seis, que acompanham a Arquiduquesa deverão, igualmente, receber relógios e os guardas Nobres, em número de

⁴¹¹ Carta do Marquês de Marialva ao Marquês de Aguiar, Viena, 16 de Dezembro de 1816, Arquivo do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, *Correspondência diplomática, Missão do Marquês de Marialva, nº 44, apud Norton, Luíz, op. cit.*, pp. 222-227.

vinte e quatro, anéis ou caixas de ouro. Ao arcebispo de Viena deveria ser oferecida uma cruz peitoral.

Relembrando a prática existente, então, entre os soberanos europeus, não querendo que D. João VI deixasse de se considerar como tal, Marialva sugere o envio de uma Grã Cruz ao Imperador, bem como ao Príncipe Imperial. Sugere, ainda, a condecoração com a Ordem de Santa Isabel para a Imperatriz e para a Arquiduquesa, bem como para a mulher do príncipe de Metternich (até pelo impacto que teria no marido).⁴¹²

As condecorações por motivo dos casamentos era uma prática a nível geral. Assim, a título meramente exemplificativo, D. João VI condecorou como Comendador da Ordem de Cristo, conferindo-lhe uma renda vitalícia de seiscentos réis anuais, o Embaixador Extraordinário do Imperador austríaco, Conde de Urbna, que viera para a corte portuguesa no Brasil dar a notícia de se haver celebrado o casamento do Príncipe D. Pedro e da Arquiduquesa Leopoldina.⁴¹³

O próprio Marquês de Marialva, bem como Rodrigo Navarro de Andrade, responsáveis portugueses pela negociação do casamento, foram agraciados, pelo Imperador austríaco, com as insígnias da Grã Cruz da Real Ordem de Santo Estevão da Hungria.⁴¹⁴ Assim, o reconhecimento do papel essencial dos embaixadores era, igualmente, efectivado nestas ocasiões.

Os custos associados ao transporte da noiva para a corte portuguesa também não eram dispendiosos. Na verdade, seguindo a prática que tinha sido seguida com o transporte de D. Mariana de Áustria, no casamento com D. João V, os responsáveis nacionais ainda tentaram fazer com que a Arquiduquesa viesse acompanhada por elementos da corte austríaca; contudo, o Marquês de Marialva, em carta enviada em 16 de Março de 1817, clarificou que toda a logística deveria ser da responsabilidade dos portugueses.

A nossa corte porém, fundada no que se tinha praticado por ocasião do casamento do Senhor Rey D. João V com a Senhora Arquiduquesa D. Mariana d'Áustria, estava na persuasão, segundo claramente infiro do conteúdo dos últimos despachos que dali recebi, que a Sereníssima Senhora Arquiduquesa Leopoldina seria acompanhada desde esta Corte até ao Rio de Janeiro pelos criados e criadas da sua casa. Quando porém a nossa Corte receber as declarações que lhe enviei a este respeito, e que forão pelo correio Ferreira [...] hé natural que expresse ordens a esse Governo para que haja de fazer partir

⁴¹² Idem, *ibidem*.

⁴¹³ *Gazeta do Rio de Janeiro*, 22 de Outubro de 1817.

⁴¹⁴ *Gazeta do Rio de Janeiro*, 10 de Setembro de 1817.

dahi para Liorne as pessoas que deverião acompanhar S.A. I., ou que mesmo do rio de Janeiro mande Sua Magestade outras para Liorne.⁴¹⁵

Nessa mesma missiva, o Embaixador envia uma relação das pessoas que de Lisboa deveriam ir para Liorne, a bordo dos navios de guerra portugueses, tanto para o serviço da Arquiduquesa como para o da família que a acompanhasse, desde a Corte de Viena até à do Rio de Janeiro, onde inclui um médico e cirurgião da Câmara, um boticário, um sacristão para o serviço da capela da nau em que fosse a princesa, pessoa encarregada de fazer as compras necessárias em Liorne, reposteiros, moços de montaria, cozinheiros, ajudantes de cozinha, copeiros e seus ajudantes, padeiros, mulheres para fazerem a limpeza das câmaras e beliches das senhoras que acompanhassem a Arquiduquesa e músicos militares.

Por outro lado, envia uma lista das pessoas que deveriam acompanhar a Arquiduquesa desde Viena até à Corte do Rio de Janeiro, com a indicação daquelas que deveriam ir a bordo da nau onde seguisse a Princesa. Neste último caso incluía uma camareira-mor, duas damas, um embaixador extraordinário e comissário imperial, um mordomo-mor, duas camaristas, um capelão confessor, um cirurgião, entre outras.⁴¹⁶

Para ajudar a suportar estas despesas, vários subditos contribuíram através de doações. Em vários números da Gazeta do Rio de Janeiro foram publicados nomes das pessoas que entregaram, no Real Erário, donativos para ajudar nas despesas do casamento, num total de 193 926 \$ 585.

A chegada de Leopoldina foi, conforme esperado, um evento muito celebrado no Rio de Janeiro. Utilizando mais uma vez um protocolo nacional, conhecido como Protocolo do Tejo,⁴¹⁷ usado diversas vezes em Lisboa, como no dia da chegada da embaixada de Carlos II, de Inglaterra, e da consequente partida de Catarina de Bragança para Inglaterra.

⁴¹⁵ ANTT, Ofício do Marquês de Marialva a D. Miguel Pereira Forjaz, de 16 de Março de 1817, *MNE*, Caixa 954, Macete 6.

⁴¹⁶ Idem, *ibidem*.

⁴¹⁷ Apesar de não termos tido acesso a muita bibliografia específica, não podemos deixar de referir a pormenorizada descrição do *Protocolo do Tejo*, efetuada pelo Senhor Embaixador Manuel Corte-Real, em comunicação efetuada em 8 de abril de 2014, no curso Embaixadas e Embaixadores, organizado pela Associação dos Amigos dos Castelos e pelo Centro de História da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

Este casamento fora mais uma forma de conseguir afirmar o prestígio da monarquia no centro da Europa, o qual foi temporariamente conseguido. Em breve porem, o curso da História, nomeadamente os movimentos liberais nacionais e independentistas no Brasil acabariam por condicionar o regresso do monarca a Lisboa. Inevitavelmente ou não, a sua atenção enquanto rei voltava a centrar-se, *in loco*, na Europa.

CONCLUSÃO

A permanência da corte portuguesa no Rio de Janeiro não significou uma ausência de interesse pela afirmação da monarquia transatlântica e da própria família Bragança na Europa.

Se é certo que os territórios sul americanos tinham um valor intrínseco em termos económicos e até políticos, aumentado até com a partida do regente, não poderemos deixar de considerar que os interesses no velho continente continuaram a ser objeto de atenção por parte de D. João.

Tendo escolhido como estudo de caso e elemento agregador da nossa análise as alianças matrimoniais dos filhos de D. João, procurámos perceber quais teriam sido as motivações estratégicas para a sua realização, na escolha dos diversos casamentos dinásticos, bem como os contornos das negociações, as contingências dos negociadores e os aspetos de formalização e cerimonial associados. Mais do que os resultados finais, interessou-nos essencialmente os processos de negociação.

Baseando-nos essencialmente na correspondência diplomática, fonte de grande vastidão informativa para todos os aspetos que pretendíamos tratar, percebemos que em todos os casamentos estudados, apenas os considerados relacionados com a disponibilidade do regente na negociação, poderíamos encontrar uma tendência e linha orientadora na forma como D. João se pretendia posicionar.

Começando pelo primeiro casamento de membros de uma família real a celebrar-se na América do Sul, concluímos que a estratégia subjacente à sua escolha, ainda que numa linha de solução possível mas nem por isso menos consonante com o seu plano, só poderia ser cabalmente compreendida se recuássemos uns anos, mais concretamente ao da Revolução Francesa, ano em que D. Pedro Carlos de Bourbón e Bragança veio para Portugal.

A vinda para Lisboa do sobrinho de D. João, neto em simultâneo dos monarcas portugueses e espanhol, esteve associada a um grande cuidado e precaução das partes envolvidas, quase impossibilitando a sua concretização. O papel do Enviado Diogo de Noronha e do Ministro espanhol Floridablanca foi essencial para que a criança pudesse atravessar a fronteira e vir, de acordo com o propósito inicial, visitar a sua família portuguesa, na sequência da morte dos seus pais. O interesse de Floridablanca em agradar a rainha D. Maria I, igualmente por uma questão internacional, e a vontade de não deixar transparecer o valor que aquela criança tinha, o ser um possível sucessor em ambos os reinos ibéricos, acabou por permitir a viagem do jovem Infante. A cautela do monarca espanhol foi tal que conduziu ao estabelecimento pessoal do próprio itinerário a realizar, bem como à imposição de um rigoroso protocolo, quer na viagem, quer na entrega, à semelhança do que se começara a uniformizar nas cortes europeias.

Anos mais tarde, por força das incursões napoleónicas, D. Carlota Joaquina e o jovem Infante acabaram por ficar numa posição de sucessão privilegiada ao trono espanhol, facilitando os planos de uma união ibérica tão desejada por alguns dos conselheiros de D. João, nomeadamente D. Rodrigo de Sousa Coutinho. D. Carlota, por força da Lei Sálica e da sua postura assumida em sede de posicionamento nas colónias espanholas da América do sul, tornou-se cada vez mais uma opção menos viável. Já o sobrinho predileto de D. João tornava-se numa figura fundamental para conseguir manter a integridade dos seus territórios portugueses continentais, bem como aumentar o seu poder, também na Europa, onde tudo se decidia em termos de posicionamento das potências.

A análise das práticas cerimoniais e dos festejos deste casamento permitiram perceber como a identificação coletiva, mesmo perante a família real, se fez não numa base exclusiva mas de complementaridade, entre o que se praticava nos trópicos e o que se praticava nas cortes europeias, sendo que esta vertente acabou por ser preponderante. A proximidade às pessoas da família real serviu de catalisador mas o recurso a este proto-

colo europeu não deixou, porém, de ser uma forma de afirmação europeísta projetada nos trópicos.

Com a morte do seu sobrinho, D. João viu gorados os seus intentos, no entanto foi possível perceber que, com este casamento, houve uma linha de manutenção de controlo da situação ibérica, bem como de posicionamento europeu.

Com o evoluir da situação política europeia, D. Fernando VII subiu ao trono. D. João acabou por ver o seu prestígio, enquanto regente de uma grande potência, secundarizado no Congresso de Viena. O seu aliado de sempre, Inglaterra, procurava aumentar e reforçar a sua posição junto das colónias espanholas da América do Sul mas, igualmente, no Brasil. Para conseguir uma menor dependência em relação a Inglaterra era necessário voltar a encontrar outras alianças. Num recurso a uma «diplomacia possível», D. João procurou recuperar o seu prestígio, através de um ato simbólico: a devolução de Olivença.

Para tal, a negociação do casamento de duas das suas filhas permitiria amenizar os ímpetos liberais na Península Ibérica e a possibilidade de recuperar aquela praça, sendo que uma passaria a rainha de Espanha e outra a servir de garantia da marca absolutista naquele reino vizinho de Portugal. Reagindo ao que se decidira em Viena, relativamente a esta matéria, o ainda regente português conseguiria mostrar na Europa que ainda mantinha uma posição de paridade, pelo menos com Espanha, e que os seus intentos eram respeitados. O interesse por esta praça expressou, igualmente, uma postura de não desistir de Portugal, pois os seus limites, ainda que simbólicos, voltariam a ser obtidos com estes casamentos, daí resultando a insistência, aliás conseguida, para a sua inclusão nos tratados.

O estudo destas negociações permitiu, mais uma vez, compreender a relevância dos negociadores e a dificuldade em conseguirem, muitas vezes, satisfazer à distância os intentos dos seus monarcas. Por outro lado, a sua análise permitiu perceber, através do protocolo da entrega e receção das princesas, a sua importância para a uniformização das relações, quer entre reinos, quer entre súbditos e família real.

Para o Regente, a independência da sua monarquia e o prestígio enquanto potência passavam pela forma como continuaria a marcar a sua posição na Europa. Mais do que ser reconhecido na Mesa dos Congressos, D. João pretendia que, materialmente, essa con-

sideração lhe fosse dada. Para consegui-lo era fundamental obter aliados fortes, os mais poderosos da Europa, e foi essa a sua estratégia. Nesse sentido tentou unir o seu filho D. Pedro à irmã do Czar Alexandre I, da Rússia, o soberano mais importante de toda a Europa de Viena.

Nesta tentativa de ligação, para a qual a escolha do embaixador D. Pedro Vito de Menezes, 6º e último Marquês de Marialva, foi ajustada, o interesse não era apenas político mas, igualmente, económico. À Monarquia interessava manter relações fortes com a Rússia mas, igualmente, estabelecer acordos com a Porta Otomana, a qual poderia dar um acesso privilegiado de acesso, pelo Mediterrâneo, às nossas possessões orientais. Era a Rússia que estava melhor posicionada para consegui-lo para Portugal e D. João procurou consegui-lo com este casamento. A relevância da proveniência do embaixador foi considerada na sua escolha, tanto mais que tinha formação militar, bastante apreciada pelo Imperador. Quanto à Porta Otomana, foi mesmo efetuada uma proposta de Tratado de Paz e Comércio.

Quando se apercebeu da impossibilidade da aliança matrimonial e da dificuldade que a Rússia apresentava para os seus objetivos, tanto mais que esta iniciara uma guerra com os Otomanos, D. João voltou-se para outra grande potência: a Áustria.

Casar o seu filho com uma descendente do Imperador anfitrião do Congresso onde o futuro da Europa se decidira era um trunfo de valor para a sua afirmação junto das outras potências continentais, permitindo-lhe afastar-se das imposições que lhe pretendiam impor. O regresso ao velho continente nunca foi afastado por D. João, o qual, habilmente, foi conseguindo transmitir que só era adiado pela indispensável necessidade de assegurar a unidade de todos os seus territórios, possivelmente impondo um novo modelo federativo, à semelhança do que via acontecer nos Estados Unidos da América do Norte e que alguns desejavam para a Europa. A tendência de se afirmar na Europa manteve-se, quer com o negociado casamento com Anna Pavlovna da Rússia, quer com o casamento com Leopoldina da Áustria.

As negociações para os casamentos, tendo em conta as dificuldades inerentes à conjuntura política europeia e a distância em relação à Corte, eram de muito difícil concretização, envolvendo um conjunto de meios que passavam não só pelas despesas com as deslocações, como com os presentes diplomáticos associados. Pelo que pudémos com-

provar, há uma tipologia de tipos de presentes apropriada a cada situação, uma vez que também estes tinham uma função que ia para lá da mera cordialidade.

Os Embaixadores detiveram um protagonismo, nem sempre reconhecido, que ultrapassava os aspetos formais. Apesar de se perceber a maior necessidade de preparação para a função, no final do século XVIII, em Portugal, a pertença a uma determinada tipologia socio-cultural, nomeadamente a Nobreza, ainda era muito determinante para o acesso à função de *longa manus* do monarca.

No caso do 6º Marquês de Marialva, por nós estudado, a sua proveniência e a sua formação, no caso militar mas com larga vivência em Paris, permitiu-lhe ter a confiança para várias negociações abordadas. Aos embaixadores era, para além da própria negociação, deixada a atribuição de preparar contextos favoráveis às estratégias do seu país e monarca, o que nem sempre era fácil, dado o atraso e o carácter suficientemente vago de algumas instruções. Foi o que aconteceu com o Marquês de Marialva, nas diligências paralelas em que teve de intervir, durante e logo após o Congresso de Viena.

Aliar o estudo das negociações à biografia do principal negociador conferiu-nos a possibilidade de uma análise mais globalizante, quer em termos de contexto político, quer em termos das motivações subjacentes.

O estudo dos casamentos dos filhos de D. João VI permitiu-nos perceber a existência de uma tendência, de uma constante procura em obter alianças que lhe permitissem manter o seu prestígio na Europa. D. João procurou, pois, que a sua Monarquia transatlântica se afirmasse na Europa perante as diferentes potências que contavam para decidir o equilíbrio de poder, mesmo quando este já não era o mais procurado no contexto europeu. Encontrando-se do outro lado do Atlântico, numa altura tão dinâmica para a política internacional, a complexidade das relações com as restantes potências era superior, sendo indispensável a utilização de instrumentos que lhe permitissem a construção dessa afirmação. Os casamentos dos seus filhos serviram como instrumento dessa estratégia, os embaixadores como seus executores.

O posicionamento perante a Europa, a atividade diplomática durante o período da Corte no Brasil e a análise biográfica dos embaixadores, em parte analisada no trabalho que ora apresentamos, oferece ainda muitas outras temáticas de abordagem, para uma melhor compreensão de um período tão interessante da História portuguesa e brasileira.

Como confirmámos, o estudo da correspondência diplomática, neste e noutros períodos, em muito poderá contribuir para novas perspetivas da nossa História e merecerá, esperamos, um tratamento adequado, ao nível da sua inventariação, catalogação e publicação.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

Fontes Manuscritas

Arquivo Nacional da Torre do Tombo

MNE, Livro 146

MNE, Livro 186

MNE, Livro 582

MNE 954, Macete 6

Biblioteca Nacional de Portugal

ANDRADE, João Borges Quaresma de (Préville, Alphonse Grine de), *Ciência da Cavalaria, que contem o juízo do homem de cavallo, ou o modo de ensinar os cavallos tanto para a guerra, como para os festejos e para a pompa*, s/d, manuscrito em BNP (cota: F.R. 1387)

SILVEIRA, José Luís, *Missa a 4 vozes*, BNP, cota: MM290

Arquivo Histórico Militar de Lisboa

Processo individual do Marquês de Marialva, Cx 657

Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS)

Fundo Colecção Nuno Gonçalo Monteiro

NGM042 NGM043 NGM044 NGM045 NGM047 NGM049 NGM069 NGM070
NGM080 NGM100 NGM101 NGM104 NGM109 NGM126 NGM145

Real Biblioteca do Palácio Real de Madrid

NORONHA, Gregório José, *Oração Fúnebre recitada nas exéquias do Sereníssimo Senhor Infante Dom Pedro Carlos de Bourbon de Bragança*, 26 de Novembro de 1812 (cota:II/1380).

Archivo Histórico Nacional de Madrid

Seccion de Estado, Correspondencia de Corte, leg. 2900, doc. 1; doc. 4

Seccion de Estado, Correspondencia de Corte, leg. 6404, doc. 166

Fontes impressas

Biblioteca Nacional de Portugal

ALCÂNTARA, Pedro, *Sermão que nas exéquias do illustríssimo e excelentíssimo Marquês de Marialva pregou o P. M. Fr. Pedro de Alcântara*, Lisboa, Impressão de Alcobia, 1825

ANDRADE, Manoel Carlos de, *Luz da Liberal e Nobre Arte da Cavallaria*, Lisboa, Regia Officina Typográfica, 1790

BECKFORD, William, *A Corte de D. Maria I*, Lisboa, Editora Tavares Cardoso e Irmão, 1901

BECKFORD, William, *Diário de William Beckford em Portugal e em Espanha*, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1983

BECKFORD, William, *Vathek*, Londres, Oxford University Press, 1970

CASTRO, José Ferreira Borges de (coord.), *Collecção dos Tratados, Convenções, Contratos e Actos Públicos celebrados entre a Coroa de Portugal e as mais Potências desde 1640 até ao presente*, 8 Tomos, Lisboa, Imprensa Nacional, 1856

Gazeta de Lisboa, 2 de Março de 1824

Gazeta do Rio de Janeiro, 8 de Janeiro de 1817; 11 de Janeiro de 1817; 22 de Janeiro de 1817; 25 de Janeiro de 1817; 28 de Maio de 1817; 4 de Junho de 1817; 10 de Setembro de 1817; 20 de Setembro de 1817; 22 de Outubro de 1817.

LA CERDA, D. Fernando Correa, Bispo do Porto, *Panegyrico ao Excellentíssimo Senhor D. António Luís de Menezes, Marquês de Marialva*, Lisboa, Oficina de Joam da Costa, 1674

MARTA, Theodorico Santa, *Elogio histórico da Illustríssima e Excelentíssima Casa Cantanhede Marialva, Chefe dos Esclarecidos Menezes e Telles, dedicado ao Illustríssimo e Excelentíssimo Senhor D. Diogo de Noronha, III Marquês de Marialva e V Conde de Cantanhede*, 1753.

PEREIRA, José Maria Dantas, *Elogio histórico do Senhor D. Pedro Carlos de Bourbon e Bragança, Infante de Hespanha e de Portugal, Almirante General da Marinha portugueza*, Rio de Janeiro, Impressão Régia, 1813.

PORTUGAL, Cândido Justino de, *Memórias das principaes providencias dadas em auxílio dos povos, que pela invasão dos franceses nas províncias da Beira e Extremadura vierão refugiar-se à capital, no anno de 1810, ordenadas e offerecidas a Sua Alteza Real, o Príncipe Regente Nosso Senhor*, Lisboa, off. António Rodrigues Gallardo, 1814.

Suplemento à Gazeta de Lisboa, nº 148, 25 de Junho de 1823

Biblioteca Nacional de Espanha

Suplemento do Diário Mercantil de Cádiz, 13 de Setembro de 1816

Obras de referência

BLUTEAU, Padre D. Rafael, *Diccionario da lingua portugueza*, Tomo II, Lisboa, Simão Thadeo Ferreira, 1789

BRANDÃO, Fernando de Castro, *Cronologia da História Diplomática Portuguesa*, Lisboa, Europress, 2013

Dicionário da lingua portuguesa contemporânea da Academia das Ciências de Lisboa, IIº volume, Lisboa, Verbo, 2001

FARINHA, Maria do Carmo Dias, *Os documentos dos Negócios Estrangeiros na Torre do Tombo*, Lisboa, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 1990

ERICEIRA, Conde de, *História de Portugal Restaurado*, 4 volumes, Porto, Civilização, 1942

GAYO, Felgueiras, *Nobiliário de Famílias de Portugal*, VI volume, Braga, Edição de Carvalhos de Basto, 1992

MATTOSO, José (Dir), *História de Portugal*, vol.IV, *O Antigo Regime* (coord. António Hespanha), Lisboa, Círculo de Leitores, 1993

MEDINA, João (Dir.), *História de Portugal*, Volumes VII a XI, Lisboa, Ediclube, 2004

PINTO, António da Costa, MONTEIRO, Nuno Gonçalo (Dir.), *História Contemporânea de Portugal: 1808-2010*, vol. I, Carnaxide, Editora Objectiva, 2013-2014

RAMOS, Rui, (coord.), SOUSA, Bernardo Vasconcelos e, MONTEIRO, Nuno Gonçalo, *História de Portugal*, Lisboa, A Esfera dos Livros, 2009.

SANTARÉM, Visconde de, SILVA, Luiz Augusto Rebello da, LEAL, José da Silva Mendes, *Quadro Elementar das Relações Políticas e Diplomáticas de Portugal com as diversas Potências do Mundo desde o princípio da Monarchia Portuguesa até aos nossos dias*, vol. II, Paris, J. P. Aillaud, 1842

SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *História de Portugal*, volumes V a VII, Lisboa, Verbo, 1982-1984.

SERRÃO, Joel, e MARQUES, A.H. Oliveira (DIR.), *Nova História de Portugal*, Vol.VII, *Da Paz da restauração ao ouro do Brasil* (coord. Avelino de Freitas de Menezes), Presença, 2001.

SORIANO, Simão José da Luz, *História da Guerra Civil e do estabelecimento do governo parlamentar em Portugal compreendendo a história diplomática, militar e política deste Reino desde 1777 até 1834*, 19 vols. Lisboa, Imprensa Nacional, 1866-1890

SOUSA, António Caetano de, *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, Tomo VII, s.l., Quid Novi/ Público/ Academia Portuguesa da História, 2007 (Edição facsimilada da de Coimbra, Atlântida Livraria, 1949)

Estudos

ADAIR, Robert, *The negotiations for the peace of Dardanells*, Londres, Longman, 1845

ALBUQUERQUE, Martim de, «As regências na História do Direito Público e das ideias políticas em Portugal», *Portugaliae Historia*, vol. I, Lisboa, 1973, 202-219.

ALBUQUERQUE, Martim de, *O poder político no renascimento português*, Lisboa, Verbo, 2012

ALBUQUERQUE, Martim de, *A ideia de Europa no pensamento português*, Lisboa, Verbo, 2014

- ALEXANDRE, Valentim, *Os sentidos do Império*, Porto, Afrontamento, 1993
- ALMEIDA, Luis Ferrand de, *A diplomacia portuguesa e os limites meridionais do Brasil*, 2 volumes, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1957
- ALVES, Joaquim Jaime Ferreira, «Formas de arte efémera no duplo consórcio Bragança-Bourbon em 1785», *Revista da Faculdade de Letras*, 1ª série, vol. III, Porto, Universidade do Porto, 2004, pp. 95-108
- ARMAS, António Rumeu, *El Testamento Político del Conde de Floridablanca*, Madrid, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, Escuela de Historia Moderna, 1962
- ARTOLA, Miguel, *La España de Fernando VII*, Madrid, Editorial Espasa, 2008
- AZEVEDO, Francisca Nogueira de, «Carlota Joaquina, a Herdeira do Império Espanhol na América», *Estudos Históricos*, nº 20, São Paulo, Centro de Documentação de História Contemporânea do Brasil, 1997, pp. 251-274
- BANOND, Isabel, *História das Ideias Políticas*, Lisboa, Princípia, 2014
- BARATA, Maria Rosário Themudo, *Rui Fernandes de Almada. Diplomata Português do século XVI*, tese de licenciatura em História apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa em 1967, Lisboa, Instituto de Alta Cultura e Centro de Estudos Históricos, 1971
- BASTIANETTO, Mário, *História dos Europeus*, Coimbra, Arménio Amado Editor, 1971
- BEIRÃO, Caetano, «As negociações para o casamento da Infanta D. Catarina com Carlos II de Inglaterra», *Separata dos Anais da Academia Portuguesa de História*, vol. VII, Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1942
- BEIRÃO, Caetano, *El-Rei Dom Miguel I e sua descendência*, Lisboa, Portugália Editora, 1943
- BÉLY, Lucien, *La société des princes, XVI-XVIII siècle*, Paris, Fayard, 1999
- BÉLY, Lucien, *Les relations internationales en Europe*, Paris, PUF, 2007
- BÉLY, Lucien, BÉRENGER, J. e CORVISIER, A., *Guerre et paix dans l'Europe du XVII Siècle*, Paris, Sedes, 2ª Edição, s/d
- BERCÉ, Yves-Marie, «Femmes d'influence? Les Bourbons, les Habsburgs et leurs alliances dynastiques en Italie e dan l'Empire au XVIIe siècle», *XVIIe Siècle*, nº 243, Paris, Société d'Étude du XVIIe siècle, 2009, pp. 199-200
- BOJADSEN, Angel, JANCOS, Istvan, KANN, Bettina, KEHL, Maria Rita, MACHADO, André Roberto de Arruda, SLEMIAN, Andrea, *Dona Leopoldina, cartas de uma Imperatriz*, São Paulo, Editora Estação da Liberdade, 2006

- BOLOGNE, Jean-Claude, *História do Casamento no Ocidente*, Lisboa, Temas e Debates, 1999
- BONIFÁCIO, Maria de Fátima, *Memórias do Duque de Palmela*, Lisboa, Dom Quixote, 2011
- BONIFÁCIO, Maria de Fátima, *O Primeiro Duque de Palmela - Político e Diplomata*, Alfragide, Dom Quixote, 2015
- BOSCHI, Caio, «Espaços de sociabilidade na América portuguesa e historiografia contemporânea», *Revista Vária História*, vol. 22, nº 36, Belo Horizonte, Universidade Federal de Belo Horizonte, 2006, pp. 291-313
- BORGES, Nelson Correia, *A arte nas festas do casamento de D. Pedro II*, Porto, Paisagem Editora, s/d
- BOURDON, Leon, *José Correa da Serra: Ambassadeur du Royaume Uni de Portugal et Brésil à Washington, 1816-1820*, Paris, Centre Culturel Portugais, Fondation Gulbenkian, 1975
- BRAGA, Isabel Drumond, «As realidades culturais», *Portugal da paz da Restauração ao ouro do Brasil*, Avelino Freitas Meneses (coord.), *Nova História de Portugal*, Joel Serrão, Oliveira Marques (dir.), vol. VII, Lisboa, Presença, 2001, pp. 465-563.
- BRAGA, Isabel Drumond, «D. Rafael Bluteau na corte portuguesa (1668-1734)», *Cultura, Religião e Quotidiano. Portugal (século XVIII)*, Lisboa, s/e, 2005
- BRAGA, Isabel Drumond, *Cultura, religião e quotidiano. Portugal (século XVIII)*, Lisboa, Hugin, 2005
- BRAGA, Isabel Drumond, BRAGA, Paulo Drumond, «O juramento dos herdeiros do trono em cortes (séculos XVI e XVII)», *As Cortes e o Parlamento em Portugal: 750 anos das Cortes de Leiria de 1254*, Lisboa, Assembleia da República, 2001, pp. 245-259.
- BRAGA, Isabel Drumond, BRAGA, Paulo Drumond, *Duas rainhas em tempo de novos equilíbrios europeus*, Maia, Círculo de Leitores, 2011
- BRAGA, Paulo Drummond, «Leopoldina de Habsburgo, Rainha de Portugal», *Estudos em homenagem ao professor doutor José Marques*, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2006
- BRANCO, Teresa Maria Schedel de Castello, *Vida do Marquês de Sande (Soldado e Diplomata da Restauração - 1620-1667)*, Lisboa, Livraria Ferin, 1971
- BRANDÃO, Fernando de Castro, *Relações diplomáticas Luso-Russas, Colectânea Documental Conjunta (1722-1815)*, «Preâmbulo Histórico», Lisboa, Instituto Diplomático, 2004, p. 17.

- BRAZÃO, Eduardo, *O casamento de D. Pedro II com a Princesa de Neuburg (documentos diplomáticos)*, Coimbra, Coimbra Editora, 1936
- BRAZÃO, Eduardo, *O Conde de Tarouca em Londres: 1709-1710*, Lisboa, Imprensa Lucas, 1936
- BRAZÃO, Eduardo, «A receção de uma rainha - festas lisboetas no século XVII», *Boletim Cultural e Estatístico*, I, nº2, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1969, pp. 253-257
- BROWN, Chris e AINLEY, Kirsten, *Compreender as Relações Internacionais*, Lisboa, Gradiva, 2012
- CABANÈS, Doctor, *Costumbres íntimos del pasado. Infancias reales (de Carlos VI a Luis XIV)*, Madrid, Ed. Mercurio, 1928
- CABANÈS, Doctor, *Costumbres íntimos del pasado. Educación de príncipes (Del Gran Delfin al Príncipe Imperial)*, Madrid, Compañía Ibero-Americana de Publicaciones, 1930
- CALDERÓN, Emílio, *Las Bodas de los Reyes de España (desde los Reyes Católicos hasta Juan Carlos I)*, Madrid, Ed. Cirene, 1995
- CANAVEIRA, Manuel, «Portugal em 1810, 13 providências para socorrer os povos em fuga e ressuscitar um reino», *Guerra Peninsular 200 anos*, Lisboa, BNP, 2007
- CARDIM, Pedro, «Embaixadores e representantes diplomáticos da coroa portuguesa no século XVII», in *Cultura. Revista de História e Teoria das Ideias*, IIª série, volume XV, Lisboa, Centro de História da Cultura da Universidade Nova de Lisboa, 2002, pp. 47-86
- CARDIM, Pedro, MONTEIRO, Nuno Gonçalo, «A diplomacia portuguesa no Antigo Regime: Perfil sociológico e trajetória», in *Optima Pars, Elites Ibero-americanas do Antigo Regime*, Cunha, Mafalda Soares da, Monteiro Nuno Gonçalo, Cardim Pedro (coord.), Lisboa, Imprensa das Ciências Sociais, 2005, pp. 282-322
- CARDOSO, José Luís, MONTEIRO, Nuno Gonçalo, SERRÃO, José Vicente, (coord.), *Portugal, Brasil e a Europa Napoleónica*, Lisboa, ICS, 2010
- CARVALHO Rómulo de, *Relações entre Portugal e Rússia no século XVIII*, Lisboa, Sá da Costa, 1979
- CARVALHO, Rómulo de, *D. João Carlos de Bragança, Segundo Duque de Lafões, Fundador da Academia das Ciências de Lisboa*, Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, 1987
- CASSOTTI, Marsílio, *Infantas de Portugal, Rainhas em Espanha*, Lisboa, A esfera dos livros, 2007
- CASSOTTI, Marsilio, *Carlota Joaquina, o pecado espanhol*, Lisboa, Esfera dos Livros, 2009

- CASSOTTI, Marsílio, *Imperatriz D. Leopoldina*, Lisboa, Manuscrito, 2015
- CHEVALLIER, Jean-Jacques e GUCHET, Yves, *As Grandes obras políticas*, Lisboa, Europa América, 2004
- CLUNY, Isabel Maria, *D. Luís da Cunha e a ideia de Diplomacia em Portugal*, Lisboa, livros Horizonte, 1999
- CLUNY, Isabel Maria, *O Conde de Tarouca e a Diplomacia na Época Moderna*, Lisboa, Livros Horizonte, 2006
- COMELLAN, José Luís, *História de España Moderna e Contemporânea*, Madrid, Edições RALP, 1968
- CORRÊA, Manuel de Mello (dir.), *Anuário da Nobreza de Portugal, tomo I*, Lisboa, Instituto de Português de Heráldica, 1985
- CORREIA, Maria Alcina Ribeiro, *Sebastião José de Carvalho e Melo na corte de Viena de Áustria. Elementos para o estudo da sua vida pública (1744-1749)*, tese de licenciatura em História apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa, Instituto de Alta Cultura e Centro de Estudos Históricos, 1965
- CORTEZO, M. Victória López-Cordón, «Cuestiones Metodológicas de História Diplomática: el modelo español a finales del antiguo régimen», in *Diplomatas e Diplomacia, Retratos, Cerimónias e práticas*, coord. Zília Osório de Castro, Lisboa, Livros Horizonte, 2004, pp. 101-102.
- CORTÓN, J. Molina, «Carvajal y Floridablanca. Paz, Equilíbrio y reformismo entre las “diplomacias posibles” del siglo XVIII español», *Actas de la VIII reunion científica de la Fundacion Española de Historia Moderna*, vol. 2, (coord) Agustín Guimera Ravina; Víctor Peralta Ruiz, Madrid, Fundacion Española de Historia Moderna, 2005, pp. 207-224
- COSTA, Francisco, *Beckford em Sintra no verão de 1787 – História da Quinta e Palácio do Ramalhão*, Câmara Municipal de Sintra, 1982
- COSTA, Marcus de Noronha, *A Transmigração da Família Real para o Brasil em 1807*, Braga, edição de autor, 2009
- COSTA, Mário Júlio Almeida, *História do Direito Português*, Coimbra, Almedina, 3ª edição (8ª reimpressão), 2007
- CRUZ, Miguel Dantas da, *A neutralidade portuguesa na Europa da Revolução (1792-1807)*, Parede, Tribuna, 2011
- CUNHA, Mafalda Soares da, «Estratégias matrimoniais da Casa de Bragança e o Casamento do Duque D. João II», *Hispania*, Madrid, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 2004, pp. 39-62

- CUNHA, Norberto Ferreira da, «A ilustração de José da Cunha Brochado», *Elites e académicos na Cultura Portuguesa Setecentista*, Lisboa, INCM, 2001
- CURTO, Diogo Ramada, «Ritos e cerimónias da monarquia em Portugal (séculos XVI a XVIII)», *A Memória da Nação, Colóquio do Gabinete de Estudos de Simbologia*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, Sá da Costa Editora, 1991, pp. 201-265
- CURTO, Diogo Ramada, «A cultura política», *História de Portugal* (dir. José Mattoso), vol. III (coord. Joaquim Romero de Magalhães), Lisboa, Círculo de Leitores, 1993
- DARWIN, John, *Ascensão e queda dos Impérios Globais 1400-2000*, Lisboa, Edições 70, 2015
- DAVIS, Natalie Zemon, *The gift in sixteenth-century France*, Oxford, Oxford University Press, 2000
- DAVIS, Richard Beale, *O Abade Correia da Serra na América 1812-1820*, Lisboa, ICS, 2013
- DELGADO, Maria Rosalina, *José da Cunha Brochado. O Homem e a sua época (1651-1733)*, Lisboa, Universidade Lusíada, 2000
- DOMINGUES, Francisco Contente, *Navios e Viagens, A experiência portuguesa nos séculos XV a XVIII*, Lisboa, Tribuna da História, 2007
- DOSSE, François, *El arte de la biografía*, Cidade do México, Universidad Iberoamericana, 2011
- ELIAS, Norbert, *A Sociedade de Corte*, Lisboa, Estampa, 1995
- FARIA, Ana Maria Leal de, *Duarte Ribeiro de Macedo, Um diplomata moderno, 1618-1680*, Lisboa, Instituto Diplomático, Ministério dos Negócios Estrangeiros, 2005
- FARIA, Ana Maria Leal de, «A neutralidade portuguesa face à Guerra da Holanda. Debate político e pressões diplomáticas», *XV Colóquio de História Militar – Portugal Militar nos séculos XVII e XVIII até às vésperas da Revolução Francesa*, vol. 1, Lisboa, Comissão Portuguesa de História Militar, 2006, pp. 387-416.
- FARIA, Ana Maria Leal de, «História diplomática e História das Relações Internacionais. Práticas e Prospectiva», *Rumos e escrita da História. Estudos de Homenagem a A. Marques de Almeida*, Maria de Fátima Reis (coord.), Lisboa, Colibri, 2006, pp. 17-31.
- FARIA, Ana Maria Leal de, «Sociologia dos negociadores. Perfil intelectual e social dos diplomatas portugueses (1640-1750)», *Negócios Estrangeiros*, nº 10, Lisboa, Instituto Diplomático/Ministério dos Negócios Estrangeiros, 2007, pp. 341-360.
- FARIA, Ana Maria Leal de, e BRAGA, Isabel Drumond, (Coord.) *Problematizar a História, Estudos de Homenagem a Maria do Rosário Themudo Barata*, Lisboa, Caleidoscópio, 2007

FARIA, Ana Maria Leal de, *Arquitectos da Paz, A Diplomacia portuguesa de 1640 a 1815*, Lisboa, Tribuna, 2008

FARIA, Ana Maria Leal de, *D. Pedro II, o Pacífico*, Lisboa, Academia Portuguesa da História/Quid Novi, 2009

FARIA, Ana Maria Leal de, (coord.) *CLIO*, volume 18/19, Lisboa, Centro de História da Universidade de Lisboa, 2009

FARIA, Ana Maria Leal de, «Paz, amizade e liberdade: Portugal e a Prússia no Congresso de Viena», CARDOSO, José Luís, MONTEIRO, Nuno Gonçalo, SERRÃO, José Vicente, (coord.), *Portugal, Brasil e a Europa Napoleónica*, Lisboa, ICS, 2010

FARIA, Ana Maria Leal de, AMORIM, Maria Adelina (coord.), *O Reino sem corte, A vida em Portugal com a Corte no Brasil*, Lisboa, Tribuna, 2011

FAROQHI, Suraiya, *The Ottoman Empire and the world around it*, Londres, I.B. Tauris, 2011

FEBVRE, Lucien, *Combates pela História*, Lisboa, Editorial Presença, 1989

FICHTNER, Paula Sutler, «Dynastic marriage in sixteenth century Habsburg diplomacy and statecraft: an interdisciplinary approach», *The American Historical Review*, nº 81, 1976, pp. 243-265

FONSECA, Luís Adão da, «A morte como tema de propaganda política na Historiografia e na Poesia portuguesa do século XV», *Biblos, Revista da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra*, Coimbra, vol. 49, 1993, pp. 507-538

FREIRE, Braancamp, *Brasões da Sala de Sintra*, Sintra, s/e, 1921

FREITAS, Divaldo Gaspar, *Apontamentos para a História da Santa Casa da Misericórdia de Cantanhede*, Lisboa, 1959

FUKUYAMA, Francis, *As origens da ordem política, Dos tempos pré-humanos até à Revolução Francesa*, Alfragide, Dom Quixote, 2012

FUKUYAMA, Francis, *Ordem política e decadência política, Da revolução industrial à Globalização da Democracia*, Alfragide, Dom Quixote, 2015

GALDOS, B. Pérez, *La Corte de Carlos IV*, Madrid, Editorial Hernando, 1967

GOMES, Ana Cristina Cardoso da Costa, «Alianças, poder e festa. Os casamentos de D. Afonso VI e de D. Pedro II», João Castel-Branco Pereira, Ana Paula Correia e João Carvalho Dias (coord.), *Arte efémera em Portugal*, Lisboa, Gulbenkian, 2001, pp. 51-73

HESPANHA, António, *As vésperas do Leviathan. Instituições e poder político. Portugal, século XVII*, 2 volumes, Lisboa, edição de autor, 1986

- HESPANHA, António, «A nobreza nos Tratados Jurídicos dos séculos XVI a XVIII», *Penélope: Fazer e desfazer a História*, Lisboa, ICS, 1993, pp. 27-42
- HESPANHA, António, *Cultura Jurídica Europeia, síntese de um milénio*, Coimbra, Almedina, 2012
- HIRST, John, *Breve História da Europa*, Alfragide, Dom Quixote, 2013
- HOMEM, António Pedro Barbas, *O Espírito das Instituições. Um estudo de História do Estado*, Coimbra, Almedina, 2006
- HOMEM, António Pedro Barbas, *História das Relações Internacionais*, Coimbra, Almedina, 2010
- HOWARD, Deborah, «Cultural transfer between Venice and the Ottomans in the fifteenth and sixteenth centuries», *Cultural exchange in early modern Europe*, vol. IV, Cambridge, Cambridge University Press, 2007, pp. 138-177
- INALCIK, Halil, *Turkey and Europe in History*, Istambul, EREN, 2008
- IVANOV, Igor S., *The new russian diplomacy*, Washington D.C., Brookings Institution Press, 2002
- KISSINGER, Henry, *Diplomacia*, Lisboa, Gradiva, 2007
- KISSINGER, Henry, *A Ordem Mundial, Reflexões sobre o Carácter das nações e o Curso da História*, Lisboa, Dom Quixote, 2014
- LA FUENTE, Francisco de, *D. Miguel Pereira Forjaz, Conde da Feira (1769-1827), o organizador da luta contra Napoleão*, Lisboa, Tribuna da História, 2011
- LA PARRA, Emílio, *Manuel Godoy, la aventura del poder*, Barcelona, Fabula Tusquets Editores, 2005
- LIMA, Oliveira, *D. João VI no Brasil*, Rio de Janeiro, ACD Editores, 2008
- LOUDA, Jirí, MACLAGAN, Michael, *Lines of succession. Heraldry of the Royal Families of Europe*, London, MacDonald and Co. Publishers, Ltd., 1995
- LIVERMORE, Harold, *A History of Spain*, London, George Allen and Unwin, 1966
- LOURENÇO, Maria Paula Marçal, *Casa, Corte e Património das Rainhas de Portugal (1640-1754). Poderes, Instituições e Relações Sociais*, Tese de Doutoramento em História Moderna, Lisboa, Faculdade de Letras de Lisboa, policopiado, 1999
- LOURENÇO, Maria Paula Marçal, «Morte e exéquias das rainhas de Portugal (1640-1754)», *Actas do IIº Congresso Internacional: Barroco*, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2003, p. 579-591

MACEDO, Jorge Borges de, *História Diplomática Portuguesa, Constantes e linhas de força*, vol.I, Lisboa, Tribuna, 2ª edição, 2006

MACHADO, Adelaide Vieira, *Europa, Herança e actualizações*, Lisboa, Centro de História da Cultura da Universidade Nova de Lisboa, 2014

MACHADO, Diogo Barbosa, *Bibliotheca Lusitana*, tomo 3, Coimbra, Coimbra Atlântida Editora, 1966

MAGALHÃES, José Calvet de, *A Diplomacia Pura*, Lisboa, Bizâncio, 2005

MAGALHÃES, José Calvet de, *Breve História Diplomática Portuguesa*, Lisboa, Europa América, 2000

MANIQUE, Pedro António, *Portugal e as potências europeias (1807-1847). Relações externas e ingerências estrangeiras em Portugal na primeira metade do século XIX*, Lisboa, Livros Horizonte, 1988

MARQUES, João Francisco, «A imagem do rei D. João V nas orações fúnebres», *Portugal no século XVIII. De D. João V à Revolução francesa*, Lisboa, Sociedade portuguesa de estudos do século XVIII, Universitária Editora, 1991, pp. 233-237

MARQUES, Paulo Lowndes, *O Marquês de Soveral, Seu Tempo e Seu Modo*, Lisboa, Texto Editores, 2009

MARTINEZ, Pedro Soares, *História Diplomática de Portugal*, Lisboa, Verbo, 1986

MARTINS, Ana Canas Delgado, *D. João VI, o clemente*, Lisboa, Academia Portuguesa da História/Quid Novi, 2009

MAUSS, Marcel, *The gift: forms and functions of exchange in archaic societies*, London, Cohen and West, 1966

MACFIE, A. L., *The Eastern question - 1774-1923*, Edimburgo, Pearson Education Limited, 2004

MANSUY-DINIZ, Andrée, *Portrait d'un Homme d'Etat: D. Rodrigo de Sousa Coutinho, Comte de Linhares 1755-1812*, Lisbonne- Paris, Centre Culturel Calouste Gulbenkian, 2002

McGOWAN Margaret, *Dynastic marriages 1612/15: a celebration of the Habsburg and Bourbon unions*, Farnham, Sussex, McGowan/Ashgate editions, 2013

MENDES, Nuno Canas, *História e conjuntura nas relações internacionais*, Lisboa, ISCSP, 2008

MERLOTTI, Andrea, «Politique dynastique et alliances matrimoniales de la maison de Savoie au XVIIe siècle», *XVIIe Siècle*, n° 243, Paris, Société d'Étude du XVIIe siècle, 2009, pp. 239-256

MILHAZES, José, *O favorito português de Pedro, o Grande*, Lisboa, Livros d'Hoje, 2015

MITCHEL Sílvia Z., «Marriage plots: royal women, marriage diplomacy and international politics in the Spanish, French and Imperial Courts, 1665-1679», *Women, Diplomacy and International politics since 1500*, coord. Glenda Sluga, Carolyn James, New York, Routledge, 2015, pp. 86-87

MONTEIRO, Maurício, «O fim da festa. Música, gosto e sociedade no tempo de D. João VI», in István Jancsó e Iris Kantor (coord.), *Festa, cultura e sociabilidade na América portuguesa*, vol. II, São Paulo, Editora da USP, 2001, pp.569-585

MONTEIRO, Nuno Gonçalo, «Monarquia, poderes locais e corpos intermédios no Portugal Moderno (século XVII e XVIII)», *Elites e poder, Entre o Antigo Regime e o Liberalismo*, Lisboa, ICS, 2007

MONTEIRO, Nuno Gonçalo, *O Crepúsculo dos Grandes*, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2003

MONTEIRO, Nuno Gonçalo, *D. José*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2006

MONTEZ, Paulino, *As belas-artes nas festas públicas em Portugal*, Lisboa, Tipografia António Maria Pereira, 1931

MORGADO, Miguel, *A aristocracia e os seus críticos*, Lisboa, Edições 70, 2008

MOURA, Vasco Graça, *A identidade cultural europeia*, Lisboa, Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2013

NEVES, Luísa Maria Bastos, «Guerra aos franceses: a política externa de D. João VI e a ocupação de Caiena», *Revista Navigator*, vol. 6, nº 11, Rio de Janeiro, Diretoria do Património Histórico e Documentação da Marinha, 2010, pp. 70-82.

NICKLAS, Thomas, «Unir de coeur et d'intérêt. La Bavière, la Savoie, la France et le choix des princesses au XVIIIe siècle», *XVIIIe Siècle*, nº 243, Paris, Société d'Étude du XVIIIe siècle, 2009, pp. 257-266.

NORTON, Luíz, *A Corte de Portugal no Brasil*, Lisboa, Empresa Nacional de Publicidade, s/d

OLIVAL, Maria Fernanda, *As ordens militares e o Estado Moderno. Honra, mercê e venalidade em Portugal*, Lisboa, Estar, 2001

OLIVEIRA, Eduardo Romero de, «Por amor ao Rei: um exame da decoração e narrativas de duas festas régias nas Minas Gerais (Brasil – 1771-1794)», *Atas do IV Congresso Internacional do Barroco Ibero-Americano*, Belo Horizonte, C/arte, 2006, pp. 897-901

ONECA, Niceto, *QUILIS, José, Bodas Régias y festejos (desde los Reyes Católicos hasta Alfonso XIII)*, Madrid, Establecimiento tipográfico El Trabajo, 1906

- ORTIZ, António Dominguez, *Las classes privilegiadas en el antiguo regimen*, Madrid, Akal, 2012
- PEDREIRA, Jorge, COSTA, Fernando Dores, *D. João VI*, Lisboa, Temas e Debates, 2009
- PEDREIRA, Jorge, MONTEIRO, Nuno Gonçalo, *O Colapso do Império e a revolução liberal 1808-1834*, Carnaxide, Editora Objectiva, 2013
- PEÑAFIEL, Jaime, *Bodas reales*, Madrid, Ed. Piesa, 1979
- PERCEVAL, José Maria, *Bodas reales que cambiaron la historia, un analisis de los matrimonios reales y las estratégias matrimoniales*, Barcelona, Ed. Planeta, 1995
- PERCEVAL, José Maria, «Lope da Vega y la imagen del poder monárquico en las fiestas celebradas en honor de los matrimonios reales de 1615», *Anuario Lope da Vega*, nº 10, Barcelona, Editorial Milenio, 2004, pp. 63-84
- PEREIRA, Sara Marques, *D. Carlota Joaquina, Rainha de Portugal*, Lisboa, Livros Horizonte, 2008
- PEREIRA, Ângelo, *Os filhos de El-Rei D. João VI*, Lisboa, Empresa Nacional de Publicidade, 1946
- PEREIRA, Ângelo, *D. João VI, Príncipe e Rei*, Lisboa, Empresa Nacional de Publicidade, 1953-1958
- PÉREZ, Joseph, *História de España*, Barcelona, Crítica, 2006
- PÉREZ SAMPER, Maria de los Angeles, *Las monarquias del absolutismo ilustrado*, Madrid, Ed. Sintesis, 1993
- PERRIN-MARSOL, Alice, «À la recherche du prestige perdu? Les alliances matrimoniales de la Maison de Brunswick à la fin du XVIIe siècle», *XVIIe Siècle*, nº 243, Paris, Société d'Étude du XVIIe siècle, 2009, pp. 281-300.
- PIMENTEL, Alberto, *A última Corte do Absolutismo em Portugal*, Lisboa, Ferin, 1823
- PIMENTEL, António Filipe, «Vivência da morte no tempo do barroco: Tumulária portuguesa dos séculos XVII e XVIII», *Actas do I Congresso Internacional do Barroco*, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1991, pp. 244-268
- PINTO, Jaime Nogueira, *Ideologia e Razão de Estado*, Porto, Civilização Editora, 2013
- POLICARPO, Fernando, *D. Maria II, a educadora*, Lisboa, Academia Portuguesa da História/Quid Novi, 2009
- POTTER, John Milton, «The development and significance of the Salic law of the French», *English Historical Review*, vol. 52, nº 206, Oxford, Oxford University Press, 1937, pp. 235-53

POUMARÈDE Géraud, «Mazarin, marieur de l'Europe. Strategies familiales, enjeux dynastiques et géopolitique au milieu du XVIIe siècle», *XVIIe Siècle*, n° 243, Paris, Société d'Étude du XVIIe siècle, 2009, pp. 201-218.

PRESTAGE, Edgar, *D. Francisco Manuel de Mello, Esboço biographico* (edição facsimilada de 1914), Lisboa, Fenda, 1996

PRESTAGE, Edgar, *Frei Domingos do Rosário, Diplomata e político*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1916

PRESTAGE, Edgar, «O Dr. António de Sousa Macedo: residente de Portugal em Londres (1642-46)», *Separata do Boletim da Segunda Classe*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1916

QUATAERT, Donald, *O Império Otomano. Das origens ao século XX*, Lisboa, Edições 70, 2000

RAMOS, João de Deus, *História das Relações Diplomáticas entre Portugal e a China. O padre António de Magalhães, S.J., e a embaixada de Kangxi a D. João V (1721-1725)*, Lisboa, Instituto Cultural de Macau, 1991

RAMOS, Luis de Oliveira, *D. Maria I*, Rio de Mouro, Temas e debates/Círculo de Leitores, 2010

RAPELLI, Paola, *Grandes dinastias y símbolos del poder*, Barcelona, Electa, 2005

RAU, Virgínia, «A embaixada de Tristão de Mendonça Furtado e os Arquivos Notariais Holandeses», *Anais da Academia Portuguesa da História*, II série, vol. 8, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1958, pp. 95-120.

RIBEIRO, Inês, POLICARPO, Raquel, *Segredos de Lisboa, Vestígios arqueológicos surpreendentes sob as ruas da capital portuguesa*, Lisboa, A Esfera dos Livros, 2015

RODRIGUES, Jorge Nascimento, DEVEZAS, Tessaleno, *Salomão, o elefante diplomata*, Lisboa, Centro Atlântico, 2008

RODRIGUES, José Damião, «Horizontes insulares: o mercado matrimonial de elites açoreanas no Antigo Regime», *Pequena Nobreza de Aquem e de Alem Mar*, Miguel Jasmins Rodrigues e Maria Manuel Torrão (dir.), Lisboa, Instituto de Investigação Científica Tropical, 2006, pp. 23-41

RODRIGUES, José Damião, COSTA, Ricardo Madruga da, «Entre o Reino e o império: os Açores e a viragem de 1807-1808», *Portugal, Brasil e a Europa Napoleónica*, Cardoso, José Luís, Monteiro, Nuno Gonçalo, Serrão, José Vicente (org.), Lisboa, ICS, 2010

RODRIGUES, José Damião, «Um europeu nos trópicos: a sociedade e política no Rio Joanino na correspondência de Pedro José Caupers», *O Atlântico revolucionário. Circu-*

lação de ideias e de elites no final do Antigo Regime, Ponta Delgada, CHAM, 2012, pp. 193-213

RODRIGUES, José Damião, «Geopolítica e migrações no contexto de Utrecht: colonos portugueses no Brasil meridional», *Cuadernos de Historia Moderna*, XII, Madrid, Universidad Complutense de Madrid, 2013, pp. 207-224

RODRIGUES, José Damião, «Diplomacia, geopolítica e migrações: colonos portugueses no povoamento do Brasil meridional entre os Tratados de Utrecht e de Madrid», *D. Luís da Cunha e as negociações de Utrecht*, Silva, Abílio Diniz, Faria, Ana Leal de, Miranda, Tiago Reis, Lisboa, Biblioteca Nacional de Portugal, 2014, pp. 131-155

ROLDAN, J. M., *História de España*, Madrid, EDELSEA, 1989

ROUGLE, William P., *António Manuel de Vieira na Corte Russa do século XVIII*, Lisboa, Instituto da Cultura e Língua Portuguesa do Ministério da Educação, Lisboa, 1983

SÁ, Isabel Guimarães, «Coisas de princesas: casamentos, dotes e enxovais na família real portuguesa (1450-1580)», *Revista de História da Sociedade e Cultura*, nº 10, Tomo I, Coimbra, Centro de Estudos da Sociedade e da Cultura, Universidade de Coimbra, 2010, pp. 97-120.

SÁ, Tiago Moreira de, *Política Externa Portuguesa*, Lisboa, Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2015

SALVADÓ, Joaquim Albareda, *La Guerra de Sucesión de España (1700-1714)*, Barcelona, Crítica, 2010

SANTARÉM, Visconde de, SILVA, Luiz Augusto Rebello da, LEAL, José da Silva Mendes, *Quadro Elementar das Relações Políticas e Diplomáticas de Portugal com as diversas Potências do Mundo desde o princípio da Monarchia Portuguesa até aos nossos dias*, vol. II, Paris, J. P. Aillaud, 1842

SANTO, Gabriel do Espírito, *Restauração 1640/1668*, Lisboa, Academia Portuguesa da História/Quid Novi, 2009

SANTOS, Carlos Ary dos, «Francisco de Andrade Leitão. Um diplomata Restaurador da Independência», *A Diplomacia na História de Portugal, Actas do Colóquio*, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1990

SANTOS, Eugénio dos, *D. Pedro IV*, Rio de Mouro, Temas e Debates/Círculo dos Leitores, 2008

SANTOS, Luís Gonçalves, Padre, *Memórias para servir à História do Brasil*, Tomo I, Rio de Janeiro, Zélio Valverde, 1943

SANTOS, Maria de Lourdes Lima dos, «O caso William Beckford. Ostracismo e errância de um jovem fidalgo inglês nos finais do século XVIII», *Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, volume XXII, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2011

- SARDICA, José Miguel, *A Europa Napoleónica e Portugal*, Lisboa, Tribuna, 2011
- SCHEDEWIE, Franziska, «The Tsar's sister as state diplomat», *Women, Diplomacy and International politics since 1500*, coord. Glenda Sluga, Carolyn James, Routledge, 2015, pp. 137-150
- SCHUBERT, Ludwig, SEELMANN-EGGEBERT, Rolf, *I regnanti d'Europa*, Milano, Edizione Club su licenza di Carma, 1994
- SEMED Josef Joahnnes, «Beau-père de l'Europe. Les princesses dans la politique familiale et dynastique de Philippe-Guillaume de Neubourg», *XVIIe Siècle*, n° 243, Paris, Société d'Étude du XVIIe siècle, 2009, pp. 267-280.
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *O Marquês de Pombal. O Homem, o Diplomata e o Estadista*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, Câmara Municipal de Oeiras, Câmara Municipal de Pombal, 1982
- SILVA, Maria Beatriz Nizza da, *D. João V*, Lisboa, Temas e Debates, 2009
- SIMÕES, Ana, DIOGO, Maria Paula, CARNEIRO, Ana, *Cidadão do Mundo. Uma biografia científica do Abade Correia da Serra*, Porto, Porto Editora, 2006
- SKINNER, Quentin, *Uma genealogia do Estado Moderno*, Lisboa, ICS, 2011
- STARKEY, David, *Six wives, The queens of Henry VIII*, London, Vintage Books, 2004
- STEINER, George, *A ideia de Europa*, Lisboa, Gradiva, 2006
- SUBTIL, José, «O projecto para a União Ibérica de D. Rodrigo de Sousa Coutinho», *Economia, Instituições e Império, Estudos de Homenagem a Joaquim Romero Magalhães* (org. Garrido, Álvaro, Costa, Leonor Freire, Duarte, Luís Miguel), Coimbra, Almedina, 2012, pp. 541-555.
- SUSARTE, Francisco, *Bodas y Partos de las Reynas de España*, Alicante, Instituto Alcantino de Cultura Juan Gil Albert, 2002
- TORGAL, Luís Reis, *História, Que História? Notas críticas de um Historiador*, Lisboa, Temas e Debates, Círculo de Leitores, 2015
- TOLSTOI, Leo, *Guerra e Paz*, Livro IV, Editorial Presença, 2005
- UNZUÉ, José Orella, «Manuel y Miguel de Lardizábal y Uribe y el estatuto de Bayona», *Revista Internacional de Estudos Vascos*, Caderno 4, Navarra, 2009, pp. 233-254.
- VALDEÓN, Júlio, PEREZ, Joseph, JULIÁ, Santos, *História de Espanha*, Lisboa, Edições 70, 2014
- VALE, Teresa Leonor M., *Diário de um embaixador português em Roma (1676-1678)*, Lisboa, Livros do Horizonte, 2006

VALE, Teresa Leonor M., *Arte e diplomacia. A vivência romana dos embaixadores joaninos*, Lisboa, SCRIBE, 2015

VARELA, Javier, *La muerte del Rey. El ceremonial funerário de la monarquia española (1500-1885)*, Madrid, Turner, 1990

VÁSQUEZ, Jorge Fernández y, «Antecedentes históricos del protocolo y su influencia através de la história en los Estados, en la sociedad y en la política en España y Europa», *Anuário Jurídico y Económico Escurialense*, nº 45, Real Centro Universitário Escorial Maria Cristina, pp. 737-754.

VENTURA, António, *Guerra das Laranjas 1801*, Lisboa, Academia Portuguesa da História/Quid Novi, 2008

VENTURA, António e LYRA, Maria de Lourdes Viana, *Carlota Joaquina – Leopoldina de Habsburgo*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2011

VENTURA, Maria Margarida Garcêz da Silva, *João da Silveira. Diplomata português do século XVI*, tese de licenciatura em História apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa em 1974, Lisboa, Gabinete de Estudos Humanísticos, 1983

VIANNA, Paulo Fernandes, «Abreviada demonstração dos trabalhos da polícia», *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, nº55, tomo I, Rio de Janeiro, IHGB, 1892, p. 379

VICENTE, António Pedro, «Política exterior de D. João VI no Brasil», *Revista de Estudos Avançados*, vol. 7, nº 19, São Paulo, Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, 1993, pp. 193-214.

VICENTE, António Pedro, *O tempo de Napoleão em Portugal, Estudos Históricos*, Lisboa, Comissão Portuguesa de História Militar, 2000

VICENTE, António Pedro, *D. Pedro IV, o Rei Soldado*, Lisboa, Academia Portuguesa da História/Quid Novi, 2009

VICENTE, Maria da Graça, *D. Miguel, o rei absoluto*, Lisboa, Academia Portuguesa da História/Quid Novi, 2009

XAVIER, Ângela Barreto e HESPANHA, António, «A representação da sociedade e do poder. Paradigmas políticos e tradições literárias», *História de Portugal* (dir. José Mattoso), volume IV (coord. António Hespanha), Lisboa, Círculo do Leitores, 1993.

XAVIER, Ângela Barreto, CARDIM Pedro e ALVAREZ, Fernando Bouza, *Festas que se fizeram pelo casamento do Rei Afonso VI*, Lisboa, Quetzal, 1996.

WHEATCROFT, Andrew, *The Habsburgs Embodying Empire*, Londres, Penguin Books, 1996

WILCKEN, Patrick, *Império à deriva, A Corte no Rio De Janeiro 1808-1821*, Lisboa, Civilização Editora, 2004

Elementos electrónicos

Biblioteca Municipal de Cantanhede

www.cm-cantanhede.pt/biblioteca/personagens_1m.asp , consultado em 04/07/2012

Newsletter Equisport – cavalos, equitação e desporto equestre, Maio/Junho 2012,
www.equisport.pt, consultado em 22/05/2012

Silva, Gastão de Brito e, *Ruin´arte*

<http://ruinarte.blogspot.pt>, consultado em 22/05/2012

<http://www.acd-faleiristica.com> , consultado em 22/05/2012

<http://www.arqnet.pt/exercito> , consultado em 22/05/2012

<http://matriznet.imc.pt>, consultado em 22/05/2012

ANEXOS

ANEXO I

ANTT, MNE, Livro 627, Offício do Marquês de Aguiar para António Saldanha da Gama, Instruções para a negociação do Novo Tratado de Amizade, Navegação e Commercio entre Portugal e a Rússia, Rio de Janeiro, 16 de Junho de 1814, Fls. 98 – 104.

Illustríssimo e Excellentíssimo Senhor,

1º

O Príncipe Regente, Meu Senhor, tem os mais vivos desejos de promover o commercio entre os seus Estados e o Império da Rússia, porque a experiência tem mostrado o [98] quanto elle he vantajoso. Tendo expirado o prazo do Tratado de 1798, assinou-se em Petersbourg na data de 29 de Junho de 1812 huma Convenção entre os dous Soberanos em que se prorroga a validade do referido Tratado por mais três anos, a fim de negociar entretanto um Tratado definitivo.

2º

A Negociação que se vai empreender pode dividir-se em duas partes; a primeira consiste nas alterações que os dous Gabinetes julgarem precisas ao Tratado de 1798; as segundas nas adições que se devem estipular com mutuo interesse por occasião de haver S.A.R. abolido o systema exclusivo de commercio que existia entre Portugal e as suas colónias, athe ao tempo da sua chegada ao Brazil.

Tanto na primeira como na segunda parte he preciso evitar que, no que for possível, implicâncias com o Tratado de Commercio entre Portugal e a Graa- Bretanha, sem com tudo perdermos a vantagem das nossas relações commerciaes com a Rússia.

3º

O artigo 2º do Tratado de 1798 [98 vs.] sobre a liberdade de consciência e tranquillo exercício do culto não só será conservado mas ampliado a todos os domínios de S.A.R., com a faculdade de poderem os vassallos de Sua Majestade Imperial edificar Igrejas e Capellas onde celebrem o mesmo culto; com tanto porém que as edifiquem de modo que no seu exterior se assemelhem às cazas de habitação, tudo como foi concedido à Graa- Bretanha pelo artigo 12 do tratado de commercio de 19 de Fevereiro de 1810.

4º

Em observação do Artigo 5º do referido Tratado de 1798, em que ambas as Cortes estipularão a reciproca franqueza de Navegação e Commercio em todos aquelles Portos de domínios dellas que para o futuro se abrissem a qualquer outra Nação, S. A. R. tem a satisfação de poder agora permittir à Rússia tão amplamente como permittio à Inglaterra a liberdade de Navegação e Commercio nos Portos do Brasil e das outras suas colónias, obtendo por isso os vassallos de S. M. I. a grande vantagem de ter os portos da bahia e Rio de Janeiro como escalas das suas relaçoens mercantis com as Indias Orientais. S. A. R. espera [99] da parte de S. M. I. recíproca franqueza de Commercio e navegação, estendendo-se ella nos Portos de Odessa e aos mais do Mar Negro com os favores que se estipularem, correspondentes aos que se propoem da parte de S. A. R.. Quanto ao com-

mercio e Navegação do Porto portugez, V. Ex^a pode regular-se pelo que verá na resposta para o Governo Inglez, que este Ministério deu a Lord Strangford em 29 de Dezembro de 1813.

5º

O 5º sobre o direito de estabelecer feitorias deve ser omitido, por isso encontra o Artigo 25º do tratado de commercio com a Inglaterra de 1810. Pela expressão d'elle facilmente se percebe que o negociador Inglez fingio ceder de hum objecto importante mas de facto os negociantes Inglezes se ajuntão em Caza do seu respectivo Consul, onde concertão e resolvem tudo aquillo que por mediação do seu Ministro tem de representar a S. A. R. [99 vs.].

6º

O artigo 6 que determina os Direitos de Entrada, que o sal e vinhos de Portugal devem pagar nas Alfândegas da Rússia parece não ter que alterar-se, excepto se S. M. I. quizer ampliar mais em quantidade a importação do sal com o mesmo favor.

No caso de se ter posto em execução e de haver prosperado o projecto da pesca no Mar Glacial, he provável que seja preferido o sal de Setúbal, como he nas pescarias de Gottenbourg e em todas as outras do Mar Germanico. Talvez Archangel seja hum dos portos onde se permita a importação do dito género e que o commercio não perca, ainda que a importação exceda a quantidade favorecida. A V. Ex^a compete o examinar com sisudeza tudo que existe a respeito deste objecto, para tratar, se possível fôr, de novo acordo a este respeito.

7º

No artigo 7 se estipulou que os negociantes portuguezes e russianos não pagarão mais do que metade dos direitos de entrada da Alfândega e os mais/ debaixo de qualquer denominação que ser possão/ taes quaes se acharem estabelecidos pelas Pautas e regulamentos que actualmente existem ou que para o futuro existirem em Portugal sobre as produções da Rússia abaixo especificadas. Os Direitos de Entrada, por exemplo em Lisboa [100] são 27 por cento e a sua metade 13 e ½, como pelo Tratado com a Inglaterra de 19 de Fevereiro de 1810, no artigo 13 se estipulou que os géneros e as mercadorias das duas nações transportadas em vasos e por conta de vassallos de qualquer dellas pagarão tão somente 15 por cento de direitos nas Alfandegas Portuguezas, segue-se que a diferença de Direitos será de ½ a favor da Rússia. Esta differença há-de causar ciúmes ainda que sem razão ao Governo Inglêz, e poder se hia remover este embaraço da parte de Inglaterra se a Corte de Petersbourg quisesse agora estipular que os seus géneros, favorecidos em Portugal, pagariam por direitos d'entrada 15 por cento; se porem não quizer ella aceder a esta proposição, como he provável, ordena S. A. R. a V. Ex^a que não insista neste ponto, tanto mais que a Inglaterra somente poderá reclamar por meio de argumentos artificiosos e não com razões fundadas, como passo a demonstrar.

8º

Em Portugal, por que o Tratado de Commercio com a Rússia he acto renovado de outro [100 vs.] precedente, e que deve continuar sobre os mesmos princípios de recíproco favor para aumento dos interesses mercantis das duas Naçoens. Em 2º lugar, tanto isto he assim que a Inglaterra não exigio ao tempo da Negociação do seu Tratado o ser igualada à Rússia no favor dos direitos que a maior parte dos seus géneros e manufacturas gozão em Portugal. Em 3º lugar, quando a Inglaterra reclamasse, teria S. A. R. também razão de reclamar hum equivalente de diminuição de Direitos proporcional ao que nos

concede a Rússia, tanto nos nossos vinhos, como em outros géneros importantes de que resulta tanto benefício aos vassallos de S. A. R.

9º

Para corroborar a Justiça que teria a nossa Corte de reclamar o equivalente, que acabo de expor, cumpre-me chamar a atenção de V. Ex^a no artigo 19 do nosso Tratado de Commercio com a Graa Bretanha; por elle se conveio que se huma das Potencias Contractantes concedesse à outra huma modificação de Direitos em alguns géneros, esta lhe concederia também hum equivalente; e se acrescenta que semelhante redução assim concedida por huma das partes a outra o não será depois, excepto nos mesmos termos e com a mesma compensação em favor [101] de outro Estado ou qualquer nação que fôr. Por este ajuste está a nossa Corte inteiramente livre, sem realmente ofender o Tratado com a Inglaterra, para estipular com qualquer outra toda a modificação de Direitos que reciprocamente convier; e bem assim o mesmo artigo fortifica as razões acima alegadas para a continuação do mutuo favor desta natureza acordada nos tratados precedentes entre Portugal e a Rússia.

10º

O Governo Britannico excluio, pelo artigo 20 do Tratado de Commercio de 1810, a venda nos seus domínios de assucar e caffè da produção portugueza e outros artigos semelhantes ao produto das suas colónias. A Corte de Petersbourg pelo contrário concordou com a de Lisboa, pelo artigo 9 do seu tratado que se houvessem de parte a parte alguns géneros ou manufacturas mais em que conviesse a diminuição de Direitos, ajustar se hião entre os respectivos ministros, e a todo o tempo, os novos artigos que ficarião fazendo parte do tratado como se nelles estivessem [101 vs.] insertos; e no mesmo citado artigo se indicação não só as produçoens de Portugal mas também das suas colónias.

11º

Por consequência S. A. R. não terá duvida em diminuir os Direitos de Entrada em alguns géneros da Rússia, transportados aos portos do Brazil em navios russos ou portuguezes, e por conta dos vassallos das duas naçoens, e diminui los ainda mais do que estavam reduzidos em Portugal os outros géneros mencionados no Tratado se S. M. I. quizer conceder huma proporcional compensação, diminuindo os direitos de entrada sobre o nosso caffè e assucar. Seria contudo preciso para que a Inglaterra não tivesse Direito de reclamar huma igual Graça que os géneros da Rússia favorecidos no Brazil não fossem idênticos a outros de produção e industria Britannica; não lembra por ora outro senão cânhamo em rama; e S. A. R. estimará muito que o ministério de S. M. I. designe qualquer género que se possa classificar nesta categoria. V. Ex^a portanto fica authorizado por ordem de S. A. R. para fazer esta declaração que [102] não pode ser desagradável a S. M. I., visto que hum artigo semelhante anima a Agricultura e navegação das duas naçoens e pode produzir huma revenda vantajosa nos Portos Russianos do Báltico.

12º

Quanto aos géneros da Rússia que não estiverem no caso de serem favorecidos segundo o systema para animar a navegação das duas naçoens, deverão pagar tanto como pagão todas as outras nas alfandegas do Brazil e colonias, que são 24 por cento; e aquelles que não forem mais especialmente favorecidos em consequência do futuro systema exposto no paragrafo antecedente, mas que o erão já em Portugal, ficarão pagando 15 por cento somente no Brazil e colonias, como Inglaterra paga por virtude do seu Tratado. Não há que exceptuar deste ultimo acordo senão alguns géneros como madeira que não podem aqui achar mercado. O artigo 14 pode ficar subsistindo com tanto porem que seja expressado em conformidade de Alvará de 26 de maio de 1812, de que envio hum exemplar [102 vs.] que regula os Direitos nos diferentes casos de Depósito e Baldeação, reembarque e reexportação de todos os géneros e mercadorias importadas aos portos dos

domínios portugueses, sobre os quaes direitos, por serem módicos, não pode conceder-se redução alguma, como sobre os de Entrada. S.A.R. não duvida com tudo pôr os vas-
salos Russos a par dos Inglezes quanto ao pagamento de 4 por cento sobre os géneros da
produção e industria da Rússia, que se exportem segundo o parágrafo 4º do referido
Alvará; Sobre a naturalização dos navios de ambas as nações e sobre a enumeração
dos artigos de contrabando de guerra, o Ministério de S. M. I. proporá o que lhe parecer
mais conveniente e justo nas presentes circunstancias, de maneira que o commercio
alcance huma razoável segurança e liberdade.

Pelo que toca aos artigos do Tratado de Alliança entre S. A. R. e S. M. Britannica, de 19
de Fevereiro de 1810, acerca de madeiras e de admissão de hum numero indifferenciado
de navios de guerra, não há que propor à Rússia [103] tanto por que o primeiro he ex-
clusivo como por que ambos são inúteis aquella potencia.

Pelas instruções para o Congresso já V. Exª terá conhecido a determinação de S. A. R.
de alliançar com as Potencias que mais podem concorrer para a conservação da sua mu-
tua independência, muito particularmente o deseja directamente com S. M. o Imperador
da russia, de sorte que se esta vontade for reciproca se poderá também renovar o Trata-
do de Alliança felizmente existente entre as duas Cortes, ou amplia-lo da maneira que
parecer mais adequado a política actual da Europa.

O Príncipe Regente meu Senhor me ordenou que escrevesse ao Ministro de Estado de S.
M. I. expondo que seria muito útil que o Conde de Pahlen, Seu Enviado Extraordinário
e Ministro Plenipotenciário junto de S. A. R., fosse authorizado para negociar também
aqui, pois que a experiencia e conhecimento que tem já deste paiz podem contribuir
para aplanar qualquer dificuldade que possa ocorrer [303 vs.] ou para alguma lembrança
reciprocamente útil. Quando se cruzem as remessas dos projectos de huma e outra parte,
com maior brevidade a Negoceação poderá ser ultimada e a assignatura do tratado far se
há onde for agradável a S. M. I.

Alem deste motivo, os talentos e excelente comportamento do sobredito Ministro fize-
ram com que S. A. R. desejasse e apreciasse a continuação da sua rezidência junto de
Sua augusta Pessoa.

Deos Guarde a V. Exª. Palácio do Rio de Janeiro, em 16 de Junho de 1814

Marquêz de Aguiar

ANEXO II

ANTT, MNE, Livro 627, Ofício do Marquês de Aguiar para António Saldanha da Gama, Instruções para a negociação do Tratado de Paz e de Comércio entre Portugal e a Porta Otomana, Rio de Janeiro, 16 de Junho de 1814, Fls. 104 – 118.

Illustríssimo e Excellentíssimo Senhor,

Hum dos principaes objectos que S. A. R. deseja para augmentar o Commercio dos seus vassallos he a livre navegação para o mediterrâneo e para o mar Negro, a fim de gozarem directamente das vantagens mercantis em geral e particularmente do commercio de Odessa, que nestes últimos tempos tanto tem prosperado. [104]

He preciso declarar a V. Ex^a que aquelle porto, inútil em quanto estava possuído pelos Turcos, e agora tão rapidamente opulento por efeito dos especiaes favores que o Imperador tem concedido à exportação dos géneros que descem das Penínsulas Russas e polacas, he um objecto que lisongêa as vistas económicas e políticas daquelle Soberano.

Para realizar este vantajoso projecto S. A. R. se propoem a negocear hum Tratado de Paz e de Commercio com a Porta Ottomana e espera que S. M. Imperial queira intervir como Medianeiro, por quanto no anno de 1805, fazendo sobre este assumpto o Encarregado de Negócios de S. A. R. em Petersburgo, Rodrigo Navarro de Andrade, huma requisição verbal ao Príncipe de Czartorinsky, acompanhada de huma memória sobre o referido Tratado, este lhe seguiu que S. M. I. havia mandado transmitir a Monsieur Tralinsky, seu Ministro em Constantinopla, a dita memória, para tratar deste objecto, como V. Ex^a verá nos documentos debaixo do nº 10.

Não consta a S.A.R. [104 vs.] desde então até agora o resultado da comissão de Mr. Tralinsky, mas he provável que se fizesse a abertura, que houvesse a resposta, e que tudo se demorasse por causa da confusão dos Negócios Políticos da Europa. Portanto, o mesmo Augusto Senhor incumbe a V. Ex^a de solicitar formalmente a de S. M. I. a sua intervenção e garantia do pretendido Tratado, para se entabolar esta negociação debaixo das suas vistas, e de maneira que as estipulações de Portugal com a Porta Ottomana não prejudiquem os Russos nas suas relações mercantis com Portugal, mas antes se acordem perfeitamente com os seus interesses.

Devo alem disto declarar mais a V. Ex^a que a Turquia estava há longo tempo disposta para celebrar connosco hum tratado de Paz e de Commercio; esta proposta foi feita em 1797, verbalmente ao enviado de S. A. R. em Paris, por hum Embaixador Turco que tinha parentes empregados no Governo Ottomano. O Enviado deu parte à sua Corte e se lhe respondeu que tracassem hum Projecto de Tratado de [105] acordo com o dito Embaixador para subir à aprovação de S. A. R. Este havia pedido também instruções à sua corte e nellas se lhe dizia que de todos os tratados da Turquia com as Potências Christaas escolhesse Portugal aquelle que mais lhe agradasse, e até mesmo se accrescentarião nelle alguns artigos favoráveis aos géneros de produção privativa de Portugal. Seguiu alem disto que o seu Soberano estava prompto a passar as firmas necessárias para impedir o Corso das regências Barbarescas no Mediterrâneo: circunstancias políticas impedirão esta negociação.

Tal he a franqueza que se tem apresentado de negociar hum tratado vantajoso com a Sublime porta e não he provável que a política deste Governo tenha mudado.

Em consequência do exposto S.A.R. espera que o Imperador prestará de bom grado a sua mediação e garantia para a celebração do pretendido Tratado [105 vs.] com a Porta Ottomana; e S. A. R. se obrigará muito se o Imperador novamente quizer encarregar o seu Ministro em Constantinopla de abrir a negociação pouco mais ou menos em conformidade das Instruções que S. A. R. agora manda remeter a V. Ex^a.

Os artigos são extrahidos dos Tratados da Porta com a Rússia e com a Hespanha, segundo a declaração feita ao dito nosso enviado pelo Embaixador Ottomano acima referido; ajustado o projecto do tratado, Rodrigo Navarro tem ordem para partir para Constantinopla como plenipotenciário de S. A. R. a fim de ultima lo e assigna lo de acordo com o Plenipotenciario de S. M. I.

O princípio desta Negociação, consistindo em alcançar a benevolência de S. M. o Imperador da Rússia para prestar a sua mediação e garantia, he totalmente alheio dos negócios do Congresso, e assim ordena S. A. R. que V. Ex^a não [106] procure tratar delle em Acto algum daquela corporação mas directamente se dirigirá ao Ministro de estado que se achar junto à Pessoa do Imperador, declarando lhe as ordens que tem para assim proceder.

Os artigos que se seguem não são feitos com outro fim mais do que para lembrança e como esboço de hum projecto, não devendo impedir o continuar se a negociação a ocorrência de qualquer duvida pouco importante, e talvez haja algumas que versem sobre clausulas impraticáveis ou inúteis com Portugal, não o sendo para com a Rússia ou para outras Nações próximas à Turquia. Por outro lado, S. A. R. permite não só que se altere a ordem dos artigos mas que se expurguem, diminuão ou acrescentem como mais conveniente fôr.

Artigo 1º

Paz e Amizade entre Portugal e a Porta Ottomana; plena e ilimitada [106 vs.] franqueza de commercio e navegação em toda a extensão dos estados e Domínios de ambas as Potencias nas quatro partes do mundo, onde, e da mesma forma que presentemente, são recebidas as Nações mais favorecidas.

Artigo 2º

Ampla e segura permissão aos vassallos de S. A. R. de viajarem e commerciarem e rezidirem em quaesquer Estados e Domínios da Sublime Porta, sem que sejam embaraçados e molestados pelas Authoridades Militares, civis e fiscaes Ottomanas mas antes auxiliados e protegidos constantemente por ellas.

E bem assim de professarem o seu culto e fazerem romarias a Jerusalem, devendo a Porta interpor a necessária authoridade para lhes assegurar o tranquillo exercício de suas funçoens religiosas.

S. A. R. recíproca aos vassallos ottomanos a mesma permissão de viajarem, rezidirem e commerciarem nos seus Estados [107] e de professarem o seu Culto com tanto que se conformem às limitaçoens expressas no artigo 12º do Tratado de Commercio com a Inglaterra de 19 de Fevereiro de 1810.

Artigo 3º

A Sublime Porta comederá a todos e quaesquer vassallos portugueses, que pela permissão antecedente domiciliarem nos seus Estados, a fruição da mesma segurança e dos mesmos privilégios de que gozão os Francezes, Inglezes e Russos pelas capitulaçoens de 5 de Junho de 1673, de Setembro de 1675 e de 1740, e pelo Tratado de 10 de Junho de 1783. Em reciprocidade S. A. R. assegura aos Vassallos ottomanos que rezidirem nos Domínios portugueses a mesma segurança e privilégios de que gozão os das Naçoens mais favorecidas [107 vs.].

Artigo 4º

S. A. R. poderá enviar hum Ministro para rezidir em Constantinopla e estabelecer Cônsules em quaesquer portos, escallas, e cidades do Império Ottomano, onde melhor convierem ao Commercio e Navegação portugueza; e tanto o Ministro como os Cônsules portuguezes e mais agentes empregados nos consulados gozarão dos privilégios concedidos aos Russos pelos artigos 49 até 59 do seu Tratado de 1783; semelhante faculdade terá a Sublime Porta de enviar Ministro e estabelecer Cônsules nos domínios de Portugal e gozarão eles de imunidades e privilégios outorgados aos das Potências mais favorecidas.

Artigo 5º

Outrossim os Vassallos portuguezes domiciliarios nos Estados Ottomanos gozarão [108] da mesma isenção dos impostos chamados Karatsch, Badi, Cassabie, Tehaetif, Ourfékest, Tassakouly, Messetérie e de quaesquer outros de que prezentemente gozão ou possão vir a gozar os vassallos de qualquer das trez Naçoens acima referidas. Em retribuição os Vassallos ottomanos nos domínios de Portugal terão a mesma izenção de impostos de que gozão os das Naçoens mais favorecidas.

Artigo 6º

Os Cônsules e mais Vassallos de S. A. R. que rezidirem nos Domínios da Porta gozarão dos mesmos privilegios de Foro concedidos e guardados aos Francezes, Inglezes e Russos pelas sobreditas capitulaçoens e tratados, sendo como eles sujeitos à mesma ordem, formalidade de juízo, assim nas causas cíveis como criminaes. Reciprocamente os vassallos ottomanos gozarão nos domínios [108 vs.] de Portugal dos privilégios de Foro de que legitimamente gozarão os das Naçoens mais favorecidas, e serão igualmente sujeitos à mesma ordem e formalidades de Juízo Criminal e Cível.

Artigo 7º

Por quanto os vassallos de ambas as Potencias devem gozar de todo o favor e segurança legítima nos Estados e domínios em que reciprocamente rezidirem, estipular se que não serão jamais presos sem motivo legal e justificado; e outrossim que suas cazas e armazens não serão violados com buscas e vizitas vexatórias, salvos os casos em que as leys do paiz as permittirem.

Artigo 8º

Quando succeda que os vassallos portuguezes contraião dividas ou fação bancarrota nos Estados [109] da Porta, os credores terão somente acção sobre o devedor, estabelecendo-se em regra que o Cônsul, assim como qualquer outro indivíduo da mesma nação, não responde pelos seus compatriotas senão quando for hum acto legitimo registado perante o Cadi ou por qualquer outro título e do aumento que segundo as leys ottomanas for equivalententemente valioso, constar a sua fiança e abonação. Semelhantemente o Cônsul ou outro qualquer Vassallo Ottomano nos domínios de Portugal responderá pelos seus nacionaes somente quando se houver constituído seu fiador por título legal e valioso.

Artigo 9º

Todo o vassallo portuguez e ottomano que por mais de hum anno houver rezidido nos Estados de outra potência e que pertencer ausentar-se [109 vs.] ou mudar de domicílio, não o fará sem que trinta dias antes o annuncie por editaes afixados nas praças publicas e à porta do seu respectivo consulado, se alli se achar estabelecido, para que seja notória a seus credores a projectada auzencia ou mudança de domicílio; e não poderá obter passaporte assim das Authoridades do Paíz em que rezidir, como do seu Cônsul Nacional, senão depois de findo o prazo dos ditos trinta dias ou dando numa caza de commercio de reconhecido crédito que solidariamente responda por elle; ou se o mesmo Cônsul o

quiser assim abonar ou quando apresentar licença authentica de seus credores para poder auzentar-se e toda a auzencia ou mudança que assim não for annunciada será tida por clandestina.

Artigo 10º

Quando hum vassallo de qualquer das duas potencias [110] falecer com testamento nos domínios da outra, deixando os seus herdeiros auzentes, o testamenteiro que elle houver instituído fará o Inventário de todos os bens do testador perante as Authoridades territoriaes competentes com assistência do Cônsul da Nação do falecido e preenchidas as demais formalidades da ley, entrará na posse e execução de sua testamentária. No caso porem de ter morrido “ab intestato” e deixando os seus herdeiros ausentes, as Authoridades competentes procederão ao Inventario dos bens do morto em prezença do Cônsul respectivo, se o houver no lugar do fallecimento, ou de duos negociantes tirados preferivelmente de entre os compatriotas do fallecido, e que sejam de reconhecido crédito, participando-se e remetendo-se huma cópia de tal inventário ao Cônsul Nacional mais vizinho, para que elle nomeie dois Administradores para receberem os bens inventariados e liquidarem as [110 vs.] transacções commerciaes do defunto que estiverem pendentes e cuja conclusão interessar a boa fé e circulação mercantil. Bem entendido que os bens dos vassallos portugueses falecidos nos domínios ottomanos não pagarão o Direito de Resmichismer ou qualquer outro imposto sobre as heranças, e que reciprocamente os bens dos vassallos ottomanos mortos nos domínios de Portugal gozarão da mesma isenção.

Artigo 11º

Em consequência da plena e illimitada franqueza de commercio e navegação em todos os estados de ambas as potências, será reciprocamente permittido aos seus vassallos e embarçaõens, assim de Guerra como Mercantes, o entrarem e commerciareem em todos os portos, banias e escalas pertencentes às duas contractantes, gozando mutuamente as mesmas embarçaõens de todos os favores, auxílios, privilégios e izenções de Direitos de que gozão ou possam vir a gozar as nações mais favorecidas. Sendo [111] da parte da Sublime Porta expressa e irrestrictamente permittido aos vassallos e navios portugueses o commercio e navegação do Mar Negro e consequentemente as passagens dos Estreitos de Gallipoli e Dardanellos.

Artigo 12º

Para que os vassallos e embarçaõens das duas potências possam gozar dos favores e privilégios que na presente cláusula se tem mencionado, cumpre determinar a naturalidade das embarçaõens; por tanto estipular se ha que a Sublime Porta reconhecerá por navio portuguez todo aquele cujo Mestre e duos terços da tripulação forem portugueses e que estiver munido de hum passaporte legal expedido pelas authoridades competentes, e vice-versa. O Governo Russo como medianeiro poderá influir e decidir sobre estas qualificações conforme a intenção que tiver para definir o mesmo objecto no tratado que tem de fazer com a nossa corte [111 vs].

Artigo 13º

Os vassallos portugueses pagarão nas Alfandegas dos portos ottomanos, pelos géneros e mercadorias de qualquer produção e indústria nacional ou estrangeira o mesmo que pagão os das Nações mais favorecidas, isto he, 3 por cento de Direitos de entrada, calculados sobre a pauta que regula para a Inglaterra e Russia e vice-versa; os vassallos da porta por todos os géneros e mercadorias importadas, como acima se refere, pagarão nas Alfândegas portuguezas vinte e quatro por cento como pagão os das nações mais favorecidas, e calculados da mesma maneira que com elas se pratica.

Quando o género não estiver comprehendido nas sobreditas pautas se calcularão os mesmos Direitos de 3 e de 24 por cento sobre o valor das facturas. S. A. R. não tem

dúvida em conceder [112] a diminuição de Direitos até 15 por cento, como pagão os Ingleses pelo artigo 15 do Tratado de commercio com Inglaterra de 11 de Fevereiro de 1810, sobre alguns géneros da produção ou indústria do Império Ottomano, como são as drogas e outros de pouca importância, com tanto que o Governo da Porta pudesse ou quizesse conceder também alguma diminuição vantajosa de direitos sobre a importação do nosso assucar quando fosse importado nos domínios ottomanos em navios das duas nações e por conta de vassallos dellas, como está estipulado com Inglaterra; com tudo, sendo a importação de graons tão favorecida quanto pode ser em Portugal, a estipulação acima se reduz a hum objecto pouco importante e talvez a Porta não possa beneficiar a entrada do nosso assucar por se ter constituído na obrigação de ampliar a mesma redução de Direitos a outras nações.

Artigo 14º

Os Vassallos portuguezes que importarem dinheiro em [112 vs.] espécie nos domínios Ottomanos, nenhum imposto pagarão sobre a somma importada e menos serão obrigados a cunha-la.

Artigo 15º

Talvez que o Embaixador Turco quando em 1797 disse ao Enviado de S. A. R. que se podia mesmo conceder favores privativos às importações de alguns géneros da produção portugueza tivesse em vista o artigo dos diamantes, outras pedras preciosas, que pode ser no Império Ottomano paguem direitos de entrada. Será pois necessário examinar este ponto que nos pode vir a ser precioso.

Artigo 16º

Os vassallos portuguezes poderão exportar de todos os portos dos domínios Ottomanos quaesquer géneros e mercadorias e pagarão os mesmos Direitos de sahida que nas Alfandegas da Porta estão estabelecidos para as nações mais favorecidas e os respectivos [113] Mestres das embarcações se deverão munir de certidões de pagamento de taes direitos para que lhe não sejam repetidos nos portos onde posteriormente tocarem. S. A. R. concede aos vassallos ottomanos recíproca liberdade de exportação, debaixo da obrigação de pagarem nas Alfandegas portuguezas os mesmos direitos de sahida que pagão as nações acima mencionadas.

Artigo 17º

He reciprocamente prohibido aos vassallos de ambas as potências, em tempo de guerra, o importarem aos portos daquela potência que fôr inimiga de huma dellas os artigos denominados de contrabando de guerra, e que serão aquelles que estiverem qualificados entre Portugal e a Rússia ao tempo da conclusão deste Tratado.

Artigo 18º

Os géneros e mercadorias de commercio que forem extraviados aos direitos assim [113 vs] da entrada, como da sahida, que deverião pagar nas competentes Alfandegas dos domínios das duas potências, onde devião ser despachados e que forem apreendidos, serão tomadas por por perdidas; e quem tal extravio houver cometido incorrerá nas penas estabelecidas pela ley do paíz em casos taes.

Artigo 19º

Quando os navios de guerra e mercantes de qualquer das duas nações arribarem aos portos, encalharem ou naufragarem nas costas dos domínios da outra, as Authoridades civis e militares territoriaes darão prompto socorro para reparo ou salvação delles e arrecadarão dos géneros e mercadorias, empregando a maior vigilância para evitar o furto e extravio dellas, e fazendo-as pôr em segurança para serem, na ausência dos seus respectivos donos, entregues ao Cônsul Nacional, se o houver no Distrito do Naufrágio, ou [114] ao Cônsul mais vizinho, ao qual competirá fazer inventariar e guardar os effeitos que se tiverem salvado, para entrega-los aos seus legítimos donos, ou aos seus procura-

dores legalmente autorizados; e as pessoas que taes effectos receberem pagarão as despesas feitas com a salvação e guarda delas.

Artigo 20º

Todas as vezes que os navios de Guerra de ambas as potências se encontrarem no Mar arvorarão as suas respectivas bandeiras e salvarão correspondentemente à graduação dos commandantes dos navios que tiverem encontrado, e se prestarão mutuamente os possíveis favores e auxílios; observarão também entre si os navios mercantes de ambas as nações, sendo lhes mui expressamente recommendado que se não embarquem, detenham e prejudiquem com demasiadas e violentas requisições e vizitas; como [114 vs.] tudo circunstanciadamente se acha expresso no artigo 11 de ambos os tratados que celebrarão a Hespanha e a Rússia, em 1782 e 1783, com a Porta Ottomana.

Artigo 21º

Em cada hum porto de qualquer das potências contractantes se não admittirão, assim em tempo de Paz como de guerra, mais de seis vasos de Guerra da outra potência, e taes vasos estarão sujeitos e observarão os regulamentos da Polícia do porto onde surgirem.

Artigo 22º

Os navios de huma das duas coroas que estiverem juntos nos portos da outra não servirão de asilo aos criminosos e dezertores que se refugiarem a seu bordo; mas antes os seus respectivos commandantes e Mestres serão obrigados a entrega-los logo que sejam requeridos pelas competentes authoridades territoriaes. Semelhantemente os dezertores de bordo dos [115] navios sustos nos portos não terão asilo em terra e as authoridades do lugar os entregarão a requisição dos comandantes e Mestres dos Navios a cuja tripulação pertencerem.

Artigo 23º

As duas partes contractantes estipularão que os navios de seus vassallos poderão exportar géneros de seus respectivos portos para os de huma terceira potência que estiver em guerra com huma delas; e bem assim de hum porto para outro da dita terceira potência com tanto que os géneros exportados sejam de leu e de conta dos vassallos de ambas as potências contractantes.

Artigo 24º

Dever se há outro sim estipular que se a bordo dos navios inimigos, que forem apresados por huma das partes contractantes, se acharem vassallos da outra, ou mercadorias de conta delles, não serão feitos [115vs] prisioneiros e as mercadorias lhes serão inteira e fielmente entregues.

Artigo 25º

A Sublime Porta expedirá firmans às Regências Berberescas, aos Dulcinotas e Forbans para que suspensão e não exerceção corso e hostilidade alguma contra os navios portugueses, como he pauteado no artigo 17º do tratado entre a Hespanha e a Porta de 1782, e recommendará muito aos seus capitães-Pachas e Governadores para que protejam os referidos navios mercantes portugueses contra o sobredito corso; e quando succeder que, sem embargo de ates recomendações, os mesmos navios sejam hostilizados por aquellas Regências, ou pelos ditos corsários e piratas, a Sublime Porta lhes fará dar satisfação de insulto e indemnização de todo o dano que por elas ou por eles houver sido causado aos vassallos de S. A. R. [116] e a seus respectivos navios. Sendo outro sim ordenado aos comandantes dos navios de guerra ottomanos que dêem conserva aos navios mercantes portugueses, quando por estes lhes fôr requerida, e não os desviarem de seu rumo e destino, para maior segurança contra os mencionados corsários e piratas; devendo a Sublime Porta entregar ao Ministro de S. A. R. que rezidir em Constantinopla huma duplicata dos sobreditos firmans.

Artigo 26º

Sucedendo que algum dia se rompa a Amizade que fôr segundo estes princípios ajustada entre as duas Coroas, deverá preceder formal declaração de guerra e concederem mutuamente aos vassallos de huma, que se acharem domiciliários nos domínios da outra, prazo de seis mezes seguidos desde o dia da declaração sobredita para venderem os seus bens e efeitos, ultimarem [116 vs.] as suas transacções pendentes e regressarem para o seu paíz.

Artigo 27º

Estipular se ha que todos os casos que não forem expressamente compreendidos e mencionados no prezente tratado por se ter omitido fazer deles menção, serão regulados pelas citadas capitulações de 1673, 1675, 1740 e tratados de Hespanha e Russia com a Porta Ottomana de 1782 e 1783, como se literalmente aqui estivessem insertos.

Artigo 28º

Por quanto o curso dos tempos, a variedade das circunstâncias e a multiplicidade das relações mercantiz podem exigir que se alterem ou modifiquem as estipulações deste tratado, será político ajustar e assignar lhe hum prazo de 12 annos de duração, findos os quais [117] poderão ambas as potências retocar as suas condições e estipular como melhor lhes convier.

Artigo 29º

Taes são os artigos mais essenciaes que pareceo necessário traçar para governo de V. Ex^a nesta negociação. Resta me somente agora acrescentar que no artigo 13º se omitio fazer menção dos Direitos de Entrada em Portugal, que são 27 por cento; e prevenir a V. Ex^a de que antes de estipular o artigo 18 convêm muito conhecer a legislação ottomana acerca dos contrabandos; pois sendo as nossas leys sobre esta matéria muito moderadas e equitativas, he preciso o diligenciar a possível reciprocidade em ordem ou a salvar em tal caso as nossas embarcações do confisco nos Estados da Porta ou a estipular expressa e reciprocamente esta communicação [117 vs.] dos navios Ottomanos nos domínios portuguezes.

S.A.R. manda recommendar a V. Ex^a a maior dexteridade, justeza e circumspecção, assim sobre a especie e latitude das concessões que por parte de S. A. R. se fizerem à Porta, como daquelas com que ella deve reciprocicar ao Mesmo Senhor, para que sejam as mais adequadas, positivas e equivalentes. S.A.R. confia na intelligência e zelo de V. Ex^a o mais satisfatório desempenho desta Negociação.

Deos guarde V. Ex^a. Palácio do Rio de Janeiro em 16 de Junho de 1814

Marquês de Aguiar

ANEXO III

ESBOÇO BIOGRÁFICO DE UM NEGOCIADOR NA EUROPA: O ÚLTIMO MARQUÊS DE MARIALVA

I – VIDA E FORMAÇÃO

1) Uma Família da Nobreza

O contexto social e familiar de D. Pedro José Vito, 6º Marquês de Marialva, pode ser compreendido através de dois vetores essenciais: a nobreza e a carreira militar.

D. Pedro pertenceu a uma família com nobreza de sangue, os Menezes, com grandes tradições na corte, a qual ganhou relevância na altura da Restauração, pelo apoio dado a D. João IV.

Para melhor compreensão destes antecedentes, os quais são essenciais para contextualizar a vida de D. Pedro José Vito, torna-se indispensável efetuar uma pequena resenha biográfica dos seus mais importantes antepassados, principalmente os Marqueses de Marialva, os quais cumulavam este título com o de Condes de Cantanhede.

O primeiro Marquês de Marialva, **D. António Luís de Menezes** (1657 (?) – 1675), terá sido um dos mais importantes conjurados de 1640.⁴¹⁸ Apesar de não se saber qual a data exata do seu nascimento, é possível que ainda tenha sido no século XVI, pois, em 1657, teria aproximadamente sessenta anos.⁴¹⁹ Sendo, igualmente, 3º Conde de Cantanhede, D. António Luís de Menezes era filho de D. Pedro de Menezes (2º Conde de Cantanhede) e de D. Constança de Gusmão, filha do 1º Conde de Vila Franca, Rui Gonçalves da Câmara.

⁴¹⁸ Dom Luís de Menezes (Conde de Ericeira), *História de Portugal Restaurado*, Porto, Civilização Editora, 1945 (original de 1710), Tomo I, p.123.

⁴¹⁹ O Conde da Ericeira, ao referir-se à contenda que o 1º Marquês de Marialva teria tido com o Conde de Odemira, indica que teriam ambos cerca de sessenta anos. Idem, *ibidem*, Tomo III, p. 16.

D. António Luís de Menezes provinha de uma longa linha de nobres, já que era descendente, como refere o Conde da Ericeira, “do Conde Gonçalo de Menezes, irmão da Rainha D. Leonor, e contava de varonia vinte e sete ilustríssimos avós”.⁴²⁰

Numa obra impressa em 1674, um panegírico ao 1º Marquês de Marialva, escrito por D. Fernando Correa de La Cerda, Bispo do Porto, oferecido ao seu primogénito, indica-se que «o seu nono avô» fora «Dom João Afonso de Albuquerque».⁴²¹

Tendo participado nas Guerras da Restauração,⁴²² D. António Luís Menezes foi nomeado Coronel, no 1º de Dezembro de 1640, quando se realizou a aclamação de D. João IV.

No mesmo dia da aclamação o elegerão Coronel os Governadores do Reino: entenderão que para El Rei ter segura a Coroa na cabeça era necessário ter o nosso heroe as armas na mão; logo começou a defender com as armas o que tinha aclamado com as vozes, sendo a eleição de Coronel, naquele dia, auspício de que elle havia de por o último à guerra, sendo General como as armas erão; a sua mais relevante occupação, a sua primeira occupação foi a das armas.⁴²³

Ainda nesse ano seguiu para Coimbra, como comandante de um regimento de mil e seiscentos homens e, quando regressou a Cascais, em 1641, o rei pretendeu recompensar-lhe os serviços prestados, com um lugar de confiança na Corte, mas este preferiu manter-se ligado às armas, acabando por ter um reconhecido desempenho na defesa das fronteiras.⁴²⁴

Quando, em 1656, morreu D. João IV, a controvérsia que opunha o Conde de Cantanhede ao Conde de Odemira, D. Francisco de Faro, agudizou-se, especialmente quando este passou a ter um lugar de destaque na educação de D. Afonso VI, ainda menor, apesar de o número de aliados de D. António Luís de Menezes ser superior. Apesar disso, o futuro Marquês de Marialva acabou por aceitar o cargo de Ministro e Vedor da Fazenda, passando a ser, juntamente com o Conde de Odemira, com Pedro Vieira da Silva e com Gaspar Faria Severim, um dos quatro mais importantes homens do reino.

⁴²⁰ Idem, *ibidem*.

⁴²¹ D. Fernando Correa La Cerda, Bispo do Porto, *Panegyrico ao Excellentíssimo Senhor D. António Luís de Menezes, Marquês de Marialva*, Lisboa, Oficina de Joam da Costa, 1674, p. 57. A proliferação de panegíricos e outros textos laudatórios a personagens tinha por função, muitas vezes, potenciar o enaltecimento da Casa respetiva. Nesse sentido vide, Nuno Gonçalo Monteiro, *O Crepúsculo dos Grandes*, Lisboa, INCM, 2003, pp. 97-99.

⁴²² Gabriel do Espírito Santo, *Restauração 1640/1668*, Lisboa, Academia Portuguesa da História, Quid Novi, 2009, pp. 45-46.

⁴²³ D. Fernando Correa La Cerda, *op. cit.*, pp. 39-40.

⁴²⁴ Idem, *ibidem*.

Em 1658, a Rainha regente solicitou apoio a D. António Luís de Menezes, para controlar as fronteiras de Elvas, tendo em conta a eminente invasão dos três mil homens do General castelhano D. Luís Mendes Haro. Segundo o Conde da Ericeira, a Rainha D. Luísa de Gusmão terá escrito ao futuro Marquês de Marialva, na época Conde de Cantanhede, para socorrer aquela praça, devido à sua importância estratégica, «ainda que a importância da vossa pessoa nesta Corte pedia vos não apartasse de mim».⁴²⁵

Em Novembro desse ano partiu para Estremoz com o seu exército, dezoito dias após a sua nomeação de General, encontrando-se com André de Albuquerque, o qual ficou muito satisfeito por vê-lo chegar. Tendo em conta os seus cargos anteriores, bem como a sua experiência, foi fácil impor-se, sendo «venerado dos mais cabos, oficiais e soldados, de quem dependia a sua fortuna ou felicidade».⁴²⁶

D. António Luís de Menezes teve grande dificuldade em organizar os exércitos, uma vez que o cerco castelhano era cada vez maior, provocando falta de abastecimentos e muitas mortes. Apesar de tais adversidades, em Janeiro do ano seguinte dirigiu-se a Elvas, em socorro de D. Sancho Manuel, futuro Conde de Vila Flor, como comandante de um exército de 8000 infantes e 2900 cavaleiros, tendo por primeiro mestre de campo general André de Albuquerque. O Conde da Ericeira, na sua obra *História de Portugal Restaurado*, publicou um discurso de exortação aos seus homens, onde se pode verificar a sua capacidade de incentivar ao sucesso.⁴²⁷ A vitória portuguesa, porventura fruto da técnica e entusiasmo militar do Conde de Cantanhede, foi estrondosa, tendo porém falecido André de Albuquerque.⁴²⁸ Apesar da vitória, D. António Luís de Menezes demonstrava manter os seus valores de honestidade e respeito pelos adversários pois, apesar de ter encontrado toda a correspondência trocada entre D. Filipe IV e o seu valido, D. Luís Mendes de Haro, devolveu-a para que a mesma retornasse ao reino vizinho.⁴²⁹ De volta a Lisboa foi aclamado, sendo então agraciado com o título de Marquês de Marialva, por Decreto de 11 de Junho de 1661.

Em 1662, para conseguir voltar ao Alentejo como governador, e dando provas de alguma astúcia, sugeriu à rainha que o Conde de Atouguia, até então Governador daquela

⁴²⁵ Dom Luís de Menezes (Conde de Ericeira), *História de Portugal Restaurado...*, pp. 152-153.

⁴²⁶ Idem, *ibidem*.

⁴²⁷ Idem, *ibidem*, pp. 212-213.

⁴²⁸ Gabriel do Espírito Santo, *op. cit.*, pp. 100-104.

⁴²⁹ Idem, *ibidem*.

província, fosse compensado com uma nomeação de General da Armada Real, ao que a Rainha acedeu. Enquanto Marialva esteve na Corte foi Schomberg quem ficou a comandar o exército no Alentejo. Marialva ainda conseguiu, porém, chegar oportunamente àquela província para fazer face à invasão de D. João da Áustria.

Em 1665, D. António Luís de Menezes teve, ainda, uma participação muito relevante na chamada Batalha dos Montes Claros. Assim, em Conselho reunido, em 14 de Junho, com diversos comandantes, não permitiu que vencesse o partido que defendia a entrega de Vila Viçosa aos espanhóis. Tendo terminado com uma vitória decisiva sobre o General Carracena e sobre Espanha, ainda hoje é reputada como um exemplo de uma batalha de transição de um sistema de confronto direto para uma verdadeira batalha de estratégia, onde Schomberg e Marialva terão tido um papel de destaque.⁴³⁰ D. António tinha prometido mandar edificar um Convento, à ordem religiosa dos arrábidos, caso vencesse a Batalha dos Monte Claros, o que veio a acontecer, tendo tal voto sido concretizado com a construção do Convento de S. Pedro de Alcântara, em Lisboa.

Em 1669, o 1º Marquês de Marialva e 3º Conde de Cantanhede foi, ainda, nomeado procurador das Cortes de Lisboa.

Em todas as occasioens em que da Corte se concorreo para a defensa das fronteiras, foi elle o primeiro e o principal socorro dellas; o zelo com que se houve nestas occasioens o aclamarão por zelozíssimo vassalo desta Coroa e como tal foi por aclamação eleito Procurador de Cortes da Cidade de Lisboa a terceira vez que intentarão celebrar se [...].⁴³¹

Foi no anno de 1669 eleito Procurador das Cortes da Cidade de Lisboa pello comum sufrágio do povo e da nobreza, sendo ordinariamente diversos os sentimentos de hum e outro Estado, nesta occasião foram conformes os votos; o merecimento do eleito fez a uniformidade dos eleitores.⁴³²

D. António Luís de Menezes casou, em 1635, com D. Catarina Coutinho, filha de D. Manuel Coutinho, Senhor da Torre do Bispo.⁴³³ Deste casamento nasceram dois filhos

⁴³⁰ Idem, *ibidem*, p. 122.

⁴³¹ D. Fernando Correa La Cerda, *op. cit.*, p. 73.

⁴³² Idem, *ibidem*, p. 169.

⁴³³ Felgueiras Gayo, *Nobiliário de Famílias de Portugal*, VI volume, Braga, Edição de Carvalhos de Basto, 1992, p. 28.

e sete filhas.⁴³⁴ Um dos filhos foi D. Pedro António de Menezes, futuro 4º Conde de Cantanhede e 2º Marquês de Marialva.

D. António faleceu em 1675, tendo determinado, por via testamentária, que o sepultassem na Vila de Cantanhede, no seu convento, em campa rasa no exterior da Igreja, sem qualquer aparato; contudo, como o convento ainda não estava concluído, à data da sua morte, ordenou que fosse sepultado na Capela da família, atualmente Capela do Santíssimo Sacramento; como última vontade pediu, ainda, que o seu coração fosse colocado aos pés de D. João IV, como prova de eterna lealdade, e até que tal fosse possível, o seu órgão deveria permanecer no Convento de São Pedro de Alcântara.

A vontade do primeiro Marquês de Marialva foi, alguns anos mais tarde, cabalmente respeitada. O 5º Marquês de Marialva, D. Diogo José Vito de Menezes Noronha Coutinho, pai do nosso biografado, efetuou a transladação dos restos mortais do 1º Marquês de Marialva para o átrio da Igreja do Convento de Santo António.⁴³⁵

D. Pedro II ordenou a transladação do coração do Marquês para o Convento de São Vicente de Fora, em Lisboa, tendo ficado sepultado por baixo do pavimento, perto do túmulo do Rei Restaurador.⁴³⁶

Ao 1º Marquês de Marialva sucedeu **D. Pedro António de Menezes, 2º Marquês de Marialva, 4º Conde de Cantanhede**. Sendo filho primogénito, fora a si que o Bispo do Porto, em 1674, oferecera o panegírico que dedicara ao seu pai.⁴³⁷

⁴³⁴ Para além de D. Pedro António (de que se falará adiante), teve os seguintes filhos: D. Manuel Coutinho (D. Pedro II agraciou-lhe com o título de Conde de Redondo), D. Guiomar de Menezes (casou com o irmão de seu pai, D. Rodrigo de Menezes), D. Maria Joana Coutinho (casou com D. Luís Álvaro de Castro, Marquês de Cascais), D. Isabel de Menezes (casou com D. Lourenço de Lencastre, Comendador de Coruche), D. Antónia, D. Jerónima, D. Maria (religiosas no Convento da esperança, em Lisboa) e D. Joana de Meneses.

⁴³⁵ O túmulo de D. António Luís de Menezes, na Igreja do Convento de Santo António, em Cantanhede, actualmente Igreja da Misericórdia, tem a seguinte inscrição : «Aqui jaz e está sepultado o corpo do Marquês de Marialva D. António de Menezes que faleceu aos 19 de Maio de 1675. Pede à piedade christã hum Padre Nosso e uma Avé Maria pela sua alma». *Biblioteca Municipal de Cantanhede*, www.cm-cantanhede.pt/biblioteca/personagens_1m.asp, consultado em 04/07/2012.

⁴³⁶ No pavimento do Convento de São Vicente de Fora foi colocada a seguinte inscrição latina: «Hic, ubi Lusitadum jacet instaurator in una, pignus habet positum cor Marialva suum, corde suum sequitur regem Marialva sepultum, ut vitam credas, non periisse fidem». Pedro Alcântara, *Sermão que nas exéquias do illustríssimo e excelentíssimo Marquês de Marialva pregou o P. M. Fr. Pedro de Alcântara*, Lisboa, Impressão de Alcobia, 1825, pp. 12-13.

D. Pedro António nasceu em 31 de Maio de 1658 e faleceu em 18 de Janeiro de 1711. Tendo sido Senhor de toda a casa de seu pai, foi Gentil Homem da Câmara de D. Pedro II e de D. João V, fez parte do Conselho de Estado, foi Presidente da Junta do Comércio, bem como Estribeiro Mor e Mordomo Mor. Deverá ter sido, igualmente, por inerência, Provedor da Irmandade da Misericórdia de Cantanhede.⁴³⁸ Casou com uma prima sobrinha, D. Catarina Coutinho, filha do seu tio D. Rodrigo de Menezes e da sua irmã D. Guiomar de Menezes. Desta união matrimonial apenas se conhece uma filha, **D. Joaquina Maria Madalena da Conceição de Menezes**,⁴³⁹ a qual virá a ser a **3ª Marquesa de Marialva**.

A ausência de um homem sucessor, o qual era visto como um fator de desvalorização das linhagens, não constituiu, porém, um elemento impeditivo da manutenção da Casa dos Marialva. A dificuldade de articulação desta situação com a Lei Mental não constituiu problema, nem nesta nem noutras casas aristocráticas, sendo a sucessão feminina e a consequente dispensa de aplicabilidade daquela Lei quase automática a partir de 1640.

440

D. Joaquina de Menezes, nascida em 22 de Julho de 1691, casou, em 6 de Junho de 1712, com D. Diogo de Noronha, tornado 3º Marquês de Marialva e 5º Conde de Cantanhede por força do casamento. O cônego Theodorico Santa Marta dedicou um panegírico sobre a Casa Marialva, em parte como contributo para uma maior credibilidade e até legitimação do novo Marquês.⁴⁴¹

D. Diogo de Noronha era filho dos primeiros marqueses de Angeja (seu era D. Pedro António de Noronha, 2º Conde de Villa Verde e 1º Marquês de Angeja), tendo sido Brigadeiro de cavalaria, Mestre de Campo General e General de cavalaria da Província da

⁴³⁷ D. Fernando Correa La Cerda, Bispo do Porto, *Panegyrico ao Excellentíssimo Senhor D. António Luís de Menezes, Marquês de Marialva*, Lisboa, Oficina de Joam da Costa, 1674.

⁴³⁸ Em Carta de 17 de Junho de 1773, dirigida à Irmandade da Misericórdia de Cantanhede, o 4º Marquês de Marialva refere que «a minha intensão foi sempre continuar a ter nessa Santa Casa e Irmandade o Lugar de Provedor perpétuo, assim como tiverão os meus predecesores Senhores Donatários dessa Villa», apud Divaldo Gaspar Freitas, *Apontamentos para a História da Santa Casa da Misericórdia de Cantanhede*, Lisboa, 1959.

⁴³⁹ Felgueiras Gayo, *Nobiliário ...*, p.704.

⁴⁴⁰ Nuno Gonçalo Monteiro, *op. cit.*, INCM, 2003, pp. 94; 365-368.

⁴⁴¹ Theodorico Santa Marta, *Elogio histórico da Illustríssima e Excelentíssima Casa Cantanhede Marialva, Chefe dos Esclarecidos Menezes e Telles, dedicado ao Illustríssimo e Excelentíssimo Senhor D. Diogo de Noronha, III Marquês de Marialva e V Conde de Cantanhede*, 1753.

Estremadura, Estribeiro Mor (a partir de 1749) e Gentil Homem da Câmara de D. João V.⁴⁴²

Os terceiros Marqueses de Marialva tiveram 4 filhos e 4 filhas⁴⁴³, sendo o primogénito D. Pedro José de Alcântara de Menezes Noronha Coutinho.

D. Pedro José de Alcântara de Menezes Noronha Coutinho, o 4º Marquês de Marialva e 6º Conde de Cantanhede.

D. Pedro de Menezes Noronha Coutinho nasceu em 9 de Novembro de 1713, tendo sido um importante mestre de equitação. Em 1770, no tempo de Marquês de Pombal, foi nomeado Estribeiro Mor da recém criada coudelaria real de Alter do Chão, tendo marcado um estilo muito próprio de tratar e montar os cavalos, ainda hoje conhecido como «montar à marialva».⁴⁴⁴ Em frente à praça de touros do Campo Pequeno, em Lisboa, atualmente, pode encontrar-se uma lápide de homenagem a este marquês, com menção a esta técnica.

O seu prestígio foi tal que várias obras da especialidade referem-no ou são-lhe dedicadas. Assim, *Ciência da Cavalaria, que contem o juízo do homem de cavallo, ou o modo de ensinar os cavallos tanto para a guerra, como para os festejos e para a pompa*, uma obra de Alphonse Grine de Préville, sem data mas catalogada na Biblioteca Nacional de Portugal como sendo uma edição de entre 1775 a 1825, traduzida por João Borges Quaresma de Andrade, foi por este «dedicada ao Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor D. Pedro de Menezes, Marquês de Marialva, Conde de Cantanhede, Estribeiro Mor e do Concelho de Sua Magestade Fidelíssima, Gentil homem da Sua Câmara e Tenente General dos Seus Exércitos.»⁴⁴⁵

⁴⁴² Gayo, Felgueiras, *Nobiliário* ..., p.704.

⁴⁴³ Para além de D. Pedro de Noronha e Menezes (de que se falará adiante), foram seus filhos: D. José de Menezes; D. Teresa Josefa; D. Rodrigo António de Menezes (Capitão de Infantaria, Mar e Guerra, Ajudante das Ordens do Governo da Estremadura, General e Capitão do reino do Algarve, casou com D. Maria Antónia Soares, filha do Provedor da Alfândega); Maria Josefa de Menezes; D. Isabel; D. Francisca Rita de Menezes (segunda mulher do Marquês de Angeja); D. Francisco José de Noronha. Felgueiras Gayo, *Nobiliário* ..., pp.704-705; 718.

⁴⁴⁴ «Marialva pode ser considerado como o maior nome da equitação portuguesa. Foi [...], no século XVIII, um mestre tão brilhante que os melhores equitadores contemporâneos se gabam, ainda hoje, e muito justamente, de praticar a equitação «à Marialva», *Newsletter Equisport – cavalos, equitação e desporto equestre*, Maio/Junho 2012, www.equisport.pt, consultado em 22/05/2012.

⁴⁴⁵ João Borges Quaresma de Andrade (Alphonse Grine de Préville), *Ciência da Cavalaria, que contem o juízo do homem de cavallo, ou o modo de ensinar os cavallos tanto para a guerra, como para os festejos e para a pompa*, s/d, manuscrito em BNP (cota: F.R. 1387).

Uma das obras de equitação mais conhecidas do século XVIII foi *Luz da Liberal e Nobre Arte da Cavallaria*, de Manoel Carlos de Andrade, Picador da Picaria Real de Sua Majestade Fidelíssima, de 1790, oferecida ao rei D. João V. Este livro contém várias indicações sobre a forma de melhor ensinar e montar cavalos, com um conjunto de 93 gravuras, sendo que seis delas representam o Marquês de Marialva, em diversos cavalos, com uma postura de grande equilíbrio, apesar de já não ser jovem, a aplicar as suas técnicas.

O Excellentíssimo Marquez de Marialva, Estribeiro Mor do Senhor Rei D. José I, e da Senhora D. Maria I, com os seus vastos e profundos conhecimentos na Arte de montar a cavallo, descobriu e inventou hum instrumento, ou ferro muito útil, para obrigar os potros, ou cavallos, a que levantem a cabeça; e sem romper o pescoço, os firma iguaes nos movimentos das suas espáduas, e faz produzir os bons effeitos e utilidades que passamos a referir.[...] ⁴⁴⁶

Tendo a honra de assistir e ver andar a cavallo o Excellentíssimo Marquez de Marialva D. Pedro frequentemente, levanto a fraca voz para fallar deste Génio extraordinário, que além de insigne Cavalleiro, com as suas virtudes exemplares tem ennobrecido a espécie humana. Os seus maravilhosos talentos, as suas gloriosas acções o tem muito distinguido do commum dos Homens da sua classe; e a inexaurível Natureza tem mostrado que sempre pode produzir homens grandes e raros. [...] Trabalha qualquer cavallo como ainda não vi outro algum cavalleiro [...]. ⁴⁴⁷

O 4º Marquês de Marialva impressionava na forma como conseguia ter qualquer cavalo domado e sempre pronto, contando-se, na obra acima referida, que chegou a domar um cavalo a quem aplicou os primeiros rudimentos, na presença de D. Maria I, D. Pedro III e os Infantes, até à total obediência. Inclusivamente, ensinou o Infante D. António a ter equilíbrio numa sela. ⁴⁴⁸

D. Pedro de Menezes Noronha Coutinho casou com D. Eugénia Mascarenhas, filha do Meirinho Mor do Reino, tendo quatro filhos e três filhas. ⁴⁴⁹ Um dos seus filhos é D. Diogo José Vito de Menezes Noronha Coutinho, pai de D. Pedro (o nosso biografado e que vai ter o mesmo nome do seu avô).

⁴⁴⁶ Manoel Carlos de Andrade, *Luz da Liberal e Nobre Arte da Cavallaria*, Lisboa, Regia Officina Typográfica, 1790, p. 133.

⁴⁴⁷ Idem, *ibidem*, p. 347.

⁴⁴⁸ Idem, *ibidem*, pp. 348-349.

⁴⁴⁹ Foram seus filhos: D. Helena de Menezes, D. Diogo de Menezes (de que se falará adiante), D. Tereza de Noronha, D. Joaquina de Menezes (casou com D. Rodrigo de Mello Noronha, 7º Conde de São Lourenço), D. Manuel de Menezes (Desembargador do Porto e da Junta dos três estados, tornou-se Conde dos Arcos por casamento), D. Rodrigo de Noronha (casado com Maria José Ferreira de Eça, filha do Senhor da Casa dos Cavaleiros em Góis) e D. António Luís de Menezes. Idem, *ibidem*, pp. 208-209.

D. Pedro de Menezes manteve-se ágil e dedicado aos cavalos até muito tarde. No diário/correspondência de William Beckford, publicado entre nós com a designação *A Corte de D. Maria I*, no registo relativo a 3 de Junho de 1787, refere-se que «o Grão-Prior fez-nos as honras da casa e conduziu-nos [...] através dos aposentos e do picadeiro, onde o velho Marquês, a despeito da sua avançada idade, ostenta ainda os primores da mais consummada cavallaria.»⁴⁵⁰ Nesta altura, o Marquês teria 74 anos. Ainda de acordo com este escritor, D. Pedro, 4º Marquês de Marialva, tinha uma especial predileção por relógios, tendo pelo menos dez na sua alcova, sendo que cinco funcionavam e davam as horas com distintos sons.

D. Pedro gostava, igualmente, de participar em festividades populares de cariz religioso. No registo do mesmo dia, Beckford descreve como o conheceu, numa certa noite, em que o velho Marquês, com o seu filho, acompanhados de músicos, poetas, toureiros, lacaios, crianças «phantasiosamente vestidas», chegaram a Belém, num escalor de cinquenta remadores, regressados de uma romaria à capela de um santo, na margem sul do Tejo. A descrição, se bem que não muito elogiosa para o séquito que o acompanhava, deixa denotar uma certa energia que o ancião Marialva ainda teria. Aliás, a mesma impressão é transmitida com a descrição das suas refeições.

Dotado d'uma facilidade mais que romana de devorar uma immensa profusão de manjares, e de fazer lograr a novo supprimento, janta todos os dias sozinho, ladeado por dois cangirões de prata de extraordinária grandeza.⁴⁵¹

Na descrição que fez do jantar que teve com D. Pedro Menezes, 4º Marquês de Marialva, Beckford impressiona-se com o número de criados, não menos que cinquenta, bem como com o número de círios de diferentes tamanhos, mais de cem, que ardiam nas salas, onde braseiros espalhavam perfume. D. Pedro, segundo este seu conviva, tinha uma tal urbanidade, bom humor nos gestos e no timbre da voz, que era muito fácil ter de si uma imagem favorável, justificando-se o epíteto de «pai» que muitas vezes a própria rainha D. Maria I e a família real lhe atribuíam. Beckford deu, ainda, conta do seu poder e influência, quando descreve um diálogo que, supostamente se teria passado entre o rei D. José e o Marquês de Pombal:

⁴⁵⁰ William Beckford, *A Corte de D. Maria I*, Lisboa, Editora Tavares Cardoso e Irmão, 1901, pp. 13-18.

⁴⁵¹ Idem, *ibidem*.

Proceda como julgar mais acertado com o resto da minha nobreza – costumava dizer o rei D. José ao seu temido ministro – mas guarde-se de se intrometer com o Marquez de Marialva.⁴⁵²

D. Pedro gostava de organizar festas de equitação e nunca perdia uma corrida de touros, muito apreciada nos finais do século XVIII.⁴⁵³

D. Diogo José Vito de Menezes Noronha Coutinho foi o 5º Marquês de Marialva e 7º Conde de Cantanhede.

Um dos filhos de D. Pedro é D. Diogo José de Vito, o 5º Marquês de Marialva e pai do nosso biografado. D. Diogo nasceu em 15 de Junho de 1739 e morreu em 13 de Agosto de 1803. Tendo sido, tal como o pai, estribeiro mor, Gentil-homem e membro do Conselho de Estado, era muito dedicado ao seu serviço, conforme, por diversas vezes, é notório nos Diários de Beckford. Assim, no registo relativo ao dia 26 de Junho de 1787, o inglês refere que «às onze chegou o Marquês, cansado de atender a Rainha no barco e à mesa de jogo»⁴⁵⁴; também no texto relativo ao domingo, dia 5 de Agosto, querendo referir-se à estima que o 5º Marquês teria por si, Beckford refere que nessa tarde chegara atrasado ao paço, estando o Marquês a despachar com a Rainha.⁴⁵⁵ No registo de 9 de Agosto refere que «Marialva estava muito ocupado esta noite com assuntos vários».⁴⁵⁶ Porém, o registo em que o inglês mais perpassa essa dedicação ao trabalho de D. Diogo é o de dia 25 de Novembro, em que refere que «Marialva, cujo serviço junto da rainha é, por assim dizer, uma completa escravidão, mal se sentou à mesa logo foi outra vez chamado.»⁴⁵⁷

Não se pode falar de D. Diogo e do seu filho, D. Pedro, sem se falar nesta personagem do século XVIII e das suas idiossincrasias. William Beckford nasceu em 29 de Setembro de 1760, sendo o único filho legítimo de Alderman William Beckford, lord mayor de Londres; os Beckford eram a família mais rica da Jamaica, sendo proprietários da maior parte das plantações de açúcar e de um elevado número de escravos.

⁴⁵² Idem, *ibidem*, p. 18.

⁴⁵³ William Beckford, *Diário de William Beckford em Portugal e em Espanha*, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1983, p. 37 e 103.

⁴⁵⁴ Idem, *ibidem*, p. 73.

⁴⁵⁵ Idem, *ibidem*, p. 101.

⁴⁵⁶ Idem, *ibidem*, p. 102.

⁴⁵⁷ Idem, *ibidem*, p. 175.

A sua mãe era neta do Conde de Albercon, uma Hamilton, tendo sido casada em primeiras núpcias com outro plantador da Jamaica, de quem teve uma filha (meia irmã de William Beckford), Elizabeth. Por influência materna foi educado em casa, com preceptores, e rodeado de tias muito religiosas (metodistas).

Lia tudo sobre outras culturas, principalmente as mais exóticas, como a dos árabes, chineses e indianos. Influenciado por Rousseau começou a sentir desprezo para com os mais velhos e para com o interesse que demonstravam pelo dinheiro e pela política.

Em 1780, deu nas vistas em Paris, em Londres e na Suíça, onde fez viagens de turismo pedagógico, tão frequentes na aristocracia inglesa da época,⁴⁵⁸ com o seu espírito de ironia, especialmente para com os elementos da alta sociedade, cantando árias, pela rua, com voz de soprano e tendo comportamentos considerados pouco próprios aos bons costumes.

Escreveu um livro romântico de viagens mas a família retirou-o do mercado, por considerar que o mesmo levaria a que não fosse levado a sério na política, carreira que pretendia que seguisse.

Teve ligações amorosas com a mulher do seu primo, Luísa Beckford, a qual era seis anos mais velha do que ele, condenada a morrer por tísica, e que tudo fazia para não o perder. Teve, ao mesmo tempo, uma ligação amorosa com um jovem rapaz de onze anos (Beckford teria dezanove), mais tarde Visconde de Courtenay.

Para evitar o mau nome, a família obrigou-o a casar, em 1783, com Lady Margaret Gordon; foi eleito deputado mas não gostou do Parlamento; exigiu um título de Barão mas, a partir de Novembro de 1784, surgiu uma campanha contra si, na imprensa, acusando-o de mau comportamento com Courtenay, então com 17 anos.

O casal Beckford viu-se então obrigado a sair de Londres e a refugiar-se em Fonthill; no ano seguinte foram para a Suíça, onde Lady Margaret morreu ao dar à luz a sua segunda filha. Os seus inimigos acusaram-no da morte da mulher.

⁴⁵⁸ Maria de Lourdes Lima dos Santos, «O caso William Beckford. Ostracismo e errância de um jovem fidalgo inglês nos finais do século XVIII», *Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, volume XXII, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2011, pp. 11-37.

Escreveu o livro *Vathek*,⁴⁵⁹ em francês, inspirado em contos orientais, cujo ambiente muito admirava. Um seu amigo, Samuel Henley, fez a tradução para inglês e publicou-a, sem a sua autorização, dizendo que era uma conhecida obra oriental anónima, apropriando-se da sua obra-prima literária. Como era o seu amigo que tinha o original, Beckford teve de fazer uma tradução para francês de seu próprio texto, publicado em inglês, para conseguir uma edição em Paris (o que veio a acontecer em 1787, quando já se encontrava em Portugal).

A família achou melhor que, face a tantos escândalos, fosse para Jamaica mas Beckford recusou e foi nesse contexto que acabou por vir para Lisboa.

O embaixador inglês em Lisboa, Robert Walpole, sabendo da sua reputação, recusou-se a recebê-lo e a apresentá-lo à Rainha D. Maria I, impossibilitando-o de ter acesso à alta sociedade.

Foi então que conheceu o 5º Marquês de Marialva, de quem se tornou amigo inseparável. Boyd Alexander,⁴⁶⁰ investigador da obra de Beckford, considera que, pela análise do diário referente a dia 8 de Junho de 1787, foi a devoção (real ou fingida) por Santo António e pelo ofício da missa católica que o pôs em contacto com o Abade Xavier e com a devota família dos Marialvas.

Foi ele que primeiro lhes falou de mim (aos Marialvas), pintando-me sob as mais inflamadas cores e pode dizer-se que foi ele também quem lançou à terra as sementes de uma dedicação mais forte.⁴⁶¹

Nos registos relativos ao dia 8 de Junho, Beckford refere que, logo após o pequeno-almoço, o Abade trouxe-lhe uma carta do Marquês de Marialva, repleta de manifestações de apreço e afeição. Segundo o escritor inglês, a correspondência entre ambos intensificara-se e o Abade servia de elemento de ligação.⁴⁶²

De acordo com o cerimonial da Corte, um estrangeiro deveria ser apresentado pelo seu embaixador, tentando o 5º Marquês de Marialva consegui-lo para o amigo; contudo, D.

⁴⁵⁹ William Beckford, *Vathek*, Londres, Oxford University Press, 1970.

⁴⁶⁰ Para uma pormenorizada resenha biográfica de William Beckford vide Boyd Alexander, «Introdução e notas», William Beckford, *Diário de ...*, pp. 13-21, bem como João Gaspar Simões, «Prefácio», *ibidem*, pp. 9-12.

⁴⁶¹ William Beckford, *Diário de ...*, p. 54.

⁴⁶² Idem, *ibidem*, p. 54.

Maria I teimava em respeitar a etiqueta vigente. O seu ministro, Melo, ex-diplomata, não era favorável à introdução do inglês na corte, apenas por ser nobre. Tendo em conta as perseguições que tinham sido feitas, no tempo de Pombal, a famílias da nobreza, este caso assumiu uma especial importância, pois foi usado pelas duas facções (antigos protegidos de Pombal e opositores das ideias do ex-Ministro – onde se incluíam nobres e clérigos antes perseguidos). Beckford juntou-se a estes últimos e acabou por ser procurado por todos, uns por pretenderem que a sua nobreza se impusesse contra a posição dos antigos alinhados com o regime pombalino; outros, como o atual Marquês de Pombal, para procurar melhorar a sua imagem junto da corte (tendo em atenção a sua ligação aos Marialvas).

O próprio herdeiro, D. José, filho da rainha, chegou a ter um encontro com Beckford.

A rainha e o seu ministro mantiveram-se firmes em não querer receber Beckford até que o embaixador inglês o pretendesse e Beckford chegou a enviar um pedido a Luís Pinto de Sousa Coutinho, embaixador português em Londres, para influenciar o Governo Inglês a pressionar o seu embaixador em Lisboa.

Beckford não conseguiu, porém, os seus intentos e foi para Madrid, tendo sido só na sua segunda visita a Lisboa, em 1795, altura em que D. João já assegura a regência, que foi recebido, mesmo sem a intercessão do embaixador.

Na sua primeira visita a Portugal, em 1787, a ligação à família dos Marqueses de Marialva foi para si muito relevante, tanto mais que a posição de alguém na corte dependia da consideração dos restantes elementos e do próprio monarca.⁴⁶³ O 5º Marquês de Marialva procurou, inclusivamente, casar o seu amigo inglês com a sua filha de quinze anos (Henriqueta), a qual já se encontrava praticamente em noivado com o Duque de Lafões (de quase 70 anos), uma das mais importantes personalidades da Corte.

Recebi outra carta do marquês de Marialva escrita em português, a carta mais amistosa e mais afectuosa que eu já li. Começa a se mais que suspeita a minha impressão de que ele me destina a D. Henriqueta, a filha mais velha, e que se sente lisonjeada de se sobrepor à Rainha, oferecendo-me honras e distinções que podem concorrer para o meu estabelecimento em Portugal. Santo António veio em meu auxílio.

⁴⁶³ Maria de Lourdes Lima dos Santos, *op. cit.*, p. 16.

Contudo, Beckford tinha uma maior empatia com o filho do Marialva, D. Pedro (futuro 6º Marquês).

Foi, pois, através desta ligação à família dos Marqueses de Marialva que Beckford pode conhecer e descrever pormenorizadamente alguns dos aspetos do seu contexto familiar, social, político e económico, transformando os seus textos em fontes importantíssimas para quem elabora a biografia de um dos seus elementos.

Como já se referiu, D. Diogo exercia uma grande influência junto da família real e, por consequência, junto da sociedade nobre de então, tal como já o seu próprio pai e antecessores tinham exercido.

Na descrição de uma visita, não datada, a casa do Cônsul Guldermeester,⁴⁶⁴ efectuada por Beckford e D. Diogo, o escritor inglês refere que o Cônsul pediu insistentemente a Marialva que o recomendasse à atenção da Rainha, tendo pedido, igualmente e em segredo, a Beckford que este falasse em seu favor ao Marquês.⁴⁶⁵ Aliás, a família real era visita assídua da casa do Marquês de Marialva. Em 22 de Setembro de 1787, «Sua Magestade e a Família Real estavam todos reunidos na Quinta de Marialva para uma esplêndida merenda e um fogo d'artifício.»⁴⁶⁶

Para além desta importância na sociedade de corte⁴⁶⁷ vigente, D. Diogo inseria-se nos padrões culturais e religiosos da época, demonstrando uma grande religiosidade. Em 27 de Agosto, num passeio a Mafra, Beckford refere que o «marquez principiou a murmurar as suas orações [...] que durou mais de duas horas».⁴⁶⁸

Numa outra passagem, relativa a 9 de Novembro, numa ida ao Convento da Boa-Morte, com D. Diogo e o seu primeiro capelão diz-se que

Marialva tremia todo, tanta era a devoção, e o mesmo fazia o seu companheiro, cujos joelhos estão callejados do frequente ajoelhar [...]. Este velho frade é que tem contribuído para augmentar o devoto zelo de Marialva [...].⁴⁶⁹

⁴⁶⁴ Daniel Geldmeester foi enviado holandês em Lisboa. Ana Leal de Faria, *Arquitectos da Paz* ..., p. 217.

⁴⁶⁵ William Beckford, *A Corte* ..., p. 103.

⁴⁶⁶ Idem, *ibidem*, p. 175.

⁴⁶⁷ A expressão é utilizada por Norbert Elias relativamente à sociedade fundada por Luis XIV mas cujo modelo se mantém na maioria das cortes monárquicas europeias até ao século XVIII. Norbert Elias, *A Sociedade de Corte*, Lisboa, Estampa, 1995, pp. 13-15.

⁴⁶⁸ William Beckford, *A Corte* ..., p. 88.

⁴⁶⁹ Idem, *ibidem*, p. 157.

D. Diogo vivia na casa da família, em Belém, juntamente com o seu pai, mulher e filhos e grande número de serviçais. Casou, em 15 de Junho de 1745, com D. Margarida Caetana de Lorena, filha de D. Jaime, 3º Duque do Cadaval, e de D. Henriqueta Júlia Gabriella de Lorena. Deste casamento resultaram três filhas e um filho, sendo este D. Pedro José Joaquim de Vito, o 6º Marquês de Marialva.⁴⁷⁰

2) Juventude e formação

D. Pedro José Joaquim Vito de Menezes Coutinho nasceu em 1775, curiosamente, no mesmo dia dos seus progenitores, o Marquês D. Diogo e a Marquesa D. Margarida Caetana da Lorena: 15 de Junho. Quem o explicita é Beckford que, no seu Diário, refere que o dia «15 de Junho é uma grande festa da família: o dia do aniversário do Marquês, da Marquesa e do seu herdeiro D. Pedro.»⁴⁷¹

Sendo o único filho rapaz dos Marqueses, e consequentemente o seu principal herdeiro, D. Pedro irá teve uma educação cuidada e protegida. Desconhecendo-se referências ao seu nascimento, para além da data, e muito pouco quanto à sua infância, as principais indicações quanto à sua juventude encontram-se nos textos de Beckford, com quem manteve uma ligação e uma relação de proximidade.

Beckford chegou a Portugal em 1787, tendo encontrado D. Pedro com a idade de onze (quase a completar doze) anos. É, pois, a partir deste marco temporal que se poderá, através destes relatos, fazer uma melhor caracterização do 6º Marquês de Marialva enquanto jovem.

Começamos com a sua aparência; segundo Beckford, o jovem D. Pedro era «um adolescente não de todo deselegante mas desfigurado por um absurdo rabicho.»⁴⁷² Não podendo deixar de se ter em conta os aspectos emocionais que irão envolver Beckford e o jovem Marialva, os quais poderão ter influenciado as suas descrições do adolescente, «D. Pedro [...] tem um ar muito enfezado e débil, e uma cara tão comprida que parece

⁴⁷⁰ Foram seus filhos: D. Henriqueta Maria Júlia de Lorena e Menezes (nasceu em 10 de Abril de 1772 e casou com D. João Carlos de Bragança e Ligne de Sousa Tavares Mascarenhas da Silva, 2º Duque de Lafões); D. Pedro José Joaquim Vito de Menezes Coutinho (nasceu em 1775); D. Maria Margarida do Carmo de Lorena e Menezes (nasceu em 16 de Junho de 1781 e casou com Agostinho Domingos José de Mendonça Rolim de Moura Barreto, 1º Marquês de Loulé); D. Joaquina de Lorena e Menezes (nasceu em 22 de Dezembro de 1782 e casou com D. Luís Eusébio Maria de Menezes e Silveira, 4º Marquês do Loureço). Felgueiras Gayo, op. cit., p. 28.

⁴⁷¹ William Beckford, *Diário de ...*, p. 62.

⁴⁷² Idem, *ibidem*, p. 37.

vista no fundo de uma colher».⁴⁷³ O aspecto frágil de D. Pedro é, por diversas vezes, referido. Assim, nos registos relativos a 23 de Junho, diz-se que «é uma criança fraca».⁴⁷⁴

Este aspecto poderá ser uma consequência da sua educação muito circunscrita à casa, onde os seus mestres se deslocavam para lhe ministrarem lições. Quando Beckford o conheceu, D. Pedro apareceu rodeado de preceptores, clérigos, músicos e mestres de esgrima.⁴⁷⁵ Em 31 de Maio, o inglês, constatando que o rapaz nem sequer podia vir à varanda recebe-lo, refere que «o pobre pequeno é educado o mais possível dentro de casa e estritamente. Vive num espaço acanhado e obrigam-no a trabalhos forçados, com uma média de oito a nove lições por dia».⁴⁷⁶ Comparando com a educação britânica, critica a educação que os mestres e os pais lhe dão pois, em vez de o encorajarem a remar no rio, a jogar «cricket», ou a correr no jardim com as crianças da sua idade, «passa a vida engaiolado com um rebanho de amas desdentadas e de inválidos capelães, todos a trabalhar para o mesmo fim, que é apoucar-lhe o espírito com ameaças e orações».⁴⁷⁷

Torna-se indubitável verificar que, um pouco por toda a Europa, despontava a cultura das Luzes, havendo uma forte reacção por parte das famílias mais conservadoras a que tais princípios fossem incutidos nos seus filhos. Em Portugal, mantinha-se uma educação baseada maioritariamente na religião católica, não sendo o herdeiro da casa Marialva excepção. No sermão que se fez a propósito da morte de D. Pedro, esta predominância pode ser constatada quando se refere a sua educação na adolescência:

[...] o Excelentíssimo Marquês de Marialva se entrega por gosto à lição dos livros, depois de possuir já a notícia das línguas, e pela filosofia, não a do século, cujas luzes são verdadeiras trevas, que não passam quando muito de engenhosos sofismas para enredar a verdade; mas sim aquella, que dando princípios verdadeiros e regras certas, dirige o entendimento para o conhecimento do bem e da verdade.⁴⁷⁸

⁴⁷³ Idem, *ibidem*, p. 49

⁴⁷⁴ Idem, *ibidem*, p. 70.

⁴⁷⁵ William Beckford, *Diário de ...*, p. 37.

⁴⁷⁶ Idem, *ibidem*, p. 45.

⁴⁷⁷ Idem, *ibidem*.

⁴⁷⁸ Pedro Alcântara, *Sermão que nas exéquias do illustríssimo e excelentíssimo Marquês de Marialva pregou o P. M. Fr. Pedro de Alcântara*, Lisboa, Impressão de Alcobia, 1825, p. 16.

De acordo com este mesmo sermão, D. Pedro tinha um grande gosto e vontade própria, mais para aprender do que para agradar, na aquisição do conhecimento das diversas ciências, demonstrando uma grande capacidade e aproveitamento em todas elas.⁴⁷⁹

D. Pedro demonstrava ter, igualmente, alguma apetência para o desenho, chegando a pedir a Beckford que assistisse às suas lições.⁴⁸⁰ No registo relativo a 9 de Setembro, um domingo, Beckford dá conta que D. Pedro fora com Verdeil desenhar uma vista do Convento de Cortiça, em Sintra, após a missa, sentando-se ambos numa pedra coberta de musgo. O desenho terá sido não só do convento mas, igualmente, das rochas e das matas que o cercavam.⁴⁸¹

O tratamento dado pelo pai, D. Diogo, ao seu filho, porventura consequência da sua formação militar, também não permitia uma grande expansividade do jovem, dizendo Beckford que «o pai trata-o muito asperamente, subjugando o pouco de energia que nele há com palavras duras e olhares severos».⁴⁸²

Por outro lado, não o deixavam ter liberdade para grandes distrações, não tendo amigos, nem companheiros da sua idade.⁴⁸³ Talvez resulte destas características educacionais a sua tendência para a melancolia e tristeza. Beckford, numa visita ao Convento dos cartuxos, em Laveiras, perto de Caxias, refere que os modos sérios e melancólicos de D. Pedro tinham sido acentuados ao ver os objectos dos cartuxos.⁴⁸⁴ No dia seguinte, a tristeza de D. Pedro manteve-se e nem um pouco de bebida lhe modificou o estado de espírito.

D. Pedro, mais triste que nunca, bebeu Borgonha até mais não, mas creio que, mesmo que tivesse bebido brande, não estaria mais animado. O grão-prior procurou rir-se da sua silenciosa tristeza, mas sem resultado.⁴⁸⁵

Nesse mesmo dia, D. Pedro ficou sozinho a uma janela, durante mais de uma hora, em meditação, levando Beckford a desabafar que «este infeliz D. Pedro infeccionou-me».⁴⁸⁶ Para o inglês, «D. Pedro é a criança mais lúgubre que há».⁴⁸⁷

⁴⁷⁹ Idem, *ibidem*, p. 15.

⁴⁸⁰ Idem, *ibidem*, p. 73.

⁴⁸¹ Idem, *ibidem*, pp. 131-132.

⁴⁸² Idem, *ibidem*, p. 161.

⁴⁸³ Idem, *ibidem*.

⁴⁸⁴ Idem, *ibidem*, p. 67.

⁴⁸⁵ Idem, *ibidem*, p. 68.

⁴⁸⁶ Idem, *ibidem*, p. 69.

Apesar desta personalidade, D. Pedro aparece, nas descrições existentes, como gostando muito da natureza, de passeios, de andar a cavalo. Assim, num passeio dado à Quinta de Marvila, D. Pedro encheu a carruagem de flores, levando a que, antes de chegarem a casa, já se encontrarem meio intoxicados pelo excessivo perfume que emanavam.⁴⁸⁸ Este gosto pelas flores vinha já de seu pai, D. Diogo.

O Marquez, que tem, como a maior parte dos portugueses, uma notável predileção pelas flores, atulhou a carruagem de cravos vermelhos e de jasmins.⁴⁸⁹

D. Pedro, seguindo a tradição familiar, gostava bastante de montar a cavalo, tendo bastante desenvoltura. Em 28 de Agosto de 1787, Beckford regressou de Mafra, com D. Pedro e com Verdeil, a cavalo, «parecendo vencer o próprio vento».⁴⁹⁰ Em Setembro, em Sintra, foram dar um passeio a uma aldeia vizinha, desta vez com os herdeiros da casa de Tancos, primos de D. Pedro. Beckford e os restantes rapazes foram num carro da quinta, puxado por uma forte mula, mas Verdeil e D. Pedro precederam-nos, seguindo a cavalo.⁴⁹¹ Outros passeios a cavalo são nomeados por Beckford, por vezes em montes agrestes, como no dia 19 de Setembro, em Sintra,⁴⁹² demonstrando que D. Pedro justificaria bem a sua futura função hereditária de estribeiro mor.

D. Pedro, tal com a restante família, era um aficionado pelas corridas de touros, espectáculo muito mal visto e bastante criticado por Beckford.⁴⁹³

O jovem Marialva gostava bastante de livros e de música, podendo mesmo afirmar-se que a sua educação era melómana. Esta aparente erudição não deixa, porem, de ser contrariada por Beresford quando, nos seus apontamentos referentes ao dia 29 de Outubro, salienta, criticamente, que «D. Pedro estava encantado com o bobo; é natural: tem um gosto bem português por tudo quanto seja chocarrice grosseira». ⁴⁹⁴ Por outro lado, também se refere que os hábitos de leitura da família eram muito escassos.

⁴⁸⁷ Idem, *ibidem*, p. 95.

⁴⁸⁸ William Beckford, *A Corte ...*, p. 61.

⁴⁸⁹ Idem, *ibidem*, p. 64.

⁴⁹⁰ Idem, *ibidem*, p. 92.

⁴⁹¹ Idem, *ibidem*, p. 107.

⁴⁹² Idem, *ibidem*, p. 118.

⁴⁹³ William Beckford, *Diário de ...*, p. 86.

⁴⁹⁴ Idem, *ibidem*, p. 160.

«Em casa dos Marialvas não se vê um livro. Esta gente nunca lê», refere Beckford.⁴⁹⁵

Na verdade, a música e a dança não deixam de estar presentes, constantemente, na vida de D. Pedro, havendo diversas passagens, nos Diários de Beckford, em que o jovem toca e dança. Assim, a título meramente exemplificativo, no dia 17 de Junho, em casa do escritor, descreve-se que o jovem marquês de Penalva tocava piano e os dois outros convivas dançam juntos.⁴⁹⁶ O acesso da família Marialva, e consequentemente de Beckford, a eventos culturais é, igualmente, muito referido, sendo vulgar a existência de noites culturais nos palácios da família.

Na Biblioteca Nacional de Portugal existe uma partitura original de uma *Missa a 4 vozes*, do Maestro e Compositor José Luís da Siveira, datada de 1795, com a indicação «para se cantar na Festa do Senhor Jesus, em Marvilla, no Palácio do Exmo. Senhor Marquês de Marialva».⁴⁹⁷

A orquestra da capela da Rainha de Portugal, considerada por Beckford como a melhor da Europa, nem sequer ultrapassada pela do Papa, acompanhava a família real para todo o lado, até mesmo para as caçadas. «Os violinos e violoncellos de Sua Magestade são todos de primeira ordem, e em flautas e oboés, a sua ménagerie musical não tem rival», refere Beckford, satisfeito por poder ter acesso a esta orquestra por intermédio de D. Diogo.⁴⁹⁸ Em casa de D. Pedro, a música fazia parte do quotidiano, como se pode verificar, na descrição de 10 de Setembro, em que o inglês e o jovem Marialva regressam de um dos seus frequentes passeios, perto das dez horas, e muito antes de lá chegarem já ouviam os sons das vozes e dos instrumentos de um grupo de músicos, que tocava para a Marquesa e irmãos de D. Pedro, à beira do lago principal.⁴⁹⁹

A ida ao teatro era, igualmente, muito frequente, como na noite de 25 de Novembro, em que D. Pedro, o seu primo e Beckford assistiram, num camarote especialmente reservado, à peça *Sesostris*, uma tragédia em prosa de três actos, no Teatro do Salitre, onde também estava presente a família real.⁵⁰⁰

⁴⁹⁵ Idem, *ibidem*, p. 95.

⁴⁹⁶ Idem, *ibidem*, p. 63.

⁴⁹⁷ José Luís Silveira, *Missa a 4 vozes*, BNP, cota: MM290.

⁴⁹⁸ William Beckford, *A Corte ...*, p. 61; Idem, *Diário de ...*, p. 176.

⁴⁹⁹ Idem, *ibidem*, p. 63.

⁵⁰⁰ Idem, *ibidem*, p. 165;

Toda esta formação irá ter relevância na vivência do 6º Marquês de Marialva, já adulto, enquanto diplomata. Aliás, em 8 de Novembro, D. Pedro, juntamente com Beckford, conheceu aquele que viria a ser o famoso poeta setubalense Manuel Maria Barbosa du Bocage. O poeta fora trazido por Verdeil, amigo de Beckford, e causou grande impacto nos restantes convivas, apesar de ser «um moço pálido, franzino e de aspecto singular», apelidado pelo autor dos Diários como sendo «o mais extravagante e talvez o mais original dos poetas, que Deos tem creado».⁵⁰¹

Beckford relata o jantar (certamente o almoço atual) e a forma como Bocage reagiu à admiração que o inglês por si demonstrara. D. Pedro, no jantar, assistiu a toda esta comunicação entre o poeta e o seu amigo. Bocage dirigiu-se a Beckford e disse-lhe que não esperava que um inglês condescendesse em prestar atenção a um poeta tão novo como ele próprio.⁵⁰² Salientou que os ingleses pensavam que Portugal apenas tinha um poeta, Camões, e que, mesmo assim, este só escrevera *Os Lusíadas*. Leu em voz alta um soneto de Camões, bem como outros poemas seus, deixando Beckford muito impressionado com «a força e a propriedade» da língua portuguesa.⁵⁰³ Bastante marcante terá sido, certamente, para a formação de um jovem de doze anos, a possibilidade de assistir a estas discussões poéticas, ainda mais sendo Bocage um dos intervenientes.

Este encontro de Beckford, e consequentemente de D. Pedro que o acompanhava, com o poeta Bocage, é posto em causa por Boyd Alexander, que defende ter sido outro poeta chamado Caldas quem lá esteve. Segundo este autor, o episódio teria sido aproveitado por Beckford para introduzir artificialmente o famoso poeta nas suas histórias. Já para João Gaspar Simões o escritor terá mesmo conhecido o poeta, uma vez que, após o seu regresso de Goa, houve efetivamente um período em que ambos permaneceram em Lisboa simultaneamente.⁵⁰⁴ Independentemente do poeta em causa, este episódio é mais um exemplo do acesso à cultura, por parte de D. Pedro.

Aspecto igualmente importante para se compreender a sua formação é o espaço da sua juventude, nomeadamente a sua casa, bem como as diversas quintas por onde circulava.

⁵⁰¹ William Beckford, *A Corte ...*, pp. 137-139.

⁵⁰² Tendo Bocage nascido em 1765, na altura destes factos teria aproximadamente 22 anos.

⁵⁰³ William Beckford, *A Corte ...*, pp. 137-139.

⁵⁰⁴ João Gaspar Simões, «Prefácio do Tradutor», *Diário de William Beckford ...*, p. 10-11.

O Palácio dos Marialvas ficava na Quinta da Praia, em Belém, perto do Mosteiro dos Jerónimos. O anterior palácio de família, Palácio do Loreto, situara-se no atual Largo Luís de Camões⁵⁰⁵, tendo sido destruído com o terramoto de 1755. Em consequência o Rei D. José concedeu a Quinta da Praia aos Marialvas.

Fora nessa catástrofe que os Marialvas perderam a sua galeria de pintura, as suas ricas jóias e curiosas pratas.⁵⁰⁶

A localização da Quinta da Praia permitia ter acesso ao Tejo, habilitando a que o barco pudesse ser um meio de transporte para deslocação ao palácio dos Marialvas. A casa tinha amplas varandas, banhadas pelo Tejo, onde D. Pedro e Beckford davam grandes passeios a admirar a paisagem.⁵⁰⁷ À noite, acendiam-se luzes nas diversas torres, nos terraços e em todos os pontos de aglomeração do palácio, descrito por Beckford como sendo «amoiriscado».⁵⁰⁸

A Quinta da Praia tinha jardins e hortas, as quais proviam parte do consumo doméstico. Após a morte do 6º Marquês, foram os seus sobrinhos, Duques de Lafões, que herdaram os seus bens, entre os quais a Casa da Quinta da Praia. Em escritura de arrendamento, por quatro anos, da referida Quinta, efetuada pela 3ª Duquesa de Lafões, na qualidade de sucessora da Casa do 6º Marquês de Marialva, a Gregório Gomes da Silva, do Conselho de Sua Majestade Imperial e Real, Comendador da Ordem de Cristo, Cavaleiro da Ordem de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa e Oficial Maior da Secretaria de Estado dos Negócios de Guerra, em 3 de Dezembro de 1825, foram arrendadas as terras e as hortas. O rendeiro ficou, por força das cláusulas contratuais, obrigado «a trazer as referidas terras e hortas bem tratadas, cultivadas e estrumadas, de forma a que, por falta destes amanhos não sofram deterioração».⁵⁰⁹

Cláusulas idênticas encontram-se no instrumento de arrendamento que fez o 6º Marquês de Marialva a Joaquim Rebelo Palhares, das hortas e terras da Quinta da Praia, em nove

⁵⁰⁵ Ainda hoje é possível encontrar referências ao antigo palácio dos Marialvas no parque de estacionamento situado no Largo de Camões. Para uma breve contextualização histórica deste palácio vide Inês Ribeiro e Raquel Policarpo, *Segredos de Lisboa, Vestígios arqueológicos surpreendentes sob as ruas da capital portuguesa*, Lisboa, A Esfera dos Livros, 2015, pp. 173-185.

⁵⁰⁶ William Beckford, *Diário de ...*, p. 95.

⁵⁰⁷ William Beckford, *A Corte ...*, p. 158.

⁵⁰⁸ Idem, *ibidem*, p. 15.

⁵⁰⁹ ICS, *Fundo Coleção Nuno Gonçalo Monteiro*, Escritura de arrendamento da Quinta da Praia pela 3ª Duquesa de Lafões, 1825, NGM049.

de Agosto de 1822.⁵¹⁰ Talvez seja esta a causa para a descrição que Beckford faz da entrada da Quinta da Praia:

O grande pátio estava coberto de montes de estrume e cheio de escalavradas segas de duas rodas, o que me fez lembrar a entrada de uma estação da mala-posta francesa. Conseguimos abrir caminho entre montões de imundice até à grande escadaria e íamos caindo sobre uma monstruosa porca e a sua numerosa prole, que se escapou debaixo dos pés de Mr. Hole, soltando dolorosos grunhidos.⁵¹¹

Na Quinta da Praia viviam, para além da família Marialva, um grande número de criados e dependentes, entre os quais capelães.⁵¹² De acordo com Beckford, a família dos Marialvas era a que tinha mais dependentes, distribuindo mais de trezentas rações de arroz e outros alimentos por dia.⁵¹³ Por diversas vezes é salientado o respeito e a deferência com que D. Pedro, apesar da sua idade, era tratado pelos criados. Assim, numa visita à Quinta de Marvila, Beckford refere que os criados saíam das suas casas arruinadas e ajoelhavam-se em frente ao prior e em frente a D. Pedro.⁵¹⁴

Voltando aos espaços, para além da Quinta da Praia, eram frequentes as idas a Marvila, propriedade da avó de D. Pedro, D. Eugénia de Assis Mascarenhas. Esta quinta tinha árvores seculares e fontes, bem como estátuas antigas, em ruínas, relativas a façanhas heróicas dos seus antepassados.⁵¹⁵ Como a família vivia em Belem, esta Quinta acabava por não estar tão cuidada. Um dos poucos elementos que ainda se conserva, hoje em dia, apesar de muito degradado, é um mirante, virado para o rio Tejo, uma espécie de torre de estilo romântico, o qual foi usado por D. Pedro V para assistir à passagem do primeiro comboio, em 1856.⁵¹⁶

Outro dos espaços muito frequentados pela família dos Marqueses de Marialva e, consequentemente, por D. Pedro, é a Quinta do Ramalhão. Apesar de se dever distinguir o palácio existente, propriedade de Street Arriaga, cedido a Beckford, conforme o próprio esclarece no seu diário, em 9 de Julho, «com uma série de aposentos espaçosos e areja-

⁵¹⁰ ICS, *Fundo Colecção Nuno Gonçalo Monteiro*, Instrumento de arrendamento que faz o 6º Marquês de Marialva a Joaquim Rebelo Palhares das hortas e terras da Quinta da Praia, 1822, NGM070.

⁵¹¹ William Beckford, *Diário de ...*, p. 48.

⁵¹² Idem, *ibidem*.

⁵¹³ William Beckford, *A Corte ...*, p. 13.

⁵¹⁴ William Beckford, *Diário de ...*, p. 69; Idem, *A Corte ...*, p. 61.

⁵¹⁵ Idem, *ibidem*, pp. 51-52.

⁵¹⁶ No blogue *Ruin'arte* existe uma notícia, datada de 1 de Junho de 2010, em que se publica um conjunto de fotografias deste mirante e se apela para a conservação do último elemento arquitetónico restante da antiga Quinta de Marvila. Gastão de Brito e Silva, *Ruin'arte*, <http://ruinarte.blogspot.pt>, consultado em 22/05/2012.

dos», com «terraços» e «jardins em óptimo estado»,⁵¹⁷ da casa de campo, situada na zona exterior ao Palácio,⁵¹⁸ pertencente à família dos Marialvas. Esta possuía um pavilhão desenhado por Pillement, com um tabuleiro de jardim com estátuas e fontes, sendo conhecida como a propriedade de São Pedro.⁵¹⁹ Diferente, ainda, é o palácio de Seteais. Inicialmente foi propriedade do cônsul holandês Daniel Gildemeester, a quem Marquês de Pombal dera o exclusivo da exportação de diamantes, onde D. Pedro, o pai e Beckford chegam a jantar, participando inclusivamente na festa de inauguração, em 25 de Julho, com toda a alta sociedade da época.⁵²⁰ Após a morte do holandês, em 1793, e aproveitando-se de algumas dificuldades da família, D. Diogo, pai de D. Pedro, adquire-o e promove a sua ampliação. Foi nestes três espaços do Ramalhão que o 6º Marquês de Marialva passou boa parte da sua juventude.

Um dos aspectos mais controversos relativamente à juventude de D. Pedro é o seu pretenso envolvimento homossexual com William Beckford. Se é certo que os elementos comprovativos são apenas os que resultam dos textos do próprio Beckford, podendo pois traduzir apenas a sua visão em relação ao jovem Marialva, também não se pode deixar de ter em conta que não existe nenhum elemento credível que indique alguma relação de D. Pedro com uma mulher.

Apesar de não termos consultado documentação que o comprove, há quem afirme que, na abertura da sucessão do 6º Marquês de Marialva, para além das suas irmãs, D. Antónia Adelaide Bonnet invocou ser herdeira, por ter sido casada com o Marquês e dele ter tido um filho. Segundo Inocêncio Francisco da Silva teriam existido diversas diligências no sentido de obter o reconhecimento eclesiástico desse casamento, havendo, alegadamente, um parecer do Cardeal D. Frei Francisco de São Luís, dirigido a um Ministro de Estado, com data de 17 de Julho de 1836, não tendo, porem, tal processo tido seguimento.⁵²¹

⁵¹⁷ William Beckford, *Diário de ...*, p. 87.

⁵¹⁸ Este palácio foi vendido, no início do século XIX, a D. Carlota Joaquina, onde passou largas temporadas após o regresso do Brasil. Francisco Costa, *Beckford em Sintra no verão de 1787 – História da Quinta e Palácio do Ramalhão*, Câmara Municipal de Sintra, 1982, pp. 15-28.

⁵¹⁹ William Beckford, *Diário de ...*, p. 87.

⁵²⁰ Idem, *Ibidem*, pp. 96-98.

⁵²¹ Apesar das diligências por nós efectuadas, não se encontrou qualquer registo relativo a este facto. Contudo, pela sua importância, seja o facto verdadeiro ou falso, considerou-se ser de o incluir neste trabalho. Para referência ao mesmo vide <http://www.acd-faleiristica.com>, consultado em 22/05/2012.

Por outro lado, há quem afirme que, à semelhança do que é dito na obra *El Rei Junot*, de Ramalho Ortigão, o 6º Marquês de Marialva teria tido um relacionamento com D. Carlota Joaquina, sendo o verdadeiro pai do Príncipe D. Miguel. Para alguns autores essa ligação até teria data, 14 de Junho de 1794, e local, Palácio de Seteais. Apesar de esta data ser afirmada por Braancamp Freire, alegadamente com base nas descrições de Beckford, nas suas *Recoleções das visitas aos Mosteiros de Alcobaça e Batalha*, torna-se muito difícil acreditar na sua veracidade, uma vez que D. Miguel só nasceria anos mais tarde, em 1802. Na verdade, se compararmos os registos figurativos da fisionomia de D. Miguel com os do 6º Marquês de Marialva, não poderemos deixar de notar alguns traços semelhantes, sendo que só tal comparação jamais poderá conduzir a uma segura conclusão.⁵²² Aliás, essa poderia ser uma justificação para o súbito envio do Marquês de Marialva, em 1807, nas vésperas da partida da Corte Portuguesa para o Brasil, para Paris, onde o maior perigo para as famílias aristocráticas se encontrava. D. Pedro era o único herdeiro varão da Casa Marialva; sendo as estratégias matrimoniais essenciais para a transmissão do património e do próprio poder, como justificar que não casasse e se permitisse ficar em Paris durante tanto tempo?⁵²³

Uma das possibilidades será a imposição da sua própria vontade a nível sexual, ainda que de forma discreta, caso muito raro, ainda, nas vésperas do século XIX.⁵²⁴ Poderá, pois, ser a sua orientação sexual que permite explicar as descrições efectuadas sobre a sua relação com o escritor inglês.

As suas constantes ausências, como a de 19 de Setembro, em Sintra, com regresso já ao final da tarde, provocando preocupação na família⁵²⁵, bem como a sua sistemática convivência com Beckford, começaram a levantar suspeitas, mesmo na sociedade de então.

A Condessa de S. Vicente, irmã da Marquesa de Marialva [...] tem uma língua venenossíssima e estou certo de que muitas ferroadas me deve ter dado já por causa da minha grande intimidade com o herdeiro dos Marialvas.⁵²⁶

⁵²² Braancamp Freire, *Brasões da Sala de Sintra*, Sintra, s/e, 1921; Alberto Pimentel, *A última Corte do Absolutismo em Portugal*, Lisboa, Ferin, 1823; Nuno Gonçalo Monteiro, *O Crepúsculo dos Grandes*, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2003, p. 197.

⁵²³ Idem, *Ibidem*, p.61.

⁵²⁴ Idem, *Ibidem*, p. 64.

⁵²⁵ William Beckford, *A Corte ...*, pp. 123-124.

⁵²⁶ William Beckford, *Diário de ...*, p. 48.

O interesse por D. Pedro era cada vez mais evidente. Nos registos de 25 de Julho diz que o jovem Marialva começara a ser pueril e atractivo. Em 7 de Setembro, Beckford justifica a sua própria tristeza com a ausência de D. Pedro. No dia 8 de Setembro, refere que «D. Pedro e eu, de dia para dia mais presos um ao outro, corríamos de mãos dadas, ao longo das alamedas».⁵²⁷

Esta proximidade ao herdeiro dos Marialva provocou, igualmente, um grande impacto em Beckford que, em 22 de Outubro, parece dar a entender que contava com a cumplicidade do seu amigo Verdeil.

Verdeil teve a bondade de preparar uma reunião para amanhã de modo a que eu e D. Pedro estejamos toda a manhã juntos. Amanhã! Amanhã! D. Pedro gosta de mim! Já lhe senti a doçura dos lábios. Os seus queridos olhos já me confessaram o segredo do seu coração.⁵²⁸

D. Pedro chega mesmo a ter manifestações públicas de ciúmes, como a que se dá no dia do seu próprio aniversário, 15 de Junho, relativamente a um primo, filho do Marquês de Tancos, um rapaz de treze anos. Ao reparar na forma como Beckford brincava com os cabelos do primo, o jovem Marialva tudo fez para que saíssem de onde estavam, sentando-se no meio dos dois, no coche que os transportava.⁵²⁹ A mesma situação repetese, em 25 de Novembro, dizendo Beckford que «D. Pedro percebendo, talvez, que eu me estava a interessar muito pelo meu primo [...] suplicou-me que o levasse ao Teatro do Salitre, onde havia um camarote guardado para nós, às ordens do Marquês.»⁵³⁰

Todos estes elementos não permitem, só por si, falar das orientações sexuais do jovem Marialva. Para Maria Lourdes Lima dos Santos, mesmo Beckford enquadrar-se-ia mais num perfil de bissexualidade do que de homossexualidade, tendo em conta as relações que manteve com pessoas dos diferentes sexos.⁵³¹ Como bem refere, não deixa, porém, de ser curioso que, quando volta a Inglaterra, organiza um dossiê de recortes de imprensa com notícias sobre julgamentos e prisões por sodomia.

⁵²⁷ Idem, *Ibidem*, pp. 130-131.

⁵²⁸ Idem, *Ibidem*, p. 155.

⁵²⁹ Idem, *Ibidem*, p. 62.

⁵³⁰ Idem, *Ibidem*, p. 64.

⁵³¹ Maria de Lourdes Lima dos Santos, *op. cit.*, p.32.

Seja como for, a verdade é que esta relação com Beckford, de amizade ou de cariz mais amoroso, foi, porventura, a mais importante da sua juventude, sendo graças a si que, hoje, conseguimos saber tanto sobre aquele período da sua vida.

3) Experiência militar

D. Pedro teve uma relevante carreira militar, a qual iniciou alistando-se, em 24 de Dezembro de 1786, como cadete do Regimento de Cavalaria de Alcântara, no qual o seu pai era coronel e que os seus avô e bisavô tinham, igualmente, comandado.

Em 1790 foi promovido a Tenente Graduado, Alferes da 2ª Companhia do Regimento de Cavalaria de Alcântara. No final desse ano passou a Capitão agregado e, dois anos depois, a Major Graduado e Capitão Efectivo daquele mesmo Regimento.⁵³²

Em Outubro de 1796 foi nomeado ajudante de ordens do seu cunhado, o Duque de Lafões, sendo promovido a Tenente Coronel de Cavalaria.

Ilmº Exmº Senhor

Haverá perto de dois mezes que o Príncipe Meu Senhor no mesmo dia em que foi servido honrar o Marquês de Marialva meu Cunhado com a Patente de Tenente Coronel de Cavallaria [...] acordou da mesma sorte a Francisco de Borja Garção Stokler⁵³³ a Patente de Tenente Coronel do Regimento da Artilharia da Corte considerando lhe o Emprego que exercita de Lente da Academia Real da Marinha; Fez de próximo e a meu rogo o mesmo Senhor segundo Tenente Engenheiro a Joaquim Norberto Xavier de Brito que pelos seus estudos e exames se achava nas circunstancias de o pertender; do que tudo autorizado por Sua Alteza Real assim o mandar, faço esta Avizo a v. Exª a fim de mandar lavar os Decretos dos sobreditos dois officiaes e leva-los a Real Prezença.

Deos guarde V. Exª, Quartel General do Grilo, 10 de Dezembro de 1796

Duque de Lafoens⁵³⁴

O 2º Duque de Lafões, D. João Carlos de Bragança e Ligne de Sousa Tavares Mascarenhas da Silva, nasceu em 6 de Março de 1719. Sendo irmão do 1º Duque de Lafões, D. Pedro Henrique de Bragança, era filho do infante D. Miguel de Bragança (filho ilegíti-

⁵³² <http://www.arqnet.pt/exercito> , consultado em 22/05/2012.

⁵³³ Francisco de Borja Garção Stokler foi secretário do Duque de Lafões durante a Guerra das Laranjas e assumiu, já depois da morte deste, uma polémica com Acúrsio das Neves, contrariando as justificações que este dera para a derrota dos portugueses na sua *História geral das Invasões Francesas*.

⁵³⁴ Arquivo Histórico Militar de Lisboa, Cx 657, Processo individual do Marquês de Marialva, Ofício do Duque de Lafões a Luís Pinto de Sousa, 10 de Dezembro de 1796.

mo de D. Pedro II com Ana Armanda de Vergé). No reinado de D. João V, seu meio irmão, D. Miguel de Bragança recebeu casa própria, tendo o seu filho primeiro, D. João Carlos, resultante da união com a 3ª Marquesa de Arronches, D. Luísa de Sousa Nassau, sido feito Duque de Lafões, por Decreto de 17 de Fevereiro de 1718.⁵³⁵

O Duque era um dos mais influentes nobres do Reino, tendo possuído uma grande vitalidade até muito tarde. Beckford surpreendeu-se com essa faceta do amigo do 5º Marquês de Marialva, futuro genro.

Estava eu passeando em uma extensa rua, coberta por uma abóbada de limoeiros, quando apareceu Marialva no fim da avenida acompanhado pelo Duque de Lafões. É este o mesmo personagem conhecido em toda a Europa pelo nome de Duque de Bragança; porém não tem direito a usar d'aquelle título illustre, que anda annexo à Coroa. [...] Tinha posto carmin e moscas e, apesar de hever já visto setenta Janeiros, pretendia rodar sobre os calcanhares e mover-se com a agilidade dos vinte annos! Surpreendeu-me muito a facilidade dos seus movimentos [...].⁵³⁶

O Duque de Lafões acabou por casar com a irmã de D. Pedro, D. Henriqueta. Apesar da diferença de idades, D. Henriqueta com 16 anos e o Duque de Lafões com 70 anos de idade, deste casamento resultariam quatro filhos.⁵³⁷

Tendo sido sócio fundador da Academia Real das Ciências de Lisboa⁵³⁸, juntamente com José Correia da Serra, em 1779⁵³⁹, exerceu, igualmente, funções no Conselho de Estado. Apesar de, em 1801, se ter retirado para o seu Palácio do Grilo, com o intuito de se dedicar à cultura e à ciência, acabou por ser chamado a intervir na Guerra das Laranjas.

⁵³⁵ Ana Leal de Faria, *D. Pedro II, o Pacífico*, Lisboa, Academia Portuguesa da História/Quid Novi, 2009, pp. 73-74.

⁵³⁶ William Beckford, *A Corte ...*, p. 107.

⁵³⁷ D. José João Miguel (nasceu em 1796 e morreu em 1801); D. Carlota (nasceu morta em 1792); D. Ana Maria (nasceu em 1797, casou com D. Segismundo Caetano Álvares Pereira de Melo, irmão do Duque do Cadaval, foi herdeira da Casa Marialva por morte do seu tio D. Pedro, 6º Marquês de Marialva, e morreu em 1851); D. Maria Domingas Francisca (nasceu em 1801, casou com o 6º Duque do Cadaval, D. Nuno Caetano, morreu em 1855).

⁵³⁸ Rómulo de Carvalho, *D. João Carlos de Bragança, Segundo Duque de Lafões, Fundador da Academia das Ciências de Lisboa*, Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, 1987.

⁵³⁹ Para aprofundamento da vida de José Francisco Correia da Serra, o Abade Correia da Serra vide Richard Beale Davis, *O Abade Correia da Serra na América 1812-1820*, Lisboa, ICS, 2013; Leon Bourdon, *José Correa da Serra: Ambassadeur du Royaume Uni de Portugal et Brésil à Washington, 1816-1820*, Paris, Centre Culturel Portugais, Fondation Gulbenkian, 1975; Ana Simões, Maria Paula Diogo e Ana Carneiro, *Cidadão do Mundo. Uma biografia científica do Abade Correia da Serra*, Porto, Porto Editora, 2006.

A carreira militar de D. Pedro José Joaquim Vito de Menezes Coutinho andar­á, pois, muito ligada à figura do seu cunhado. O futuro 6º Marquês de Marialva foi, igualmente sócio da Academia das Ciências, seguramente por influência do seu cunhado.⁵⁴⁰

Esta ligação acabou por conduzi-lo, igualmente, à participação na Guerra das Laranjas. O Duque de Lafões, apesar da sua idade avançada, foi chamado para comandar, enquanto Comandante-em-Chefe do Exército português, intervenção bélica defensiva face à invasão espanhola. Os quadros militares encontravam-se muito pouco apetrechados e o Duque manda recrutar mais de dois mil homens em Lisboa, socorrendo-se, igualmente, de mercenários estrangeiros. Pouco depois da declaração de guerra, várias companhias saíram de Lisboa, com destino às zonas ameaçadas pelos espanhóis, nomeadamente o Alentejo.⁵⁴¹

Foi, pois, neste contexto que o futuro 6º Marquês de Marialva acabou por ser promovido a Coronel do Regimento de Cavalaria de Mecklemburg. O Exército do Alentejo, no que diz respeito à cavalaria, estava dividido em quatro Esquadrões de Cavalaria de Moura, em Vila Viçosa, e em dois Esquadrões do Regimento de Mecklemburg, em Monforte. O rio Sever funcionava como um elemento defensivo da parte oriental do Alentejo, sendo indispensável um contingente de cavalaria para guarnecer a sua defesa.⁵⁴² O 6º Marquês de Marialva comandou o Regimento de Mecklemburg, quando saiu de Lisboa, com parte da sua guarnição e uma Brigada de Emigrados a soldo da Grã-Bretanha, para reforço das linhas defensivas do Alentejo.

Com o fim da Guerra das Laranjas, que resultou numa derrota para os portugueses, bem como na perda de Olivença, tornou-se indispensável alterar as regras jurídicas enformadoras das situações de guerra.

D. Pedro foi, então, nomeado, em 21 de Março de 1802, vogal da Junta do Código Militar, a qual teve por missão alterar os artigos de guerra, que vinham já do tempo do Conde de Lippe, e formavam o Código Penal Militar.⁵⁴³

⁵⁴⁰ Pedro Alcântara, *Sermão...*, p. 17.

⁵⁴¹ António Ventura, *Guerra das Laranjas 1801*, Lisboa, Academia Portuguesa da História/Quid Novi, pp.18-19.

⁵⁴² Idem, *Ibidem*.

⁵⁴³ <http://www.arqnet.pt/exercito>, consultado em 22/05/2012.

D. Pedro José Joaquim Vito foi ainda nomeado Director do Arquivo Militar para a Conservação das Cartas Militares, geográficas e marítimas, o qual viria a tornar-se, anos mais tarde, o Arquivo Histórico Militar.

Com a morte do seu pai, o 5º Marquês de Marialva, D. Diogo José de Menezes Coutinho, D. Pedro tornar-se-ia, ainda, Estribeiro Mor, cargo hereditário que, pelo menos a partir de 1803, data do falecimento do seu progenitor, certamente terá exercido.

A função honorífica de Estribeiro Mor do reino compunha-se da responsabilidade pela inspecção dos coches, liteiras, cavaliças e cavalos da casa real, bem como de todas as pessoas inerentes a estes serviços. O Estribeiro Mor acompanhava o Rei, em saídas a cavalo, calçava-lhe a espora e ajudava-o a montar e desmontar.⁵⁴⁴ A partir de D. Pedro II, este cargo honorífico tornou-se hereditário dentro da Casa Marialva. No Museu Nacional dos Coches é possível ver uma sela portuguesa de arreio de montada de cavalaria do Estribeiro Mor, do século XVIII, possivelmente pertencente a um dos Marialvas.⁵⁴⁵

II - MISSÕES DIPLOMÁTICAS

1) Primeiras missões como embaixador: Enviado a Napoleão

Um dos exemplos mais claros de como os casamentos dos filhos de D. João VI, aliás como era regra em todas as casas reais europeias, serviram as estratégias políticas e diplomáticas de Portugal é a tentativa de estabelecer uma união entre D. Pedro e uma familiar de Napoleão Bonaparte.

D. António, filho varão mais velho de D. João VI e de D. Carlota Joaquina, morrera aos seis anos de idade, em 1801, colocando D. Pedro no lugar de sucessor ao trono, caso o regente viesse a tornar-se monarca efetivo.

⁵⁴⁴ Após o período da Restauração foram Estribeiros-Mor: D. João IV – D. Francisco de Sousa, 3º Conde do Prado; D. Afonso VI – 1º Marquês das Minas e D. Diogo de Lima Brito Nogueira, Visconde de Vila Nova de Cerveira; D. Pedro II – D. José de Menezes, Conde de Viana, D. Pedro António de Menezes, 2º Marquês de Marialva e seu cunhado, D. Rodrigo de Menezes; D. João V – D. Diogo de Noronha, 3º Marquês de Marialva; D. José e D. Maria I – D. Pedro de Menezes Noronha Coutinho, 4º Marquês de Marialva; D. Maria I – D. Diogo José Vito de Menezes Coutinho, 5º Marquês de Marialva, e D. Pedro José Joaquim Vito de Menezes Coutinho, 6º Marquês de Marialva. <http://matriznet.imc.pt>, consultado em 22/05/2012.

⁵⁴⁵ Esta sela dita à portuguesa, catalogada com o nº A 0029, tem 45cm de largura e 56 cm de comprimento, é uma espécie de coxim fundo, de abas de corte direito, alta no cepinho e com uma golilha pronunciada; para segurança do cavaleiro, o coxim era feito de forma a que o cavaleiro pudesse encostar as coxas. É forrada de veludo carmesim, agalado a ouro, com motivos de folhas de videira e uvas. Presa à traseira da sela existe uma pequena almofada para proteger o cavalo do roçar da fivela. <http://matriznet.imc.pt>, consultado em 22/05/2012.

A escolha do casamento de um membro real, *maxime* de um filho de rei, era sempre muito cuidada, tornando-se fundamental perceber qual a razão de propor exatamente o provável sucessor, e não um dos restantes filhos, em casamento com alguém da família do Imperador francês.

Em Portugal, a defesa de uma neutralidade perante as pressões das duas grandes potências, França e Grã-Bretanha, era cada vez mais difícil. Apesar das diversas tentativas, as imposições de Napoleão eram cada vez mais difíceis de articular, pelo Regente, com as relações económico-políticas que Portugal não queria deixar de manter com Inglaterra. É neste contexto que, ao saber, em 27 de Outubro, que o seu embaixador em Paris, D. Lourenço Lima, fora intimado a abandonar a capital francesa,⁵⁴⁶ sendo portador de um ultimato de Bonaparte, irá procurar utilizar um instrumento de negociação por excelência: o casamento.

A incumbência irá recair em Pedro Vito de Meneses Coutinho, futuro Marquês de Marialva, conforme carta patente emitida por D. João VI, no Palácio Nacional da Ajuda, logo no dia seguinte, assinada pelo Regente e pelo Ministro Conselheiro e Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, D. António Araújo de Azevedo, dirigida ao próprio imperador.

Para além desta carta patente, emitida em 28 de Outubro, existe uma outra, com conteúdo exatamente igual, datada de 10 de Novembro, igualmente assinada pelo Príncipe Regente e por António de Araújo Azevedo. Encontrar uma razão para esta dupla existência poderá não ser fácil: ou a primeira versão foi apenas para vistas ao rei, não sendo ainda definitiva, o que não é muito plausível, pois também se encontra assinada e selada e o seu conteúdo é exatamente igual à posterior; ou haverá uma justificação para se ter decidido fazer uma com data posterior. Apesar de sem certezas conclusivas, julga-se encontrar uma razão possível para a sua emissão com data de 10 de Novembro: a questão de enviar um embaixador a Paris foi discutida, em Conselho de Estado, do dia 8 de Novembro, tendo D. João informado que o seu embaixador em Espanha, Conde de Ega, fora intimado a abandonar Madrid, levando a que os membros do Conselho de Estado concordassem com o envio imediato do Marquês Marialva a Paris.⁵⁴⁷ Porventura a decisão do Regente já fora tomada dias antes mas, por uma questão de política interna, tanto

⁵⁴⁶ Ângelo Pereira, *D. João VI, Príncipe e Rei*, Lisboa, Empresa Nacional de Publicidade, 1953, p. 172.

⁵⁴⁷ Marcus de Noronha da Costa, *A transmigração da família real para o Brasil em 1807*, Braga, s/e, 2007, pp. 40-41.

mais que as divisões entre francófilos e anglófilos eram cada vez mais acentuadas, seria mais acertado emití-la como sendo consensual, pelo que só após a reunião do Conselho tal seria possível. Apesar de esta posição nos parecer mais plausível, por uma questão de apaziguamento e consensualidade internos, ficará, porém, por explicar a razão de constar do processo individual do Marquês de Marialva, no Arquivo Histórico Militar, um documento com a indicação que fora emitido o passaporte para Paris, no dia 7 de Novembro⁵⁴⁸, ou seja, na véspera da reunião do Conselho de Estado e três dias antes da emissão da segunda credencial. Admite-se, pois, que tal se trate de uma confirmação de que a emanação da ordem e decisão de envio do Marquês de Marialva, a Paris, fora efetivamente tomada pelo Regente em momento anterior à reunião do próprio Conselho de Estado.

Dom João, por graça de Deos, Príncipe Regente de Portugal e dos Algarves, [...] de-
zando Eu manifestar por todos os modos ao Sereníssimo e Potentíssimo Príncipe Napo-
leão pela Graça de Deos e das Constituições Francezas Imperador dos Francezes e Rei
de Itália, Meu Bom Irmão e Primo, o sincero affecto e amizade de que constantemente
Lhe consagro, e querendo outro sim confirmar-lhe estes mesmos sentimentos, e estreitar
mais por meio de huma Alliança as relações Políticas existentes entre Mim e Sua dita
Magestade Imperial e Real, como convem ao interesse Geral dos Estados e Vassallos de
ambas as Monarquias [...]. Tenho resolvido para tratar de hum negocio de tanta ponde-
ração nomear pessoa em quem concorram as circumstancias necessárias para emprehen-
der, conseguir concluir e assinar até ao ponto da Ratificação hum tão delicado como
importante assumpto; E tendo inteira confiança na pessoa do Marquês de Marialva,[...] Hey por bem nomeallo Meu Embaixador Extraordinário junto a Sua Magestade Imperi-
al e Real e conceder-lhe os plenos poderes que necessários forem para negociar, estipu-
lar, conferir e assinar, até ao ponto de ratificação, qualquer Tratado que se haja de con-
cluir entre Mim e o Ministro ou Ministros nomeados por parte de S.M.I.e R. Meu Bom
Irmão e Primo; e Haverrei por bom, firme e valioso tudo quanto for ajustado, concluído e
assinado entre elle e os referidos Plenipotenciário ou Plenipotenciários que possa ser
concernente aos interesses desta Coroa. ⁵⁴⁹

As instruções dadas ao Embaixador Extraordinário, Marquês de Marialva, eram muito precisas quanto à forma que o mesmo deveria observar nas negociações com o Imperador. Logo que chegasse a Paris, deveria participar a sua chegada ao Ministro das Relações Externas, pedindo-lhe hora para se apresentar. Nessa ocasião, entregaria cópia das credenciais, declarando-lhe, ao mesmo tempo, que levava Plenos Poderes para negociar

⁵⁴⁸ Arquivo Histórico Militar de Lisboa, Cx 657, Processo individual do Marquês de Marialva, Notas sobre emissão de passaporte, 7 de Novembro de 1807.

⁵⁴⁹ ANTT, *MNE*, Livro 186, Carta patente, dirigida a Napoleão Bonaparte, de 28 de Outubro de 1807, e Carta patente, dirigida a Napoleão Bonaparte, de 10 de Novembro de 1807.

uma aliança, entre as duas potências, que contribuísse para consolidar a harmonia e interesses recíprocos. Deveria dizer-lhe, igualmente, que esperaria que lhe fossem anunciados o dia e a hora em que S. M. I. e R. lhe quisesse dar audiência para entrega das credenciais.⁵⁵⁰

Para além das felicitações ao Imperador pelas vitórias militares conseguidas, segue-se um conjunto de indicações de carácter mais político, nomeadamente quanto à justificação de não expulsão e apreensão de bens dos britânicos, devendo o Marquês de Marialva fundamentar tal posição com a política de alianças defensivas e não ofensivas. Este assunto, porem, só deveria ser abordado por iniciativa de Napoleão, antecipando-se, nas instruções ao Marquês de Marialva, a possibilidade de aquele se mostrar ofendido. Para mais, deveria informar-se o Imperador que os ingleses, logo que souberam da possibilidade de ameaça aos seus nacionais, em Portugal, tinham decidido enviar um navio da sua armada para o porto de Lisboa, não só para auxiliar os seus compatriotas como, igualmente, para «surpreender a Nossa Marinha e fazer sahir as Fazendas de negociantes portuguezes que se achassem na Alfandega e Caza da Índia»,⁵⁵¹ não sendo possível a Portugal reagir oportunamente. Assim, o Marquês deveria transmitir que o tratamento mais brando, que fora dada aos ingleses, devera-se a esta necessidade de obtenção de mais tempo para reorganizar a sua defesa. Por uma questão de proteção marítima e dos interesses económicos subjacentes, o Marquês de Marialva deveria apelar a Napoleão que compreendesse a posição defensiva de Portugal, a qual deveria manter-se.

Contudo, este tipo de argumentação não deveria ser suficiente para convencer Napoleão, sendo pois indispensável recorrer a um instrumento mais garantístico. Em instruções secretas ao Marquês de Marialva, assinadas por D. António Araújo de Azevedo, de 13 de Novembro de 1807, referia-se, expressamente, a intenção de propor o casamento de um elemento da família real portuguesa com alguém da família imperial.

Tenho ordem de S.A.R para dizer a V. Ex.^a que na Carta que escreveo ao Imperador em data de 6 ou 8 do mez passado, de que V. Ex.^a leva copia, ordenou o mesmo Senhor que se acrescentasse depois das palavras “dávóir donné la paix au Continent” – Il será d’ailleurs chargé de ne rien oublier auprés de V. M. I. et R. de tout ce quis pour augmenter nos liens et rendre notre amitié indissoluble -. Nestas expreçoens reconhecerá V.

⁵⁵⁰ ANTT, *MNE*, Livro 186, Instruções dadas ao Marquês de Marialva, Embaixador Extraordinário em Paris, em 1807.

⁵⁵¹ Idem, *Ibidem*.

Ex.^a uma abertura decentemente expreçada para alianças de parentesco, que S. A. R. contratará para perpetuar a boa harmonia com o Imperador e contribuir para a Segurança da Monarquia e tranquilidade dos seus povos. Por isso quando a ocasião se ofereça V. Ex.^a repetirá a S. M. I. e R. expreçoens pouco mais ou menos no sentido do parágrafo acima transcrito, mostrando sempre o quanto S.A.R. dezeja dar-lhe provas não equívocas da Sua afeição. V. Ex.^a ouvirá tudo o que o Imperador avançar sobre este delicado assunto para o transmitir por minha via ao conhecimento de S.A.R. o qual manda declarar a V. Ex.^a para prova de ser este negócio secretíssimo, que só a mim me fez a honra de o comunicar, e agora a V. Ex.^a pelo carácter de que ouve por bem revesti-lo.⁵⁵²

Este casamento, por uma questão estratégica, deveria ser com D. Pedro de Alcântara, pois só esta união matrimonial garantiria a paz em Portugal, por parte de Napoleão. O casamento de uma das filhas do regente português com alguém da família do Imperador não seria condição bastante para afastar os ímpetos de controlo de Bonaparte, tanto mais que um filho dessa relação poderia ser, mais tarde, imposto ao trono português contra o legítimo sucessor. Relembre-se que, apesar dos acordos com Godoy, Napoleão não hesitou em colocar o seu irmão, José Bonaparte, como rei de Espanha.⁵⁵³ A única forma de garantir o apoio do Imperador a Portugal e a manutenção da sua autonomia seria permitir que a família imperial tivesse uma presença directa no trono português, mantendo-se a linha de sucessão inalterada; ora, tal possibilidade só seria conseguida mediante o casamento com D. Pedro. Julga-se ter sido esta a estratégia de D. João VI, que procurava, com todos os instrumentos possíveis, impedir uma entrada das tropas france-

⁵⁵² ANTT, *MNE*, Livro 186, Instrução secreta ao Marquês de Marialva sobre casamento com familiar de Napoleão, 13 de Novembro de 1807.

⁵⁵³ A ideia de uma aliança com Napoleão através do casamento fora já admitida por Francisco Maria Brito que, em Abril de 1807, em missiva escrita de Paris a D. João VI, indicava que esse tipo de política deveria ser utilizada por Portugal, nomeadamente para diminuir a importância de Espanha:

[...] O segundo objecto he mais delicado e difficil nas circunstancias presentes, por que a diversão das forças hespanholas na Austria e na Itália parece tirar todo o cuidado de intençoens hostis de Hespanha e poderia assombrar à menor desconfiança que ela aqui sugerisse sobre as nossas intençoens; mas como he huma confidencia de S.A.R. para com o Imperador, pode ser ajudada da observação que he efeito da [...] que el nos faz a respeito de Hespanha e que se executará continuando as desconfianças daquella Corte, e por maneira que esse Reino para melhor sustentar uma independência e preencher assimas intençoens do Imperador no estado actual da Europa.

Farei sobressahir nesta conjuntura a lealdade de S.A.R. para com França em firme [...]

Os desvarios ambiciosos do Principe da Paz sempre forao aqui mal recebidos por que embora se queira propagar e consolidar a família d e Bonaparte nos tronos e famílias reinantes, mas do que há maior ciúme he de elevar outra que pretenda a mesma fortuna. Com quanto V. Ex.^a puder illudir huma aliança com este Imperio, faria hum grande serviço ao reino para ele se não ver como os outros alliados enleado como forão os alliados da antiga Roma [...]. ANTT, *MNE*, Livro 582.

sas em Portugal (já que até a aparente declaração de guerra a Inglaterra não tinha surtido o efeito desejado em Bonaparte). Se o Imperador o aceitasse, não só se resolveria a questão relativamente a França como, presume-se, em relação a Espanha, não só pelo controlo que o Imperador francês exerceria sobre este país, como, igualmente, por não ser crível que D. Carlos IV procurasse tomar medidas que levassem a destronar a própria filha, D. Carlota Joaquina.⁵⁵⁴

Segundo Ângelo Pereira,⁵⁵⁵ o Marquês de Marialva levou, ainda, um conjunto de diamantes para oferecer a Napoleão e a outras figuras da corte. Para Luíz Norton, o Marquês fora enviado com milhares de cruzados em diamantes e uma proposta para casamento de D. Pedro com uma filha de Murat.⁵⁵⁶

Como é sabido, em 27 de Outubro de 1807, foi celebrado o Tratado de Fontainebleau, no qual Godoy e Napoleão desmembravam o território português. As tropas francesas dirigiram-se a Espanha e o Marquês de Marialva foi apanhado por esta nova realidade, não sendo capaz de seguir para Paris, imediatamente. Tendo-lhe sido levantados problemas formais, relativos ao seu passaporte, julga-se, antes, que os mesmos mais não eram do que um recurso espanhol para impedir o prosseguimento da viagem para Paris.

Assim, no dia 21 de Novembro, escreve de Elvas a António de Araújo Azevedo, Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, dizendo-lhe que, logo que chegara àquela Praça, solicitara ao respectivo Governador Interino que escrevesse ao Governador de Badajoz, para saber se o seu passaporte para Paris já estaria na sua posse, informando ainda que, «por me persuadir de que não será conveniente retardar a continuação da minha jornada, porcigo-a, ao menos, até Madrid».⁵⁵⁷

Em ofício datado de 20 de Novembro, o Conde de La Torre del Fresno, Governador de Badajoz, negou ter recebido qualquer passaporte para que o Marquês de Marialva pudesse dirigir-se à Corte de Paris, informando que D. Pedro Meneses Coutinho poderia continuar a sua marcha mas como cavaleiro particular e apenas em Espanha.⁵⁵⁸

⁵⁵⁴ Neste mesmo sentido referem, alguns autores, que D. João VI nunca julgou ser possível que o sogro quisesse ligar-se secretamente ao Imperador francês para afastar a sua própria filha. Ângelo Pereira, *D. João VI ...*, pp. 172-173.

⁵⁵⁵ Idem, *ibidem*.

⁵⁵⁶ Luíz Norton, *op. cit.*, p. 52.

⁵⁵⁷ Excerto de carta enviada pelo Marquês de Marialva a António de Araújo Azevedo, de Elvas, em 21 de Novembro, de 1807, publicada por Ângelo Pereira, *op. cit.*, pp. 172-173.

⁵⁵⁸ Idem, *ibidem*.

Curiosamente, no processo individual, presente no Arquivo Histórico Militar de Lisboa, consta um documento que refere ter sido o referido passaporte emitido em 7 de Novembro.⁵⁵⁹ Assim, torna-se plausível que o referido passaporte ainda não tivesse chegado a Badajoz, podendo, igualmente, consubstanciar uma dificuldade provocada pelas autoridades espanholas para não permitir a deslocação de cidadãos portugueses para França.

Com o novo contexto político, e encontrando-se o Marquês de Marialva já com os seus planos de ida para Paris bem definidos, apesar do impedimento em o fazer como fora delineado antes, acabará por pedir autorização para manter a sua viagem, tanto mais que pretendia aproveitar a cidade para se cultivar.

Ill.mos ex.mos Senhores

O Marquez de Marialva tem a honra de representar a V. Exas que havendo chegado a Madrid a onde passou em Comição política, dirigida à corte de Pariz e a qual Comição não teve effeito, dezeja passar a esta última Capital, não só por ser hum objecto pela sua grandeza digno de se ver, e estar o Supplicante para isso em Caminho, tendo vencido hua quarta parte delle, e o mais escabroso da jornada, mas tão bem, para aperfeiçoar alguns conhecimentos científicos que tem adquirido e que ali são cultivados em suma perfeição.

E porque não o pode fazer sem authoridade deste respeitável Governo, Portanto

Pede a V. Exas lhe fação a graça de conceder licença por tempo de seis mezes, para passar a Pariz como Viajante ao sobredito fim.

Marquez de Marialva (s.d.)⁵⁶⁰

A tentativa de ligação, por via do casamento, a França falhara. Apesar de já não ser possível evitar a entrada dos franceses em Portugal, a D. João, então ainda regente, restava usar a sua outra possibilidade: partida para o Brasil. A escolha de uma mulher para o seu filho mais velho não deixaria, porém, de continuar a fazer parte das estratégias políticas e diplomáticas deste monarca.

⁵⁵⁹ Arquivo Histórico Militar de Lisboa, Cx 657, Processo individual do Marquês de Marialva, Regimento: Em 11 d Novembro de 1807 se expediu Passaporte a favor do Marquês de Marialva, nomeado Embaixador extraordinário junto de Sua Magestade o Imperador dos Francezes e Rei de Itália. Referendado por Pedro Francisco Maria de Brito.

⁵⁶⁰ Arquivo Histórico Militar de Lisboa, Cx 657, Processo individual do Marquês de Marialva, Notas sobre emissão de passaporte, 7 de Novembro de 1807.

2) Outras missões diplomáticas: Enviado a Luís XVIII, ao Czar Alexandre I, da Rússia e à Corte de Viena

Conforme já referimos anteriormente, em Junho de 1812, Napoleão invadiu a Rússia, com a «Grande Armée». Alexandre I conseguiu resistir e o ano de 1812 tornou-se simbólico para os russos. O Marquês de Marialva foi incumbido de tentar uma aliança com o Imperador da Rússia, nomeadamente através de uma ligação matrimonial de D. Pedro com a sua irmã, Anna Pavlovna.

No que concerne a Portugal, o interesse era, simultaneamente, económico e político. As relações económicas e comerciais com a Rússia tinham sofrido um revés, com o Bloqueio Continental, que limitara a circulação marítima e impedira o fácil acesso àquele longínquo país. Por outro lado, era imprescindível alterar o Tratado de Amizade, Navegação e Comércio, celebrado em 1798, que não só fora assinado antes da abertura dos portos do Brasil, como já se mantinha em vigor ao abrigo de uma cláusula de prorrogação. Nesse sentido foram as instruções para a negociação de um novo tratado, de 16 de Junho de 1814, dirigidas a António Saldanha e assinadas pelo Marquês de Aguiar.⁵⁶¹

Finalmente, havia interesse em ter acesso ao comércio com a Turquia, não só pela possibilidade de ligação ao comércio com o oriente, como, igualmente, para manter as ligações às possessões nacionais na Índia, menos facilitadas com o controlo do atlântico sul, quer por franceses, quer por ingleses, quer mesmo por espanhóis. Como se referiu, a influência geoestratégica da Rússia sobre o leste da Europa e sobre o acesso ao Médio oriente era assinalável. Nas instruções ao Marquês de Marialva, enquanto embaixador extraordinário para cumprimentar Alexandre I e Luís XVIII, emitidas no Palácio do Rio de Janeiro, assinadas pelo Marquês de Aguiar, esse interesse foi expressamente mencionado.⁵⁶²

Quanto ao interesse político, destacava-se a importância que o imperador Alexandre I assumira em toda a Europa, contra Napoleão, sendo, por isso, um excelente aliado na afirmação estratégica do Reino Unido de Portugal e Brasil, no mapa das diversas potências, principalmente em vésperas do Congresso de Viena.

⁵⁶¹ ANTT, Instruções para a negociação do Novo Tratado de Amizade, Navegação e Comércio entre Portugal e a Rússia, *MNE*, Livro 146.

⁵⁶² ANTT, Instruções da Embaixada Extraordinária do Marquês de Marialva à Rússia, Palácio do Rio de Janeiro, 25 de Junho de 1814, *MNE*, Livro 146.

A escolha do 6º Marquês de Marialva reuniu, pois, um conjunto de fatores essenciais para o sucesso da incumbência. Por um lado, D. Pedro Vito de Meneses Coutinho vivia em Paris, conhecendo bem os meandros da corte francesa; por outro lado, a sua cultura e preparação intelectual, conjugadas com a sua experiência militar pretérita, habilitavam-no a poder intervir junto do imperador russo e do novo rei francês. Como oportunamente referimos, o Marquês teria a incumbência expressa de acompanhar Alexandre I para o cenário de guerra, caso fosse necessário, pelo que a sua formação e graduação militar revelavam-se essenciais.

A estratégia de D. João, no que diz respeito ao casamento do seu filho D. Pedro de Alcântara, seu presuntivo sucessor, acabaria por passar pela Áustria, pela ligação à Casa Real dos Habsburgo. O Marquês de Marialva, embaixador, voltou a ter um papel essencial na respetiva negociação.

As negociações do casamento iniciaram-se com Rodrigo Navarro de Andrade, encarregado dos Negócios de Portugal em Viena, tendo a sua final discussão e ultimação sido responsabilidade do Marquês de Marialva, o qual reuniu e acordou os termos com o homem forte do Congresso de Viena: Metternich.

Estando concluído o Tratado Matrimonial, tornava-se indispensável cumprir o protocolo formal de, em audiência pública, ser pedida a mão da Arquiduquesa Leopoldina. A demonstração de que a ida da Corte portuguesa para o Novo Mundo nada afetara o seu prestígio, no equilíbrio de poder das diversas potências europeias, passava pela forma mais ou menos faustosa que o Embaixador conseguisse imprimir à sua entrada oficial, estando este ato diplomático e protocolar revestido de uma carga simbólica efetiva.

A Entrada, segundo Marialva, era uma cerimónia que tinha sido dispensada aos restantes embaixadores em Viena, mas que a natureza da sua missão exigia.⁵⁶³

As descrições da Entrada, ocorrida em 17 de Fevereiro de 1817, nos jornais da época, permitem concluir sobre a pompa e o fausto que Marialva lhe imprimiu, revelando a carga simbólica que as entradas dos diplomatas ainda assumiam no início do século XIX.

3) Últimos anos, morte e sucessão

⁵⁶³ Carta do Marquês de Marialva ao Marquês de Aguiar, Viena, 24 de Dezembro de 1816, Arquivo do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, *Correspondência diplomática, Missão do Marquês de Marialva, nº 44, apud* Luíz Norton, *op. cit.*, p. 228.

Os últimos anos de vida, em Paris, não foram fáceis para D. Pedro. Desde a morte do seu pai, o 6º Marquês de Marialva e 8º Conde de Cantanhede tratava dos negócios inerentes às duas Casas, mesmo à distância. A imposição dos princípios liberais, um pouco por toda a Europa e, a partir da segunda década do século XIX, em Portugal, não facilitavam a vida de um conservador e absolutista, mesmo vivendo no estrangeiro.

Nas divergências entre D. Pedro IV e D. Miguel, o Marquês de Marialva sempre esteve ao lado deste, reforçando a ideia da sua especial ligação para com aquele filho de D. Carlota Joaquina.

Talvez em consequência disso, D. Pedro tenha deixado de receber a remuneração como Brigadeiro, como recebera até Março de 1821. Através do seu procurador tentou que esse pagamento, que certamente lhe causaria um grande impacto na vida quotidiana parisiense e de Embaixador, não deixasse de existir.

Senhor

Diz o Marquez de Marialva por seo procurador, representante Pedro José da Silva que athe Março de 1821 lhe forao pagos os seos soldos de Brigadeiro dos Reaes Exércitos de V. Magestade a razão de 58\$ 400 rs mensaes líquidos do dia tirado para o Monte Pio; e se lh'estão devendo todos os vencidos desde aquela época que são dezoito meses athe Setembro do presente anno. E porque necessita de os cobrar para ajuda das grandes despesas que tem feito e faz no serviço de V. Mag.de como seo Embaixador na Corte de Paris.

Pede a V. Magestade a mercê de mandar que na Thesouraria Geral das Tropas se lhe paguem os vencidos e que se continuao a vencer.

Pedro Jozé da Silva (s.d.)⁵⁶⁴

O Marquês de Palmela, da Secretaria dos Negócios Estrangeiros, considerando ser possível ser-lhe pago o que requeria, apesar de estar a exercer actividade de embaixador e não militar, escreveu ao Ministério da Guerra, em 14 de Outubro de 1823, dando o seu parecer favorável.⁵⁶⁵ Do Paço da Bemposta, o Conde de Suberra, do Ministério, mandou um ofício a Joaquim Bernardino de Sena, da 2ª Repartição da Direcção Militar, exigindo explicações sobre a razão do não pagamento.

⁵⁶⁴ Arquivo Histórico Militar de Lisboa, Cx 657, Processo individual do Marquês de Marialva, Requerimento apresentado por Pedro José da Silva, procurador do 6º Marquês de Marialva, a solicitar o pagamento de soldos atrasados, s/d.

⁵⁶⁵ Arquivo Histórico Militar de Lisboa, Cx 657, Processo individual do Marquês de Marialva, Ofício do Marquês de Palmela ao Ministério da Guerra, de 14/10/1823.

S. Magestade manda remeter a V. Ex^a o requerimento incluso do Brigadeiro Marquês de Marialva, em que pede a satisfação do soldo que se lhe está devendo a fim de que V. Ex^a informe sem demora sobre o motivo por que ao dito Brigadeiro tem deixado de ser abonado o soldo da sua Patente, desde a época que menciona no dito requerimento.⁵⁶⁶

Como resposta a este ofício, Joaquim Bernardino de Sena respondeu, igualmente por ofício, ao Conde de Suberra, que o Brigadeiro Marquês de Marialva deixara de receber o seu soldo em virtude do Aviso do Ministério de Guerra de 11 de Maio de 1821.⁵⁶⁷ A 2^a Repartição da Direcção Militar requisitou, então, à Secretaria Geral a cópia do referido aviso, o qual tem o seguinte conteúdo:

Sendo presente à Regência do Reyno a Representação de V. Ex^a, em data de nove do corrente, na qual expõem que prohibindo o Alvará de 12 de Janeiro de 1754 o vencimento dos soldos àquelles Offiiaes que passarem a Empregos políticos, à excepção dos Marechaes de Campo Generaes, observará que no apontamento do Brigadeiro Marquês de Marialva se não achava averbada Ordem que lhe permittisse soldo durante a Comissão Diplomática para que fora nomeado, não obstante o que sempre o tinha recebido. Manda a Mesma Regência, em Nome de El Rey o Senhor Dom João Sexto, declarar a V. Ex^a que não são abonáveis os pagamentos se não os pagamentos que a Ley determina e que V. Ex^o assim o observe, como deve, em razão do seu offício, ficando na intelligencia de que he responsável por qualquer falta que haja a este respeito. Deos guarde a V. Ex^a, Palácio da Regência em 11 de Maio de 1821 António Teixeira Rebelo.⁵⁶⁸

Tratava-se, pois, de uma verdadeira represália de D. Pedro, enquanto regente, ao Embaixador que tanto apoiara o seu irmão e os absolutistas. Apesar de tudo ter feito para negociar o seu casamento, as razões políticas impunham-se agora com maior força.

O Marquês de Marialva acabaria por falecer sem ver esta pretensão resolvida. Na verdade, em 5 de Fevereiro de 1824, o Conde de Suberra escreve um ofício ao Marquês de Palmela, dando-lhe conta da decisão final.

Tenho a honra de participar a V. Ex^a que S. M. foi servido indeferir o requerimento em que o defunto Marquês de Marialva solicitava o pagamento dos respectivos soldos como Brigadeiro dos Reaes Exércitos que lhe havia sido suspenso desde Abril de 1821; por que ordenando o Alvará de 12 de Janeiro de 1754 a prohibição de soldos aos offici-

⁵⁶⁶ Arquivo Histórico Militar de Lisboa, Cx 657, Processo individual do Marquês de Marialva, Ofício do Conde de Suberra à 2^a Repartição da Direcção Militar, de 8/11/1823.

⁵⁶⁷ Arquivo Histórico Militar de Lisboa, Cx 657, Processo individual do Marquês de Marialva, Ofício de Joaquim Bernardino de Sena ao Conde de Suberra, de 13/11/1823.

⁵⁶⁸ Arquivo Histórico Militar de Lisboa, Cx 657, Processo individual do Marquês de Marialva, Aviso do Palácio da Regência, de 11 de Maio de 1821.

aes que passassem a Diplomaticos, com excepção dos Marechaes de Campo Generaes, não há motivo para lhe deverem ser pagos.⁵⁶⁹

O último Marquês de Marialva nasceu numa família com largas tradições aristocráticas, tendo tido uma educação bastante cuidada, a nível da sua erudição (literatura e música). A sua família nobre, a sua educação e a sua experiência militar, passíveis de se incluir no perfil típico dos diplomatas do Antigo Regime, terão sido fatores preponderantes na sua nomeação como enviado diplomático a Napoleão, em 1807. Apesar de se começar a dar relevância a aspetos funcionais e de competência pessoal, a pertença a uma família nobre continuava a ser um aspeto essencial na escolha dos enviados diplomáticos.

Com a família real no Brasil, as diligências que conduzissem a um reconhecimento de Portugal na Europa, principalmente por parte dos monarcas das grandes potências, eram essenciais. Nesse sentido, as propostas de negociação de casamentos com as principais casas reais europeias demonstraram-se relevantes para que, mesmo nos trópicos, D. João não deixasse de se afirmar como um dos que contava na grande família de Príncipes europeus.

No caso do Marquês de Marialva, o negociador casamenteiro, as suas diligências iniciaram-se logo com o próprio Napoleão, no sentido de uma última tentativa de evitar as invasões francesas. Mais tarde, e já em época do Congresso de Viena, a sua função foi essencial para obter alianças com os soberanos que poderiam determinar o futuro da Europa. Nesse âmbito poderemos incluir as diligências relativas à aproximação de Luís XVIII e, essencialmente, do Czar Alexandre I da Rússia, bem como ao Imperador austríaco. Estas ligações tinham um sentido político mas igualmente económico, podendo mesmo facilitar o acesso a outras realidades importantes para a subsistência do Reino, como era o caso da eventual ligação à Porta Otomana, tão desejada por D. João VI, quer pelas trocas comerciais diretas, quer pela facilitação de acesso às possessões no Oriente. As dificuldades de comunicação, a necessidade de simbolicamente demonstrar o poder real e a forma como o embaixador Marquês de Marialva procurou resolver as questões sensíveis que lhe iam aparecendo permitem perceber a importância da sua atividade diplomática, nomeadamente enquanto as decisões quanto ao futuro da Europa eram tomadas no Congresso de Viena. Assim, para obter uma situação estrategicamente favo-

⁵⁶⁹ Arquivo Histórico Militar de Lisboa, Cx 657, Processo individual do Marquês de Marialva, Ofício do Conde de Suberra ao Marquês de Palmela, de 5/02/1824.

rável para Portugal não bastaria a inclusão formal nos trabalhos do Congresso, sendo indispensável a preparação de um contexto favorável através de um conjunto de diligências paralelas por si efetivadas. Ter como aliado o Imperador de Todas as Rússias e, posteriormente o Imperador Austríaco, porventura os dois homens mais importantes daquela época, era um elemento a ter em conta no sucesso do seu reconhecimento, bem como de uma desejada independência em relação a Inglaterra. Estas diligências chegaram, inclusivamente, ao pedido de recomendação dos plenipotenciários portugueses junto do Imperador russo. A atividade diplomática, para além de uma relevância formal em atos oficiais, revestiu-se, pois, de um caráter instrumental na preparação de contextos, muitas vezes tão ou mais importantes para a política externa de um país do que os resultados diretos do Congresso.

Apesar de todo o esforço, a conjuntura política na Europa e os novos princípios liberais não foram favoráveis, quer a D. João VI, quer aos que estavam conotados com o anterior regime, e o último Marquês de Marialva acabou por sofrer um conjunto de represálias.

O estudo biográfico de diplomatas, como este que aqui se esboça, poderá, pois, contribuir para uma nova perspetiva e compreensão de alguns fenómenos políticos, como é, neste caso, a posição de Portugal na Europa resultante do Congresso de Viena.